Diário Oficial
Estado de Sergipe

www.segrase.se.gov.br Nº 27.372 Aracaju/Sergipe segunda-feira 11 de janeiro de 2016

PODER EXECUTIVO

GOVERNADOR DO ESTADO
JACKSON BARRETO DE LIMA
VICE-GOVERNADOR DO ESTADO
BELIVALDO CHAGAS SILVA

SECRETÁRIOS DE ESTADO

Secretário de Estado de Governo
BENEDITO DE FIGUEIREDO

Secretário de Estado-Chefe da Casa Civil
BELIVALDO CHAGAS DA SILVA

Secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
JOÃO AUGUSTO GAMA DA SILVA

Secretário de Estado da Fazenda
JEFERSON DANTAS PASSOS

Secretário de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano
VALMOR BARBOSA BEZERRA

Secretário de Estado da Segurança Pública
JOSÉ DE ARAUJO MENDONÇA SOBRINHO

Secretário de Estado da Justiça e de Defesa ao Consumidor
ANTONIO HORA FILHO

Secretário de Estado da Educação
JORGE CARVALHO DO NASCIMENTO

Secretário de Estado da Cultura
ELBER ANDRADE BATALHA DE GOES

Secretário de Estado da Saúde
JOSÉ MACÊDO SOBRAL

Secretário de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca
ESMERALDO LEAL DOS SANTOS

Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia
FRANCISCO DE ASSIS DANTAS

Secretária de Estado da Mulher, da Inclusão e Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos
MARTA MARIA DE SOUZA LEÃO

Secretário de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos
OLIVIER FERREIRA DAS CHAGAS

Secretário de Estado do Turismo e do Esporte
ADILSON DE CARVALHO SILVA JUNIOR

Secretário de Estado da Comunicação Social
JOSÉ SALES NETO

Procuradora-Geral do Estado
MARIA APARECIDA SANTOS GAMA DA SILVA

Defensor Público-Geral do Estado
JESUS JAIRO ALMEIDA DE LACERDA

Secretário-Chefe da Controladoria-Geral do Estado
ADINELSON ALVES DA SILVA

Chefe do Gabinete Militar do Governo do Estado
TEN.CEL.QOPM EDUARDO HENRIQUE SANTOS

Diário Oficial

PAULO SERGIO ARAUJO SANTOS
DIRETOR-PRESIDENTE

RICARDO J. RORIZ SILVA CRUZ DIRETOR ADM. E FINANÇAS
MÍLTON ALVES DIRETOR INDUSTRIAL

Segrase – Serviços Gráficos de Sergipe
Rua Propriá, 227- Aracaju/SE
(79) 3205-7400/7440 • CNPJ 13.085.519/0001-61
publicacao@segrase.se.gov.br

SUPLEMENTO

PODER EXECUTIVO

GOVERNO DE SERGIPE
LEI Nº. 8.089
DE 08 DE JANEIRO DE 2016

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2016-2019, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE,

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe aprovou e que eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DO PLANO PLURIANUAL, SUA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual – PPA, do Estado de Sergipe para o período 2016-2019, em cumprimento ao disposto no art. 150, inciso I, § 1º da Constituição Estadual.

Art. 2º O PPA 2016-2019 é um instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetivos e metas com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, convergir a dimensão estratégica da ação governamental, orientar a definição de prioridades e auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável.

Art. 3º O PPA 2016-2019 terá como Eixos Estratégicos:

I - Cuidar das Pessoas;

II - Construir o Futuro.

Art. 4º O PPA 2016-2019 reflete as políticas públicas e organiza a atuação governamental por meio de Programas – que se constituem em instrumento de organização da ação governamental que articula um conjunto de ações visando à concretização do objetivo nele estabelecido - classificados como Temáticos e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, assim definidos:

I - Programa Temático: aquele que expressa a agenda de governo por meio de políticas públicas, orientando a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade; e,

II - Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado: aquele que reúne um conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.

Parágrafo único. Não integram o PPA 2016-2019 os programas destinados exclusivamente a operações especiais.

Art. 5º O Programa Temático é composto por Indicador, Valor Global e Objetivo.

§ 1º O Indicador é um instrumento que permite identificar e aferir, periodicamente, aspectos relacionados a um Programa, auxiliando o seu monitoramento e avaliação.

§ 2º O Valor Global indica uma estimativa dos recursos orçamentários necessários à consecução dos Objetivos segregando a esfera Fiscal e da Seguridade, da esfera de Investimento das Empresas Estatais, com as respectivas categorias econômicas.

§ 3º O Objetivo expressa o que deve ser feito, refletindo as situações a serem alteradas pela implementação de um conjunto de Iniciativas e tem como atributos:

I - Órgão Responsável: é aquele cujas atribuições mais contribuem para a implementação do Objetivo;

II - Meta: é uma medida do alcance do Objetivo, podendo ser de natureza quantitativa ou qualitativa.

Art. 6º Integram o PPA 2016-2019 os seguintes anexos:

I - Anexo I – Programas Temáticos;

II - Anexo II – Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.

Art. 7º Para projeto de caráter plurianual, custeado com dotação de transferências voluntárias, acordadas com a União ou com Municípios, a previsão orçamentária se aplicará conforme o cronograma de execução do projeto, nas Leis Orçamentárias dos exercícios subsequentes a assinatura do convênio ou contrato de repasse.

Art. 8º Os Programas constantes do PPA 2016-2019 estarão expressos nas leis orçamentárias anuais e nas leis que as modifiquem.

§ 1º As ações orçamentárias de todos os programas serão discriminadas exclusivamente nas leis orçamentárias anuais.

§ 2º Para os Programas Temáticos, cada ação orçamentária estará vinculada a uma meta, garantindo a integração entre o Plano e os Orçamentos.

Art. 9º O Valor Global dos Programas, as Metas e os enunciados dos Objetivos não constituem em limites à programação e à execução das despesas expressas nas leis orçamentárias e nas leis que as modifiquem.

Art. 10. Os orçamentos anuais, de forma articulada com o PPA 2016-2019, serão orientados para o alcance dos Objetivos constantes deste Plano.

CAPÍTULO II
DA GESTÃO DO PLANO

Art. 11. A gestão do Plano Plurianual observará os princípios de eficiência, eficácia e efetividade e compreenderá a implementação e revisão de programas.

Parágrafo único. Caberá à Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAG, definir os prazos, as diretrizes e as orientações técnicas complementares para a gestão do PPA 2016-2019.

Art. 12. O Poder Executivo Estadual manterá sistema de informações gerenciais e de planejamento para apoio à gestão do Plano, com característica de sistema estruturador de governo.

CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 13. Para fins de atendimento ao disposto no § 1° do art. 152 da Constituição Estadual, o investimento plurianual, para o período 2016-2019, está incluído no Valor Global dos Programas.

Parágrafo único. A Lei Orçamentária Anual e seus anexos detalharão os investimentos de que tratam o "caput" deste artigo, para o ano de sua vigência.

Art. 14. Considera-se revisão do PPA-2016-2019 a inclusão, exclusão ou alteração de Programas, que será proposta pelo Poder Executivo Estadual por meio de projeto de lei, sempre que necessário.

§ 1º Os projetos de lei de revisão do Plano Plurianual que incluam Programa Temático ou Objetivo deverão conter os respectivos atributos e, no mínimo:

I - diagnóstico sobre a atual situação do problema a ser enfrentado ou da demanda da sociedade a ser atendida;

II - demonstração da compatibilidade com os eixos estratégicos definidos no Plano Plurianual;

III - indicação dos recursos que financiarão o programa proposto.

§ 2º Considera-se alteração de programa a inclusão, exclusão ou a alteração de Objetivos e Metas.

§ 3º O Poder Executivo Estadual fica autorizado a incluir, excluir ou alterar as informações gerenciais e os seguintes atributos:

I - Indicador;

II - Valor;

III - Metas;

IV - Órgão Responsável.

Art. 15. A SEPLAG atualizará, na Internet, ao menos uma vez ao ano, as informações constantes do Plano Plurianual bem como o divulgará em formato e linguagem acessíveis à sociedade.

Parágrafo único. As ações não-orçamentárias que contribuam para os objetivos dos programas poderão ser incorporadas aos anexos ou apresentadas em anexo específico, devidamente identificadas.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

Art.17. Revogam-se as disposições em contrário.

Aracaju, 08 de janeiro de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

JACKSON BARRETO DE LIMA
GOVERNADOR DO ESTADO

João Augusto Gama da Silva
Secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Jeferson Dantas Passos
Secretário de Estado Fazenda

Benedito de Figueiredo
Secretário de Estado de Governo

JRNC.DISPÕE0208012016-PPA
Iniciativa do Poder Executivo

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 10 de Janeiro de 2016 às 20:59:37

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br



GOVERNO DE SERGIPE

JACKSON BARRETO DE LIMA
Governador do Estado

BELIVALDO CHAGAS SILVA
Vice-Governador do Estado

BENEDITO DE FIGUEIREDO
Secretário de Estado de Governo

BELIVALDO CHAGAS SILVA
Secretário de Estado-Chefe da Casa Civil

JOÃO AUGUSTO GAMA DA SILVA
Secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

JOSÉ MACEDO SOBRAL
Secretário de Estado da Saúde

JOSÉ DE ARAÚJO MENDONÇA SOBRINHO
Secretário de Estado da Segurança Pública

JORGE CARVALHO DO NASCIMENTO
Secretário de Estado da Educação

JEFERSON DANTAS PASSOS
Secretário de Estado da Fazenda

VALMOR BARBOSA BEZERRA
Secretário de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano

ANTONIO HORA FILHO
Secretário de Estado da Justiça e de Defesa ao Consumidor

MARTA MARIA DE SOUZA LEÃO
Secretária de Estado da Mulher, da Inclusão e Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos

ESMERALDO LEAL DOS SANTOS
Secretário de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca

ADILSON DE CARVALHO SILVA JUNIOR
Secretário de Estado do Turismo e do Esporte

JOSÉ SALES NETO
Secretário de Estado da Comunicação Social

ELBER ANDRADE BATALHA DE GOES
Secretário de Estado da Cultura

OLIVER FERREIRA DAS CHAGAS
Secretário de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos

FRANCISCO DE ASSIS DANTAS
Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia

ADINELSON ALVES DA SILVA
Secretário-Chefe da Controladoria Geral do Estado

MARIA APARECIDA SANTOS GAMA DA SILVA
Procuradora-Geral do Estado

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 10 de Janeiro de 2016 às 20:59:37

SUMÁRIO

1. Dimensão Estratégica 3
Identidade Estratégica 3
Cenário Macroeconômico 4
Eixos Estratégicos 8
PPA 2016-2019 9
2. Dimensão Tática: Programas Temáticos 13
Eixo Estratégico I – Cuidar das Pessoas 13
Eixo Estratégico II – Construir o Futuro 59
Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça e Ministério Público 84
3. O Planejamento Integrado e o Monitoramento do PPA 2016-2019 96
Anexo I – Programas Temáticos 97
Anexo II – Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado 188

1. DIMENSÃO ESTRATÉGICA

Identidade Estratégica

Missão:

"Cuidar das pessoas - especialmente pela elevação da qualidade na prestação dos serviços de saúde, educação e segurança pública – promover os valores culturais e construir um futuro de prosperidade em base sustentável e inclusiva de Sergipe."

Visão de Futuro:

"Sergipe será referência na melhoria dos indicadores nas áreas de educação, saúde e segurança pública, expandirá o ciclo de desenvolvimento sustentável, estendendo-o especialmente aos municípios menos desenvolvidos, a fim de diminuir as disparidades espaciais de renda e de condições de vida, e promoverá os valores culturais da nossa gente."

Valores:

- **Governo Presente:** Empenhar-se permanentemente para estar presente na vida das pessoas, atento aos seus problemas e desafios.
- **Equilíbrio entre os Municípios Sergipanos:** Buscar o equilíbrio entre os municípios sergipanos, fazendo com que o desenvolvimento e a inclusão cheguem igualmente a todos.
- **Ética e Transparência:** Ampliar os canais de comunicação entre a sociedade civil e o governo, fortalecendo a ética e a transparência nas ações governamentais.
- **Qualidade na Gestão Pública:** Buscar permanentemente a modernização de processos e práticas de gestão, valorizar os servidores e gerar competências para aumentar a eficiência da ação governamental.
- **Responsabilidade Fiscal:** Assegurar o equilíbrio permanente nas contas públicas como requisito à provisão de dos recursos necessários para a execução de políticas públicas voltadas à melhoria de vida da população.
- **Desenvolvimento Sustentável:** Promover o desenvolvimento econômico garantindo justiça social, equilíbrio ambiental e respeito à diversidade cultural do povo sergipano.
- **Trabalho e Criatividade:** Consagrar o trabalho como um valor essencial à vida humana e ter a criatividade como uma aliada para superar obstáculos.

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

Cenário Macroeconômico

Perspectivas da Economia Sergipana e Brasileira

O ciclo de crescimento e de diversificação produtiva da economia sergipana, desde a segunda metade da década de 2000, é um dos mais importantes períodos de desenvolvimento da história do estado. O crescimento brasileiro da era Lula/Dilma foi marcado por um amplo processo de inclusão social e de expansão do mercado interno cujos principais vetores foram a elevação do poder de compra do salário mínimo, o amplo processo de formalização do mercado de trabalho, a expansão do crédito e as políticas de transferências de renda. As transformações da economia sergipana integraram um movimento mais amplo de inclusão social e de realização de investimentos em infraestrutura que foram relativamente mais importantes nas regiões mais pobres do país. Desde os anos oitenta, os estados da região Nordeste não conheciam um conjunto de investimentos do setor público e do setor privado tão amplo e diversificado. De um lado, a região Nordeste foi beneficiada por uma intensa ampliação do mercado interno causada pela inclusão social e pela elevação dos rendimentos médios das famílias. De outro lado, depois de mais de quinze anos de marasmo, a região voltou a receber investimentos públicos de maior envergadura, como os investimentos nos complexos portuários, em recursos hídricos, rede de escolas técnicas e de universidades federais, infraestrutura de transporte e urbana. A ampliação das oportunidades criadas pela expansão da renda e do retorno de investimentos públicos atraiu um grande um número de empreendimentos privados para a região, não apenas nos setores voltados para o consumo das famílias como também para as atividades fornecedoras de insumos para tais setores, gerando efeitos de autorreforço dinâmico. Se for verdade que a expansão e a diversificação da economia sergipana fizeram parte de um amplo movimento de inclusão social no país que fez reduzir as disparidades de renda per capita entre as diversas regiões, é preciso assinalar que em Sergipe tais transformações tiveram significado ainda mais amplo. As políticas públicas aqui desenvolvidas, apoiadas no binômio da inclusão pela renda e da inclusão pelos direitos, mobilizaram as energias para buscar uma inserção estratégica de Sergipe no ciclo de inclusão e de desenvolvimento econômico em curso e foram especialmente exitosas no quadro geral da região Nordeste. Entre 2007 e 2014, Sergipe foi um dos estados da região que, proporcionalmente, geraram mais emprego, atraíram empreendimentos e promoveram um desenvolvimento equilibrado territorialmente. Nesse período, foram criados 58 mil empregos no interior e 64 mil empregos na capital, correspondendo, respectivamente a 47% e 53% do total, quando no quadriênio 2003-2006, apenas 15.679 empregos formais foram criados no interior, correspondendo a 37% do total. Ou seja, enquanto no período anterior a média de emprego gerado no interior era inferior a 4 mil por ano, entre 2007 e 2014 passaram a ser criados mais de 7 mil empregos por ano no interior do estado. O emprego formal cresceu a taxa média anual de 6%.

A crise financeira internacional deflagrada em setembro de 2008 abalou os alicerces do ciclo expansivo nacional. As políticas anticíclicas adotadas pelo governo federal foram exitosas em manter a economia crescendo e gerando emprego em ritmo robusto, até meados de 2013, mas, desse momento em diante, os fundamentos econômicos se deterioraram com grande rapidez, obrigando o governo federal a reorientar a política macroeconômica. 2015 e 2016 serão anos de ajuste macroeconômico do país, o que significa que já está em curso uma forte contenção de gastos públicos, alinhamento de tarifas, elevação nos juros, com todas as implicações que esta linha de atuação significa em termos de nível de atividade, perda de arrecadação nas três esferas de governo e restrição de recursos para as políticas públicas. A expectativa é de que somente em 2016 a economia volte a crescer, e com o retorno do crescimento aliviar a situação de contenção nas finanças. Nesse quadro, nos dezoito primeiros meses o governo deve pautar sua atuação por quatro linhas básicas:

1) Realizar um ajuste nas finanças estaduais, inclusive nos gastos previdenciários;

2) Estruturar as ações de planejamento em cada setor visando maximizar o aproveitamento dos recursos disponíveis;

3) Acelerar a execução dos investimentos e ações de programas e projetos com recursos assegurados;

4) Elaborar e apresentar novos programas e projetos às fontes de financiamento internas e internacionais que darão sustentação à continuidade das transformações econômicas e sociais.

Felizmente, o Governo de Sergipe conta com um leque de projetos e ações muito amplo e distribuídos em todo seu território, a exemplo do Águas de Sergipe, Proinveste, Sergipe Infraestrutura, Prodetur e Dom Távora, além de projetos específicos para algumas áreas que, se gerenciados com a eficiência necessária, possibilitarão manter um ritmo relativamente intenso de investimentos em infraestrutura e darão continuidade às políticas públicas de alcance social significativo.

Cuidar das pessoas e construir o futuro. Esses são os dois eixos básicos de atuação nos quais se apoiam as ações, os projetos e os programas de Governo para o próximo quadriênio. Os compromissos assumidos no presente documento mostram a estratégia do governo para fazer chegar à população serviços públicos de qualidade e preparar Sergipe para um futuro de prosperidade sustentável com inclusão social.

Tendências nas Finanças Públicas Estaduais

Do ponto de vista das receitas estaduais, o cenário é de restrições em 2015 e 2016, com perspectivas de melhoria progressiva nos anos seguintes: a desaceleração na economia brasileira já faz sentir seus efeitos nas finanças públicas estaduais, notadamente pela diminuição dos repasses do Fundo de Participação dos Estados (FPE), que representa cerca de 42% da receita do Governo do Estado de Sergipe. Ao mesmo tempo, ainda que os efeitos da diminuição do ritmo da economia nacional tenham se concentrado no Sudeste, é inevitável a redução do crescimento das receitas tributárias especialmente daquelas advindas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Em relação às despesas, destaca-se o aumento significativo do aporte do tesouro para custear a previdência, em um volume crescente de recursos ano após ano. Em 2014, foram gastos cerca de R$ 829 milhões para cobrir o déficit entre despesas e receitas previdenciárias do servidor público, um crescimento de 38% em relação ao ano anterior. Essa situação tem elevado os gastos com pessoal, fazendo com que o Estado de Sergipe, mesmo com todo o esforço de contenção nas despesas com cargos comissionados, tenha ultrapassado o limite prudencial do gasto com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida (RCL).

O cenário fiscal é, portanto, restritivo. Por isso, é fundamental a busca de parcerias para o financiamento das ações e projetos estratégicos e deve-se, de forma incessante, buscar a eficiência no gasto público – produzindo mais e melhor a um menor custo – e assegurar que as políticas públicas sejam capazes de promover a qualidade de vida do povo sergipano.

Em busca do equilíbrio territorial

Os territórios de desenvolvimento de Sergipe foram institucionalizados em 2007 como ferramenta para a implementação das políticas públicas. A motivação para adotar o planejamento territorializado é fruto do entendimento de que somente políticas transversais articuladas localmente são capazes de promover com efetividade o desenvolvimento econômico e social, notadamente nas áreas mais carentes de infraestrutura, de renda e de assistência. A busca de um maior equilíbrio entre os oito territórios de desenvolvimento de Sergipe é eixo norteador do Plano. Todas as regiões de Sergipe apresentaram crescimento econômico e melhorias muito significativas nos indicadores sociais nos últimos oito anos. O emprego formal cresceu na capital e no interior, empresas foram implantadas nos diversos territórios, assim como foram instalados e ou ampliados equipamentos e serviços públicos na área da saúde, educação, segurança pública, entre outros. Ainda assim, as desigualdades entre os territórios de planejamento e entre os municípios que os compõem são muito amplas e têm como causas dois fatores principais:

1- As desigualdades nas bases econômicas existentes nos territórios e municípios, incluindo setor produtivo e infraestrutura;

2- A efetividade das políticas públicas executadas nos territórios e municípios em suas três esferas de governo (federal, estadual e municipal).

Os programas e metas governamentais, no horizonte do Planejamento Estratégico e do PPA, priorizarão os municípios e territórios mais frágeis em termos de infraestrutura produtiva e aqueles mais carentes em termos sociais. Um parâmetro a ser observado, ainda que não de forma exclusiva, é a priorização dos 15 municípios de menores Índices de Desenvolvimento Humano e um foco especial para o Baixo São Francisco, região que vem apresentando problemas no seu dinamismo econômico e na qual os indicadores sociais permanecem muito defasados em relação a médio do estado.

Eixos Estratégicos

Eixo Estratégico I: Cuidar das Pessoas

Este eixo abarca dimensões sociais essenciais que potencializam a qualidade de vida da população e o amplo exercício da cidadania, a saber: saúde, educação, segurança pública e proteção social. Um conjunto de políticas públicas voltadas aos serviços e bens públicos entregues a cada cidadão sergipano.

O governo já vem fazendo um grande esforço de construção de escolas, clínicas, hospitais regionais, delegacias e centros de operações integradas em todo o estado. Agora, o foco deve se voltar para a eficiência no uso dos recursos públicos, gastando menos e produzindo mais, também devem ser adotadas soluções criativas e inovações gerenciais que permitam, mesmo com restrições financeiras, ampliar a atuação do governo para atender as novas demandas da população, mas, sobretudo, buscando sempre melhorar a qualidade dos serviços públicos que são entregues ao povo de Sergipe.

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 10 de Janeiro de 2016 às 20:59:37

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

Eixo Estratégico II: Construir o Futuro

Neste eixo, o governo reúne uma série de políticas públicas capazes de promover o desenvolvimento de Sergipe de forma sustentável, com respeito aos valores culturais da gente sergipana, mas especialmente voltadas ao aumento da competitividade da agricultura, da indústria e do setor de comércio e serviços do estado.

Essas iniciativas têm foco no aumento da produtividade dos trabalhadores, pela ampliação dos programas na área de ciência, tecnologia e inovação e na melhoria do ambiente de investimentos por meio da ampliação da infraestrutura econômica do estado, especialmente naqueles municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M). Todo esse esforço deve resultar em geração de emprego e renda para os sergipanos no presente e no futuro.

Merece destaque o grande investimento na área ambiental, em especial no cuidado com os recursos hídricos do estado, pela ampliação da rede coletora de esgotos e pela adequada destinação final dos resíduos sólidos.

PPA 2016-2019

O PPA 2016-2019 começou a ser construído dentro de uma metodologia de integração entre o estratégico, o tático e o operacional, substanciado pelo Planejamento Estratégico, PPA e LOA. Cada instrumento passou a ser ferramenta para a execução do outro, ou seja, o Planejamento Estratégico se integra ao PPA e este a LOA. Sendo assim, os compromissos de Governo se destacam no Plano Estratégico, o PPA traz os objetivos e metas e a LOA as iniciativas que concretizarão os nossos propósitos.

A partir de uma identidade estratégica - a missão e a visão de futuro - este PPA vem detalhando sua dimensão programática representada pelos Programas Temáticos e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, indicando as metas a serem cumpridas nos próximos quatro anos e os indicadores que subsidiarão a avaliação do Plano.

Os números do PPA

Para o quadriênio 2016-2019, o Plano Plurianual estima o valor total de gastos de R$ 30,7 bilhões. Esse valor total será financiado pelas fontes apresentadas na tabela abaixo, com valores absolutos.

Fonte de Financiamento PPA 2016-2019 (em R$ bilhões)

Fonte	Valor 2016	Valor 2017-2019	Valor Total
Tesouro	4.929.556.213	15.528.102.071	21.457.658.284
Convênios	274.500.000	864.675.000	1.139.175.000
Operações de Crédito	516.390.000	1.626.628.500	1.143.018.500
Recursos Diretamente Arrecadado	1.615.187.752	5.087.841.419	6.703.029.171
Investimento das Empresas Estatais	62.200.000	195.930.000	258.130.000
Total	**7.397.833.965**	**23.303.176.990**	**30.701.010.955**

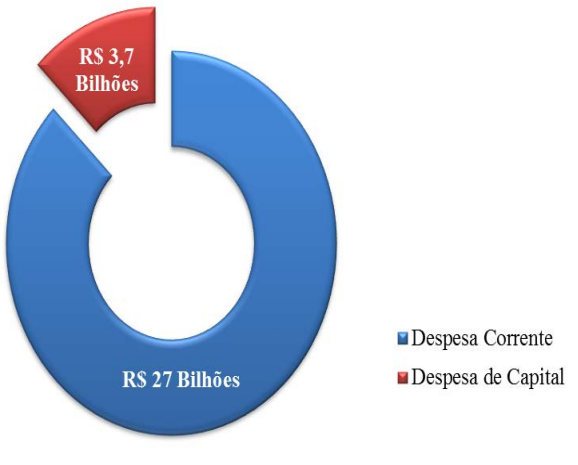
Elaboração: SPEO/ Seplag

Esses valores são compostos por recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (Tesouro, Convênios, Operações de Crédito e Recursos Diretamente Arrecadados) e do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais Independentes (Banese, Deso e Segrase). Os recursos do Tesouro referem-se, basicamente, aos recursos administrados pela Secretaria da Fazenda. Os Convênios, também chamados de transferências voluntárias, são recursos captados junto ao Governo Federal. As Operações de Créditos referem-se aos contratos de empréstimos com organismos financeiros nacionais e internacionais. Os recursos Diretamente Arrecadados são valores auferidos pelas entidades da Administração Indireta e pelos Fundos.

Os dispêndios previstos no PPA 2016-2019 podem ser divididos em despesas **correntes,** aquelas destinadas ao custeio da máquina administrativa, incluindo o pagamento de salários e a prestação dos serviços de educação, saúde, assistência social, segurança pública, dentre outros e despesas de **capital,** relacionadas com a ampliação da estrutura do Estado, como a realização de obras e a aquisição de equipamentos.

Conforme gráfico a seguir, o PPA prevê um total de gastos de R$ 27 bilhões com despesas correntes e R$ 3,7 bilhões com despesas de capital.

Dispêndios do PPA 2016-2019 por Categoria Econômica (em R$ bilhões)

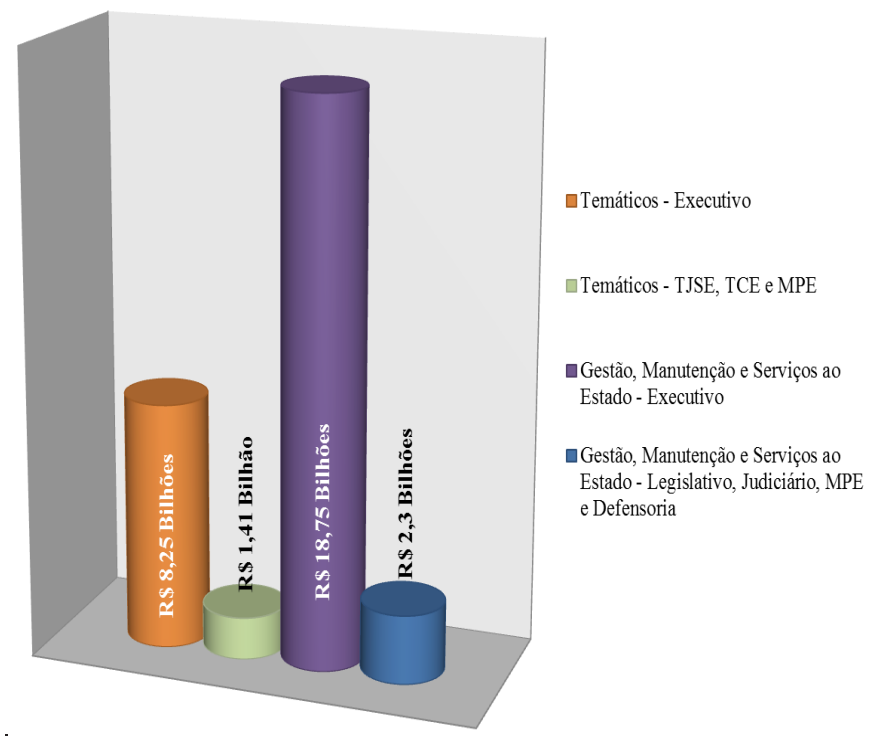


Elaboração: SPEO/ Seplag

O PPA 2016-2019 está estruturado por dois tipos de Programas: Programas Temáticos, que retratam a agenda de governo organizada pelos temas de políticas públicas e os Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, que reúnem um conjunto de ações voltadas ao apoio e a manutenção da gestão governamental.

Do total de recursos previstos, R$ 27 bilhões estão alocados em Programas Temáticos, representando 88% do total. Nos programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado estão alocados R$ 3,71 bilhões, equivalentes a 12% do total, conforme representação gráfica abaixo.

Dispêndio por Tipo de Programa (em R$ bilhões)



Elaboração: SPEO/ Seplag

A divisão dos dispêndios por Eixos Estratégicos contempla apenas os Programas Temáticos do Poder Executivo, pois são os que figuram no Planejamento Estratégico do Governo de Sergipe. São dois Eixos: Cuidar das Pessoas e Construir o Futuro. A tabela a seguir apresenta o montante estimado para cada um dos Eixos que agregam os Programas Temáticos.

Dispêndio por Eixo Estratégico (R$ bilhões)

Eixo Estratégico	Quantidade de Programas Temáticos	Total
Cuidar das Pessoas	05	R$ 4,85 Bilhões
Construir o Futuro	05	R$ 3,4 Bilhões

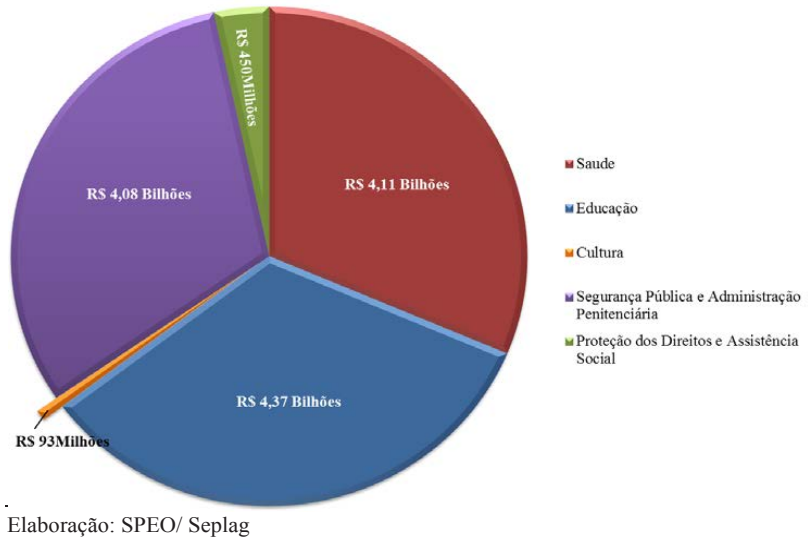
Elaboração: SPEO/ Seplag

No Eixo Cuidar das Pessoas estão contemplados os Programas Temáticos Saúde, Educação, Cultura, Segurança Pública e Administração Penitenciária e Proteção dos Direitos e Assistência Social, distribuídos conforme gráfico abaixo. Devemos ressaltar que nos valores apresentados no gráfico estão computados, além dos recursos dos Programas Temáticos, os valores destinados aos Programas de Manutenção.

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 10 de Janeiro de 2016 às 20:59:37

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

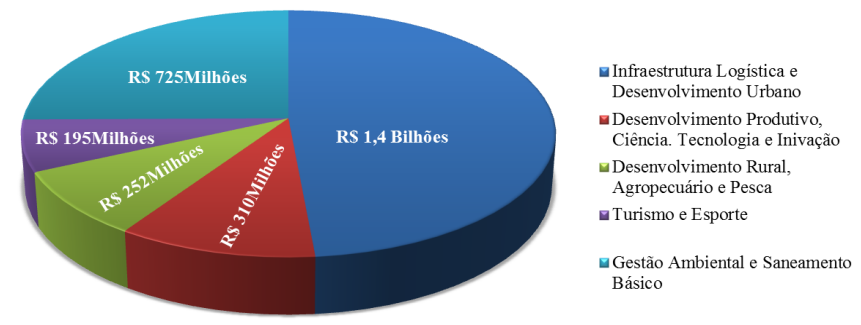
Alocação de Recursos no Eixo Cuidar das Pessoas



Elaboração: SPEO/ Seplag

O Eixo Construir o Futuro é composto por cinco Programas Temáticos: Infraestrutura Logística e Desenvolvimento Urbano, Desenvolvimento Produtivo, Ciência, Tecnologia e Inovação, Desenvolvimento Rural, Agropecuário e Pesca, Turismo e Esporte, e Gestão Ambiental e Saneamento Básico.

Alocação de Recursos no Eixo Estratégico Construir o Futuro



Elaboração: SPEO/ Seplag

2. DIMENSÃO TÁTICA: PROGRAMAS TEMÁTICOS

Eixo Estratégico I: Cuidar das Pessoas

Programas Temáticos:

Saúde

Educação

Cultura

Segurança Pública e Administração Penitenciária

Proteção dos Direitos e Assistência Social

Saúde

O SUS iniciou o seu período de maioridade com importantes conquistas. Apesar das dificuldades que naturalmente enfrenta, tem se constituído como exemplo de inclusão e transformação política no Brasil, revelando-se uma das poucas experiências de política pública de saúde no mundo que assegura o acesso universal e integral, considerando as particularidades de indivíduos e populações. No entanto, também grandes são os desafios a serem suplantados, como a escassez de profissionais médicos, a fragmentação das redes de atenção e a baixa oferta de serviços de média e alta complexidade.

O Governo de Sergipe vem concentrando esforços para superar esses desafios e oferecer uma Saúde Pública de qualidade, equânime e integral a toda a população. A Reforma Sanitária e Gerencial do SUS/SE, iniciada em 2007, representou grande marco nas políticas públicas do Estado. Essa Reforma teve como objetivo estruturar um sistema que permitisse assegurar os valores do SUS, rediscutindo os papéis de cada ente federado na gestão e colocando o Estado como indutor de políticas, coordenador do Sistema e produtor complementar de serviços.

Uma das dificuldades do Sistema era a concentração de serviços em Aracaju. A descentralização pautou-se na conformação das redes assistenciais para além dos limites territoriais dos municípios, de acordo com a capacidade de financiamento das prefeituras e do Estado. Destaca-se ainda a integralidade como o centro do processo, considerando as condições históricas e socioeconômicas de cada região e a garantia de acesso universal.

A Reforma significou um avanço em termos de políticas públicas, mas ainda é preciso avançar mais, para alterar de forma satisfatória os indicadores de saúde do Estado. Por exemplo, as mortalidades materna e infantil são consideradas indicadores de efetividade dos sistemas de saúde e são úteis na análise da situação sanitária de um território administrativo. Ambas contribuem na avaliação dos níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconômico da população e servem para subsidiar processos de planejamento e avaliação de ações estratégicas voltadas para o pré-natal, parto e puerpério.

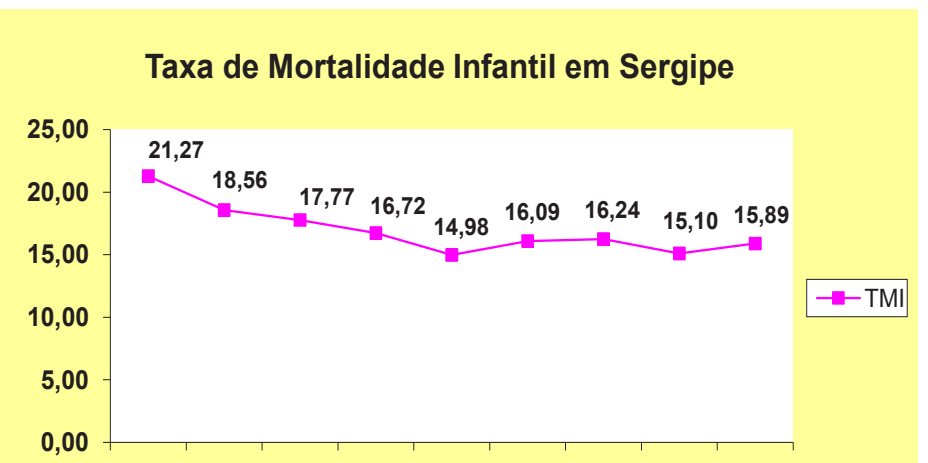
Sergipe, como outros estados da região Nordeste, apresenta resultados preocupantes nas questões da saúde materno-infantil. No entanto, no período 2000-2013 houve melhora bastante significativa na taxa de mortalidade infantil. Ainda assim, esses índices encontram-se aquém das metas estabelecidas como "aceitáveis", tendo em vista a meta estabelecida pelo Ministério da Saúde que é de 5% ao ano.

Taxa de Mortalidade Infantil para a Região Nordeste
2000 a 2013

Ano	Taxa Mortalidade Infantil(%)								
	Maranhão	Piauí	Ceará	Rio Grande do Norte	Paraíba	Pernambuco	Alagoas	Sergipe	Bahia
2000	18,83	22,95	26,51	21,37	32,18	29,90	30,82	28,56	26,64
2001	20,16	21,25	21,26	19,47	21,23	26,68	31,83	31,15	24,37
2002	20,57	22,26	24,16	21,16	23,00	25,86	30,22	28,72	22,82
2003	19,33	21,99	25,03	17,45	22,07	26,20	27,29	26,00	23,03
2004	17,49	19,69	22,45	18,50	21,03	22,75	24,17	23,42	22,00
2005	18,92	19,80	18,32	16,28	18,87	21,48	24,18	23,95	21,74
2006	17,54	19,59	18,09	14,57	18,01	18,71	21,46	21,21	21,73
2007	17,00	19,84	16,12	15,77	18,28	18,73	21,48	18,57	19,75
2008	16,45	18,46	15,71	14,61	16,56	17,00	18,60	17,74	18,43
2009	16,59	17,90	15,52	13,82	15,16	17,16	19,16	16,69	18,63
2010	15,56	16,85	13,13	13,38	14,48	15,25	16,95	14,99	17,97
2011	16,01	16,89	13,61	13,31	14,40	13,98	15,70	16,09	16,80
2012	14,68	16,62	12,68	14,02	14,51	14,22	15,16	16,27	17,02
2013	16,49	16,39	13,82	14,42	14,56	14,13	16,23	15,10	17,03

Fonte: Datasus/tabnet

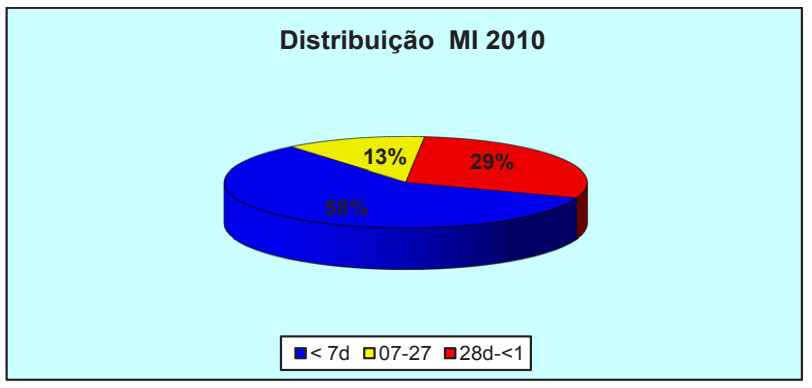
A redução da Mortalidade Infantil em nosso estado vem seguindo uma tendência nacional, como é observada no gráfico abaixo, apresentando, porém uma oscilação entre os anos de 2010 a 2014.

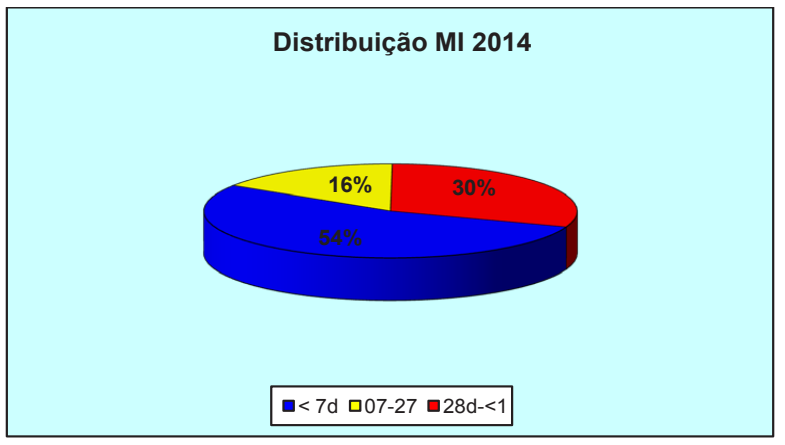


Em Sergipe, assim como em outros estados, o que se espera é superar os vieses da subnotificação e gerar dados mais fidedignos, para comprovar a realidade desta redução. Isso porque, os dados obtidos pelos sistemas de informação e que geram as taxas, são informados em percentual inferior ao aceito pelo monitoramento Federal, que é feito pelo Ministério da Saúde. Este órgão, diante de dados insuficientes, refaz o cálculo/estimativa, considerando ainda a série histórica da região e fatores de correção para as imprecisões. Desta maneira indireta, os índices oficiais situam-se em níveis muito maiores (em torno de 29%). O componente de mortalidade pós-neonatal é o grande responsável por essa redução, cujas causas, em geral, estão relacionadas às doenças infectocontagiosas, como pneumonia e diarreia associadas à desnutrição. O pequeno declínio observado nesse componente nas últimas décadas decorreu, basicamente, da diminuição da mortalidade neonatal tardia (7-27 dias de vida), com alteração quase nula da mortalidade neonatal precoce (0-7 dias de vida). Na atualidade, fatores de cunho perinatal são as principais causas de mortalidade infantil e, portanto, o seu enfoque torna-se prioritário para a saúde pública.

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 10 de Janeiro de 2016 às 20:59:37

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br



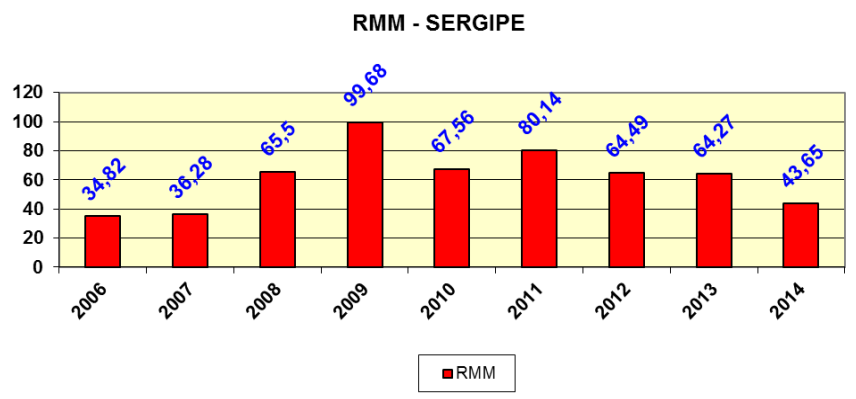


A mortalidade perinatal é considerada um indicador sensível para a avaliação da assistência, prestada à gestante e ao recém-nascido nos primeiros dias e horas de vida, como também do impacto dos programas de intervenção nessa área. A assistência perinatal envolve ações múltiplas que acompanham a gestante durante seu pré-natal, parto e puerpério, assim como o recém-nascido em seu primeiro mês de vida.

Assim, tanto a atenção básica como a assistência hospitalar deverão sempre ser foco de monitoramento, avaliação e qualificação, para que este período, no qual se encontra a maior incidência de Mortalidade Infantil em nosso país e em nosso Estado, seja alvo das ações de saúde. Os índices de morte materna também representam um grande desafio e dependem praticamente dos mesmos fatores citados para a mortalidade infantil. No caso deste indicador, parece ser ainda maior a subnotificação. Em todo o Brasil, apenas alguns estados da região Sul, Sudeste e Centro-Oeste têm a Razão de Mortalidade Materna calculada, tão grande é a subnotificação deste item no Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) e no Sistema de Informação dos Nascidos Vivos (SINASC). Essa falha ocorre desde a fase de assistência, com o preenchimento das Declarações de Óbito, ou mesmo em nível administrativo, com a baixa alimentação de dados nos sistemas e não investigação dos casos indefinidos ou encobertos. No Estado do Sergipe, por exemplo, a Vigilância Epidemiológica apurou que, das mortes de mulheres em idade fértil (MIF) no ano de 2010, apenas 63% foram investigadas. Isso reflete a insuficiência de estruturas municipais de vigilância, uma vez que, legalmente, as investigações de óbito são descentralizadas e de responsabilidade dos municípios.



Outro fator de confusão nos índices maternos do Estado é a baixa cobertura do SINASC, visto que a razão de mortalidade materna tem seu cálculo sobre o número de nascidos vivos. A soma desses problemas nos sistemas de informação acaba por deixar nebulosa a real razão de mortalidade materna no Estado e os índices apresentam variações atípicas na série histórica.



Diante desse quadro, faz-se necessário intensificar as ações no sentido, tanto de melhorar as condições da assistência materno-infantil, quanto de sensibilizar todos os atores envolvidos no monitoramento e preenchimento dos dados nos sistemas de informação.

Outra questão que merece destaque é o aumento da violência e dos acidentes, considerada um grave problema de Saúde Pública no mundo, devido, principalmente, à diminuição da expectativa e qualidade de vida e ao aumento dos custos para a saúde e para a previdência. A violência, no 1º Relatório Mundial sobre Violência e Saúde é definida como "o uso da força contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação" e acidente como "evento não intencional e evitável, causador de lesões físicas e emocionais, no âmbito doméstico ou social como trabalho, escola, esporte e lazer" (BRASIL, 2001). As violências e acidentes são responsáveis, em nosso país, pela terceira causa de morte na população geral e a primeira entre na população de 1 a 39 anos (BRASIL, 2010).

As redes de Atenção e Vigilância em Saúde compreendem um conjunto de estabelecimentos, articulados de forma hierarquizada e regionalizada, que se complementam e se articulam na tarefa de garantir atenção integral, contínua e oportuna à saúde dos cidadãos no Estado. Essas redes têm como objetivo garantir uma resposta efetiva e eficiente às demandas da população, permitindo a continuidade assistencial, a melhoria da qualidade dos serviços, ampliação da oferta e a regulação de acesso. Sergipe conta atualmente com 605 Equipes de Saúde da Família (ESF), que correspondem a 86,37% de cobertura de sua população (MS/SAS/DAB e IBGE/junho 2015). Além disso, possui 5.277 Agentes Comunitários de Saúde (ACS), 400 Equipes de Saúde Bucal (ESB) e 34 Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF). A Secretaria de Estado da Saúde (SES) por meio da Coordenação Estadual de Atenção Básica estimula a ampliação da estratégia com o cofinanciamento. O grande desafio da rede de Atenção Ambulatorial Especializada é ampliar a oferta de serviços de média complexidade, de acordo com as necessidades de cada região. A SES aposta na organização na lógica de redes temáticas para superar esse desafio. A rede hospitalar e de urgência/emergência encontra-se em processo de conformação e organização, integrada as demais redes de atenção à saúde e tem como meta prioritária ampliar as portas de entrada das urgências, instituindo o Acolhimento com Classificação de Risco (ACCR) em todos os equipamentos assistenciais, humanizando a assistência, definindo protocolos técnicos assistenciais, melhorando o sistema de informação, fortalecendo a regulação e qualificando os recursos humanos. Como era esperado, tal processo está melhorando a capacidade assistencial e diminuindo a morbimortalidade e as taxas de internação hospitalar, por meio da promoção e prevenção realizadas na atenção primária. Para tanto, já realizamos a implementação, ampliação e adequação da rede hospitalar e de urgência; fazendo-se agora necessário a renovação do parque tecnológico dos hospitais regionais, hospitais especializados, hospitais locais e Unidades de Pronto Atendimento (UPA's); bem como a construção e aquisição de equipamentos para o Hospital de Oncologia de Sergipe; implantação do serviço de remoção inter-hospitalar e transporte sanitário; além da reestruturação do componente pré-hospitalar móvel (SAMU), através da fusão dos serviços existentes no Estado; ampliação de leitos de retaguarda; a qualificação da porta de entrada das urgências; ampliação e qualificação das equipes nas instituições de saúde do Estado.

No que se refere à Atenção Psicossocial, obteve-se significativos avanços com a implantação de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e Residências Terapêuticas, fortalecendo a rede de serviços substitutivos. Com a elaboração, aprovação e implementação da Política Estadual de Atenção Integral aos Usuários de Álcool e Outras Drogas, com ênfase no crack e oxi, espera-se garantir aos usuários do SUS o cuidado integral, humanizado e resolutivo. Os desafios para os próximos anos são: a implantação dos novos serviços para fortalecimento da rede já aprovados pelo Ministério da Saúde, como as Casas de Acolhimento Transitório (CAT) e CAPS AD (Álcool e outras Drogas) tipo III (24 horas) e a qualificação da atenção através da oferta de capacitações e de apoio institucional aos CAPS. A garantia de acesso e cuidado integral nas redes de atenção primária, urgência e emergência, além da organização da oferta de leitos psiquiátricos em hospitais regionais e em clínicas especializadas para as pessoas com transtorno mental e para as que fazem uso de drogas completam os desafios para o fortalecimento do cuidado na atenção psicossocial no Estado. A SES atuará de forma complementar na atuação dos municípios na rede de vigilância à saúde. Cada nível assistencial público e privado, incluindo os laboratórios e consultórios particulares, deverão vigiar e notificar doenças e eventos de notificação compulsória do Regulamento Sanitário Internacional, além das vigentes no país e no Estado, para as autoridades competentes de seu território de atuação. Para o aperfeiçoamento e qualificação do Sistema Estadual de Vigilância Epidemiológica serão necessários investimentos para ampliação e qualificação da equipe, renovação do parque tecnológico, renovação da frota de veículos, construção de um novo Laboratório Central (LACEN), aprimoramento do Sistema Estadual de Imunobiológicos, com a estruturação das centrais regionais de rede de frios.

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 10 de Janeiro de 2016 às 20:59:37

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

No que tange às vigilâncias sanitária, ambiental e de saúde do trabalhador, a SES tem como metas: implantar o sistema de informação em vigilância sanitária (SIVISA); a concretização das diretrizes do Plano Diretor de Vigilância Sanitária (PDVISA), a garantia na reestruturação de espaço físico, a aquisição de novos veículos, a ampliação e a qualificação das equipes de vigilância do Estado e municípios, a estruturação das VISAS e a pactuação das ações de gerenciamento do risco em 100% dos municípios, além das responsabilidades financeiras na contrapartida do Estado e dos municípios para aprimoramento das ações. O objetivo da rede de atenção farmacêutica é atuar de forma transversal e integrada na cadeia produtiva do cuidado, assegurando em cada rede assistencial o uso racional de medicamentos, definindo critérios, parâmetros, indicadores e métodos de forma articulada e integrada, voltados à gestão da qualidade dos serviços da assistência farmacêutica. Com o intuito de integrar e articular estas redes serão construídas as linhas de cuidado Materno-infantil (Rede Cegonha), da Atenção Oncológica, do Politraumatizado, da Atenção ao Idoso, da Atenção Cardiológica (IAM) e Acidente Vascular Encefálico (AVE). Para construção destas linhas de cuidado, a SES necessita de investimentos em ambiência, incremento do número de leitos de retaguarda, ampliação e qualificação dos recursos humanos, aplicabilidade de um gerenciamento do sistema de informação com uma inovação em tecnologia avançada capaz de identificar o percurso do usuário e suas necessidades na rede, e ainda o aumento e melhor distribuição na oferta dos serviços de média complexidade. Para efetivação das redes de atenção torna-se imperativo que o desenho destas redes contemple todas as regionais de saúde. O grande desafio da gestão é integrar as redes assistenciais como um conjunto de ações e serviços de saúde articulados em níveis de complexidade crescente, com a finalidade de garantir que a integralidade da assistência à saúde se situe o mais próximo possível do usuário.

Educação

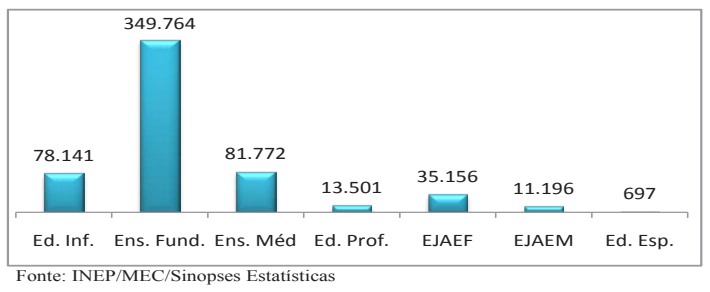
Educação Básica

A ideia de desenvolvimento educacional vem sendo, nos últimos anos, relacionada à ideia de qualidade, e nesse sentido, temos presenciado inúmeras discussões e ações no campo educacional tendo como escopo a qualidade da escola pública e consequentemente do ensino público. A busca pela qualidade na educação perpassa por inúmeros fatores, mas é consenso, no universo educacional, que a escola de qualidade é aquela que é referência nos indicadores culturais locais, ao desenvolvimento sustentável e a consolidação de sua vida na sociedade.

Nesse contexto, o Governo de Estado, propõe um projeto para Educação de Sergipe, pautado no eixo norteador de Cuidar das Pessoas com vistas a elevar a qualidade das Políticas Públicas Educacionais. O princípio é um Governo que está presente na vida das pessoas, que se importa com elas e que busca atender as suas demandas mais prementes possibilitando a construção de um futuro melhor, pautado no desenvolvimento econômico, político, social, cultural e científico assegurando à geração presente e às gerações futuras emprego e efetividade de inclusão social, em um modelo de desenvolvimento sustentável.

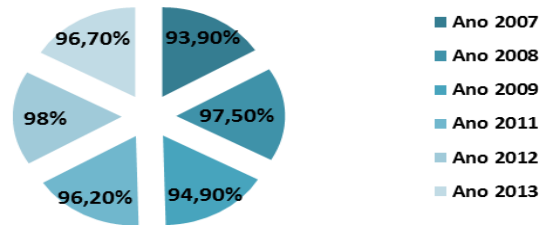
Para contribuir com o cumprimento da missão do Governo, e enfrentar os desafios Educacionais de Sergipe, a Secretaria de Estado da Educação propôs 07 compromissos que nortearão o seu Plano Estratégico e o PPA, e entregarão um produto ou bem que constituirá o legado educacional dos Sergipanos. Esses compromissos estão propostos como objetivos desse documento, norteando a definição das metas e ações do PPA no quadriênio de 2015-2019. É nesse sentido que o foco da SEED hoje, no que diz respeito à Educação Básica, está no combate ao analfabetismo, na valorização do professor e na melhoria da qualidade do ensino ofertado. A Secretaria entende que a qualidade da educação está relacionada às condições de infraestrutura das escolas, à formação continuada e à valorização dos professores e demais profissionais envolvidos no sistema educacional, bem como à concepções curriculares, ao efetivo acompanhamento pedagógico dos estudantes, e nesse sentido, a formulações de políticas públicas e investimentos financeiros com vistas ao avanço na Educação Básica.

No que concerne aos avanços para a universalização da educação básica, o documento preliminar do Plano Estadual de Educação, ressalta que o estado de Sergipe apresenta imensos desafios a enfrentar, principalmente em relação à qualidade do ensino, aos *déficits* concernentes às taxas líquidas de matrícula no Ensino Fundamental e Médio, ao analfabetismo, inclusive o funcional, ao processo de inclusão educacional, dentre outros. Segundo dados do censo escolar 2014, em Sergipe, são 570.227 matrículas na Educação Básica, distribuídas em 2.267 estabelecimentos e 14.824 salas. É no Ensino Fundamental que está o maior percentual dessas matrículas: 61,34%. Conforme gráfico abaixo.



Fonte: INEP/MEC/Sinopses Estatísticas

No ensino fundamental de 09 anos, Sergipe está próximo de alcançar a universalização para toda população de 6 a 14 anos. Em 2013, apresentou 96,7% de taxa líquida de matrícula[1] para essa faixa etária. Os dados apresentados no Documento Preliminar do PEE revelam que estamos a 3,3% da universalização. Mesmo assim os desafios são grandes, pois não se trata apenas de ampliação de oferta ou déficit de salas de aula, mas de buscar resolver questões de exclusão de segmentos populacionais, com políticas públicas específicas. O gráfico abaixo mostra o percentual de crianças de 6 a 14 anos matriculadas no ensino fundamental considerando a taxa líquida de matrícula em Sergipe.



Fonte: IBGE/Pnad / Observatório do PNE

A tabela abaixo nos mostra a matrícula nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, no período de 2010 a 2014, onde podemos observar que a rede municipal apresenta o percentual de 62,38% das matrículas nos anos iniciais e 48,53% nos anos finais.

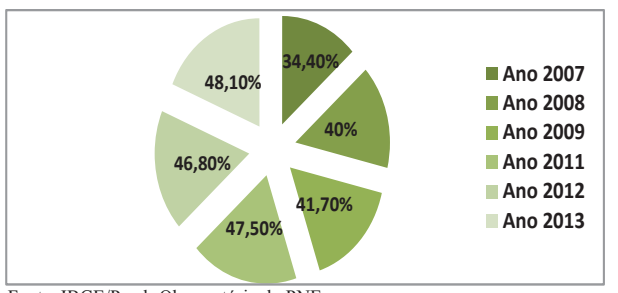
[1] Taxa líquida é a razão entre o número total de matrículas de estudantes com a idade prevista para estar cursando um determinado nível de ensino e a população total da mesma faixa etária. A razão entre o número total de matrículas de uma faixa etária específica e a população desta faixa etária, independendo do nível de escolarização, é a taxa bruta.

REDE	Anos iniciais					Anos finais				
	2010	2011	2012	2013	2014	2010	2011	2012	2013	2014
Federal	0	0	0	0	0	245	239	240	230	245
Municipal	134.020	129.108	125.838	123.811	122.216	74.613	75.084	74.809	75.568	74.673
Estadual	41.181	40.341	37.517	34.249	31.632	67.593	66.016	61.640	56.349	51.666
Privada	31.117	33.999	36.555	39.615	42.073	23.405	24.570	26.264	26.799	27.259
Total	206.318	203.448	199.910	197.675	195.921	165.856	165.909	162.953	158.946	153.843

Fonte: Inep/MEC

No que diz respeito à rede estadual, a matrícula dos anos finais em 2014, alcançou o índice de 33,58%. Em 2013, Sergipe apresentou taxa de atendimento[2] de crianças de 6 a 14 anos de 99%, que corresponde a 348.194 estudantes. Em 2010 a taxa era de 97,2%[3] (342.696 estudantes). Em 2013, apenas 48,10% dos jovens entre 15 e 17 anos estavam matriculados no Ensino Médio, o que nos revela uma situação bastante desfavorável, já que temos menos da metade dos jovens sergipanos, na faixa etária adequada, matriculados nesse nível de ensino.

Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos matriculados no ensino médio - taxa líquida de matrícula em Sergipe



Fonte: IBGE/Pnad- Observatório do PNE

O percentual de estudantes na faixa etária de 15 a 17 anos que está fora do processo educativo é significativamente alto. A tabela abaixo apresenta a evolução da matrícula do ensino médio em Sergipe no período de 2009 a 2014. A rede pública foi responsável, em 2014, por 82,04% das matrículas, sendo que as escolas estaduais abrangem 81,82% desse total.

[2] Taxa de atendimento refere-se ao percentual da população em idade escolar que frequenta a escola. Dados do IBGE/Pnad, disponíveis em http://www.observatoriodopne.org.br.

[3] Dado do Censo Demográfico/IBGE.

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 10 de Janeiro de 2016 às 20:59:37

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

Matrícula do ensino médio, por dependência administrativa - Sergipe

Rede	2009	2010	2011	2012	2013	2014
SERGIPE						
Federal	190	200	199	208	181	175
Municipal	676	217	171	167	0	0
Estadual	62.743	61.967	63.786	64.106	65.123	65.308
Privada	12.560	12.970	13.290	13.915	13.958	14.338
Total	76.169	75.354	77.446	78.396	79.262	79.821

Fonte: INEP

Quanto ao atendimento do Ensino Fundamental e Médio nas comunidades quilombolas e indígenas em Sergipe, os dados são apresentados nas tabelas abaixo:

Matrículas indígenas e em áreas remanescentes de quilombos – ensino fundamental- Sergipe

Ano		Estadual	Municipal	Privada
2013	Indígena	57	0	0
	Quilombola	656	3.228	0
2014	Indígena	459	0	59
	Quilombola	4.740	13.640	167

Fonte: INEP/MEC/Sinopses Estatísticas

Matrículas indígenas e em áreas remanescentes de quilombos – Ensino Médio- Sergipe

Ano		Estadual
2013	Indígena	23
	Quilombola	266
2014	Indígena	145
	Quilombola	1.441

Fonte: INEP/MEC/Sinopses Estatísticas

No que concerne ao desafio do atendimento dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, no Ensino Fundamental, podemos perceber aumento da matrícula nas classes comuns, o que está em consonância com a política de inclusão. Conforme tabela abaixo:

	2010	2011	2012	2013
CLASSES COMUNS	2127	2725	3008	3182
CLASSES ESPECIAIS	411	192	204	181
ESCOLAS EXCLUSIVAS	371	317	283	127

Fonte: Inep/MEC- Observatório do PNE

Comparativo de matrículas dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, nos anos finais em Sergipe – 2007-2013

	CLASSES COMUNS	CLASSES ESPECIAIS	ESCOLAS EXCLUSIVAS
2010	541	2	51
2011	701	0	45
2012	904	9	43
2013	968	9	56

Fonte: Inep/MEC- Observatório do PNE

Outro grande desafio para Educação Básica é a redução das elevadas taxas de reprovação e abandono que colaboram para alta distorção idade-ano.

Taxas de aprovação, reprovação e abandono no Ensino Fundamental por dependência administrativa - Sergipe

Rede	2011	2012	2013	2014	2011	2012	2013	2014	2011	2012	2013	2014
	APROVAÇÃO				REPROVAÇÃO				ABANDONO			
Total	**76**	**78,1**	**78,7**	**78,8**	**19,5**	**17,1**	**17**	**16,8**	**4,5**	**4,8**	**4,3**	**4,4**
Publico	72,6	74,6	74,9	74,6	22,1	19,6	19,9	20	5,3	5,8	5,2	5,4
Privada	93,7	94,5	95,3	95,6	5,9	5,1	4,4	4,1	0,4	0,4	0,3	0,3
Municipal	72,9	74,4	76,7	76,5	22	20,3	18,5	18,5	5,1	5,3	4,8	5
Federal	90,7	--	68,9	60,8	9,3	--	29,4	39,2	0	--	1,7	0
Estadual	72,1	75	71	70	22,2	18,3	23	23,4	5,7	6,7	6	6,6

Fonte: Inep/MEC

Os maiores índices de reprovação e abandono são observados nos Anos Finais do Ensino Fundamental, conforme tabela abaixo:

Rede	ANOS INICIAIS			ANOS FINAIS		
	2014			2014		
	Taxa de aprovação	Taxa de reprovação	Taxa de abandono	Taxa de aprovação	Taxa de reprovação	Taxa de abandono
Total	**86,4**	**11,4**	**2,2**	**69,1**	**23,6**	**7,3**
Público	83,3	14,1	2,6	64	27,2	8,8
Privada	97,7	2	0,3	92,3	7,3	0,4
Municipal	83,1	14,1	2,8	65,8	25,7	8,5
Federal	--	--	--	60,8	39,2	0
Estadual	83,8	13,7	2,5	61,5	29,3	9,2

Fonte: Inep/MEC

Comparativo das taxas de aprovação, reprovação e abandono no Ensino Médio por dependência administrativa - Sergipe

Rede	2011	2012	2013	2014	2011	2012	2013	2014	2011	2012	2013	2014
	APROVAÇÃO				REPROVAÇÃO				ABANDONO			
Total	**73,1**	**75,5**	**72,9**	**71,3**	**13,7**	**10,8**	**14,2**	**15,1**	**13,2**	**13,7**	**12,9**	**13,6**
Público	69,7	72,2	69	66,4	14,7	11,4	15,6	17	15,6	16,4	15,4	16,6
Privada	90,3	91,3	91,8	93,2	8,9	7,8	7,5	6,3	0,8	0,9	0,7	0,5
Municipal	92,8	96,1	--	--	0,6	3,2	--	--	6,6	0,7	--	--
Federal	79,5	58,8	84,6	85,5	16,4	35,3	11,5	12,6	4,1	5,9	3,9	1,9
Estadual	69,4	72,1	68,6	66,3	14,7	11,4	15,7	17,1	15,9	16,5	15,7	16,6

Fonte: Inep/MEC

Temos ainda no Ensino Médio, um grande desafio relacionado aos dados de Reprovação e Abandono escolar na 1ª série. Assim como o abandono na 2ª série. Conforme tabela abaixo, que apresenta os dados de 2014.

Rede	Aprovação			Reprovação			Abandono		
	1ª série	2ª série	3ª série	1ª série	2ª série	3ª série	1ª série	2ª série	3ª série
Total	**61,3**	**73,5**	**85,7**	**21,6**	**13,7**	**5,7**	**17,1**	**12,8**	**8,6**
Publico	56,1	68,7	82,4	23,8	15,5	6,7	20,1	15,8	10,9
Particular	89,3	93,6	97,5	10	6	2,1	0,7	0,4	0,4
Municipal	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Federal	76	88,3	100	20,8	10,4	0	3,2	1,3	0
Estadual	56	68,7	82,4	**23,8**	15,5	6,7	20,2	15,8	10,9

Fonte: Inep/MEC

Sobre a distorção idade-ano os dados refletem os altos índices de reprovação e evasão apresentados anteriormente. O retrato desses indicadores está diretamente relacionado à qualidade do ensino, situação que exige uma mobilização, por parte de todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem com vistas à melhoria desses indicadores.

Taxa de distorção idade/ano no Ensino Fundamental, Sergipe 2011-2014.

Rede	2011	2012	2013	2014
Total	**37,3**	**36,2**	**34,6**	**33,7**
Estadual	43,2	42,2	40,7	41,9
Federal	13	13,8	17,4	22,9
Municipal	42,7	42	40,5	39,1
Privada	8,2	8,4	8,4	8,4
Publico	42,8	42	40,6	40

Fonte: Inep/MEC

Em 2014, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, as taxas de distorção idade-ano apresentaram um pequeno decréscimo. Entretanto podemos verificar que nos anos finais esses índices aumentaram.

Comparativo das taxas de distorção idade-ano nos anos iniciais e finais por dependência administrativa – Sergipe- 2013/2014

REDES	ANOS INICIAIS		ANOS FINAIS	
	2013	2014	2013	2014
TOTAL	27,1	24,5	43,9	45,4
ESTADUAL	28,6	27,3	48,1	50,9
FEDERAL	-	-	17,4	22,9
MUNICIPAL	33,1	30	52,7	54,2
PRIVADO	6,8	6,8	10,8	10,9
PÚBLICO	32,2	29,4	50,6	52,8

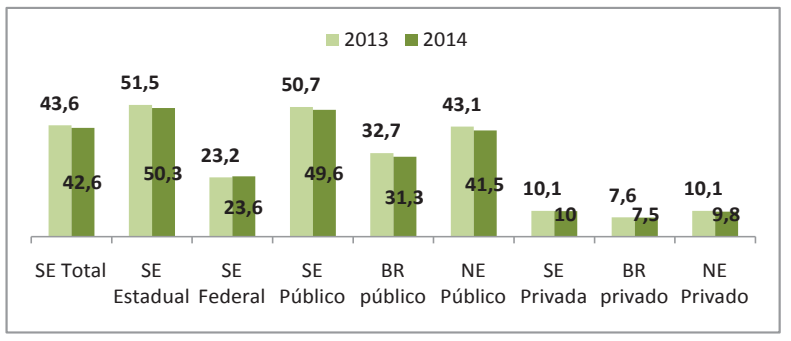
Fonte: Inep/MEC/Indicadores Educacionais

A taxa de distorção idade-série, no Ensino Médio, em 2014 extrapola a média nacional e do nordeste, alcançando o patamar de 49,6% na rede pública e de 10,0% na rede privada. Note-se que, no referido ano, ocorreu um pequeno decréscimo nas taxas de distorção idade-série, tanto nas redes estadual quanto privada, quando comparadas ao ano de 2013. Apesar da sensível redução, essas taxas denunciam a fragilidade no efetivo monitoramento do processo educativo.

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 10 de Janeiro de 2016 às 20:59:37

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

Comparativo das taxas de distorção idade-ano no ensino médio por dependência administrativa – Sergipe- 2013/2014



Fonte:MEC/Inep/DEED/Indicadores Educacionais

A Educação de Jovens e Adultos é mais um grande desafio para a rede estadual. Enquanto modalidade de ensino, a EJA perpassa todos os níveis da Educação Básica e tem como público alvo jovens, adultos e idosos que não deram continuidade em seus estudos assim como jovens que não tiveram oportunidade de acesso ao Ensino Fundamental e Ensino Médio na idade certa.

Em Sergipe, de acordo com o censo escolar de 2014, das 46.352 matrículas na EJA, 35.156 estavam no Ensino Fundamental e 11.196 no Médio, incluindo presencial, semipresencial e integrada à educação profissional. A rede estadual apresentou, nesse período, uma matricula de 18.218 jovens e adultos. Conforme tabela abaixo.

	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014
Municipal	27.985	26.582	27.694	29.463	25.851
Estadual	25.817	27.263	25.309	21.892	18.218
Federal	461	351	395	232	175
Privada	2.040	2.035	2.608	2.637	2.108
Total	56.303	56.231	56.006	54.224	46.352

Fonte: INEP/MEC

Entre o público da EJA, observamos ainda altas taxas de analfabetismo. A partir dos dados divulgados pelo IBGE no Censo 2010, o percentual de jovens acima de 15 anos, adultos e idosos sem alfabetização, no Estado de Sergipe, é de 18,4%. Em média 278.221 pessoas de 15 anos ou mais de idade que não sabiam ler ou escrever, de acordo com o censo 2010. Os dados apresentados mostram que Sergipe está distante do que prevê o Plano Nacional de Educação,

que para 2015 tem a estimativa de 93,5% de população alfabetizada, quando hoje essa taxa é de 81,6%. Além dos analfabetos, temos ainda aqueles denominados de analfabeto funcional, pessoas com 15 anos ou mais de idade que sabem ler e escrever, mas não entendem o que lê. Segundo dados da PNAD em 2013, o estado apresentou uma taxa de analfabetismo funcional de 27%.

Algumas ações vêm sendo desenvolvidas no Estado de Sergipe para melhorar esses indicadores, a exemplo do Programa Brasil Alfabetizado, proposto pelo Governo Federal. O programa foi implantado no Estado desde 2007, com o nome de "Sergipe Alfabetizado", coordenado pela Secretaria de Estado da Educação, com a participação das secretarias municipais de educação e algumas representações da sociedade civil organizada.

Entre 2007 a 2013 o "Sergipe Alfabetizado", atendeu 215.823 mil jovens, adultos e idosos que iniciaram seu processo de alfabetização. Com uma previsão de atender63 mil alfabetizandos no período de 2015 a 2018.

No que diz respeito ao desempenho nas avaliações da Prova Brasil os resultados para a educação de Sergipe se mostram insuficientes. Podemos observar, nas tabelas abaixo que os anos iniciais apresentam melhores resultados para o índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que os anos finais.

IDEB 4ª SÉRIE / 5º ANO

REDE ESTADUAL												
	IDEB Observado					Metas Projetadas						
Estado	**2005**	**2007**	**2009**	**2011**	**2013**	**2007**	**2009**	**2011**	**2013**	**2015**	**2017**	**2019**	**2021**
Sergipe	3.0	3.4	3.7	3.9	4.1	3.1	3.4	3.8	4.1	4.4	4.7	5.0	5.3

IDEB 8ª SÉRIE /9º ANO

REDE ESTADUAL												
	IDEB Observado					Metas Projetadas						
Estado	**2005**	**2007**	**2009**	**2011**	**2013**	**2007**	**2009**	**2011**	**2013**	**2015**	**2017**	**2019**	**202**
Sergipe	2.9	2.9	2.7	2.9	2.7	2.9	3.0	3.3	3.7	4.1	4.4	4.6	4.9

No ensino Médio o Desempenho não foi satisfatório. A rede estadual apresentou resultados muito abaixo da meta projetada.

3ª SÉRIE DO EM												
REDE ESTADUAL												
	Ideb Observado					Metas Projetadas						
Estado	**2005**	**2007**	**2009**	**2011**	**2013**	**2007**	**2009**	**2011**	**2013**	**2015**	**2017**	**2019**	**2021**
Sergipe	2.8	2.6	2.9	2.9	2.8	2.9	3.0	3.1	3.4	3.7	4.2	4.4	4.7

Os dados apresentados nos revelam a importância de definirmos metas e ações estratégicas que fortaleçam as escolas estaduais, e a partir do regime de colaboração, as escolas municipais, de modo que possamos alcançar os índices ideais de aprendizado adequado e qualidade educacional. Nesse sentido, a ideia é colocar em prática ações objetivas, para que alcancemos o status de referência na qualidade e na melhoria dos indicadores na área de educação.

Para tanto, o Governo propõe a união de esforços dos gestores, educadores, pais, políticos, empresários e a sociedade, para que juntos, possam trabalhar, e encontrar soluções para melhorar o ensino em Sergipe.

Educação Profissional

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/ 1996, em seus artigos 36 e 39 ressalta que uma das propostas do ensino médio é preparar os Jovens para o exercício de profissões técnicas, e essa formação pode ser desenvolvida articulada ao ensino médio ou subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído esse nível de ensino. A Educação Profissional articulada ao ensino médio pode acontecer de forma integrada: na mesma instituição de ensino, com matrícula única para cada estudante; e concomitante: na mesma ou em outras instituições de ensino, com dupla matrícula e dupla certificação. É importante salientar que independente da forma de oferta, as unidades de ensino devem organizar o currículo do ensino médio de forma que as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura como eixo integrador entre os conhecimentos de distintas naturezas, estejam presentes. Tendo o trabalho, a pesquisa e os direitos humanos, como princípio educativo, pedagógico e norteador, os cursos de educação profissional técnica de nível médio tem a finalidade de proporcionar ao estudante conhecimentos, saberes e competências profissionais necessários ao exercício profissional e da cidadania, com base nos fundamentos científico-tecnológicos, sócios históricos e culturais considerando a Resolução CNE/CEB Nº 06, de 20 de setembro de 2012, em seu artigo 5º.

Prioritariamente, a oferta de educação profissional deve ser feita considerando as particularidades socioeconômica e ocupacional do Estado, e as unidades de educação profissional devem ser dotadas de infraestrutura física e recursos humanos, de maneira que qualifiquem seus estudantes para que possam atender às demandas do Estado. O governo Federal, vem ao longo dos anos propondo algumas ações estratégicas que visam estimular o desenvolvimento do ensino médio integrado à educação profissional, a exemplo do Programa Brasil Profissionalizado, que tem, dentre outros, o objetivo de fomentar a expansão da oferta de matrículas no ensino médio integrado à educação profissional, pela rede pública de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive na modalidade a distância. Outra importante ação é o e-Tec Brasil que tem por finalidade desenvolver a educação profissional e tecnológica, na modalidade de educação a distância, ampliando e democratizando a oferta e o acesso à educação profissional pública e gratuita no País. E por ultimo o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) cujo objetivo é expandir, interiorizar e democratizar a oferta da educação profissional técnica de nível médio, presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional.

Temos ainda, outra importante ação que abrange a educação profissional técnica de nível médio, articulada ao ensino médio, o PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. O programa instituído pelo Governo Federal visa promover a inclusão dos sujeitos que concluíram o Ensino Fundamental, já em distorção idade-ano. A oferta de PROEJA em Sergipe é liderada pela rede federal, em 2014 foram 175 alunos matriculados. Na rede estadual essa oferta é insipiente como mostra a tabela abaixo.

REDES	2010	2011	2012	2013	2014
ESTADUAL	0	0	48	70	43
FEDERAL	461	350	395	232	175
PRIVADA	0	0	0	0	21

Fonte: Inep/MEC

Em Sergipe a oferta da educação profissional técnica de nível médio é feita pela rede pública estadual; pela rede federal, através do Instituto Federal; pelos estabelecimentos do sistema S e pelos estabelecimentos mantidos exclusivamente pela iniciativa privada. No ano 2014, a matrícula da educação profissional integrada ao ensino médio corresponde a 2,44% da

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 10 de Janeiro de 2016 às 20:59:37

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

matrícula total do ensino médio que foi de 79.821. É nesse sentido que, na proposta do Plano Estadual de Educação, a Rede Estadual, que é a maior ofertante do Ensino Médio, possui o maior desafio para integrar a educação profissional a esse nível de ensino. Podemos perceber esse fato observando, na tabela abaixo, a evolução da matricula da Educação Profissional integrada ao Ensino Médio.

Ano	Estadual	Federal	Privada	Total
2010	0	1515	101	1679
2011	118	1399	133	1650
2012	98	1602	159	1859
2013	50	1569	138	1757
2014	158	1581	212	1951

Fonte: Inep/MEC

A oferta de educação profissional **concomitante** vem crescendo gradualmente, este fenômeno está relacionado à oferta do PRONATEC, conforme tabela abaixo:

Ano	Estadual	Federal	Privada	Total
2010	61	96	92	249
2011	111	83	21	215
2012	75	182	7	264
2013	0	111	79	190
2014	130	273	1133	1536

Fonte: Inep/MEC

A rede estadual ofertou cursos concomitantes em parceria com o Instituto Federal e SENAI, sendo demandante do PRONATEC e não ofertante.

Temos ainda a matrícula da educação profissional na forma ***subsequente***, conforme tabela abaixo:

Ano	Estadual	Federal	Privada	Total
2009	304	1478	243	2025
2010	620	1448	470	2538
2011	1320	1534	827	3681
2012	1217	1991	718	3926
2013	333	2381	1516	4230
2014	578	2431	8956	11965

Fonte: Inep/MEC

No que concerne aos estabelecimentos que ofertam a educação profissional no estado de Sergipe, a rede estadual possui cinco (5), sendo quatro deles na zona urbana e 1 na zona rural, todos em atividade. O grande desafio que se propõe para rede estadual hoje, no que diz respeito à Educação Profissional, é o crescimento as matricula na modalidade integrada ao ensino médio. E nesse contexto, é fundamental investir na capacitação e formação continuada do pessoal envolvido no processo pedagógico, principalmente dos professores e técnicos, e na infraestrutura dos Centros de Educação Profissional.

Cultura

A cultura é um instrumento de relações sociais e a forma pela qual os homens atuam. Não pode ser reduzida a mero entretenimento, mas se traduz nas referências históricas, costumes, condutas, desejos e reflexões de um povo, de uma sociedade. Democratizar a cultura é promover o acesso aos bens culturais, permitindo às pessoas se elevarem, se emanciparem, tornando-as mais consciente do seu papel de cidadão, despertando nos cidadãos sergipanos o sentimento de pertencimento, através de seus valores culturais e de suas raízes.

É preciso desenvolver a valorização daquilo de que Sergipe dispõe em termos de cultura, promovendo projetos, desenvolvendo atividades capazes de gerar emprego e de estimular a vida econômica e social. Os dados culturais não mais se resumem a gastos com cultura em si, mas a cultura no sistema de educação, a cultura na redução da violência, a cultura como promotora de ações inclusivas sociais. Essa transversalidade beneficia não apenas aqueles já envolvidos em atividades culturais, mas também toda a população, tendo assim um efeito multiplicador e tornando instrumento eficaz, na luta contra a violência, a pobreza e mazelas sociais. Há de se irrigar a criatividade da arte e da cultura para a educação, a política, a economia e a segurança. A aplicação de recursos na cultura tem um significado econômico sensível na dinâmica do desenvolvimento estadual, não devendo ser entendido como gasto, mas como investimento social, que oportuniza o desenvolvimento de atividades profissionais, a exemplo da música, artesanato, gerando empregos, fornecendo ocupação do tempo ocioso das crianças e adolescentes. Nesse sentido, a Secretaria de Estado da Cultura está prevendo para o próximo quadriênio políticas de incentivo e promoção da cultura, além de preservar, proteger e valorizar o patrimônio cultural sergipano, de modo a fortalecer sua identidade.

O acesso à cultura é fundamental para a construção de uma sociedade inclusiva. É importante que todos possam estar inseridos nos movimentos artístico-culturais, seja como espectador ou "fazedor de cultura", em que a capacidade criativa, inventiva, a sensibilidade e a imaginação são estimuladas enquanto formas de expressão. Para tanto, faz-se necessário promover a qualificação profissional dos agentes culturais, a ampliação de plateias, além da valorização e promoção dos produtos culturais sergipanos. O investimento em formação cultural amplia horizontes e distribui renda, permite que talentos se destaquem e seja formado um público que consuma e produza uma cultura mais elaborada, além de ampliar o mercado de trabalho dos artistas.

A identidade cultural de uma população se faz também através da preservação do patrimônio histórico, recuperar e reconhecer o patrimônio cultural permite manter o registro dos acontecimentos e fases da história de uma região. Um povo sem um acervo de conhecimentos, arte e memória, não tem referências que lhe permitam projetar-se ao futuro. O patrimônio cultural é bastante vasto, envolve todos os campos da ação humana, tangíveis ou intangíveis, imagens, danças, objetos, músicas, histórias, lendas, documentos, está é a base de nossa identidade. Dentro dessa premissa, as bibliotecas, museus e o arquivo público representam lugares de preservação da memória de um povo, sendo extremamente relevante desenvolver políticas públicas para a manutenção desses espaços. Insta destacar que a Secretaria de Estado da Cultura no desempenho de suas atribuições, gerencia unidades culturais de grande relevância para o desenvolvimento social, nas mais diversas áreas.

Outra unidade cultural relevante em Sergipe é o Palácio-Museu Olímpio Campos – PMOC, administrado pela Secretaria de Estado da Casa Civil. Localizado em um prédio histórico, tombado pelo patrimônio estadual, caracteriza-se como uma instituição de natureza museológica, educacional e política. No período de 2016-2019, o PMOC desenvolverá ações para preservação do seu importante acervo, utilizando-se de técnicas específicas para sua guarda e conservação, bem como a prospecção e a coleta de novos acervos da memória política do estado. Buscará ampliar o conhecimento e a educação patrimonial de nossa gente pelo permanente estímulo do seu contato com o acervo do PMOC, seja através da visitação as sua instalações, seja participando de cursos, palestras e exposições itinerantes, tanto na capital quanto nos municípios do interior, bem como através da publicação de impressos, livros e outros que difundam o conhecimento ao maior número possível de cidadãos sergipanos.

Além disso, não se pode deixar de mencionar a importância dos eventos culturais para a sociedade, pois agregam à população conhecimento, lazer, formação intelectual, revelam os costumes, tradições e expressões populares artísticas, além de propulsionar a geração de emprego e renda. Alinhada a política de promoção e acesso à cultura, a Fundação Aperipê - FUNDAP, instituição pública vinculada a Secretaria de Cultura, possui o compromisso de apoiar e incentivar as manifestações que evidenciam a pluralidade cultural presente no Brasil, e, especialmente, com os aspectos mais importantes de Sergipe, buscando, através de seu sistema de comunicação/radiodifusão, incentivar e fortalecer a cultura local em suas diversas expressões, através de uma programação voltada para tudo o que representa o modo de vida sergipano, a exemplo do estímulo à produção musical e cinematográfica e a difusão dos trabalhos de nossos artistas.

Ressalta-se, ainda, que a Secretaria de Estado da Cultura está realizando o Plano Estadual de Cultura para um período de dez anos, alinhado às metas do Plano Nacional de Cultura que engloba linguagens artísticas e múltiplas identidades e expressões culturais. O Plano Estadual reafirma o papel indutor do Governo em reconhecer a diversidade cultural, garantindo o pluralismo de gêneros, estilos, tecnologias e modalidades. Desse modo, a Secretaria de Cultura pretende institucionalizar as políticas culturais mediante normatização do conjunto legislativo da cultura sergipana, por meio da Lei Orgânica da Cultura, Lei do Sistema Estadual de Bibliotecas e do Programa Estadual de Incentivo à Cultura. No âmbito das ações museais, a serem realizadas a curto, médio e longo prazo, destacam-se aquelas de recuperação, preservação e difusão, através de seu marco legal que é o Sistema Estadual de Museus, o qual é de extrema importância e representa um marco na história do desenvolvimento do campo museal sergipano. Pela primeira vez, temos uma Lei (7.648/2013) criando assim, um planejamento e uma agenda política desta área, elaborada de forma conjunta com as diversas instituições museais do Estado.

A criação e consolidação do Sistema Estadual de Cultura, o qual é uma junção de Plano, Fundo, Conselho e Indicadores culturais, oferece uma oportunidade histórica para a adequação da legislação e da institucionalidade da cultura sergipana.

Assim, as políticas culturais que nortearão os próximos quatro anos, serão fortalecidas e alinhadas aos modelos já utilizados no âmbito federal, tendo um padrão de gestão adequado às novas políticas, com criação de editais, realização de festivais de teatro, dança, música e uma participação popular intensa através do Conselho Estadual de Cultura, dos Seminários Culturais, do Comitê Gestor do Sistema Estadual de Museus e do Plano Estadual de Cultura.

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 10 de Janeiro de 2016 às 20:59:37

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

Segurança Pública e Administração Penitenciária

Segurança Pública

Sergipe é o menor estado brasileiro, abrangendo uma área de 21.910,34 km2, que corresponde a 0,26% do território nacional e 1,4% da Região Nordeste. É constituído por 75 municípios. Parte do território sergipano está inserida no Polígono das Secas. A população de Sergipe é de 2.219.574 habitantes (IBGE, 2014), com um elevado padrão de miscigenação em decorrência do encontro dos três grupos étnicos que aportaram nesse território: indígena, cujos registros de presença no território sergipano datam de cerca de nove mil anos; o branco, de origem portuguesa e espanhola que aportou nas terras já ocupadas pelos índios logo após o descobrimento e o negro, originário da África, trazido pelos europeus, como escravos, para trabalhar nas atividades agrícolas, especialmente na cana-de-açúcar.[4] A cidade mais populosa do Estado é Aracaju, sua capital, a qual foi criada pela resolução n.º 413, de 17 de março de 1855. Com uma área de 181,857 Km2, a população é de 623.766 habitantes (estimativa da população residente nos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2014, IBGE/2014) com uma elevada densidade demográfica, de cerca de 3 430 hab./Km2. Aracaju é a sede da Região Metropolitana, que inclui ainda os municípios de Barra dos Coqueiros (28.093 hab.), Nossa Senhora do Socorro (174.974 hab.) e São Cristóvão (85.814 hab.), e segundo estimativa realizada pelo IBGE em 2014 concentra cerca de 40% da população. Entre outras cidades importantes destaca-se Itabaiana (92.732 hab.), Lagarto (101.305 hab.), Estância (67.953 hab.) e Tobias Barreto (50.971 hab.) todas com mais de 50 mil habitantes.

Ao todo, o Estado tem seus municípios divididos nas mesorregiões do Leste, Agreste e Sertão sergipano, contudo, para as ações governamentais, o Estado foi dividido em oito territórios de planejamento, considerando aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais, os quais são abaixo identificados:

[4] Extraído de INOVAÇÃO DA GESTÃO: A CONSTRUÇÃO DO MÉTODO DE AVALIAÇÃOESTRATÉGICA DO GOVERNO DE SERGIPE Maria Lúcia de Oliveira Falcón, Guilherme Maia Rebouças, Paulo Sérgio Duarte de Almeida Valladares, Marcel Menezes Fortes, in II Congresso Consad de Gestão Pública – Painel 51: Macropolítica de gestão nos Estados. População atualizada 2014

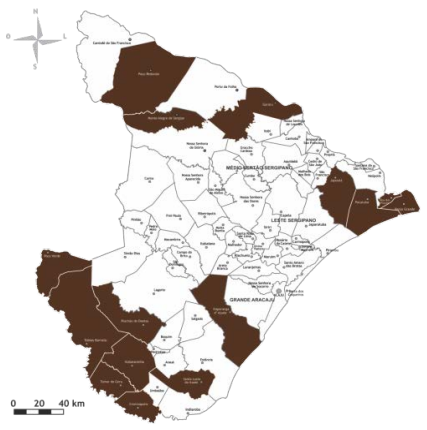
Mapa 1



Caracterizações socioeconômicas

Dados do Atlas de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM) 2013, publicado pela ONU, demonstram um patamar de evolução sem precedentes nos municípios sergipanos nos indicadores avaliados que contemplam, sobretudo, três dimensões: longevidade, renda e educação. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Sergipe cresceu 62% a mais do que a média nacional, que foi de 47%.–Dados do Observatório de Sergipe revelam que a expectativa de vida da população sergipana chegou a 71,9 anos, em 2013, o que não tem sido maior devido ao grande impacto que as mortes violentas vêm representando no perfil de mortalidade da população jovem e adulta. A expectativa da população masculina ficou em torno de 67,7 anos, enquanto que a feminina em 76,1 anos, uma disparidade considerada alta, em torno de 8,4 anos. Entre a população com idade de 15 a 39 anos, as mortes por agressão constituíram a primeira causa específica de mortalidade no Estado. No período de 2011 a 2014 ocorreram 3.353 homicídios, sendo 3.110 homens e 224 mulheres, das quais 2.649 (79%) deram-se exclusivamente nessa faixa etária. Em Sergipe, os municípios de Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão e Propriá são os que possuem maior IDHM. Quanto ao aspecto 'renda', o ranking se apresenta da seguinte forma: Aracaju, Barra dos Coqueiros, Itabaiana, Propriá e Estância, representando uma evolução do processo da interiorização do desenvolvimento, no período de 1991 a 2010.

Mapa 2 - Ranking dos 15 piores IDHM – 2010



Ranking IDHM	Municípios
75º	Poço Redondo
74º	Riachão do Dantas
73º	Brejo Grande
72º	Santa Luzia do Itanhy
71º	Tomar do Geru
70º	Monte Alegre de Sergipe
69º	Cristinápolis
68º	Pacatuba
67º	Itabaianinha
66º	Tobias Barreto
65º	Japoatã
64º	Poço Verde
63º	Itaporanga D'Ajuda
62º	Ilha das Flores
61º	Gararu

Fonte: Atlas IDHM - PNUD

Segundo pesquisa realizada por Fonseca (2013) [5] com base na população total residente (IBGE), índice de desenvolvimento humano (Firjan) e índice de homicídios (SSP), no período de 2006 a 2010, observou se que há uma correlação significante direta entre homicídios e pessoas em situação de extrema pobreza (pessoas que vivem com menos de R$ 70,00 reais por mês), indicando que quanto maior essa taxa, maior o número de ocorrência de homicídios. O estudo de Fonseca (2013) identificou, através da análise estatística probabilística com cálculo de correlação posto-ordem de Spearman, o estabelecimento de correlação significativa entre ocorrência da violência e alguns fatores socioambientais. O resultado desse cálculo estatístico apontou correlação significativa positiva entre crescimento da população (2006 a 2010) e desenvolvimento municipal (2010), indicando que com crescimento por migração o desenvolvimento humano também cresceu, podendo ser levantada a hipótese de que a melhoria das condições de vida do município atrai população migrante. Outra correlação significante observada, mas inversa, está entre saúde e homicídios, indicando que o melhor acesso aos serviços de saúde para atendimento pré-natal e diminuição de óbitos por causas evitáveis e causas mal definidas, têm relação com a diminuição do índice de homicídios, podendo ser levantada a hipótese de melhor administração municipal, o que também deve incidir sobre a qualidade da segurança pública: policiamento ostensivo; envolvimento da

[5] FONSECA, Vania ; SILVA, Patrícia Santos; MARQUES, Verônica Teixeira; FERRO, Sandra Regina Oliveira Passos de Bragança; OLIVEIRA, Klebson Santana de ; OLIVEIRA, Samyle Regina Matos; ANDRADE, Monike Barbosa; OLIVEIRA, Silverlane Bento de AMBIENTE E VIOLÊNCIA EM SERGIPE. MAPEAMENTO DOS HOMICÍDIOS NOS MUNICÍPIOS SERGIPANOS OCORRIDOS NO PERÍODO 2006 A 2012.

comunidade na prevenção; ação repressiva eficaz/certeza de punição; iluminação pública; edificação descontígua (existência de terrenos desocupados entre a área edificada). Também podem ser relevantes as informações sobre pontos de diminuição da velocidade de veículos; existência de terrenos baldios com vegetação arbustivo-arbórea e ausência de muros; áreas ermas; uso de álcool e drogas ilícitas; ocorrência de shows com excesso de ruídos, pregação da não tolerância ou da segregação racial e/ou social, e outras (Fonseca, 2013).

A situação acima exposta evidencia também que quanto maior o desenvolvimento no município menor o número de homicídios, demonstrando assim que políticas públicas de disponibilização a todos os cidadãos de serviços básicos de saúde, educação, lazer e infraestrutura são condicionantes para um resultado positivo nos índices de segurança pública.

Mortes Violentas Intencionais (Homicídios Dolosos)

Segundo relatório da ONU divulgado em abril de 2014, o Brasil, quanto à criminalidade violenta, não se distancia dos 10 países mais perigosos do mundo com mortes causadas por armas de fogo, com uma taxa de 25 homicídios para cada 100 mil habitantes em 2012. A Colômbia é o décimo país mais perigoso, com uma taxa de 30,8 para cada 100 mil com mortes (verificar a consistência da origem da informação) por armas de fogo.

1. Honduras (90,4 homicídios para cada 100 mil habitantes)
2. Venezuela (53,7 para cada 100 mil)
3. Belize (44,7 para cada 100 mil)
4. El Salvador (41,2 para cada 100 mil)
5. Guatemala (39,9 para cada 100 mil)
6. Jamaica (39,3 homicídios para cada 100 mil)
7. Suazilândia (33,8 para cada 100 mil)
8. São Cristóvão e Nevis (33,6 para cada 100 mil)
9. África do Sul (31 para cada 100 mil)
10. Colômbia (30,8 para cada 100 mil)

Dados do Mapa da Violência (2014), utilizando informações do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS), para o período compreendido entre 2002 e 2012, informa que os estados mais violentos do Brasil em 2012 com mortes por armas de fogo foram Alagoas com 55,3 para cada 100 mil habitantes, Espírito Santo (39,4), Pará (34,6),

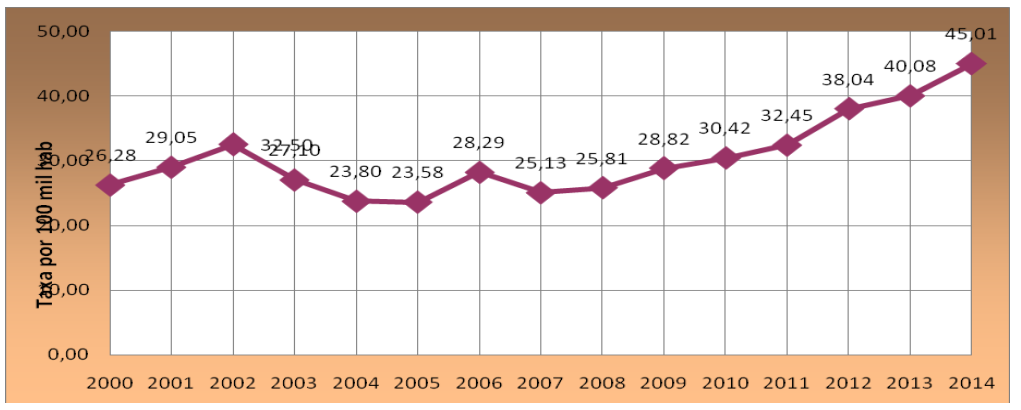
Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 10 de Janeiro de 2016 às 20:59:37

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

Bahia (34,4) e Paraíba (32,8). Os estados com menos mortes por armas de fogo são: Roraima (7,1), Piauí (8), Santa Catarina (8,5) e São Paulo (9,3). O Rio de Janeiro teve taxa de 26,4 mortes para cada 100 mil; Minas Gerais (13,4), Rio Grande do Sul (16,3) e o Distrito Federal (25,3). Em um dos países com as maiores taxas de violência letal do mundo, o estado de Sergipe vem apresentando um significativo incremento no número de homicídios, principalmente nos últimos anos. Se, em 2012, o Brasil apresentou o patamar de 29 homicídios por 100 mil habitantes, Sergipe obteve a sua maior taxa histórica, com 45,01 mortes por 100 mil habitantes, segundo dados fornecidos pela Coordenadoria de Estatística e Análise Criminal/Polícia Civil, para o período mais recente (gráfico 2). A questão da violência e da criminalidade no estado de Sergipe não se revela diferente do resto do Brasil. Depreende-se da análise da série histórica da taxa de homicídios dolosos, extraída do período compreendido entre os anos de 2000 a 2014, uma tendência de aumento do número de homicídios, alcançando-se a taxa de 45,01 por 100 mil habitantes no ano de 2014. Baseando-se nos critérios da Organização das Nações Unidas – ONU a situação é considerada como de "epidemia de assassinatos", já que ultrapassam 10 por 100 mil habitantes.

Gráfico 2

Evolução dos Homicídios Dolosos em Sergipe2000-2014 (%)



Fonte: IML - CEACRIM/SSP/SE

Sergipe, de acordo com o Mapa da Violência 2014, baseado nas taxas de 2012, ocupava a 6ª posição no número de homicídios. Observa-se uma pequena diferença entre a taxa apresentada pelo Mapa da Violência, que utiliza os dados da saúde, e a apresentada pelo Ceacrim/SE, o que deve ser levado em conta na análise comparativa real dos dados entre os Estados. Segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado em 2014, ocupávamos a 6ª posição.

Tabela 2

Ranking dos Estados Brasileiros por taxas de Homicídios Dolosos

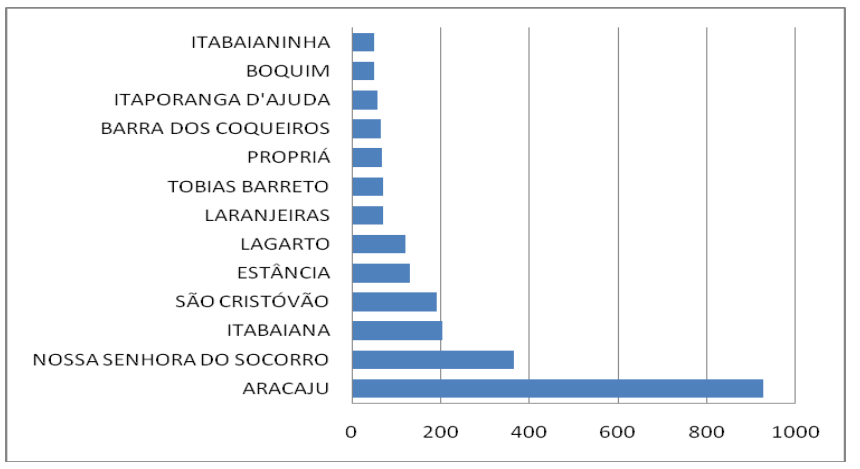
Estados	Ano 2012	Posição
Alagoas	63,3	1
Espírito Santo	47,3	2
Ceará	44,6	3
Goiás	44,3	4
Bahia	41,9	5
Sergipe	41,8	6
Pará	41,7	7
Paraíba	40,1	8
Distrito Federal	38,9	9
Pernambuco	37,1	10
Amazonas	36,7	11
Amapá	35,9	12
Roraima	35,4	13
Rio Grande do Norte	34,7	14
Mato Grosso	34,3	15
Rondônia	32,9	16
Paraná	32,7	17
Rio de Janeiro:	28,3	18
Acre	27,5	19
Mato Grosso do Sul	27,1	20
Tocantins	26,2	21
Maranhão	26	22
Minas Gerais	22,8	23
Rio Grande do Sul	21,9	24
Piauí	17,2	25
São Paulo	15,1	26
Santa Catarina	12,8	27

Fonte: MAPA DA VIOLÊNCIA 2014, pg. 37, 201

Estudos da SSP/SE apontam que as maiores ocorrências dos homicídios em Sergipe entre 2011 a 2014 se concentraram em 13 municípios: Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, Itabaiana, São Cristóvão, Estância, Lagarto, Laranjeiras, Tobias Barreto, Propriá, Barra dos Coqueiros, Itaporanga D´Ajuda, Canindé de São Francisco, Boquim e Itabaianinha.

Gráfico 3

Homicídios Dolosos em Sergipe Por Municípios- 2011 a 2014



Administração Penitenciária

A população carcerária de Sergipe está em torno de 4.300, distribuída em 08 (oito) unidades prisionais, quais sejam: 1. Complexo Penitenciário Dr. Manoel Carvalho Neto (COPEMCAN) – município de São Cristóvão; 2. Presidio Feminino (PREFEM) – município de Nossa Senhora do Socorro; 3. Cadeia Territorial de Nossa Senhora do Socorro (CADEIAO) – município de Nossa Senhora do Socorro; 4. Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP) – município de Aracaju; 5. Penitenciária Estadual de Areia Branca (PEAB) – município de Areia Branca; 6. Presídio Regional Juiz Manoel Barbosa de Souza (PREMABAS) – município de Tobias Barreto; 7. Presídio Regional Senador Leite Neto (PRESLEN) – município de Nossa Senhora da Glória; 8. Complexo Penitenciário Advogado Antônio Jacintho Filho (COMPAJAF) – município de São Cristóvão. Esta última unidade, é a única operacionalizada por Co-Gestão, no entanto, a SEJUC está vendo a possibilidade frente a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG) e Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ) para transformá-la em PPP – Parceria Público Privada.

Ainda no exercício de 2015 serão inauguradas as obras de Reforma e Ampliação do PRESLEN, em Nossa Senhora da Glória, a Construção da Cadeia Pública de Estância e a Cadeia Pública de Areia Branca, totalizando um acréscimo de 610 vagas a serem disponibilizadas, destas 586 serão para presos provisórios; tendo em vista o percentual expressivo de 72% da população carcerária ser de presos provisórios. Com tais inaugurações, chegaremos a um percentual de aumento 197,71 de vagas no sistema prisional sergipano, comparado a 1º de janeiro de 2007.

Mesmo com o número expressivo de abertura de novas vagas, estas não são suficientes para abrigar a população carcerária do estado, sendo necessário firmar novos convênios, principalmente no que tange à Construção de Unidades Prisionais, pelo significativo número de presos provisórios (não julgados) no sistema prisional sergipano. Todavia, é premente a necessidade de concurso público, em curto prazo, para o cargo de agente penitenciário, na tentativa de suprir a demanda atual existente no sistema prisional, bem como para garantir a operacionalização das novas unidades que serão inauguradas e as que serão ampliadas.

Além do aumento da população carcerária masculina, em sua maioria, oriunda do crescimento desordenado do tráfico de entorpecentes, esta mesma causa está contribuindo, sobremaneira, para o crescimento vertiginoso da população carcerária feminina. No caso do Presídio Feminino de Sergipe 62,9% da população carcerária cometeram o crime de tráfico. Por sua vez, a masculina não foge à regra, com um percentual de aproximadamente 33 por cento.

A SEJUC, ademais da preocupação com o aumento do número de vagas, concomitante vem trabalhando à ressocialização do preso, conforme previsto pela Lei de Execução Penal. A ressocialização está voltada à educação formal e profissionalizante. No que tange à educação formal, desde 2007, a SEJUC firmou Termo de Cooperação com a Secretaria de Estado da Educação, objetivando atender à Resolução nº 2, de 19/05/2010 do Conselho Nacional de Educação e à Resolução Normativa nº 1/2012, de 29/03/2012 do Conselho Estadual de Educação que institui Diretrizes Operacionais para oferta de educação para pessoas jovens/adultas/idosas em regime de privação de liberdade nas instituições penais mantidas pelo Sistema Prisional do Estado de Sergipe, visando à implantação progressiva de cursos da Educação de Jovens e Adultos, iniciando, prioritariamente pela alfabetização e estendendo-se progressivamente aos níveis de Ensino Fundamental, Médio e Exames Supletivos. No que se refere à educação profissionalizante, estamos em vias de execução do Convênio nº 128/2014 – Projeto de Capacitação Profissional e Implantação de Oficinas Permanentes – PROCAP, onde será implantada uma Padaria, no COPEMCAN e Silk Scream, no Presídio Feminino. A escolha das referidas Unidades, se deve ao fato de, na primeira, abarcar cerca de 60% da população carcerária do estado e com relação à segunda, por conta da existência de uma

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 10 de Janeiro de 2016 às 20:59:37

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

fábrica de corte e costura, contribuindo à autogestão do sistema prisional, com a produção de pães e de uniformes para presos e agentes prisionais, lençóis, fronhas e etc.; respectivamente.

Ainda, enviamos ao Departamento Penitenciário Nacional no início do 1º semestre de 2015, diagnóstico sobre a necessidade de maior número de Oficinas Permanentes, na Cadeia Pública de Socorro, COPEMCAN, PREFEM, PREMABAS e PRESLEN, nas áreas de informática, Confecção de Fraldas, Costura Industrial e Marcenaria. Cabe salientar que desde 2001 foi introduzido no estado o Programa Pintando a Liberdade, com o propósito de confeccionar materiais esportivos, a serem distribuídos aos diversos segmentos envolvidos com projetos e programas sociais através do esporte, com utilização de mão-de-obra dos internos do sistema prisional do Estado de Sergipe, visando à ressocialização por meio da profissionalização.

A ociosidade dos presos é um problema no sistema prisional e é por isso, que a SEJUC desenvolve atividades remunerativas por meio da manutenção/limpeza no interior das unidades prisionais, fazendo com que os presos percebam 2/3 do salário mínimo, como preconiza o art. 29 da Lei de Execução Penal. Ainda, muitos presos são contratados por Empresas Privadas responsáveis pelo fornecimento da alimentação nas unidades prisionais, percebendo 2/3 do salário mínimo, trabalhando nas cozinhas.

Para se efetivar um trabalho de ressocialização dos presos e de dotar de maior segurança o sistema prisional, os agentes penitenciários devem constantemente serem capacitados. Esta capacitação pode está vinculada a convênios com o Ministério da Justiça (MJ) e à Escola de Gestão Penitenciária – EGESP, que vem inclusive realizando cursos de manuseio e utilização de armamentos não letais; provas de tiro para a aquisição do porte de arma e curso de direção defensiva. Ademais, serão apresentados projetos com estes fins ao Ministério da Justiça.

Ações estão sendo desenvolvidas pela SEJUC no tocante à garantia da segurança nos estabelecimentos prisionais, com a aquisição de Circuito Interno de TV, body scan, banquetas, detector pórtico e manual e etc. Além disso, existe um compromisso do Estado, no sentido de criar alternativas para o não encarceramento, com a utilização do monitoramento eletrônico por tornozeleira, diminuindo o quantitativo de presos que cometeram crimes de baixa periculosidade. A SEJUC está firmando uma parceria com o Tribunal de Justiça para implantar em 07 (sete) unidades prisionais, a videoconferência, instrumento que trará agilidade aos julgamentos, com maior eficiência e economicidade, diante da estrutura que deve ser formada para se efetivar o translado do preso.

A SEJUC além de administrar o sistema prisional, tem a missão de estimular ações voltadas à prevenção ao uso de drogas, por meio com Conselho de Entorpecentes e à orientação e defesa do consumidor, via PROCON/SE, órgão vinculado. O PROCON/SE vem crescendo, em termos, de suas atribuições, chegando em 2014 a realizar cerca de 12.000 atendimentos, com 67% de resolução dos casos.

Proteção dos Direitos e Assistência Social

Assistência Social

A Assistência Social no Brasil trilhou um caminho bastante diverso e difuso. Durante um longo período predominaram as ações assistencialistas e fragmentadas. Passados alguns anos, entre avanços e recuos, a Assistência Social foi reconhecida como direito social universal pela Constituição de 1988, passando a integrar o sistema de seguridade social. A partir da aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993 (Lei nº 8.742/93), o Estado passa a ser "o agente promotor dessas garantias e direitos, inaugurando uma nova era para a cidadania brasileira." (CNAS, 2011). As conquistas advindas desse dispositivo impulsionaram uma mudança de rumo na Assistência que se consolidou como Política Nacional da Assistência Social (PNAS) em 2004. Com a PNAS, novas exigências e desafios para a organização e a oferta dos serviços socioassistenciais são colocados, gerando demandas mais complexas para o conjunto dos gestores, trabalhadores e conselheiros do campo da assistência social. Isto, sem dúvida, requer maior capacidade técnica, política e ética por parte desses atores aqui referenciados.

O Sistema Único da Assistência Social (SUAS) foi então criado em 2005, a partir das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social e previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), cuja redação foi atualizada pela Lei 12.435/2011. O SUAS organiza as ações da assistência social em dois tipos de proteção social. A primeira diz respeito à Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda é a Proteção Social Especial, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados.

O sistema engloba também a oferta de Benefícios Assistenciais (Benefício de Prestação Continuada - BPC e Benefícios Eventuais), prestados a públicos específicos de forma articulada aos serviços ofertados nos Centros de Referência da Assistência (CRAS) e nos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS), contribuindo para a superação de situações de vulnerabilidade. Baseado no pacto federativo, o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, como já mencionamos, promove a gestão descentralizada e participativa, através dos serviços, programas, projetos e benefícios, com foco na atenção às famílias.

Dentro dessa nova lógica de Assistência Social, o Estado de Sergipe vem implantando o SUAS gradativamente, em que pese serem muitos os desafios. Considerando a classificação dos municípios por porte (de acordo com o número de habitantes), conforme determina a PNAS, Sergipe apresenta 02 municípios classificados de grande porte, 04 de médio porte, 18 de pequeno porte II e 51 municípios de pequeno porte I, para onde os programas, serviços e ações devem ser direcionados.

No âmbito da Proteção Social Básica, foram implantados 107 (cento e sete) Centros de Referência da Assistência Social – CRAS – abrangendo o conjunto dos 75 municípios sergipanos (Censo SUAS 2014)

Na oferta de serviços de proteção social especial de média complexidade, o Estado possui hoje o quantitativo de 63 (sessenta e três) CREAS distribuídos em 60 municípios, 01 (um) Centro Pop e 01 (um) Centro Dia, localizados na capital.

É importante ressaltar que em 2010 o governo federal lançou o Plano Nacional de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas, o qual prevê a ampliação de recursos para a implantação dos novos CREAS. Esta iniciativa promove uma maior e melhor distribuição destes equipamentos em todo território sergipano.

Convém salientar também que, na proteção social de alta complexidade há outros espaços no Estado que compõem a rede socioassistencial, sejam eles públicos ou privados, a exemplo das Instituições de Acolhimento Institucional nas seguintes modalidades e quantitativo: abrigos para Crianças e Adolescentes (14 equipamentos, sendo 02 sob competência estadual, situados em 09 municípios), 17 casas-lares para Crianças e Adolescentes (15 municípios), 01 Família Acolhedora (01 município), abrigos para Idosos (13 equipamentos distribuídos em 11 municípios), 01 casa-lar para Idosos (01 município localizado na Capital), 02 Casas de Passagem para adultos e famílias em situação de rua (01 município; localizados na Capital sendo 01 sob competência municipal e o outro de competência estadual).

Com relação aos programas de transferência de renda, Sergipe tem atualmente o quantitativo de 274.150 mil famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família num universo de 332.436 mil famílias cadastradas no CadÚnico com perfil de renda de até R$ 154,00 per capita (RI/MDS/abril 2015). Para medir o nível de desenvolvimento dessas famílias do CadÚnico, criou-se o Índice de Desenvolvimento da Família - IDF, indicador proposto pelo IPEA como medida sintética de desenvolvimento das famílias a partir de seis dimensões obtidas a partir de dados do CadÚnico, são elas: ausência de vulnerabilidade, acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho, disponibilidade de recursos, desenvolvimento infantil e condições habitacionais. O índice varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da família. Sergipe apresenta a marca de 0,73 (IDF 2012)

Já para avaliar a gestão do SUAS em nível estadual, o MDS criou o Índice de Gestão Descentralizado Estadual – IGD-E, que avalia a qualidade e a atualização das informações do CadÚnico e a assiduidade e integridade das informações sobre o cumprimento das condicionalidades do Bolsa Família nas áreas de educação e saúde por parte das famílias sergipanas beneficiárias do Programa. Sergipe apresenta a nota 0.86, se destacando quando comparado aos outros estados da região nordeste, ocupando a segunda colocação.

Por fim, nesse processo de consolidação do SUAS no estado, é fundamental termos presentes os desafios a serem enfrentados, quais sejam:

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 10 de Janeiro de 2016 às 20:59:37

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

• O reordenamento institucional dos órgãos que gerenciam a política no estado e municípios;

• A potencialização da Rede Estadual de Assistência Social através dos Serviços de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial;

• A estruturação e implantação da Vigilância Socioassistencial;

• A valorização e qualificação da gestão do trabalho no SUAS;

• A garantia do cofinanciamento estadual;

• A gestão integrada e intersetorial;

Direitos Humanos, Mulheres e Juventude

Os Direitos Humanos e a formação para a cidadania em Sergipe vêm alcançando mais espaço e relevância, sob iniciativa da sociedade civil organizada e de proposições governamentais no campo das políticas públicas, visando ao fortalecimento da democracia em nosso Estado. Com o advento da atual Constituição Federal, novos documentos surgem no cenário nacional, como resultado da mobilização dos movimentos sociais, na perspectiva de impulsionar agendas, programas e projetos na materialização da defesa e promoção dos direitos humanos, a exemplo dos Programas Nacional, Estaduais e Municipais de Direitos Humanos, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, as legislações de combate à discriminação racial e à tortura, bem como as recomendações das Conferências Nacionais e Estaduais de Direitos Humanos.

O tema Direitos Humanos esta presente em quase todos os aspectos da vida pública, constitui em condição para prevalência da dignidade humana que devem ser promovidos e protegidos por meio de esforço conjunto do Estado e da sociedade civil definindo medidas e políticas que devem ser efetivadas para reconhecer e proteger os indivíduos como iguais na diferença, ou seja, valorizando a diversidade presente na população sergipana para estabelecer acesso igualitário aos direitos fundamentais, com a preocupação de assegurar o respeito às diferenças e o combate das desigualdades, para o efetivo acesso aos direitos.

A implantação e manutenção da universalização de direitos em um contexto de desigualdades atinam-se para vários segmentos fragilizados da sociedade sergipana, como: negros, pessoas com deficiência, criança e adolescente, idosos, pessoas ameaçadas, população LGBT e gênero. Nesse sentido, buscando uma interpretação completa e objetiva da temática tratada nos contornos regionais que a política deverá assumir em Sergipe.

Negros - Segundo dados do censo demográfico 2010, a população sergipana é composta por 1.453.619 de pessoas negras e pardas, onde representa cerca de 70% da população total do estado. Diante desses números diversas discussões têm surgido nos meios acadêmicos, nos movimentos negros, nas instituições políticas e na sociedade civil como um todo, acerca da necessidade de promover ações articuladas entre as diversas políticas públicas visando incidir diretamente mecanismos que possam reverter o quadro de "exclusão" social melhorando a qualidade de vida da população negra sergipana.

De igual forma, contamos em Sergipe com 29 comunidades de Quilombos reconhecidas até 2014, conforme a Fundação Cultural Palmares (FCP):

Nº	COMUNIDADE	MUNICÍPIO	RECONHECIMENTO
01	Mocambo	Porto da Folha	14/04/2000
02	Serra da Guia	Poço Redondo	19/08/2004
03	Lagoa dos Campinhos	Amparo do São Francisco	14/05/2004
04	Luzienses: Rua da Palha, Pedra Furada, Castro, Cajazeiras, Taboa, Pedra D´água, Bode e Botequim	Santa Luzia do Itanhy	19/08/2005
05	Desterro	Indiaroba	19/08/2005
06	Caraíbas	Canhoba	Port. nº 37 de 09/09/2005
07	Mussuca	Laranjeiras	20/01/2006
08	Povoado Forte	Cumbe	20/01/2006
09	Pontal da Barra	Barra dos Coqueiros	12/05/2006
10	Ladeiras	Japoatã	12/05/2006
11	Patioba	Japaratuba	12/05/2006
12	Catuabo	Frei Paulo	07/06/2006
13	Brejão dos Negros	Brejo Grande	19/06/2006
14	Pirangy	Capela	13/12/2006
15	Maloca	Aracaju (Urbano)	07/02/2007
16	Terra Dura/Coqueiral	Capela	10/02/2011
17	Santo Antônio/Canafistula	Propriá	10/02/2011
18	Curuanhã	Estância	11/05/2011
19	Quebra-Chifre/Bela Vista	Riachuelo	11/05/2011
20	Bongue	Ilha das Flores	17/06/2011
21	Canta Galo	Capela	08/11/2011
22	Alagamar	Pirambu	08/11/2011
23	Porto D'Areia	Estância	10/07/2012
24	Aningas	Pirambu	10/07/2012
25	Lagoa do Junco	Poço Verde	10/07/2012
26	Mocambo	Aquidabã	25/10/2013
27	Rua dos Negros	Canindé de São Francisco	25/10/2013
28	Sitio Alto	Simão Dias	24/09/2014
29	Povoado Forras	Riachão do Dantas	24/09/2014

Pessoas com deficiência - Historicamente o ser humano que possui alguma deficiência sempre foi pauta de discussão e discriminação. Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), cerca de 10% da população possui algum tipo de deficiência. Estimam-se 200 mil pessoas com deficiência residindo em Sergipe, de acordo com as informações do Censo de 2000. Esse segmento de nossa sociedade viu a ascensão de seus direitos e seu reconhecimento como cidadão acontecer nas últimas três décadas com ações de prevenção e eliminação de todas as formas de discriminação buscando a prevenção e o enfrentamento das mais variadas formas de exploração, violência e abuso de pessoas com deficiência quanto às ações de promoção, garantia e defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, mediante o desenvolvimento de políticas públicas de inclusão.

Fomentar acesso das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidades reduzidas aos bens e serviços comunitários e consequentemente o direito destas pessoas de ir e vir e ter acesso a informações e comunicação. Considera-se pessoa deficiência aquela que apresenta, em caráter permanente, perdas ou anormalidades de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que gerem incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano. Daí, a proibição de qualquer discriminação ao deficiente e o necessário combate no âmbito de nosso Estado.

Crianças e adolescentes

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA dispõe de um conjunto de leis sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, reconhecendo a realização de seus direitos como prioritários, aplicando medidas e expedindo encaminhamentos. O ECA foi instituído com o dever da família, da sociedade e o Estado em assegurar á criança e o adolescente o direito á vida, á saúde, á alimentação, á educação, ao lazer, a profissionalização, á cultura, á dignidade, ao respeito, á liberdade, e á convivência familiar e comunitária em harmonia com os preceitos da Declaração Universal dos Direitos da Criança.

Idosos

Um estudo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta uma tendência de crescimento da população idosa brasileira e Sergipe não está fora desta tendência, pois os idosos já somam cerca de 170 mil pessoas que representam 8,3 % da população total do estado esse aumento da expectativa da vida se deve aos avanços em várias áreas que permite melhores condições à população com idade mais avançada de uma forma geral. Com relação à política ou programas para idosos, estes estão presentes na maioria dos municípios sergipanos, através dos trabalhos realizados pelos Centros Referência da Assistência Social - CRAS, Conselhos Municipais de Idosos e etc.

Com o crescimento da população idosa no estado o Governo e sociedade civil organizada devem trazer para si o papel na proteção ao idoso e, uma das formas de se exercer esse dever, é através da mobilização da opinião pública, da promoção de ações que levem ao cumprimento do Estatuto do Idoso, que tratem do enfrentamento da exclusão social e de todas as formas de violência contra esse grupo social.

Pessoas ameaçadas

A impunidade nos julgamentos de crimes e de violações aos direitos humanos e a necessidade de se oferecer proteção ás vitimas e testemunhas desses crimes, em especial, aquelas que contribuam para elucidação dos fatos. Segundo a Secretaria Nacional de Direitos Humanos existem cinco casos de defensores de direitos humanos com ameaça as suas vidas, revelando um demanda inicial de razoável importância em 2011. Por isso, a necessidade de promoção do Programa de proteção de vítimas e testemunhas ameaçadas em nosso Estado.

População LGBT

A população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) é uma das populações mais vulneráveis a violação de direitos humanos. O movimento LGBT tem suas principais lutas o reconhecimento dos seus direitos civis, sociais e políticos. Com objetivo de potencializar a capacidade do cidadão envolvido ou conhecedor de um conflito, de atuar positivamente na prevenção e erradicação das mais variadas formas de expressão e violência. Sergipe é o estado que ofereceu maior risco de morte para travestis e gays em termos

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 10 de Janeiro de 2016 às 20:59:37

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

relativos, registrou em 2008, 11 homicídios. O Nordeste confirma ser a região mais homofóbica: abriga 30% da população brasileira e registrou 48% dos GLBT assassinados. Nesse sentido, o risco de um homossexual nordestino ser a próxima vítima é 84% mais elevado do que no sul/sudeste, e em 2008, os gays representaram 64% das vítimas, 32% travestis e 4% lésbicas. Fonte: www.ggb.org.br

Gênero

Sendo o gênero uma construção social, ele não se apresenta sempre da mesma forma em todas as épocas e lugares, dependendo dos costumes de cada lugar,da experiência cotidiana das pessoas, variando de acordo com as leis, as religiões, a maneira de organizar a vida familiar, a vida política de cada povo ao longo da história. O conceito de gênero se refere às relações entre mulheres e homens, mulheres e mulheres, homens e homens. Todas estas relações criam várias desigualdades, fazendo com que alguns tenham mais poder sobre outros, sejam considerados mais importantes e respeitados na sociedade sergipana. Gênero, e particularmente os papéis da mulher são extensamente reconhecidos como importantes para as questões de regionais. Isto muitas vezes significa um foco em igualdade de gênero, garantindo participação, mas inclui um entendimento dos diferentes papéis e expectativas dos gêneros dentro das comunidades de nosso Estado.

Os grandes desafios são:

1. Proteger e promover os direitos humanos de grupos vulneráveis;

2. Promover direitos humanos nas comunidades quilombolas;

3. Elaborar programas de combate ao racismo institucional e estrutural, implementando normas administrativas e legislação estadual;

4. Promover campanhas educativas e pesquisas voltadas à prevenção da violência contra pessoas com deficiência, idosos, mulheres, indígenas, negros, crianças, adolescentes, lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e pessoas em situação de rua;

5. Desenvolver sistema estadual que integre as informações das ações de proteção às pessoas ameaçadas;

6. Promover a educação na área dos direitos humanos como forma de contribuir para construção de sociedade mais igualitária.

Pessoas Privadas de Liberdade

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos, desde suas primeiras atuações, dedica atenção especial à situação das pessoas privadas de liberdade nas Américas. Assim, desde seus primeiros informes especiais de país relativos à Cuba e à República Dominicana, até os referentes à Venezuela e à Honduras, adotados em dezembro de 2009, a Comissão Interamericana tem tratado constantemente dos direitos das pessoas privadas de liberdade. Neste sentido, as visitas a centros de detenção tem sido constantes nas mais de 90 visitas in loco que este órgão autónomo da OEA realizou nos últimos 40 anos.

Este é o entendimento de "Privação de Liberdade": "Qualquer forma de detenção, encarceramento, institucionalização ou custódia de uma pessoa, por razões de assistência humanitária, tratamento, tutela ou proteção, ou por delitos e infrações à lei, ordenada por uma autoridade judicial ou administrativa ou qualquer outra autoridade, ou sob seu controle de facto, numa instituição pública ou privada em que não tenha liberdade de locomoção. Incluem-se nessa categoria não somente as pessoas privadas de liberdade por delitos ou infrações e descumprimento da lei, independentemente de terem sido processadas ou condenadas, mas também aquelas que estejam sob a custódia e a responsabilidade de certas instituições, tais como hospitais psiquiátricos e outros estabelecimentos para pessoas com deficiência física, mental ou sensorial; instituições para crianças e idosos; centros para migrantes, refugiados, solicitantes de asilo ou refúgio, apátridas e indocumentados; e qualquer outra instituição similar destinada a pessoas privadas de liberdade".

Em especial, levando em conta a posição especial de garante dos Estados frente às pessoas privadas de liberdade, terão elas respeitadas e garantidas a vida e a integridade pessoal bem como asseguradas condições mínimas compatíveis com sua dignidade. Em nenhuma circunstância as pessoas privadas de liberdade serão discriminadas por motivos de raça, origem étnica, nacionalidade, cor, sexo, idade, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento, deficiência física, mental ou sensorial, gênero, orientação sexual ou qualquer outra condição social. Será, por conseguinte, proibida qualquer distinção, exclusão ou restrição que tenha por objetivo ou promova a redução ou anulação do reconhecimento, gozo ou exercício dos direitos internacionalmente reconhecidos às pessoas privadas de liberdade.

Como norma geral, a privação de liberdade de uma pessoa deverá ser aplicada pelo tempo mínimo necessário. A privação de liberdade de crianças deverá ser aplicada como último recurso, pelo período mínimo necessário, e limitada a casos estritamente excepcionais. Nesse eixo, os grandes desafios são: proteger e promover os direitos humanos das pessoas privadas de liberdade; obter um diagnóstico real da situação dos detentos; acompanhar os processos judiciais; formar parcerias com os órgãos competentes (Secretaria de Justiça, OAB, Tribunal de Justiça, Ministério Público).

Essa concepção de interação democrática construída entre os diversos órgãos do Estado e a sociedade civil trouxe consigo resultados práticos em termos de políticas públicas e avanços na interlocução de setores do poder público com toda a diversidade social, cultural, étnica e regional que caracteriza os movimentos sociais em nosso Estado. Avançou-se fundamentalmente na compreensão de que os Direitos Humanos constituem condição para a prevalência da dignidade humana, e que devem ser promovidos e protegidos por meio do esforço conjunto do Estado e da sociedade civil pela educação e cultura em Direitos Humanos.

No âmbito institucional, o Programa Estadual de Direitos Humanos amplia a consciência e as conquistas na área dos direitos e garantias fundamentais, pois internaliza a diretriz segundo a qual a primazia dos Direitos Humanos constitui princípio transversal a ser considerada a educação e cultura em todas as políticas públicas em Sergipe.

O Poder Executivo tem papel protagonista na coordenação e implementação do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), mas faz-se necessária a definição de responsabilidades compartilhadas entre a União, Estados, Municípios e do Distrito Federal na execução de políticas públicas, tanto quanto a criação de espaços educacionais de participação e controle social nos Poderes Judiciário e Legislativo, no Ministério Público e nas Defensorias, em ambiente de respeito, proteção e efetivação dos Direitos Humanos. O conjunto dos órgãos do Estado de Sergipe deve estar comprometido com a implementação e monitoramento do PNDH-3, fortalecidos com a educação e cultura neste segmento.

A adoção de tais medidas fortalecerá a democracia participativa, na qual Sergipe atua como instância republicana da promoção e defesa dos Direitos Humanos e a sociedade civil como agente ativo – propositivo e reativo – de sua implementação.

Violência Doméstica

O fenômeno da violência doméstica e sexual praticado contra as mulheres constitui uma das principais formas de violação dos seus direitos humanos, atingindo-as em seus direitos à vida, à saúde e à integridade física. A Constituição Federal, em seu art. 226, parágrafo 8º assegura "a assistência à família, na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência, no âmbito de suas relações". Dessa forma, o estado brasileiro assume um papel no cumprimento do enfrentamento a qualquer tipo de violência, seja ela praticada contra homens ou mulheres, adultos ou crianças.

Observa-se, porém, que homens e mulheres, são atingidos pela violência de maneira diferenciada. Enquanto os homens tendem a serem vítimas de uma violência predominantemente praticada no espaço público, as mulheres sofrem cotidianamente com um fenômeno que se manifesta dentro de seus próprios lares, na grande parte das vezes praticada por seus (ex) companheiros.

A violência contra a mulher em todas as suas formas (psicológica, física, moral, patrimonial, sexual, tráfico de mulheres) é um fenômeno que atinge mulheres de diferentes classes sociais, origens, regiões, estados civis, escolaridade ou raças. Faz-se necessário, portanto, que o Estado brasileiro adote políticas públicas acessíveis a todas as mulheres, que englobem as diferentes modalidades pelas quais ela se expressa.

Nessa perspectiva, observa-se que as questões de gênero ganharam bastante destaque no Brasil, especialmente, a partir da criação da Secretaria de políticas para Mulheres – SPM, em 2013, o que representou a consolidação da institucionalização das políticas de gênero e o tratamento transversal dessas questões, ao reunir um órgão com competência de formular, coordenar e articular as políticas de promoção de igualdade entre homens e mulheres.

Em Sergipe, a institucionalização dessa política iniciou no dia 08 de março de 2007, com a implantação da Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres – CPPM, vinculada à Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social - SEIDES, organismo governamental, responsável pela implantação e implementação de políticas para as mulheres no Estado de Sergipe a partir da integração e articulação das ações governamentais. Estas ações visam estimular mudanças culturais nos órgãos públicos que prestam o atendimento à mulher, potencializando o reconhecimento e o combate a situações discriminatórias. Nesse sentido, cabe a CPPM assessorar, articular e acompanhar ações, projetos e serviços voltados à mulher para reafirmar as diferenças e garantir a efetividade da igualdade de gênero.

Durante quase quatro anos, a CPPM implantou ações que visem à eliminação da discriminação e o enfrentamento da violência contra as mulheres, a exemplo da realização anual da Campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo fim da Violência contra as Mulheres, do Dia Internacional da Mulher, do I e II Seminário "Mulher, Gênero e Políticas Públicas" e o Prêmio "Mulher e Igualdade de Gênero", Projeto "Fala Mulher", a criação de 25 Organismos Governamentais Municipais de Políticas para Mulheres, a Assinatura dos Termos de

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 10 de Janeiro de 2016 às 20:59:37

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

Pactuação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM, com a SPM /Governo do Estado em 20 municípios; a realização da II Conferência Estadual e a participação do Estado na II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Trabalhou também na reorganização do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDM, no cadastramento das entidades e movimento sociais de mulheres no Estado, na realização de um levantamento de dados acerca da realidade e o perfil da mulher em Sergipe; distribuição de 35 mil cartilhas Lei Maria da Penha; articulação com entidades e movimentos sociais; realização através da SEPLAN e de um estudo sobre a mulher e o mercado de trabalho.

Juventude

A aprovação do Estatuto da Juventude, Lei 12.852/2013, direciona a realização de políticas elaboradas em atendimento aos jovens para uma obrigação do Estado, libertando-as assim da vontade dos governos e definindo claramente os direitos que devem ser garantidos: direito à cidadania, à participação social, política e à representação juvenil, à educação, profissionalização, ao trabalho e renda, saúde, cultura, comunicação, liberdade de expressão, desporto e lazer, território e mobilidade, sustentabilidade e meio ambiente, segurança pública e justiça.

Assim, o Governo do Estado, adotando o Estatuto da Juventude como eixo norteador de promoção da autonomia e emancipação desses cidadãos, redireciona as ações da Coordenadoria de Juventude, até então voltada ao atendimento das demandas da II Conferência Estadual, para a garantia efetiva dos direitos dessa parcela da população na faixa etária de 15 a 29 anos, reconhecendo assim, seu papel estratégico no desenvolvimento do país.

Procurando atender a Lei 12.852/2013, em parceria com os governos municipais, secretarias de estado, universidades e organizações da sociedade civil, a CEJUV/SE criou e implementou o Projeto Casas da Juventude, disponibilizando cursos profissionalizantes e serviços já oferecidos por outros órgãos de forma descentralizada.

Ao todo foram beneficiados 6.158 jovens de forma direta. Encaminhou jovens para o Projeto Construindo o Futuro, também de cursos profissionalizantes. Também criou e executou o Projeto Juventude Pro Natureza, revitalizando rios e nascentes com educação ambiental e sensibilização da população local. Identificou, diagnosticou e potencializou grupos de jovens produtivos do campo e da cidade para o desenvolvimento sustentável através da Economia Solidária, encaminhando-os à SETRAB. Identificou jovens para acesso à capacitação pelo PRONAF Jovem. Encaminhou jovens oriundos da agricultura familiar para inclusão no Projeto Juventude nas Feiras, e para participação no Pro Jovem Campo, bem como grupos de jovens nas cidades para o Pro Jovem Urbano. Foi parceira da SEED na construção da Jornada Estudantil, ação formativa para qualificar estudantes do Ensino Médio. Promoveu o I Seminário para Construção do Plano Estadual de Juventude e o Encontro Estadual de Movimentos e Organizações de Juventude. Celebrou Termo de Cooperação Técnica com a Universidade Tiradentes para absorção de estagiários nos projetos Casa da Juventude e Estação Juventude Campo e Urbana, estes últimos, espaços itinerantes, via convênio com a Secretaria Nacional de Juventude, para possibilitar aos jovens o acesso às políticas e programas que garantam seus direitos e auxiliem na sua emancipação. Por fim, organizou o Conselho Estadual de Juventude, com o objetivo de auxiliar e fiscalizar a elaboração e implementação de políticas públicas para a Juventude. Grandes desafios aguardam a Coordenadoria de Juventude no quadriênio 2016-2019, pois para além de muito recentemente reconhecida como sujeito de direitos, portanto demandantes de políticas específicas, as juventudes enfrentam novos problemas, como uma mudança de paradigma no que diz respeito ao início da vida profissional, trazendo o consumismo e o endividamento precoce. A ampliação do mercado de trabalho também exige melhor qualificação. A evidente falência do atual modelo da política de drogas, onde o número de usuários só aumenta e com consequências desastrosas como a violência contra a juventude negra nas periferias; a estigmatização de territórios, associados ao uso e venda de drogas simplesmente por sua vulnerabilidade social; e o encarceramento em massa da população (25% dos cidadãos presos no país por esse motivo).

Trabalho

Com a reforma administrativa promovida pelo Governo do Estado de Sergipe no ano de 2015, a então Secretaria de Estado do Trabalho foi extinta e suas atribuições foram incorporadas a hoje Secretaria de Estado da Mulher, Inclusão, Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos. Dentro da nova formatação da Secretaria, ficou responsável pelas ações desenvolvidas pela antiga Secretaria do Trabalho, a Coordenaria do Trabalho e Emprego (CTE). Devemos ressaltar como principais campos de atuação da CTE as ações do Núcleo de Apoio ao Trabalho (NAT), órgão vinculado ao Sistema Nacional de Emprego (SINE) do Ministério do Trabalho. Também as ações do setor de Artesanato, representante em Sergipe do Programa de Artesanato Brasileiro (PAB) e do setor de Economia Solidária que atua através de convênio com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

O SINE foi instituído pelo Decreto n.º 76.403, de 08.10.75 e tem como Coordenador e Supervisor o Ministério do Trabalho, por intermédio da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. Sua criação fundamenta-se na Convenção n.º 88 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, que trata da organização do Serviço Público de Emprego, ratificada pelo Brasil. Em Sergipe o SINE recebeu a denominação de Núcleo de Apoio ao Trabalho (NAT) e seguindo as diretrizes do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), oferece aos trabalhadores e empregadores os serviços de intermediação de mão-de-obra, a qualificação professional e o seguro-desemprego.

A Economia Solidária foi impulsionada com o surgimento e avanço de outras formas de organização do trabalho, consequência, em grande parte, da necessidade dos trabalhadores encontrarem alternativas de geração de renda. Experiências coletivas de trabalho e produção vêm se disseminando nos espaços rurais e urbanos, através das cooperativas de produção e consumo, das associações de produtores, redes de produção consumo comercialização, instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários, empresas de autogestão, entre outras formas de organização.

No Brasil, a Economia Solidária se expandiu a partir de instituições e entidades que apoiavam iniciativas associativas comunitárias e pela constituição e articulação de cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo e economia solidária, etc. Atualmente, a economia solidária tem se articulado em vários fóruns locais e regionais, resultando na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Hoje, além do Fórum Brasileiro, existem 27 fóruns estaduais com milhares de participantes (empreendimentos, entidades de apoio e rede de gestores públicos de economia solidária) em todo o território brasileiro. Foram fortalecidas ligas e uniões de empreendimentos econômicos solidários e foram criadas novas organizações de abrangência nacional. A Economia Solidária também vem recebendo, nos últimos anos, crescente apoio de governos municipais e estaduais. O número de programas de economia solidária tem aumentado, com destaque para os bancos do povo, empreendedorismo popular solidário, capacitação, centros populares de comercialização etc. Fruto do intercâmbio dessas iniciativas, existe hoje um movimento de articulação dos gestores públicos para promover troca de experiências e o fortalecimento das políticas públicas de economia solidária.

No que diz respeito ao Artesanato Sergipano, destaca-se que é uma das mais ricas formas de expressão da cultura e do poder criativo do nosso povo, representando a história de sua comunidade e a reafirmação de sua autoestima, agregando a esse caráter cultural o viés econômico, com impacto crescente na inclusão social, geração de ocupação e renda e potencialização de vocações regionais. Sob esta perspectiva de atuação e reconhecendo a condição de menor porte econômico que caracteriza a prática artesanal, as ações desta Secretaria de Estado propicia aos artesãos sergipanos a oportunidade de participação em feiras e eventos, em que os artesãos encontram espaço de promoção e aproximação com o mercado consumidor, permitindo com isso sua sustentabilidade.

A grande responsabilidade da Secretaria está em incentivar a comercialização, socializar e divulgar a nossa cultura através da produção artesanal, que figura na diversidade e criatividade, estendendo sua produção em diferentes ferramentas de trabalho, materiais, cores e formas, visando o comprometimento do artesão sergipano para com sua própria arte, gerando renda e divulgando sua artesania.

Diante do exposto, se faz necessário ressaltar que todas as ações citadas acima tem a característica comum de inclusão social, seja através da inserção no mercado de trabalho através do NAT/SINE, como também através do Cooperativismo e Associativismo da Economia Solidária e das ações de fortalecimento e desenvolvimento do Artesanato.

Eixo Estratégico II: Construir o Futuro

Programas Temáticos:

Infraestrutura Logística e Desenvolvimento Urbano

Desenvolvimento Produtivo, Ciência, Tecnologia e Inovação

Desenvolvimento Rural, Agropecuário e Pesca

Turismo e Esporte

Gestão Ambiental e Saneamento Básico

Infraestrutura Logística e Desenvolvimento Urbano

Nos últimos anos o Governo do Estado empreendeu esforços para fornecer às pessoas que residem nos municípios e aos setores produtivos equipamentos urbanos, infraestrutura de saneamento e logística capazes de estruturar, facilitar e alavancar a competitividade e o funcionamento das cidades, sobretudo, aquelas situadas no interior de Sergipe. Equipamentos urbanos são definidos, neste programa, como todos os bens públicos, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante autorização do poder público, e em espaços públicos. Desse modo, agrupam-se na categoria de equipamentos urbanos intervenções que atendam a:

a. Administração Pública — delegacias, terminal rodoviário, destacamento de bombeiros militar, escolas profissionalizantes, creche, centro de atendimento ao menor, instituto médico legal, hospital e outros;
b. Esporte e lazer — quadras esportivas, urbanização de praças, urbanização de orlas, centro comunitário, ginásio poliesportivo;
c. Infraestrutura urbana — pavimentação e recuperação de pavimento de vias;
d. Sistemas de Saneamento básico — implantação, ampliação e duplicação de adutora para melhorar o abastecimento de água e a construção de sistemas de coleta e tratamento de esgotos domésticos;
e. Infraestrutura produtiva — mercado municipal, mercado territorial, centro vocacional tecnológico e entreposto de pesca.

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 10 de Janeiro de 2016 às 20:59:37

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

Os equipamentos urbanos além de favorecer à melhoria da qualidade na prestação dos serviços públicos de fornecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, atendimento ao cidadão em questões de segurança e combate a incêndio, ensino profissionalizante pela adequada infraestrutura, oportuniza às pessoas espaços públicos para práticas esportivas e de convivência, atividades fundamentais para a saúde física e melhoria da qualidade de vida. Para tanto, a melhoria na mobilidade urbana, intra e intermunicipal e territorial se faz necessária não apenas para assegurar o acesso amplo e democrático das pessoas aos equipamentos e espaços urbanos como, também, o desenvolvimento territorial e estadual. Para tanto, os investimentos em equipamentos urbanos e em logística no planejamento das ações a serem contempladas no Plano Plurianual 2016-2019 devem atender aos compromissos assumidos no Plano Estratégico do Governo do Estado de cuidar das pessoas e construir um futuro de prosperidade em base sustentável e inclusiva. No contexto do Plano Estratégico, a distribuição espacial das intervenções deve priorizar os municípios com os menores Índices de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM (Quadro 1). Os territórios Baixo São Francisco e Sul Sergipano são aqueles que concentram o maior número de municípios com menores IDHM seguidos pelos territórios Alto Sertão e Centro Sul Sergipano.

Quadro 1. Sergipe – municípios com menores Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

Município	População Total	Taxa de Urbanização (%)	IDHM-2010	Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade-2010 -total
Poço Redondo	30.880	27,00	0,529	35,6
Riachão do Dantas	19.386	25,00	0,539	29,2
Brejo Grande	8.004	39,00	0,54	31,5
Santa Luzia do Itanhi	12.969	22,00	0,545	33,0
Tomar do Geru	12.855	37,00	0,551	32,1
Monte Alegre de Sergipe	13.627	59,00	0,553	33,8
Cristinápolis	16.519	50,00	0,553	30,5
Pacatuba	13.137	20,00	0,555	29,4
Itabaianinha	38.910	49,00	0,556	29,8
Tobias Barreto	48.040	67,00	0,557	28,3
Japoatã	12.938	33,00	0,560	30,8
Poço Verde	21.983	56,00	0,561	29,9
Itaporanga D'Ajuda	30.419	39,00	0,561	24,6
Ilha das Flores	8.348	65,00	0,562	25,7
Gararu	11.405	24,00	0,564	30,8

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Uma característica comum a esses municípios e, consequentemente, esses territórios é a baixa taxa de urbanização e a alta taxa de analfabetismo. Os cinco municípios com menores IDHM têm taxa de urbanização menor que 40% e a população rural encontra-se dispersa em habitat rural. Essa característica impõem restrições às pessoas residentes no meio rural não apenas aos serviços públicos de saúde, educação, abastecimento de água e tratamento de esgotos como também a outras políticas sociais e ao uso de equipamentos urbanos, haja vista a ausência desses na maioria dos municípios sergipanos. Essa restrição é ampliada com a ausência de infraestrutura rodoviária adequada e serviço de transportes desordenado. Dessa forma, o impacto de intervenções nesses municípios será melhor observado a partir da integração de propostas de diferentes ações, sobretudo, do acesso às políticas sociais e aos centros de maior oferta desses serviços. Nesse contexto, a ampliação, a recuperação e a manutenção das rodovias principais e a construção de rodovias vicinais se desenham como ações estratégicas para incluir as pessoas nos programas sociais, facilitar o acesso aos mercados e serviços e fortalecer a abordagem territorial do desenvolvimento.

Em relação à logística, Sergipe depende, exclusivamente, do sistema rodoviário para o transporte das pessoas e cargas. O sistema conta com uma malha rodoviária de 3.755,80 km, estando 2.069,63 km pavimentados e 1.686,17 km ainda não pavimentados. No contexto da política de desenvolvimento do turismo no Estado, a construção da rodovia SE-100 Norte, trecho compreendido entre Pirambu a Brejo Grande, e a construção da ponte sobre o Rio São Francisco, interligando Brejo Grande a Piaçabuçu, município alagoano, são obras que deverão oportunizar trabalho e geração de renda aos residentes nos municípios situados nas áreas de influência da rodovia, tanto na fase de implantação como de operação.

Atendendo ao preconizado na Política Nacional de Mobilidade Urbana, a construção de vias expressas, viadutos, avenidas, pontes, terminais, pontos para embarque e desembarque de passageiros e cargas, a sinalização viária e a aquisição de instrumentos para controle e fiscalização dos serviços são infraestruturas de mobilidade urbana, requeridas para a estruturação do sistema de público coletivo intermunicipal de passageiros na Região Metropolitana de Aracaju. Considerando a realidade de que pessoas que residem nas cidades localizadas no entorno da Região Metropolitana de Aracaju como Itaporanga D'Ajuda, Laranjeiras e Maruim, inseridos no território da Grande Aracaju, trabalham em Aracaju, a infraestrutura de mobilidade urbana implementada nesta Região também beneficiará as pessoas residentes nesses municípios.

A melhoria das condições das rodovias pavimentadas e a pavimentação de outras são ações que interferem, diretamente, nos serviços de concessão do transporte público intermunicipal de passageiros. Em Sergipe, esse serviço opera com regras ditadas pelo Conselho Estadual de Transportes que não dispõe de diretrizes para a tomada de decisão. Visando fortalecer as deliberações do Conselho e, sobretudo, regulamentar e ordenar a atividade no estado, a elaboração do Plano Diretor de Transporte Intermunicipal de Passageiros é uma ação de planejamento requerida não apenas para o ordenamento e regulamentação do transporte público intermunicipal, como, também, para a oferta de transporte público de qualidade e com regularidade para todos os municípios sergipanos e o acesso amplo e democrático a bens e serviços públicos.

Habitação

A questão habitacional, no Brasil, é uma política pública e a moradia digna é um direito e vetor de inclusão social. Nos termos do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, a União o estado e os municípios devem articular suas ações de modo a assegurar às famílias de menor renda o acesso à moradia. A proposta do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social delimita como famílias de menor renda aquelas que recebem até três salários mínimos. Dessa forma, para o planejamento das ações de habitação será necessário, além da indicação dos menores Índices de Desenvolvimento Humano Municipal, previsto no Plano Estratégico do Governo do Estado, o conhecimento da distribuição espacial das maiores concentrações do déficit habitacional em Sergipe. O Censo Demográfico, publicado pelo IBGE em 2010, confirmou a concentração espacial da população sergipana na Região Metropolitana de Aracaju (40,4 %), sobretudo na Capital do Estado (27,6%). Dos 75 municípios sergipanos somente dois (Aracaju e Nossa Senhora do Socorro) possuem mais de 100 mil habitantes, 52 deles possuem menos de 20 mil habitantes e treze municípios concentram 63% da população total do Estado. Os treze municípios mais populosos concentram, também, as maiores demandas (66,3%) por moradias dignas (Quadro 1).

Quadro 1. Sergipe – Déficit Habitacional

Município	Número total de Habitantes	Taxa de Urbanização (%)	Deficit Habitacional*	Nº de Aglomerados Subnormais
Aracaju	571.149	100,00	24.481	28
Nossa Senhora do Socorro	160.827	96,00	5.825	14
Lagarto	94.861	51,00	2.579	0
Itabaiana	86.967	77,00	2.697	0
São Cristóvão	74.864	84,00	3.191	3
Estância	64.409	85,00	2.507	0
Tobias Barreto	48.040	67,00	1.740	0
Itabaianinha	38.910	49,00	1.006	0
Simão Dias	38.702	52,00	1.110	0
Nossa Senhora da Glória	32.497	66,00	1.084	0
Poço Redondo	30.880	27,00	677	0
Capela	30.761	64,00	1.111	0
Itaporanga D'Ajuda	30.419	39,00	1.350	0
Total	1.303.286		49.358	45

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010
*Fund. João Pinheiro, Déficit Habitacional Municipal no Brasil, 2010

A confirmação das maiores demandas nos municípios mais populosos evidencia, ainda, que as maiores demandas encontram-se nos municípios que apresentaram maiores taxas de urbanização, em 2010, ratificando a afirmativa do Plano Nacional de Habitação de Interesse Social e da Nota Técnica do IPEA de que o déficit brasileiro é, majoritariamente, urbano (85% do total). Entretanto, considerando a proximidade de Aracaju e a construção de conjuntos habitacionais para atender a população de baixa renda que trabalhava em Aracaju, sobretudo na década de 1980, municípios como Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão a demanda por incremento de unidades habitacionais não decorre da população residente na sede do município. Os grandes conjuntos habitacionais construídos pela Companhia de Habitação e Obras Públicas em áreas conurbadas ao município de Aracaju concentram 94% e 57%, respectivamente, da população total desses municípios. Além disso, a grande demanda, por moradia, de assentados da Reforma Agrária no Estado sugestionam municípios como Poço Redondo e Itaporanga D'Ajuda no planejamento do setor habitacional, sobretudo por apresentarem baixo Índice de Desenvolvimento Humano. Considerando que o déficit habitacional é definido pela composição de variáveis como o incremento de estoque (ônus excessivo com aluguel, coabitação familiar e adensamento excessivo) e a reposição das habitações precárias tanto aquelas encontradas nos aglomerados subnormais como os domicílios rústicos, a identificação dos municípios com os maiores percentuais de domicílios rústicos (casa de taipa) se faz necessário para o planejamento e priorização das ações do Programa Estadual de Habitação. O grande déficit habitacional no estado decorre não apenas da necessidade de incremento de unidades, interrompido desde a extinção do Banco Nacional de Habitação, em 1986, e a desarticulação institucional do setor habitacional, como também, do enfrentamento da inadequação dos domicílios e assentamentos construídos pela população e pelo Poder Público para atender às famílias de menor renda. De acordo com a Fundação João Pinheiro (2007), entende-se como inadequação aqueles domicílios com carência de infraestrutura, com adensamento excessivo de moradores, com problemas de natureza fundiária, cobertura inadequada, sem unidade sanitária domiciliar exclusiva ou em alto grau de depreciação (Fonte: Fundação João Pinheiro, 2007). Assim sendo, no contexto da redução do déficit habitacional, a regularização fundiária (patrimonial e urbanística) dos assentamentos precários e a regularização patrimonial de conjuntos habitacionais construídos pelo Poder Público se configura como uma ação que requer o esforço do Poder Público. Pelo exposto, a retomada do planejamento requer a estruturação de arranjo institucional com diferentes parceiros, o controle e a gestão das ações com foco na efetividade dos programas e projetos, bem como a racionalidade política e técnica na proposição de projetos, ações e

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 10 de Janeiro de 2016 às 20:59:37

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

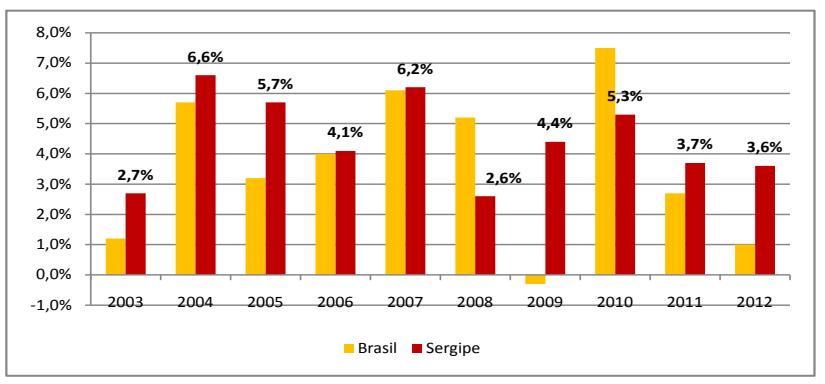
população a ser beneficiada, haja vista a escassez de recursos financeiros constatada nos três entes federados.

Desenvolvimento Produtivo, Ciência, Tecnologia e Inovação

Desenvolvimento Econômico

As taxas médias de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da economia sergipana na última década tem apresentado média superior à brasileira, acompanhando o ciclo de expansão da economia nordestina que se caracterizou o início do século XXI. No período de 2003 a 2012, a taxa média de crescimento do PIB, a preços básicos, do Brasil foi 2,78% e em Sergipe foi de 3,49%.

Brasil/Sergipe: taxa média de crescimento real do PIB – 2003-2012.



Fonte: IBGE/Contas Regionais e SEPLAG/SUPES/Observatório de Sergipe, vários anos.

O setor industrial em Sergipe, desde 2007 tem experimentado um significativo crescimento e diversificação com a chegada de novos grupos industriais e a entrada de Sergipe em cadeias globais de valor, como o setor automobilístico. Outro setor de grande destaque nos últimos anos foi a construção civil, uma vez que o aumento real da renda do trabalhador associado à maior oferta de crédito e a programas governamentais de aquisição da casa própria promoveu a expansão do mercado imobiliário. Como resultado disso, a construção civil ultrapassou setores tradicionais sergipanos com a própria indústria de transformação, o extrativismo mineral e os serviços industriais de utilidade pública na participação no Valor Adicionado Bruto (VAB). Entretanto, o setor de maior destaque na economia sergipana tem sido o de serviços.

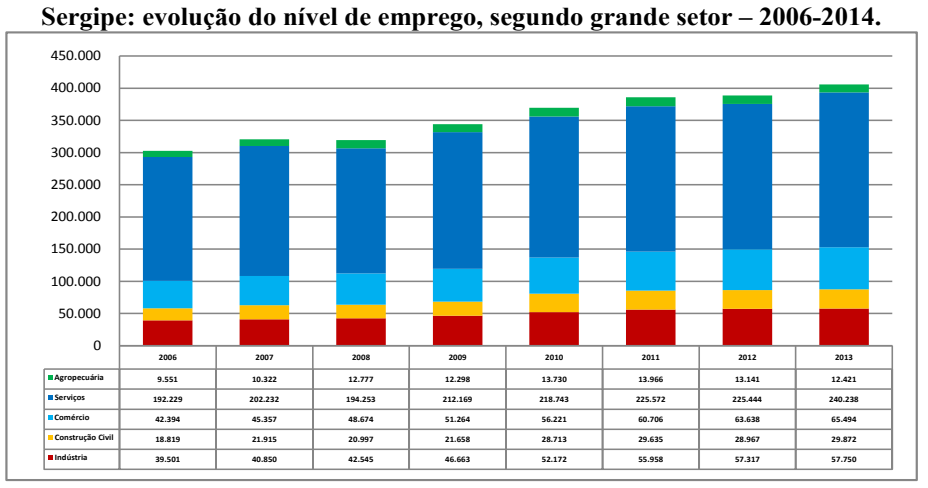
Sergipe: Participação (%) das atividades econômicas no VAB – 2012.

Setor	VAB (R$ milhões)	Participação (%)
Agropecuária	827	3,53%
Indústria Extrativa	1.664	7,11%
Indústria de Transformação	1.755	7,50%
Construção Civil	1.795	7,67%
Produção e Distribuição de Eletricidade e Gás, Água, Esgoto e Limpeza Urbana	1.526	6,52%
Comércio	2.529	10,80%
Transportes, Armazenagem e Correio	1.125	4,81%
Serviços de Informação	543	2,32%
Intermediação Financeira, Seguros e Previdência Complementar e Serviços Relacionados	985	4,21%
Atividades Imobiliárias e Aluguéis	1.827	7,80%
Administração, Saúde e Educação Públicas e Seguridade Social	6.429	27,46%
Outros Serviços	2.409	10,29%

Fonte: IBGE/Contas Regionais, 2012.

Em termos de indicadores sociais, Sergipe tem acompanhado o país e a região no curo da superação da pobreza e da miséria. Isto acontece, por exemplo, com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) adotado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), para medir a qualidade vida de regiões a partir de componentes como renda, longevidade e educação. Segundo os dados dos censos realizados pelo IBGE, o IDH sergipano saltou de 0,408, considerado baixo, em 1991, para 0,665, considerado médio, em 2010, sendo, portanto, o quarto maior do Nordeste, atrás apenas do Rio Grande do Norte, de Pernambuco e do Ceará. Por sua vez, a capital Aracaju destaca-se com o terceiro melhor IDH municipal da região, inferior somente a Fernando de Noronha e ao Recife. Já em termos de PIB *per capita*, Sergipe permanece como o primeiro do Nordeste com R$ 13.181, para 2012, ou seja, 19,33% acima da média da região. Em termos de emprego, Sergipe experimentou nos últimos oito anos um crescimento histórico. O número de trabalhadores formais saltou de 302.494 em 2006 para 405.775 em 2013, significando um incremento de 34,14% com a geração de 103.281 novos postos de trabalho no período. Destacam-se os serviços, principal gerador de empregos de Sergipe; a construção civil, que apresentou o maior crescimento; e a indústria de transformação, que registrou o segundo maior crescimento da região no período.

Sergipe: evolução do nível de emprego, segundo grande setor – 2006-2014.



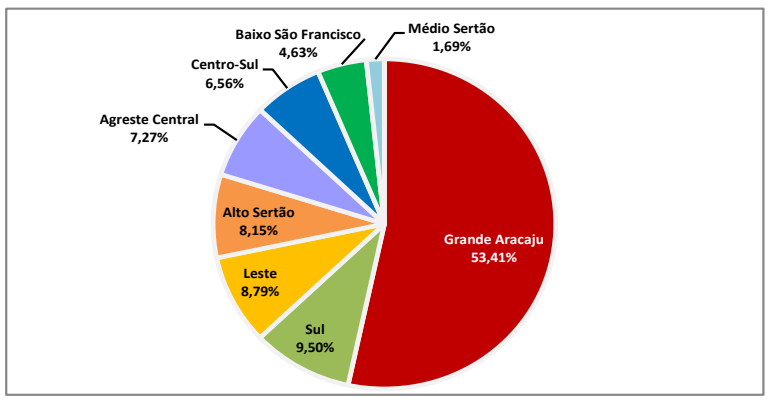
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Agropecuária	9.551	10.322	12.777	12.298	13.730	13.966	13.141	12.421
Serviços	192.229	202.232	194.253	212.169	218.743	225.572	225.444	240.238
Comércio	42.394	45.357	48.674	51.264	56.221	60.706	63.638	65.494
Construção Civil	18.819	21.915	20.997	21.658	28.713	29.635	28.967	29.872
Indústria	39.501	40.850	42.545	46.663	52.172	55.958	57.317	57.750

Fonte: MTE/RAIS, vários anos.

A Distribuição Espacial da Indústria em Sergipe

Na distribuição espacial, mesmo com os avanços nos últimos anos em direção a uma distribuição mais equitativa da atividade econômica pelo território sergipano, o estado ainda amarga uma forte concentração no território da Grande Aracaju que responde por mais da metade do PIB sergipano.

Sergipe: composição (%) do PIB por território – 2012.



Fonte: IBGE/Contas Regionais, 2012.

Na indústria, Sergipe possui uma distribuição territorial que reflete a alta concentração na Grande Aracaju. Dos 2.294 estabelecimentos industriais sergipanos 53,92% estão localizados no território da Grande Aracaju, sendo que destes 74,46% estão alocados na capital. Do lado do emprego que registrou o número recorde de 57.750 trabalhadores formais em 2013, a concentração é um pouco menor, 49,77%.

Sergipe: distribuição dos estabelecimentos e do emprego industrial por território – 2013.

Território	Estabelecimentos Quantidade	Estabelecimentos Participação (%)	Estabelecimentos Quantidade	Estabelecimentos Participação (%)
Alto Sertão	51	2,22%	793	1,37%
Médio Sertão	31	1,35%	2.970	5,14%
Baixo São Francisco	63	2,75%	1.581	2,74%
Leste	81	3,53%	4.083	7,07%
Grande Aracaju	1.237	53,92%	28.744	49,77%
Agreste Central	290	12,64%	6.421	11,12%
Centro-Sul	319	13,91%	7.198	12,46%
Sul	222	9,68%	5.960	10,32%
Total	**2.294**	**100,00%**	**57.750**	**100,00%**

Fonte: MTE/RAIS, 2013.

Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I).

É cada vez mais frequente o reconhecimento da Importância do desenvolvimento tecnológico nas atividades cotidianas do ser humano. A inovação está presente nos produtos alimentícios, nos artigos de vestuário, nos meios de transporte, dentre outros. Países e regiões que estimulam o desenvolvimento científico e tecnológico, refletido em inovação, mostram resultados mais positivos em termos de desempenho econômico.

Os resultados, contudo, não surgem sem que o sistema de CT&I esteja preparado para atender às demandas que lhe são colocadas. Nesse sentido, é importante que o sistema de CT&I, sobretudo em nível estadual, tenha foco em determinadas ações, a partir de diretrizes pré-estabelecidas. Além disso, o sistema deve funcionar com integração dos agentes envolvidos, de forma a viabilizar soluções para os problemas levantados. Nesse sentido, é fundamental que a estrutura do Estado esteja preparada para propiciar o funcionamento adequado deste sistema, nos padrões das melhores experiências nacionais e internacionais.

O comércio exterior sergipano.

Os benefícios econômicos que as exportações podem proporcionar à economia local, associados ao seu efeito multiplicador sobre as atividades do mercado interno não exportador, impactando no setor terciário da economia local por meio da criação de demanda por serviços

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 10 de Janeiro de 2016 às 20:59:37

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

e, por conta disso, incrementando os níveis de renda e de emprego da população, fazem desta atividade um importante instrumento indutor do crescimento econômico da região.

Tradicionalmente deficitário em termo de balança comercial, Sergipe, contudo, tem tido dificuldades em fazer uso de tal instrumento para elevar seus indicadores de crescimento econômico, uma vez que a participação do estado no comércio exterior brasileiro e nordestino permanece insignificante. Além disso, a pauta de exportação continua altamente concentrada em três produtos: suco concentrado de laranja, açúcar em bruto e calçados.

As exportações sergipanas registraram em 2014 um montante de US$ 77,97 milhões, tendo como principais mercados-destino os Países Baixos, Colômbia, Gâmbia, Bolívia e Estados Unidos. Do lado das importações, Sergipe registrou um volume de US$ 230,25 milhões, sendo os principais países fornecedores: Estados Unidos, Marrocos, China, Uruguai e Alemanha.

Microempresas e empresas de pequeno porte (MPEs).

As pequenas e médias empresas são relevantes no contexto socioeconômico, pois é um poderoso fator de promoção social, base da estabilidade política e força propulsora do desenvolvimento, dada sua capacidade de gerar empregos e incorporar tecnologia. Este segmento responde por 96,76% dos estabelecimentos formais de Sergipe e por 35,65% do emprego de carteira assinada, sendo que no comércio este percentual chega a 74,56%.

Deste modo, é vital para o desenvolvimento produtivo do estado de Sergipe o apoio ao desenvolvimento das MPEs, fortalecendo seu acesso a mercados e ao crédito, a melhoria do ambiente de negócios, uma vez que o apoio aos pequenos empreendimentos é um estratégico vetor induzir um maior crescimento do emprego e da inclusão social no estado.

Desafios:

- Ampliar o nível de investimento produtivo;
- Elevar as exportações da estrutura produtiva;
- Ampliar o nível de investimento em Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) e em Ciência, Tecnologia & Inovação (CT&I) nas empresas, com ênfase nos setores priorizados pela Política de Desenvolvimento Industrial de Sergipe 2011-2015;
- Fortalecer as microempresas e empresas de pequeno porte;
- Melhorar o ambiente de negócios do estado;
- Garantir a sustentabilidade ambiental da atividade produtiva;
- Promover a descentralização espacial da atividade produtiva;
- Diversificar a matriz energética do estado de Sergipe;
- Interiorizar a distribuição de gás natural voltado para o sistema produtivo.

Desenvolvimento Rural, Agropecuário e Pesca

A agricultura sergipana é desenvolvida predominantemente por agricultores familiares. Segundo dados do IBGE, último Censo Agropecuário de 2006, no estado de Sergipe existem 100.607 estabelecimentos agropecuários e área total de 1.482.437 hectares. Desses, 95.815 estabelecimentos, ou seja, 95,24%% detêm apenas 50,29% da área total, e estão enquadrados em faixas de terras inferiores aos 100 hectares, embora respondam conjuntamente pela maior parcela da produção de alimentos no Estado. Nesses imóveis, as atividades produtivas são conduzidas por agricultores e criadores portadores de declaração de aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e, porquanto, são prioritariamente, também em Sergipe, o público alvo que depende dos serviços públicos do aparato de estado no âmbito da Secretaria da Agricultura e de suas vinculadas, Emdagro e Cohidro. Esse público, conceitualmente categorizado em nível nacional, como agricultura familiar, tem amparo legal na Constituição Federal de 1988 (Art. 187, IV), que atribui aos Estados à garantia da oferta do serviço oficial da Assistência Técnica e de Extensão Rural. O serviço de assistência técnica e extensão rural em Sergipe foi criado desde o ano 1962, com o papel precípuo de transferir tecnologias agropecuárias e sociais às populações rurais, desde que, essas tecnologias fossem fundamentadas em processos de informações educativas, que permitissem, ao longo de um período, contribuir para mudanças favoráveis ao desenvolvimento das famílias e do espaço rural. A partir de 1991, no bojo das reformas político-administrativas em nível nacional e estadual a então Emater-Se no estado foi transformada em Emdagro, e daí então, passando a responder além da execução dos serviços de assistência técnica e extensão rural, também pela pesquisa agropecuária estadual, pela defesa agropecuária animal e vegetal e pelas atividades de regularização fundiária do Estado.

No ano de 2014 a Emdagro apresentou como resultado deste serviço o atendimento a 30.000 mil agricultores familiares os quais representam em torno de 33% dos estabelecimentos agropecuários sergipanos que foram beneficiados diretamente com ações da ATER oficial. Esta oferta de atendimento ainda é bastante reprimida, considerando-se inclusive as demandas dos segmentos produtivos, conforme foram manifestadas e referendadas por ocasião do planejamento participativo do estado.

Ainda com relação às atividades da Secretaria da Agricultura no âmbito da Emdagro, as ações de defesa agropecuária animal e vegetal são fundamentais à segurança econômica, social e alimentar da população sergipana e das populações em geral, hajam vistas as divisas próprias do mercado de circulação de animais e plantas, assim como dos produtos e subprodutos desta natureza, que se não bem monitorados pelo Estado podem incorrer em sérios prejuízos à economia e a saúde da população.

No tocante à defesa vegetal, os riscos por ingresso de doenças e pragas prejudiciais às explorações agropecuárias do estado podem levar a consequências danosas à economia e ao bem estar social, assim como, o uso indiscriminado de agrotóxicos que se não bem fiscalizados trazem danosos prejuízos à sustentabilidade ambiental, e à qualidade dos alimentos e como consequência, riscos à saúde humana. Em que pese à importância destes serviços, são grandes as limitações, principalmente quanto à disponibilidade de pessoal técnico especializado para que se amplie e qualifique os resultados, incluindo os processos de transformação e comercialização dos produtos.

Em Sergipe, é notório o uso de agrotóxicos em grandes extensões e diversas explorações, a exemplo, da cana-de-açúcar, milho, citros, hortaliças e em pastagens, e ainda com maior concentração nas culturas de cana-de-açúcar e milho por ocuparem extensas áreas de cultivos e por isso, constituem-se em fontes potencias de contaminação a todo o arranjo produtivo agropecuário sergipano.

Quanto à pesquisa agropecuária estadual as avaliações apontam para necessidade de mudança do arranjo institucional e adequações nos objetos de pesquisas, a fim de que estas passem a ser executadas com mais aderência aos interesses do setor agrícola estadual.

Em Sergipe, a reforma agrária enquanto política publica de democratização da terra e dos meios de produção, tem alcançado resultados positivos, sobretudo a partir do ano de 2007, quando foi posto em prática um instrumento de cooperação entre o estado e o governo federal, com foco na desapropriação por meio da compra de imóveis rurais para a instalação de colônias e assentamentos, com efetivo envolvimento das instituições e de representações dos movimentos sociais interessados. Este processo envolve a aplicação de recursos federais provenientes do Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA/INCRA e também de contrapartidas do Estado por meio da Secretaria da Agricultura.

Esta execução da política nacional da reforma agrária em parceria com o Governo de Estado/ Seagri, constitui-se em experiência pioneira no país, colocando-os credenciados, como exemplo a ser replicado em reforma agrária pacifica. Com esta ação, foram acrescentados aos números da reforma agrária no estado, no período 2007/2015: 1.200 famílias assentadas, 30.000 hectares de terra adquiridas, 29 colônias de assentamentos implantadas e 59,4 milhões de reais investidos, dos quais 10% de contrapartida estadual.

Apesar do cenário incerto quanto à possibilidade de captação de recursos federais no próximo quadriênio, 2016-2019, o Governo de Sergipe vem articulando ações para enfrentamento de desafios que se apresentam em importantes áreas com demandas por concessão de uso da terra. No perímetro de irrigação Jacarecica II em Malhador, já de domínio público do estado, para processamento de indenização de benfeitorias a dez empresários, e posterior assentamento de 151 agricultores familiares em 900 hectares irrigáveis. Outro importante desafio é o projeto Manoel Dionísio Cruz, em Canindé do São Francisco, no qual o estado vem aportando recursos financeiros em consultorias técnicas especializadas em sua concepção e planejamento, desde o ano de 2005 de Governos passados. Neste Projeto prevê-se o assentamento de 1.240 agricultores familiares em 21.000 hectares, dos quais 2.232 hectares irrigáveis. Outra expectativa de ampliação da política de Reforma Agrária é vislumbrada com a possibilidade de convênio com o Governo Federal/INCRA, para aquisição de 25 imóveis, nos territórios Médio Sertão, Leste Sergipano, Sul Sergipano e Centro Sul, que deverão beneficiar 800 famílias em área de 15.500 hectares.

Soma-se a essas ações, também a execução do Programa Nacional de Crédito Fundiário do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA, que tem por finalidade facilitar o acesso à terra a agricultores familiares, como ação complementar ao Plano Nacional de Reforma Agrária. É operacionalizado mediante aquisição de imóveis rurais não passíveis de desapropriação (áreas abaixo de 15 módulos fiscais sergipanos que variam entre 5 a 70 ha de acordo com a Região), e que por isso não se enquadram na política de aquisição da reforma agrária. Ao longo da execução do Programa em Sergipe, de 2007 a 2014 foram adquiridas 109 propriedades com área total de 7.769 ha que beneficiaram 1.245 pequenos agricultores.

A irrigação como tecnologia de produção agrícola no Estado é desenvolvida em sete perímetros públicos de irrigação, Califórnia, Jacarecica I, Jacarecica II, Jabiberi, Piauí, Ribeira e Platô de Neópolis, sendo que neste último a exploração e gestão é gerida por um grupo empresarial de produtores, sob contrato firmado com o Estado. Nos demais, cabe ao Estado por meio da Seagri/Cohidro a responsabilidade pela assistência técnica em irrigação, assim como, por toda ordem de custos para operacionalidade, incluindo energia e custos de reposição e manutenção dos sistemas, e também responsabilidades pela gestão geral da

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 10 de Janeiro de 2016 às 20:59:37

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

atividade, quando já deveria está a cargo dos próprios produtores, dado o tempo de implantação desses perímetros pelo Poder Público, desde os anos de 1980.

Os seis perímetros citados de responsabilidade da Cohidro, contam com área total de 9.814 hectares, sendo que destes, 4.235 hectares são de área irrigável. A exploração de hortifrutigranjeiros é predominante nesses perímetros, excetuando apenas o perímetro Jabiberi, onde se produz a bovinocultura leiteira semi-intensiva. Além da atividade de irrigação, a Cohidro também é responsável pela ampliação da oferta de água em comunidades rurais para o suprimento humano e para a dessedentação animal.

Apesar da importância dessas atividades, análises apontam que a Cohidro passa por dificuldades de ordem operativo-institucional, que suscitam a necessidade de definição de novos modelos de gestão e de adequações gerenciais, a fim de que possa contribuir de forma mais eficaz com a melhoria da infraestrutura hídrica dos perímetros e com a produção irrigada e em consequência com a elevação da qualidade de vida no campo.

Turismo e Esporte

Turismo

O Turismo é um poderoso instrumento de combate à pobreza e distribuição de renda, hoje o setor é responsável por 10% do PIB mundial, no Brasil o turismo representa apenas 5% do BIP enquanto que não temos nenhuma fonte segura para determinar a participação do segmento turístico no PIB o qual é responsável por 4% dos empregos formais do estado ,bem superior à média nacional , que é de 2,8%, e à frente de estados turísticos tradicionais como a Bahia, com 3,8%, e Pernambuco, com 3,6%,segundo dados do Sistema Integrado de informações sobre o Mercado de Trabalho no setor Turismo – SIMT do IPEA - Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicadas, divulgados em 12 de junho de 2011, representando 8.907 contratados no mercado formal. Sergipe, apesar do território geograficamente reduzido, é rico, e diverso, em produtos turísticos, indo além do tradicional programa de sol e mar. Aqui temos um dos 18 patrimônios da humanidade no Brasil, a Praça de São Francisco, em São Cristóvão, cidade que é, ela mesma, patrimônio histórico e artístico nacional, ao lado de Laranjeiras, ambas guardando além do patrimônio material um fabuloso acervo de patrimônio cultural imaterial. Mas o patrimônio cultural e histórico não se concentra tão somente nestas cidades coloniais, se espalha por todo território do estado e se junta ao patrimônio natural e paisagístico, a exemplo do Cânion do São Francisco, e perto dele a grota de Angico, cenário da última batalha de Lampião. E o que não dizer das serras, que apesar da baixa altitude, não desapontam em beleza sendo depositárias de uma rica fauna e flora, com espécies endêmicas a exemplo das que ocorrem no Parque Nacional da Serra de Itabaiana. Entretanto temos pela frente um grande desafio que é transformar todo o nosso potencial turístico, uma vez que o cenário turístico internacional reflete mudanças profundas nas pautas de comportamento do turista. Junto ao crescimento da demanda turística se vem produzindo profundas alterações nas preferências e hábitos de comportamento dos turistas, que já começaram a transformar os modelos de negócio, a natureza e o comportamento dos principais mercados, e que consolidam câmbios estruturais tanto na gestão da oferta como na demanda.

O novo perfil do turista se caracteriza, por encontrar-se em uma fase mais evoluída de seu ciclo de vida como consumidor, por dispor de uma maior experiência e informação sobre os destinos, o que aumenta seu grau de exigência sobre a relação valor-esforço e/ou qualidade-preço; contar com um maior nível cultural e de renda, o que reforça a demanda de qualidade ambiental e incrementa o interesse por conhecer novos elementos de identidade; e desloca-se por motivações cada vez mais diferenciadas, o que implica um gosto crescente por uma oferta mais especializada e discriminada por novas linhas de negócio que lhe proporcionem determinados tipos de experiências. O turismo do futuro virá, por tanto, determinado pela presença de uma demanda cada vez maior, mais sofisticada, complexa e mais segmentada que exige a cada destino avaliar e potenciar seus elementos diferenciais e dirigir suas estratégias para aquela posição competitiva que, com critérios de sustentabilidade, maximize em longo prazo os efeitos socioeconômicos da atividade turística por unidade de território.

Estes critérios deveriam constituir-se no marco referencial para o desenvolvimento turístico de Sergipe que como novo destino turístico há de posicionar-se de acordo aos atuais parâmetros de mercado. Desde esta nova perspectiva se deve potenciar as experiências turísticas e se desfrute em um entorno mais diferenciado, equilibrado e compatível com as identidades, lazer, culturais e ambientais de cada lugar, e no que as comunidades locais elevem sua autoestima e melhorem a qualidade de vida percebida em virtude da indústria turística. A experiência turística implica no envolvimento de uma longa cadeia produtiva, incapaz de como modernamente apresenta a Organização Mundial do Turismo, ser completamente contabilizada, entretanto pode-se delimitar uma produção associada ao turismo para o consumo mais imediato, direta ou indiretamente, pelos turistas, produção esta que vai da moda ao artesanato.

A visão de uma cadeia produtiva extensa, e que tem elos mais próximos representados os produtos associados tem significado fundamental na compreensão de que o turismo, além de segmento estratégico, tem capacidade de adensar a cadeia produtiva antecipando ganhos e concentrando localmente os benefícios da atividade, haja vista que a oferta se encerra diretamente com a demanda final, ou seja, com a utilização do produto pelo turista.

O atual mundo em rede, globalizado, proporciona um amplo leque de possibilidades no nível local. Essas possibilidades podem significar oportunidades de desenvolvimento como, por outro lado, a falta de oportunidades pode implicar em riscos de marginalização ou exclusão da dinâmica geral desse novo sistema. A eficácia para o desempenho dessas possibilidades depende de estratégias para valorização e otimização do conhecimento coletivo (capital humano) e das formas de cooperação social (capital social), fazendo uso sustentável dos recursos locais combinando-os com os recursos externos, para geração de oportunidades locais-regionais no conjunto de possibilidades globais.

As oportunidades regionais dependem das especificidades e da dinâmica de cada localidade e tem como pano de fundo analítico a teoria do desenvolvimento endógeno, que se detém nas questões regionais, apresentando contribuições para a problemática das desigualdades regionais e instrumentos de política para a correção dessas desigualdades baseando – se na execução de políticas de fortalecimento e qualificação das estruturas internas, visando a consolidação de um desenvolvimento genuinamente local e criando condições sociais e econômicas para a geração e atração de novas atividades produtivas. O que traduzindo-se para a proposta de um Programa de Desenvolvimento do Turismo significa a implantação de uma infraestrutura receptiva básica para o desenvolvimento sustentável das atividades, com a capacitação dos recursos humanos para propiciar serviços de qualidade garantindo a satisfação do turista, a geração, atração e manutenção de empreendimentos qualificados para o atendimento turístico tudo isto mantido e motivado por um fluxo constante de turista atraídos por uma estratégia de marketing permanente atual e impactante. Entretanto ao analisarmos a estrutura atual de serviços de hospedagem, agenciamento de viagens e transporte turístico, cuja inscrição é obrigatória no CADASTUR (Sistema de Cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor do turismo), percebemos claramente uma concentração de empreendimentos na capital. Dos 92 meios de hospedagem cadastradas no sistema 53 estão localizados em Aracaju, enquanto 39 estão distribuídos em 23 outros municípios, indicando que 51 municípios não contam com qualquer meio de hospedagem registrado no CADASTUR, isto é preocupante porquanto a concentração de meios de hospedagem em Aracaju estimula as excursões aos atrativos, os chamados bate-e-volta, mesmo para destinos que apesar de já contarem com meios de hospedagem os tem em números insuficientes, a exemplo de Canindé de São Francisco e Estância, sendo preocupante a total ausência de estrutura de serviços em municípios da Foz do São Francisco, Ilha das Flores e Brejo Grande. A diferença entre o número de empreendimentos na capital e no interior se acentua quando verificamos que das 133 agências de viagens e turismo cadastradas no sistema Cadastur, apenas 18 estão localizados no interior, distribuídos por 9 municípios.

Estes dados refletem a necessidade tanto de incentivar a abertura de novos empreendimentos que supram as necessidades do incremento do número de turistas, quanto da qualificação dos empreendedores que estão atuando, especialmente aqueles que estão fora do Cadastur.

Um dos indicadores do desempenho turístico de um destino é a taxa de ocupação de suas unidades hoteleiras. Em seguida, nos últimos seis anos esta taxa oscilado bastante, nunca tendo sido, na média, inferior a 50%.Entretanto nos últimos dois anos, 2009 e 2010, a ocupação média foi de 54,25%, contra 59,62% da média dos quatro anos anteriores. Isto pode ser atribuído a um incremento do número de UH´s (Unidades Hoteleiras) disponibilizadas, cuja média mensal saltou de 42.649 em 2007 para 57.932 em 2010

O incremento da média da taxa de ocupação hoteleira deve ser perseguida com ações que estimulem o turista a permanecer mais tempo em Sergipe, isto é, devemos propiciar, uma diversidade de produtos e segmentos que atendam às necessidades do turista fazendo com que eles se sintam motivados permanecer em nosso estado o tempo suficiente para usar o máximo dos nossos produtos. Nos últimos seis anos a média de permanência tem oscilado entre 2,63 dias e 2,93 dias, sendo este o nosso melhor resultado nesta série histórica.

Esporte

Ao longo da história da humanidade, o esporte tem sido uma valiosa ferramenta utilizada pelos governos para o seu desenvolvimento. O Brasil, sendo um país de infinita multiplicidade cultural, com espaços que possibilitam a prática da atividade esportiva, física e de lazer, junto a natureza ou em locais estruturados e montados especificamente para tal fim, tem se destacado no âmbito esportivo, com investimentos e parcerias que lhes trazem bons resultados, considerando principalmente os seguintes aspectos: inclusão social, desenvolvimento do esporte de alto rendimento, grandes eventos esportivos e de futebol e, investimento e infraestrutura. Há uma preocupação dos governos em tornar o esporte como uma atividade obrigatória, principalmente no sistema educacional, possibilitando o desenvolvimento integral do indivíduo da educação infantil ao ensino superior, considerando

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 10 de Janeiro de 2016 às 20:59:37

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

todos os benefícios trazidos pela sua prática, como a disciplina, respeito às regras do jogo, hierarquia, solidariedade, conscientização do trabalho em equipe etc. Além do espaço educacional, como uma atividade que possa ser praticada por toda população, pelos benefícios que traz a saúde e melhora da qualidade de vida. O Estado de Sergipe, um dos celeiros na produção de atletas que compõem as equipes nacionais, entende a importância do investimento neste setor por todos os benefícios e conquistas trazidas pelo esporte. No aspecto da realização de grandes eventos esportivos e de futebol, bem como no desenvolvimento do esporte de alto rendimento, promove a ascensão social do país, apresentando seus melhores atletas e fortalecendo a sua imagem, já que os eventos são vistos por milhões de pessoas em todo o mundo, envolve o crescimento das indústrias e naturalmente o crescimento econômico; No aspecto do desenvolvimento da infraestrutura, movimenta uma grande indústria diversificada e especializada na produção de equipamentos, na construção e reforma, na produção de equipamentos, uniformes e materiais específicos. É um aspecto gerador de empregos, por envolver os mais diversos profissionais e vários ramos e, consequentemente deixando de ser considerado um aspecto que apenas gera despesa, pois concluída a etapa, naturalmente gerará investimento e lucros, apresentando um retorno financeiro compensatório. No aspecto social, o esporte agrega valores e princípios que mudam o comportamento e a conduta de pessoas que vivem em situação de risco, propiciando alternativas de diversão para a população local e turística, bem como, possibilitando que as pessoas com deficiência, antes a margem da sociedade, a inclusão social e o exercício pleno de sua cidadania. Oferece ainda espaços adequados para que a população possa realizar atividades físicas e de lazer, melhorando saúde e a qualidade de vida, promove a interação de pessoas com o meio ambiente e, aumenta o fluxo turístico.

Convém ressaltar, nesse contexto, o papel do esporte e lazer como fator de inclusão social, pelos benefícios que proporciona a formação humana e cidadã. Dessa forma, foi pensado o Projeto “Sou parceiro”, com o objetivo de desenvolver ações voltadas para democratização de práticas desportivas. Este projeto incorpora três ações ou subprojetos. O primeiro chama-se “Vida Alegre”, que tem como objetivo a formação de atletas e o desenvolvimento de práticas esportivas, dentro das modalidades olímpicas em todos os municípios do Estado, tendo os municípios e as federações esportivas como parceiros. O segundo subprojeto é o “Buscando o Sonho”, que visa o estabelecimento de parceiras com instituições que já desenvolvem ações esportivas em comunidades carentes, fortalecendo o trabalho que essas instituições realizam. O terceiro subprojeto é o “Sou Eficiente”, que desenvolve ações voltadas para o esporte para pessoas com deficiência física. Tem ainda o Projeto Torcedor do Futuro que traz para o estádio, a nova geração de torcedores, contra qualquer tipo de violência, tornando o estádio, um espaço de lazer da família local ou visitante. Em parceria com o Governo Federal, o Estado tem o Programa Segundo Tempo, que atende aproximadamente dez mil crianças e jovens em 39 municípios, com atividades de iniciação esportivas, pedagógicas e sociais no contra turno escolar do aluno. Todos esses projetos e subprojetos são um antídoto contra a violência, são determinantes para modificar a vida de jovens e crianças que vivem em situação de risco, reduzindo o índice de crianças e jovens envolvidos com drogas ou outros males sociais. Todas as ações citadas exigem uma atenção especial, pois se sua aplicabilidade tem mostrado resultados significativos, urgente se faz a injeção de recursos que possibilitem melhoria das condições e estruturas oferecidas a população e, ao público turístico, possibilitando o crescimento econômico como consequência e, o destaque do estado no cenário nacional, não apenas pelos atletas de alto rendimento que compõem as equipes nacionais ou se destacam no ranking nacional, mas, também como um promissor centro de realização de eventos nacionais, considerando que o esporte tem sido uma fonte geradora de recursos em todo país.

Gestão Ambiental e Saneamento Básico

Gestão Ambiental

Sérios e complexos são os desafios para implantação de uma gestão ambiental comprometida com a sustentabilidade e com qualidade de vida. Historicamente a problemática ambiental vem sendo alvo de estudos que refletem na elaboração e implantação de políticas públicas com rebatimento nos padrões de produção e consumo. O último século foi testemunho de transformações significativas em todos os ambientes. De um lado, cresce o desenvolvimento tecnológico, gerando o crescimento exponencial da utilização de recursos naturais, para atender as necessidades das populações humanas, cada vez mais crescentes e dependentes desses recursos. De outro lado, amplia-se o quadro de degradação ambiental, afetando a qualidade dos bens e serviços ambientais oriundos dos diversos ecossistemas tais como recursos florestais, proteção da rede hídrica, provimento de ar, captação de carbono, proteção do solo, reserva de biodiversidade, polinização de espécies, reciclagem de nutrientes e estabilidade climática. Para garantir o uso racional dos recursos naturais, constitucionalmente, o meio ambiente ecologicamente equilibrado é consagrado como direito de todos, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, atribuindo ao poder público e a coletividade a responsabilidade pela sua proteção e defesa. Nesse sentido, cabe à SEMARH, no contexto do programa de Gestão e Proteção Ambiental, desenvolver ações voltadas à proteção, conservação e recuperação de recursos naturais, favorecendo condições para a produção de conhecimentos, aplicação de práticas e tecnologias ambientalmente sustentáveis, com participação e controle dos diversos segmentos da sociedade que utilizam desses recursos no seu dia a dia. Ademais, considera-se que a gestão ambiental integra, além do arcabouço legal das políticas ambientais, o planejamento e o gerenciamento ambiental, aplicando-se instrumentos reguladores, do tipo comando e controle; econômicos, tipo subsídios, cobrança por serviços ambientais, selo verde, etc.; e aqueles relacionados à informação e educação, a exemplo da capacitação de gestores públicos em gestão ambiental, fortalecimento dos fóruns democráticos e participativos como os coletivos educadores, disponibilização de material socioeducativo, bem como a implantação da política estadual de educação ambiental.

A gestão e a proteção ambiental exigem novas estratégias capazes de promover a melhoria da qualidade do ambiente com reflexos da qualidade de vida no planeta. Para tanto, disponibilizar informações, capacitar os membros dos diversos segmentos da sociedade e das próprias instâncias de governança, representa estratégias capazes de contribuir para o alcance dos objetivos estabelecidos na missão do Governo e da própria SEMARH.

Desde o início, o uso e a ocupação do solo no Estado de Sergipe se deu com a intensificação de ações transformadoras da paisagem e geradoras de impactos ao meio ambiente. Como exemplo, tem-se o processo de retirada descontrolada da cobertura florestal, que vem ao longo dos tempos sendo severamente reduzida; o aumento das áreas degradadas; a quantidade de lixões a céu aberto; a crescente quantidade de areais de retirada de forma irregular; dentre outros. Por outro lado, nos últimos anos, o mundo tem voltado para a busca do fortalecimento do papel dos governos quando da adoção de novos paradigmas de desenvolvimento, considerando a sustentabilidade como um critério essencial para o exercício da exploração de recursos ambientais. Esse cenário foi lentamente acompanhado pela mudança de comportamentos da sociedade e do próprio governo, os quais são amplamente responsabilizados através dos diversos instrumentos legais que vão desde a Constituição de 1988, passando pelas resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente e, até mesmo, pelos órgãos estaduais e municipais de controle e de gestão ambiental que compõem o Sistema Estadual de Meio Ambiente - SISEMA, que tem a SEMARH como órgão central, com destaque para a Administração Estadual do Meio Ambiente - ADEMA, como órgão executor da política estadual de meio ambiente, com competência para emissão de licenças ambientais e controle e fiscalização ambiental de empreendimentos e para o Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEMA, como órgão colegiado, consultivo e normativo do Sistema e da política ambiental do Estado. Destaca-se que, apesar da evolução da melhoria da sensibilidade e conscientização ecológica e ambiental das sociedades, muito ainda tem que ser feito. É preciso sensibilizar e educar a sociedade, fortalecer os órgãos de gestão, promover a mudança nos comportamentos e nas diretrizes, que devem estar voltados para estabelecer novos limites no processo de produção, com vistas ao estabelecimento de novas racionalidades entre o desenvolvimento socioeconômico e a sustentabilidade ambiental, com garantia da manutenção da biodiversidade do planeta.

Águas de Sergipe

O Estado de Sergipe, com uma área aproximada de 22.050 km² está inserido em oito bacias hidrográficas, a saber: São Francisco, Japaratuba, Sergipe Vaza Barris, Piauí, Real e as mais recentemente descobertas, Bacias Costeiras Sapucaia e Caueira/Abais. O território sergipano caracteriza-se por uma faixa próxima à zona costeira, com índices pluviométricos bastante razoáveis, da ordem de 1.200 mm/ano, que declinam substantivamente na medida em que se percorre o sentido oeste, caindo para cerca de 800 mm/ano na porção intermediária do Agreste, até chegar a níveis próximos a 400 mm/ano na macrorregião do Sertão, que compõe parte do semiárido brasileiro. De modo conjugado com esses problemas climáticos, também se verificam alterações no tipo do solo, com predomínio de rochas sedimentares e coberturas terciárias recentes, na macrorregião Litoral e em parte do Agreste, e do padrão cristalino no Sertão, dominado pela vegetação da caatinga, em virtude da sobreposição entre baixas fertilidade e pluviometria. É reconhecido que, nesse contexto regional, os estados nordestinos apresentam problemas recorrentes relacionados à escassez de disponibilidades hídricas, agravada pela elevada variação sazonal e plurianual de períodos chuvosos, fato que demanda avanços substantivos em termos da organização técnica e institucional para gestão dos recursos hídricos, como também, inversões significativas voltadas à infraestrutura para armazenamento e transporte de águas, tendo em vista seus múltiplos usos, notadamente o abastecimento público e a irrigação de cultivos.

Sob esse quadro geral, de maiores concentrações da população e de atividades produtivas na região litorânea, com crescente dispersão no meio rural do Agreste e, sobretudo, do Sertão, constata-se que, em sentido leste-oeste, também decrescem os padrões de renda, na medida em que, no Sertão predominam a pecuária e cultivos para subsistência familiar e somente no

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 10 de Janeiro de 2016 às 20:59:37

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

Agreste passam a serem desenvolvidos sistemas mais extensos de irrigação, na proporção em que os cursos d'água começam a se perenizar.

Por seu turno, atividades econômicas dos setores industriais e de serviços concentram-se junto ao Litoral, onde reside a maior parcela da população nordestina e, bem assim, a sergipana, com melhoria na renda per capita. Todavia, percebe-se que nessa faixa costeira, os problemas de escassez acabam sendo substituídos pelo comprometimento qualitativo dos corpos hídricos, com rebatimento negativo inclusive sobre o seu elevado potencial turístico.

Em suma, o Estado de Sergipe demanda suporte financeiro e apoio institucional e técnico, tanto para enfrentar reconhecidos problemas típicos do semiárido brasileiro, quanto do quadro de comprometimento ambiental urbano que domina sua zona costeira.

Em relação aos perfis de reconhecidos problemas hídricos - de escassez no Sertão e no Agreste e de poluição no Litoral - o Estado tem empreendido, sobretudo em tempos mais recentes, esforços importantes no sentido de estruturar suas entidades para fins de gestão de seus recursos hídricos e ambientais, de modo a mitigar quadros críticos que rebatem especialmente sobre as populações de menor renda.

No segmento dos recursos hídricos há avanços substantivos que foram auferidos pelo órgão gestor, durante o período de execução do Programa Nacional Pró-Água/Semiárido, e pela coordenação e implementação do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SEGREH, criado no bojo da Política Estadual de Recursos Hídricos, pela Lei estadual nº 3.870, de 25 de setembro de 1997. Esse Sistema é composto pela SEMARH, como órgão gestor dos recursos hídricos no Estado, pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CONERH, como órgão de coordenação, fiscalização e deliberação coletiva, pelos Comitês de Bacias Hidrográficas, pelos órgãos das esferas federal e municipal que se relacionem com a gestão de recursos hídricos no Estado e por Agências de Água que vierem a ser instituídas. Sua sustentação financeira se dá por conta de recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FUNERH, que recebe transferências, entre outras, do setor de geração de energia, fator que assegura, pelo menos, um apoio básico à operação do Sistema.

Em consonância com a meta mencionada, torna-se relevante incentivar maior participação dos municípios nesse Sistema, como também no Sistema Estadual de Meio Ambiente – SISEMA, uma vez que as cidades devem ser percebidas como usuárias de recursos naturais de seus territórios, na medida em que detém a titularidade sobre serviços de saneamento básico (abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos sanitários, coleta e disposição final de resíduos sólidos e drenagem), além da competência para legislar sobre uso e ocupação do solo urbano. Portanto, outra meta, a ser listada pelo Programa é a promoção de novos avanços institucionais, fortalecendo o SEGREH em termos de sua capacidade de articulação com as prefeituras sergipanas e com outros segmentos de usuários das águas de Sergipe.

Nesse aspecto, cabe destacar a importância para os recursos hídricos do papel exercido pela concessionária estadual de saneamento, a Companhia de Saneamento de Sergipe - DESO, empresa de economia mista que opera, por concessão municipal, a maioria absoluta dos sistemas de água e esgotos das cidades do Estado de Sergipe, cabendo-lhe, por consequência, a responsabilidade, tanto pela cobertura do déficit estadual no abastecimento de água potável, quanto pelo significativo passivo ambiental representado pelos esgotos domésticos não coletados e tratados. Portanto, pode-se identificar a DESO como a principal usuária dos recursos hídricos de Sergipe, em decorrência de suas captações para o abastecimento público e de seus lançamentos de efluentes.

No que tange aos setores usuários das águas sergipanas, cabe, por fim, mencionar a irrigação de cultivos, com maior concentração na área do Agreste, como atividade sob a competência da Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (SEAGRI), à qual são vinculadas a Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe - EMDAGRO e a Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe - COHIDRO.

Esse setor abrange, segundo dados do IBGE (2001), perímetros irrigados que somam 13.250 hectares. Portanto, uma demanda por vazões consultivas que pode caracterizar, em determinados açudes e em trechos de rios, conflitos potenciais entre usos múltiplos da água, particularmente nas áreas marcadas por períodos mais longos de escassez. Na maioria dos perímetros, as atividades produtivas são diversificadas, à exceção do Platô de Neópolis, especializado em fruticultura tropical, e nos perímetros Betume e Propriá, onde se concentra a produção de arroz inundado e piscicultura. O fato relevante, em termos institucionais, é que há espaços para ampliar a inserção dos mencionados segmentos de usuários junto ao SEGREH, objetivo que deverá ser contemplado no contexto do Programa Água de Sergipe. Isto posto, cumpre reconhecer que, dentre as bacias hidrográficas que drenam o estado de Sergipe, a de maior relevância, tanto em termos de sua dinâmica social, quanto produtiva, é a do rio Sergipe, uma verdadeira síntese concentrada das dificuldades sergipanas relacionadas à disponibilidade quantitativa e qualitativa de água. Essa bacia, que drena 16,7% do Estado, contempla de forma integral os municípios de Laranjeiras, Malhador, Moita Bonita, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora do Socorro, Riachuelo, Santa Rosa de Lima e São Miguel do Aleixo; e, parcialmente, os municípios de Aracaju, Areia Branca, Barra dos Coqueiros, Carira, Divina Pastora, Feira Nova, Frei Paulo, Graccho Cardoso, Itabaiana, Itaporanga d Ajuda, Maruim, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora das Dores, Ribeirópolis, Rosário do Catete, Santo Amaro das Brotas, São Cristóvão e Siriri, num total de 26 municípios abrangidos, envolvendo assim os Territórios Alto Sertão, Médio Sertão, Agreste Central, Leste e Grande Aracaju. Seus principais afluentes, pela margem esquerda, são os rios Pomonga, Parnamirim, Ganhamoroba e Cágado e, pela margem direita, os rios Poxim, Sal, Cotinguiba, Jacarecica, Morcego, Jacoca, Campanha, Lajes e Melancia. Do mesmo modo, os principais reservatórios são o Açude Marcela e as Barragens Jacarecica I e II, além de inúmeras barragens de pequeno porte construídas na região semiárida para minimizar os efeitos das secas prolongadas.

A gestão de recursos hídricos de forma descentralizada tem papel fundamental na gestão ambiental porque a água é um indicador que se presta a modelagens de simulação. É possível reproduzir o funcionamento hidráulico e ambiental a partir de uma base técnica: informação sobre apropriação (uso e poluição) da água e características fisiográficas da bacia e do corpo d'água em si. Essa base técnica permite, por outro lado, acrescentar ao cenário futuro os interesses dos diversos atores envolvidos em determinada bacia. Consequentemente, se avalia quem ganha e quem perde nesses cenários extrapolados. Trata-se de uma base econômico-financeira que permitirá quantificar os investimentos necessários, bem como o valor a ser cobrado para sua cobertura. A disposição do usuário em pagar pelo uso da água advém, principalmente, da certeza de que a gestão lhe dê condições quanto à necessidade do investimento para seu negócio. Quanto melhor a qualidade da gestão, menor o caráter impositivo da cobrança. A expressão institucional do acordo de benefícios e perdas deverá ocorrer em um Comitê de Bacia que reúna os diferentes interesses. A gestão compreende, ainda, uma agência executiva que realiza as tarefas relativas ao cumprimento das decisões do comitê, bem como submete a ele outras ações. Isso conforma uma base político-administrativa cujos princípios fundamentais de gerenciamento estão perfeitamente definidos.

Saneamento Básico

No contexto dos serviços públicos, sobretudo, de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário, o planejamento, a execução e a gestão de projetos nas microrregiões de saneamento básico de Sergipe, nos termos da Lei Complementar n. 176/2010 são competências do Estado. Desse modo, o planejamento de ações que amplie, melhore e dê efetividade aos sistemas de abastecimento de água e de tratamento e destinação final adequada dos efluentes domésticos nas microrregiões de saneamento básico são competências da Seinfra e de sua vinculada, a Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO). São treze as microrregiões de saneamento básico, cujos critérios delimitadores foram a interdependência dos sistemas e o manancial hídrico usado, sobretudo, para o abastecimento de água. A principal fonte de abastecimento de água em Sergipe é o Rio São Francisco, sendo as adutoras os principais sistemas que integram a prestação desse serviço. Os principais sistemas integrados são Alto Sertão, Sertaneja e São Francisco que atendem à maioria da população. Entretanto, a água ofertada em Sergipe provém, também, de mananciais subterrâneos e de superfície como os Rios Poxim e Pitanga. Considerando que os mananciais de superfície são de pequeno porte e a maioria perene, o planejamento para ampliar, melhorar e garantir a continuidade dos serviços impõe ações que requerem a ampliação de adutoras, a construção de barramento e a perfuração de poços. Tais ações demandam a captação de recursos financeiros para os investimentos necessários, a articulação da Seinfra e de sua vinculada com a União e, sobretudo, a busca de parceria para a melhoria e ampliação na prestação dos serviços.

O abastecimento de água é uma realidade para as pessoas residentes nas sedes municipais e maiores povoados. Entretanto, o atendimento aos assentamentos rurais depende de estudos de alternativa de fontes para a captação da água, haja vista a pouca disponibilidade hídrica de superfície e subterrânea no estado, sobretudo, nos territórios do semiárido. Assim, a ampliação dos sistemas existentes e a duplicação de adutoras são ações voltadas para assegurar a prestação dos serviços e ampliar a oferta.

No contexto do saneamento básico, a cobertura dos serviços de esgotamento sanitário ainda é uma questão problemática e crítica. Segundo a Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO), em 2014, o atendimento total de esgoto referente aos municípios atendidos com água em Sergipe era somente de 14,91%. Outra variável crítica que carece de ação estratégica é a perda no sistema de distribuição de água. Em 2013, o índice de perdas nos sistemas de distribuição de água em Sergipe foi de 59,27% (SNIS, 2013). Desse modo, o esforço desse Plano Plurianual 2016-2019 é a viabilidade de parcerias para ampliar a cobertura da coleta e tratamento dos esgotos e a redução de perdas nos sistemas.

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 10 de Janeiro de 2016 às 20:59:37

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça e Ministério Público

Programas Temáticos:

Controle Externo

Justiça

Defesa da Ordem Jurídica e Social

Controle Externo

O Tribunal de Contas do Estado da Sergipe – TCE, órgão integrante da Assembleia Legislativa, desempenha um relevante papel no cenário governamental sergipano, através do controle externo da gestão dos recursos públicos estaduais. Sediado em Aracaju e jurisdição em todo o Estado de Sergipe, de acordo com o que estabelece o Artigo 70 da Constituição Estadual e Lei Complementar Estadual nº.205/2011 que rege o referido Tribunal. A estrutura orgânica do Tribunal, conta com os seguintes Órgãos: Plenário, Câmaras, Presidência, Vice-Presidência, Ministério Público Especial, Corregedoria Geral, Coordenadorias, Auditoria, Diretoria Técnica, Diretoria de Controle Externo de Obras e Serviços, Diretoria Administrativa e Financeira, Diretoria de Modernização e Tecnologia, Diretoria de Comunicação e Mídias e demais Unidades Técnico-Administrativas que dão suporte as atividades fins do TCE/SE.

Contribuir para a conformidade e o desempenho da gestão desses recursos e o efetivo resultado das ações governamentais, cumprindo integralmente as competências institucionais e legais que lhe foram atribuídas, atendendo às expectativas da sociedade e do Poder Legislativo em relação ao controle externo, sob sua responsabilidade, elevando os níveis de eficiência, de eficácia e efetividades das suas ações é a missão desse Tribunal.

Na perspectiva de atender aos seus compromissos junto à sociedade sergipana, acompanhando as exigências de um Estado moderno, ágil e eficiente é que o TCE definiu como visão de futuro "ser uma instituição de excelência na efetivação do controle externo, essencial à sociedade, incentivando o exercício da cidadania".

O aperfeiçoamento técnico-profissional dos servidores do TCE, nesse contexto de transformação, torna-se uma ação de fundamental importância para que a sua missão e visão de futuro possam ser concretizadas. Assim, ações de capacitação serão realizadas no sentido de oferecer melhores condições de atuação para os profissionais que integram o quadro funcional do TCE, atendendo às expectativas dos próprios servidores, do Poder Legislativo e da sociedade civil organizada.

Outro aspecto a ser destacado é o relevante papel desempenhado pelas modernas tecnologias da informação que representam, também, um importante ponto de sustentação para a modernização e agilidade da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, contribuindo para a reformulação dos processos de trabalho e dos produtos a serem ofertados ao Estado e à sociedade. O TCE dispõe de 42 Sistemas Informatizados: Sisap-Auditor, Sisap-Carga, Sisap-Coleta de dados, Sisap-Receptor, Sistema de Carga Notebook, ADM-RH Gestão de Recursos Humanos, Perfil – Sistema de Controle de Usuários e Perfis, RIC – Sistema de Rateio de ICMS, SCA – Sistema de Controle de Almoxarifado, SISPTR – Sistema de Controle de Patrimônio, Sistema de Ponto Eletrônico, Sistema de Transporte, SICM – Sistema Médico, SCPP – Sistema de Controle de Processos e Protocolos, Sistema de Busca Processual, Certidão Online, Comunicação Interna, Intranet, Portal da ECOJAN, Portal do TCE, Portal Transparência, Sistema de Autenticação Global, Sistema de Controle de Biblioteca, Sistema de Matrícula da ECOJAN, Sistema de Notificações Eletrônicas, Consulta de Processo Internet, Diário Oficial – Diário Eletrônico, DMP ACESSO – Ponto Eletrônico, DMP ADVANCED PONTO – Ponto Eletrônico, Relatório de apoio à Auditoria, Sisap – Coleta Net, Sistema de Arquivamento de Decisões, Sistema de Controle de Cerimonial, Sistema Help Desk, Sistema Processual, Sisap BI, Sistema de Boletos e Multas, Sistema de Assinatura Digital Interno, Sistema de Assinatura Digital Externo, Sistema GeoObras, Sistema de Licitações e Eventos e o Minerador de Dados.

Justiça

O Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, tido como referência nacional pela qualidade de sua prestação Jurisdicional, aperfeiçoa sua gestão estratégica - conjunto de ações em planejamento e execução da estratégia - para que possa dar continuidade aos seus programas e projetos, levando em consideração os interesses e a satisfação da sociedade.

Neste ano de 2015, foi aprovado o segundo ciclo do planejamento estratégico, através da resolução 07, considerando a necessidade de se manter um referencial estratégico, de forma que o Poder Judiciário possa melhor cumprir com sua finalidade de articular as ações de curto, médio e longo prazo, com o objetivo de conferir suporte e sustentabilidade aos propósitos institucionais. O Planejamento Estratégico Institucional para o período de 2016 a 2020 baseou-se na Resolução n.º 198, de 01 de julho de 2014, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências, onde, se determinou no inciso I, do Artigo 2º do Capítulo 1 – Das Disposições Gerais – que se considera para efeitos desta Resolução os tribunais indicados nos incisos II a VII do art. 92 da Constituição Federal.

Desse modo, busca-se aliar o Planejamento Estratégico ao Plano Plurianual. Considerando-se a importância desse alinhamento para a organização, o planejamento estratégico deverá estar diretamente relacionado com a realização do PPA, ou seja, eles se relacionam com os objetivos de longo prazo e com estratégias e ações para alcançá-los, contribuindo com a instituição de modo geral. É oportuno salientar que a elaboração do PPA estabelece a estratégia como fator primordial, definindo as diretrizes e as metas para os próximos anos, nos quais as ações serão priorizadas pelas revisões do Planejamento Estratégico institucional.

Através da implementação da gestão estratégica, observou-se, inequivocamente, a evolução deste Poder Judiciário, porém, grandes desafios ainda ocorrem, quais sejam, o aumento constante da demanda, o que torna cada vez mais difícil a equação deste aumento de demanda com o aumentando a produtividade, tendo em vista aumento da escolaridade e dedução dos níveis de pobreza da população. Para que possa prosseguir buscando o alcance de sua visão de futuro que é a redução gradativa da taxa de congestionamento.

Em que pese às dificuldades, muitos pontos positivos existem para o desenvolvimento das atividades do Tribunal de Justiça de Sergipe, como ser reconhecido como referência em celeridade e eficiência junto a outros Tribunais; possibilidade de ampliação das parcerias estratégicas; captação de recursos financeiros e apoio político para o permanente desenvolvimento institucional; comunicação dos processos e projetos institucionais com público interno e externo; permanente controle social e a existência do CNJ – Conselho Nacional de Justiça. Entre as forças estão: a Estrutura do Poder Judiciário de Sergipe (instalações, tecnologia da informação), Magistratura e servidores comprometidos e integrados; Grande parte dos servidores efetivos; Conscientização pelos servidores e Magistrados da trajetória de modernização (inovação) do Poder Judiciário de Sergipe; Eficiência da área-fim; Bom nível de qualificação dos servidores; Autonomia e Independência do Poder Judiciário de Sergipe.

Defesa da Ordem Jurídica e Social

Ministério Público de Sergipe

O Ministério Público de Sergipe, ao longo dos últimos anos, vem aprimorando sua Gestão, no intuito de atender sua missão constitucional de "*Defender a Ordem Jurídica, o Regime Democrático, os Interesses Sociais e Individuais Indisponíveis e garantir a Cidadania Plena e o Desenvolvimento Sustentável*". Nesse sentido foi aprovado pelo egrégio Colégio de Procuradores de Justiça o segundo Plano Estratégico Plurianual do Órgão para o quadriênio 2016-2019, através da Resolução nº 009/2015 - CPJ, de 03 de setembro 2015. Tal medida segue a estratégia estabelecida pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, difundida através dos Fóruns Nacionais de Gestão – FNG-MP, promovidos 3 (três) vezes ano por aquele Conselho, o que tem proporcionado significativos avanços no desempenho das ações estratégicas deste Órgão Ministerial, proveniente da troca de informações entre as demais Unidades da Federação. Após a edição do Plano Estratégico 2011-2015, o MPSE deu início ao processo de modernização de suas atividades e ações pautadas no referido Plano, elaborado com a finalidade de otimizar o atendimento das demandas da população sergipana.

Partindo dessa premissa, no ano de 2012 foi inaugurado o Edifício-Sede da Instituição, com vistas a proporcionar aos seus Membros, Servidores e à sociedade em geral maior conforto e comodidade. O referido prédio, dotado de ampla área construída, possui 5 (cinco) pavimentos e oferece condições adequadas nas configurações de engenharia, arquitetura e ergonomia, centralizando nele a Administração Superior, Procuradorias de Justiças, Centros de Apoio Operacionais – CAOps e Promotorias sediadas na Capital, além das Diretorias e demais órgãos administrativos. Possui, ainda, auditório para 420 (quatrocentas e vinte) pessoas, mini auditórios, salas de audiências, espaço para eventos e amplos estacionamentos, localizados na área externa e no subsolo. Após a entrega da nova Sede, deu-se início ao processo de reformas e adequações das subsedes localizadas no interior do Estado e, após celebração de convênio com o Tribunal de Justiça de Sergipe, tornou-se possível reformar e ampliar as demais Promotorias sediadas nos Fóruns do TJSE, modernizando a infraestrutura das unidades Ministeriais, para melhor atendimento à população sergipana.

Nesse contexto, foi iniciado o processo de atualização do parque tecnológico da Instituição, através da aquisição de novos equipamentos (computadores, impressoras, *scanners*, *nobreaks*, dentre outros) e a respectiva substituição dos antigos, bem como aquisição de novos *softwares* e desenvolvimento de programas que pudessem suportar o seu crescimento.

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 10 de Janeiro de 2016 às 20:59:37

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

Os avanços conseguidos na área de Tecnologia da Informação, que demandaram a alocação de grande volume de recursos, proporcionaram maior agilidade e segurança na transferência de dados e adequação às normas estabelecidas pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, haja vista a necessidade de implantação do trâmite eletrônico virtualizado, bem como a padronização e integração da base de dados do MPSE com o Poder Judiciário.

Nesse período, empenhado em aproximar-se ainda mais da população do Estado, a Procuradoria-Geral de Justiça iniciou o processo de modernização e ampliação da frota de veículos para realizar o transporte de bens, Membros e Servidores. Em 2012, foi adquirido o Ônibus da Cidadania, visando oportunizar atendimento direto às comunidades carentes do interior do Estado e periferias da Capital.

No mês de abril de 2013, o MPSE aderiu à Campanha Nacional "Brasil contra a Impunidade", com a finalidade de evitar a aprovação do Projeto de Emenda Constitucional Nº 37/2011 – PEC 37, que previa o cerceamento do poder investigatório do Ministério Público brasileiro. Essa Campanha teve o apoio do povo brasileiro, em nível nacional, fato que contribuiu para a rejeição do Projeto pela Câmara de Deputados. Ainda em 2013, o Ministério Público de Sergipe foi destacado no cenário nacional ao realizar, na Sede da Instituição, a Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais – CNPG e a III Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Diretos Humanos – GNDH, proporcionando a oportunidade de integração e troca de experiências com as demais Unidades da Federação.

Nos últimos 04 (quatro) anos, o MPSE intensificou a frequência de realização de eventos abertos à população, objetivando debater temas de interesse social. Nesses eventos são demonstrados os resultados do trabalho desempenhado pela Instituição, através dos Centros de Apoio Operacional - CAOps e das Promotorias de Justiça, a exemplo do 1º *Workshop* sobre População em Situação de Rua do Estado de Sergipe, do II Seminário do 3º Setor – Projeto "ONG Transparente", e do Fórum de Transporte Público Coletivo Urbano.

Ato contínuo de aproximação com a sociedade, em 2014, o MPSE inaugurou, no seu Edifício-Sede, as novas instalações da Ouvidoria, com o objetivo de proporcionar maior conforto e segurança para a população que procura a ajuda da Instituição. O quadro a seguir monstra o fluxo das demandas da Ouvidoria nos últimos anos:

Ouvidoria - Estatística de Manifestação por Tipo				
Tipo de Manifestação	**2012**	**2013**	**2014**	**TOTAL**
Crítica	15	41	16	**72**
Denúncia	352	498	520	**1.370**
Elogio	6	9	11	**26**
Informação	139	135	88	**362**
Reclamação	310	437	469	**1.216**
Solicitação	117	114	111	**342**
Sugestão	12	32	9	**53**
TOTAL	**951**	**1266**	**1224**	**3.441**

Visando otimizar o trâmite de processos e documentos no âmbito da Instituição, adquiriu-se, em 2014, 26 (vinte e seis) novas motocicletas, para beneficiar as Promotorias de Justiça da Capital e de 32 (trinta e dois) municípios do interior do Estado. Diante dessa iniciativa, a tramitação das requisições, notificações e demais atos de intercâmbio procedimental está sendo realizada em tempo hábil, agilizando a prestação dos serviços junto à sociedade.

Em 2014, foram criadas 08 (oito) novas Promotorias de Justiça e os respectivos cargos de Promotores de Justiça, com vistas ao atendimento do crescimento das demandas sociais, conforme abaixo delineadas:

- 2ª Promotoria de Justiça Criminal da Cidade de São Cristóvão;
- 2ª Promotoria de Justiça Criminal da Cidade de Lagarto;
- 2ª Promotoria de Justiça da Cidade de Barra dos Coqueiros;
- Promotoria de Justiça da Cidade de Indiaroba;
- Promotoria de Justiça da Cidade de Malhador;
- 2ª Promotoria de Justiça da Cidade de Itaporanga D'Ajuda;
- 2ª Promotoria de Justiça da Cidade de Laranjeiras;
- 2ª Promotoria de Justiça da Cidade de Simão Dias.

Com essas novas unidades o MPSE passou a contar com 109 (cento e nove) Promotorias de Justiça, assim distribuídas:

Promotorias	Quantidade
Sede (Aracaju)	**30**
Fórum Olímpio Mendonça (Conj. Orlando Dantas - Aracaju)	**2**
Fórum Des. Luís Carlos Fontes de Alencar (CEASA - Aracaju)	**2**
Fórum Des. Fernando Ribeiro Franco (Bairro Santa Maria - Aracaju)	**1**
Fórum Integrados I (Bairro Santos Dumont - Aracaju)	**2**
Fórum Integrados II (Bairro 18 Do Forte - Aracaju)	**2**
Fórum Integrados III (Distrito Industrial de Aracaju - DIA)	**3**
Subsedes do Interior	**12**
Fóruns do Interior	**55**
Total	**109**

Atuando incisivamente na promoção do bem-estar e na transformação da realidade social da população do Estado, foram desenvolvidos pela Instituição diversos Projetos, a seguir relacionados:

- **"MP Itinerante – Ônibus da Cidadania"**, que tem como escopo levar o Ministério Público às comunidades carentes, que residem em locais de difícil acesso na Capital e no interior do Estado;
- **"MP de Portas Abertas"**, Projeto criado pela Escola Superior do MPSE, com o objetivo de tornar a Instituição melhor conhecida pelos cidadãos da Capital e interior do Estado;
- **"Reforço Criativo Escolar – RECRIARTE"**, que visa reduzir a incidência do trabalho infantil e promover a inclusão social de crianças e adolescentes;
- "**FLORESCER – Construindo a Liberdade",** que proporciona às mulheres em situação de prisão estímulo à informação e ao conhecimento;
- **"Catadores Organizados, Inclusão Garantida",** criado com o intuito de inserir socioeconomicamente as famílias que viviam em situação de vulnerabilidade social no antigo Lixão da Terra Dura, no município de Aracaju, classificado em 1º Lugar na Categoria Transformação Social no Prêmio CNMP no ano de 2014.
- **"Sensibilizar: O Ministério Público e o Jovem",** que tem como escopo principal aproximar os Promotores e Procuradores de Justiça do público adolescente, em situação de acolhimento institucional e alunos de Escolas Públicas;
- "**Bom Samaritano"**, cujas ações estão voltadas para incentivar o exercício da solidariedade entre os Membros, Servidores e Familiares do Ministério Público de Sergipe, por meio de campanhas humanitárias, com visitas a entidades de acolhimento de idosos, crianças e adolescentes, Creches, Hospitais etc.

Por outro lado, a grande quantidade de ações civis públicas ou de improbidade, recursos diversos, além do expressivo número de manifestações em ações civis, penais, dentre outras, vem gerando a necessidade de ampliar a atuação das Promotorias, motivando este Órgão Ministerial a investir em infraestrutura e tecnologia, para maximizar seu potencial de atendimento, utilizando-se de diversos artifícios possibilitados pelas modernas técnicas de gestão, não obstante a dificuldade de aumentar o efetivo de Membros e Servidores dos Serviços Auxiliares, face aos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Efetuado o levantamento dos indicadores estabelecidos no último Plano Plurianual, referente ao período de 2011 a 2014, o MPSE alcançou os seguintes resultados:

Indicadores (Denominação e Fonte)	Und	Referência	Apurado			
		2010	2011	2012	2013	2014
Número de Ações Civis Públicas (ACP)	Und	322	911	475	409	760
Número de Ações de Improbidade Administrativa (AIA)	Und	67	69	39	62	62
Número de Pareceres dos Procuradores	Und	10.610	15.930	15.488	11.446	16.810
Número de Pareceres	Und	60.090	62.670	73.802	80.082	76.815
Número de Inquéritos Civis Instaurados	Und	302	1.673	3.324	2.705	1.302
Número de intervenções em Inquéritos Policiais	Und	6.341	-	-	-	-
Número de Denúncias oferecidas em Inquéritos Policiais	Und	2.629	5.174	7.715	8.220	1.965

As mudanças na Taxonomia estabelecias pelo Conselho Nacional do Ministério Público, bem como a implantação do sistema ARQUIMEDES, projetado para gerenciar a atividade fim do Ministério Público, atuando em todas as áreas da Instituição, sejam elas Extrajudicial, Primeiro Grau ou Segundo Grau, impossibilitaram a apuração do indicador que trata sobre o Número de Intervenções em Inquéritos Policiais.

O gráfico em seguida demonstra os resultados do mencionado levantamento:

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 10 de Janeiro de 2016 às 20:59:37

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

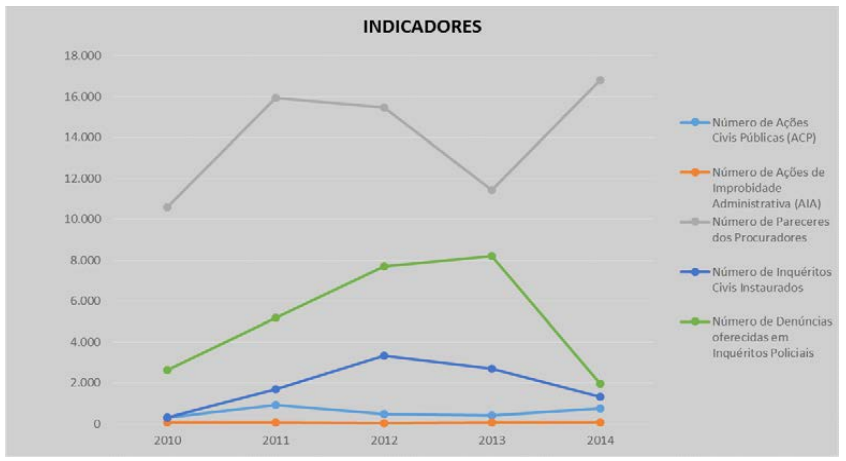


Gráfico 1

O indicador que trata do Número de Pareces foi destacado dos demais por possuir grande representatividade da atuação Ministerial, haja vista que reflete todas as manifestações nas áreas da Infância e Juventude, Extrajudicial e Criminal, conforme demonstra o gráfico a seguir:

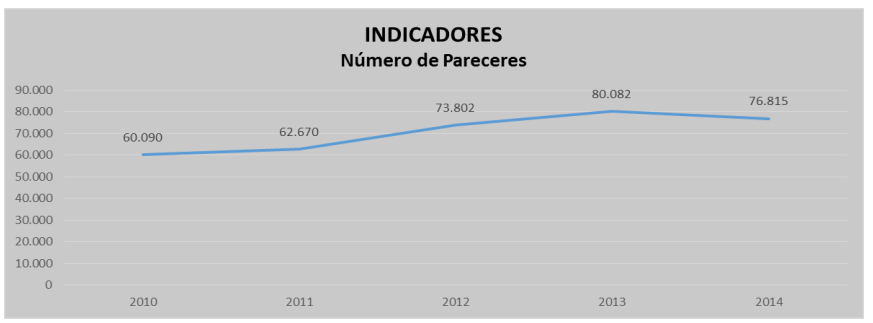


Gráfico 2

Defensoria Pública do Estado

A Defensoria Pública do Estado de Sergipe por ser a guardiã dos direitos individuais e coletivos, trabalha diariamente as competências que lhe são legalmente atribuídas, principalmente ao que tange a assistência jurídica gratuita e integral. Esta instituição, de natureza puramente finalística; de atendimento direto aos cidadãos, com prestação dos serviços aos considerados hipossuficientes e por força da lei, necessita quase que constantemente expandir os seus serviços e fechar os gargalos de atendimento populacional.

Vivenciando e enfrentando os desafios de expansão, esta Defensoria Pública, através da Lei Complementar nº 183/2010, criou os núcleos de atendimentos, que foi sem duvida, um grande marco na seara de atendimento do órgão, melhorando significativamente o nível destes atendimentos. Ocorre que a população anseia, a cada dia, por mais ofertas assistenciais, necessitando que a nossa rede de Postos de Atendimento seja ampliada, objetivando assim uma oferta maior das nossas atividades desenvolvidas.

Os núcleos de atendimentos exercem a função de promoção de Assistência Jurídica e Extrajudicial em áreas específicas do direito, dando como sempre prioridade às regiões com maiores índices de exclusão social (baixa renda). Estes são regulamentados pela Resolução nº 005/2010. O processo de implantação dos núcleos melhorou os atendimentos em áreas pontuais, até porque o público alvo da instituição é constituído por pessoas que, comprovadamente, não tem condições de constituir advogados para a defesa de seus direitos.

Constantemente se faz a busca pela integralização dos órgãos da justiça sergipana, para o bom desempenho de todos com o intuito de dar celeridade aos processos e procedimentos judiciais, bem como respostas rápidas aos problemas apresentados pelos assistidos com resolutividade do feito. A Defensoria Pública, além de prestar assistencialismo no rol jurídico, se preocupa com o outro viés da causa que são os acompanhamentos psicológicos e sociais por meio do CIAPS - Centro Integrado de Atendimento Psicossocial.

Duas metas principais para a Defensoria Pública nos anos de 2016 a 2019. A primeira é cumprir o que determina a Constituição Federal em seu artigo art. 98 e seu §1º que diz: "O número de defensores públicos na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda pelo serviço da Defensoria Pública e à respectiva população. No prazo de 8 (oito) anos, a União, os Estados e o Distrito Federal deverão contar com defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais, observado o disposto no caput deste artigo". Como essa determinação foi imposta em 2014, o Estado de Sergipe tem até 2022 para isso, ou seja, nos próximos 6 anos praticamente. Assim, para alcançar essa meta, o Poder Executivo necessita realizar seu planejamento para uma melhor política orçamentária direcionada à Defensoria Pública, pois assim fazendo, além de obedecer a determinação da Constituição Federal, estará possibilitando que o interior de Sergipe possa também ter um Defensor Público, melhorando inclusive, o índice de desenvolvimento humano da região.

A segunda meta principal é formar um corpo administrativo. A Defensoria Pública hoje, como instituição autônoma, não pode ficar sem seus próprios servidores. Necessário o planejamento para que possa criar cargos de técnicos, analistas, para o setor de recursos humanos, contabilidade, financeiro, contratos e convênios, segurança e todos os demais cargos necessários para que possa não somente os membros, mas também, a administração da Defensoria, realizar um serviço público estruturado para a população sergipana.

Como uma meta secundária, mas não menos importante, será a aquisição de uma sede para a Defensoria Pública, pois hoje sobrevive em prédios pequenos e alugados, bem como a aquisição de sedes nos maiores municípios do interior.

Os projetos a serem realizados terão: caravanas de direitos, promoção do direito a moradia e a função social da propriedade; realização de ações sociais e justiça itinerante; ampliação de realizações de testes de DNA; criação de um centro técnico de confecção de cálculos judiciais e confecção de plantas de situação; Criação e estruturação de um centro de estudos jurídico; desenvolvimento tecnológico e de um sistema de informação; implementações de ferramentas gerenciais; criação de centrais de mediação de conflitos; criação de centro de atendimento especializado em saúde na comarca da capital; modernização da Central Diva Costa Lima (atendimento ao cidadão); promoção de comunicação em direitos (cartilhas, vídeo institucional, folders, material informativo); capacitação de líderes comunitários.

Em Sergipe, há um déficit enorme de defensores públicos, somente 07 dos 75 municípios contam com os serviços. A Defensoria Pública está prevista em apenas 18,91% das comarcas sergipanas, assim, os direitos da maioria dos sergipanos, notadamente os residentes no interior não estão sendo devidamente resguardados, como determina a constituição federal.

O número de pessoas em Sergipe que, potencialmente, carece de assistência jurídica gratuita é de mais de um milhão e meio de pessoas, tendo em vista que a população do estado é superior a dois milhões, logo 77,1% dos habitantes do Estado dependem dos serviços da Defensoria, para que possa ter acesso aos seus direitos e assim, uma transformação social.

Vários pontos foram analisados pelo órgão para chegar a um denominador de quais ações são prioritárias e quais teriam os melhores resultados alcançados/esperados pelos sergipanos.

É necessário enfatizar que o órgão, além de buscar o aumento do atendimento assistencial, prisma também pela qualidade do mesmo, buscando sempre meios de capacitar/treinar seus funcionário e colaboradores.

É de bom alvitre demonstrar que não há ainda no quadro funcional da instituição, Defensores Públicos suficientes para preencher todas as vagas existentes, além de que os que estão na ativa acabam sendo obrigados a acumular serviços para não deixar de atender aos assistidos. Dessa forma se verificou a urgência de ampliar o quadro de Defensores e realizar Concurso Público. A inserção e a necessidade de Recursos Humanos vão além da Carreira de Defensor, pois o órgão também necessita de funcionários em diversas áreas de atuação (área administrativa, de atendimento, de recepção, de assessores entre outros), até porque a Lei que cria o Quadro de Funcionários da instituição ainda não foi aprovada, engessando a Defensoria e impedindo de que a mesma possa alcançar novos patamares.

Já em relação aos recursos físicos, há muito ao que se melhorar, mas podemos dizer também que muito já foi feito. Quando a Defensoria equipou toda a parte administrativa, bem como alguns fóruns, com mobília nova e adequada ergonomicamente para a realização dos trabalhos desenvolvidos. Adquiriu impressoras, computadores, scanner´s e demais equipamentos eletro eletrônicos, implantou os sistema de senhas na Central de Atendimento Defensora Diva Costa Lima, no fórum Gumercindo Bessa e está arrumando a casa para implantar também o sistema de senhas nos demais fóruns, melhorando a qualidade e aumentando em quantidade a oferta dos nossos serviços.

3. O PLANEJAMENTO INTEGRADO E O MONITORAMENTO DO PPA 2016-2019

O Planejamento Estratégico

A integração do Planejamento Estratégico com os demais instrumentos constitucionais de planejamento

A partir da reflexão que todos os órgãos fizeram sobre os Compromissos de Governo, alinhados à missão e visão de futuro, a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG) empreendeu um esforço de planejamento integrando a estratégia aos instrumentos constitucionais de planejamento, o Plano Plurianual (PPA) 2016-2019, as Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDOs) e as Leis Orçamentárias Anuais (LOAs). Assim, esses instrumentos explicitarão com clareza as estratégias de governo e viabilizarão a implantação das mesmas do ponto de vista tático e operacional.

Nessa etapa de formulação, a equipe da Superintendência de Programação Econômica e Orçamento (SPEO/SEPLAG) visitou todas as Secretarias estaduais e órgãos vinculados em oficinas que mobilizaram 350 servidores. Nessas oficinas, após a disseminação da missão, visão de futuro e valores do governo, era apresentada a metodologia integrada de planejamento que orientou a elaboração do PPA e das ações orçamentárias a partir dos compromissos governamentais.

Para a implantação da estratégia serão priorizados os programas, objetivos, projetos e atividades relacionados aos compromissos de governo na alocação de recursos orçamentários, na programação financeira, evitando contingenciamentos, e nos principais processos centralizados de compras, licitações e seleção de pessoal.

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 10 de Janeiro de 2016 às 20:59:37

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

O monitoramento dos Compromissos de Governo

Outra sistemática vital para a implantação da estratégia é o monitoramento dos Compromissos de Governo. Após a construção do quadro lógico para cada um dos compromissos de Governo e a respectiva atribuição de responsabilidades no fornecimento das informações sobre a evolução da implantação dos compromissos, a SEPLAG consolidará o Relatório Quadrimestral de Acompanhamento Estratégico, que subsidiarão as Reuniões de Monitoramento Estratégico, lideradas pelo Governador.



GOVERNO DE SERGIPE PRESENTE E FUTURO

PROGRAMA: 0002. Controle Externo

Indicadores (Denominação e Fonte)	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Redução de estoque processual. **Fonte:** TCE	Percentual	2014	10
Manifestações apresentadas à Ouvidoria do TCE/SE. **Fonte**: TCE	Unidade	2014	188
Servidores concursados nomeados. **Fonte:** TCE	Unidade	2012 a 28/09/2015	51
Qualificação continuada de servidores e jurisdicionados. **Fonte:** TCE	Unidade	2014	2.053
Ações implementadas do PDTI. **Fonte:** TCE	Percentual	2014	43

Valor Global	Valor 2016 (R$)	Valor 2017-2019 (R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**2.280.000**	**7.182.000**
Despesas Correntes	600.000	1.890.000
Despesas de Capital	1.680.000	5.292.000
Valores Globais	**9.462.000**	

Objetivo: 0001. Otimizar a qualidade dos serviços públicos prestados pelo TCE/SE, garantindo uma gestão eficiente, transparente e democrática.

Órgão Responsável: Tribunal de Contas do Estado de Sergipe

Metas 2016-2019:

- Contribuir para o aperfeiçoamento da Administração Pública Estadual e Municipal através do combate à corrupção;
- Fomentar a transparência na gestão dos jurisdicionados, estimulando o controle social;
- Aprimorar instrumentos de controle externo;
- Atuar de forma concomitante e seletiva;
- Renovar o quadro de servidores através de concursos periódicos;
- Desenvolver práticas de gestão de pessoas, gerando clima organizacional propício à motivação, à valorização e ao comprometimento das pessoas;
- Desenvolver práticas e ações nas áreas energética e socioambiental;
- Aperfeiçoar as ferramentas de tecnologia da informação e comunicação;
- Assegurar os recursos orçamentários e financeiros necessários para a continuidade da modernização do TCE.

PROGRAMA: 0003. Justiça

Indicadores (Denominação)	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Índice de satisfação do Judiciário Sergipano. **Fonte**: Diretoria de Planejamento TJSE	Percentual	2014	65
Índice de confiabilidade no Judiciário Sergipano. **Fonte**: Diretoria de Planejamento TJSE	Percentual	2014	73
Índice de Varas Criminais com sistema de audiência por videoconferência. **Fonte**: Diretoria de Planejamento TJSE	Percentual	2014	0
Índice de audiências criminais realizadas por videoconferência. **Fonte**: Diretoria de Planejamento TJSE	Percentual	2014	0
Índice de atendimento à demanda. **Fonte**: Diretoria de Planejamento TJSE	Percentual	2014	99,49
Índice de execução do Plano Estratégico. **Fonte**: Diretoria de Planejamento TJSE	Percentual	2015	90
Índice de execução do orçamento estratégico. **Fonte**: Diretoria de Planejamento TJSE	Percentual	2014	98,74

Valor Global do Programa	Valor 2016 (R$)	Valor 2017-2019 (R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**329.278.217**	**1.037.226.384**
Despesas Correntes	320.272.930	1.008.859.730
Despesas de Capital	9.005.287	28.366.654
Valores Globais	**1.366.504.601**	

Objetivo: 0002. Garantir os direitos da cidadania.

Órgão Responsável: Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Metas 2016-2019:

- Aumentar para 65% o índice de satisfação dos usuários/cidadãos atendidos pelo Poder Judiciário.

Objetivo: 0003. Combater a corrupção e a improbidade administrativa.

Órgão Responsável: Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Metas 2016-2019:

- Aumentar para 64% o índice de agilidade no julgamento das ações de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública até 2019;
- Reduzir para 78,5% a taxa de congestionamento das ações de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública até 2019

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 10 de Janeiro de 2016 às 20:59:37

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE:
www.segrase.se.gov.br

Objetivo: 0004. Adotar soluções alternativas de conflito.

Órgão Responsável: Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Metas 2016-2019:

- Aumentar para 17% o índice de conciliação processual realizada até 2019.

Objetivo: 0005. Gerir as demandas repetitivas e dos grandes litigantes.

Órgão Responsável: Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Metas 2016-2019:

- Reduzir para 64,5% a taxa de congestionamento em litigância serial até 2019.

Objetivo: 0006. Impulsionar as execuções fiscais e cíveis.

Órgão Responsável: Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Metas 2016-2019:

- Reduzir para 59,86% a taxa de congestionamento na fase de execução global até 2019;
- Reduzir para 85,3% a taxa de congestionamento das ações de execução fiscal até 2019.

Objetivo: 0007**.** Aprimorar a gestão da justiça criminal.

Órgão Responsável: Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Metas 2016-2019:

- Implantar em 100% das Varas Criminais sistema de audiência por videoconferência até 2019;
- Realizar por videoconferência 20% das audiências criminais até 2019.

Objetivo: 0008. Garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos servidores e magistrados.

Órgão Responsável: Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Metas 2016-2019:

- Aumentar para 100% o índice de atendimento à demanda até 2019;
- Reduzir para 6% o índice de evolução de demanda por ano até 2019.

Objetivo: 0009. Melhorar a Gestão de Pessoas, para potencializar o capital humano nos órgãos do Poder Judiciário.

Órgão Responsável: Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Metas 2016-2019:

- Aumentar para 80% o índice de capacitação nas competências profissionais até 2019.

Objetivo: 0010. Aperfeiçoar a Gestão de Custos.

Órgão Responsável: Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Metas 2016-2019:

- Atingir o valor médio do processo, de acordo com o índice de eficiência operacional, de R$ 2.257,76 até 2019.

Objetivo: 0011. Instituir a Governança Judiciária.

Órgão Responsável: Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Metas 2016-2019:

- Aumentar para 100% o índice de execução do plano estratégico até 2019;
- Aumentar para 99,89% o índice de execução do orçamento estratégico até 2019.

Objetivo: 0012. Melhorar a infraestrutura e governança de TIC.

Órgão Responsável: Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Metas 2016-2019:

- Aumentar para 80% o índice de aderência às metas do PETIC até 2019.

PROGRAMA 0004. Defesa da Ordem Jurídica e Social

Indicadores (Denominação e Fonte)	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Número de Ações Civis Públicas (ACP). **Fonte**: Proej/MPSE	Unidade	2014	760
Número de Ações de Improbidade Administrativas (AIA). **Fonte**: Proej MPSE	Unidade	2014	62
Número de Manifestações do 2º Grau. **Fonte**: ControlP 2º/MPSE	Unidade	2014	16.810
Número de Manifestações do 1º Grau. **Fonte**: ARQUIMEDES/MPSE	Unidade	2014	76.815
Número de Inquéritos Civis Instaurados. **Fonte:** Proej/MPSE)	Unidade	2014	1.302
Número de Denúncias Ajuizadas Decorrentes da Atuação Extrajudicial. **Fonte**: PROEJ/MPSE	Unidade	2014	76
Número de Termos de Ajustamento de Conduta. **Fonte**: PROEJ/MPSE	Unidade	2014	95
Número de Denúncias oferecidas em Inquéritos Policiais. **Fonte**: ARQUIMEDES/MPSE	Unidade	2014	1.965
Causas Penais **Fonte**: DPE	Unidade	2015	11.040
Causas Cíveis **Fonte**: DPE	Unidade	2015	30.857
Direito do Consumidor **Fonte**: DPE	Unidade	2015	129
Assistência Psicossocial **Fonte**: DPE	Unidade	2015	2.400

Valor Global do Programa	Valor 2016 (R$)	Valor 2017-2019 (R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**7.435.000**	**23.420.250**
Despesas Correntes	3.560.000	11.241.000
Despesas de Capital	3.875.000	12.206.250
Valores Globais	**30.855.250**	

Objetivo: 0013. Fomentar a estruturação e a fiscalização do sistema prisional, bem como a fiscalização do cumprimento das medidas alternativas.

Órgão Responsável: Procuradoria Geral de Justiça

Metas 2016-2019

- Realizar 03 avaliações das fiscalizações trimestrais nos estabelecimentos penais, por ano.

Objetivo: 0014. Contribuir para o fortalecimento da cidadania, da democracia e dos direitos fundamentais.

Órgão Responsável: Procuradoria Geral de Justiça

Metas 2016-2019

- Aumentar em 40% o somatório de iniciativas voltadas à expressão da vontade popular na tomada de decisão dos gestores até 2019.

Objetivo: 0015. Combater a improbidade administrativa e defender o patrimônio público, social, histórico e cultural, inclusive de entes do Terceiro Setor.

Órgão Responsável: Procuradoria Geral de Justiça

Metas 2016-2019

- Alcançar 80% de decisões favoráveis nas ações ajuizadas em defesa do patrimônio público, da ordem tributária e do Terceiro Setor;
- Aumentar para 750 o número de iniciativas institucionais extrajudiciais voltadas à temática.

Objetivo 0016. Garantir o respeito e a efetivação dos direitos da criança e do adolescente, do idoso, da mulher e da pessoa com deficiência.

Órgão Responsável: Procuradoria Geral de Justiça

Metas 2016-2019

- Alcançar o somatório de 8.000 iniciativas institucionais até o fim de 2019;
- Alcançar, até 2019, 85% de sentenças/acórdãos favoráveis e parcialmente favoráveis;
- Manter a média anual de 1.725 movimentações de processos;
- Manter a média anual de 2.100 de recomendações e TACs cumpridos e arquivamentos pelo atendimento do objeto.

Objetivo: 0017 - Atuar na prevenção e no combate à criminalidade, com foco nos crimes violentos letais intencionais, tráfico de drogas e criminalidade organizada.

Órgão Responsável: Procuradoria Geral de Justiça

Metas 2016-2019

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 10 de Janeiro de 2016 às 20:59:37

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

- Aumentar em 16% o índice da atuação judicial;
- Aumentar em 16% o índice da atuação extrajudicial.

Objetivo: 0018. Efetivar o direito à educação, à saúde e à assistência social.

Órgão Responsável: Procuradoria Geral de Justiça

Metas 2016-2019

- Aumentar em 40% a movimentação de procedimentos;
- Aumentar em 40% o número de sentenças total e parcialmente favoráveis;
- Aumentar em 40% o número de acórdãos total e parcialmente favoráveis;
- Aumentar em 40% o índice de efetividade da atuação extrajudicial;
- Aumentar em 40% o somatório de iniciativas institucionais.

Objetivo: 0019. Fortalecer o controle externo da atividade policial.

Órgão Responsável: Procuradoria Geral de Justiça

Metas 2016-2019

- Manter em 100% o índice de atuação institucional no Controle Externo;
- Manter em 100% o índice de atuação Institucional na defesa dos direitos fundamentais;
- Manter abaixo de 30 a média do tempo decorrido da primeira manifestação em inquérito policial até a Denúncia ou Arquivamento para processos de réus soltos**;**
- Manter abaixo de 10 a média do tempo decorrido da primeira manifestação em inquérito policial até a Denúncia ou Arquivamento para processos de réus presos**;**
- Manter em 100% o índice de eficiência no cumprimento dos prazos legais de inquéritos policiais – réu solto;
- Manter em 100% o índice de eficiência no cumprimento dos prazos legais de inquéritos policiais – réu preso.

Objetivo 0020. Assegurar a defesa dos direitos do consumidor, a proteção jurídica do cidadão nas relações de consumo e proteger a ordem econômica e financeira.

Órgão Responsável: Procuradoria Geral de Justiça

Metas 2016-2019

- Alcançar o somatório de 600 Atuações Institucionais Extrajudiciais Cíveis sobre a temática, até 2019;
- Alcançar o somatório de 720 iniciativas voltadas à temática até 2019.

Objetivo: 0021. Promover a defesa do direito ao meio ambiente (latu sensu) sustentável.

Órgão Responsável: Procuradoria Geral de Justiça

Metas 2016-2019

- Alcançar o somatório de 375 ações civis públicas voltadas à temática até 2019;
- Manter em 300% o índice, ou seja, um mínimo de 3 movimentações por inquéritos e procedimentos instaurados em aberto;
- Alcançar 75% de efetividade da atuação extrajudicial.

Objetivo: 0022. Aprimorar, informatizar e desburocratizar as rotinas administrativas

Órgão Responsável: Procuradoria Geral de Justiça

Metas 2016-2019

- Aumentar para 2,5 a média aritmética das notas atribuídas à informatização e/ou modernização, até 2019.

Objetivo: 0023. Aprimorar processos de planejamento e gestão estratégica.

Órgão Responsável: Procuradoria Geral de Justiça

Metas 2016-2019

- Atingir o índice de 70% de execução de projetos estratégicos até 2019;
- Atingir o índice de 80% da gestão estratégica implantada até 2019.

Objetivo: 0024. Agilizar o trâmite de processos judiciais, extrajudiciais e administrativos.

Órgão Responsável: Procuradoria Geral de Justiça

Metas 2016-2019

- Atingir o índice de 50% de procedimentos extrajudiciais concluídos, até 2019;
- Alcançar, pelo menos, a média 2 para os critérios de medição de conclusão dos procedimentos extrajudiciais do MPSE, até 2019;
- Alcançar, pelo menos, a média 2 para os critérios de medição de conclusão dos processos de ações penais/cíveis do MPSE, até 2019.

Objetivo: 0025. Atuar de forma proativa, eficiente, efetiva, preventiva e resolutiva, respeitando as competências constitucionais.

Órgão Responsável: Procuradoria Geral de Justiça

Metas 2016-2019

- Alcançar, pelo menos, o total 05 pontos no somatório das notas atribuídas aos instrumentos disponíveis para atuação proativa, até 2019;
- Atingir o somatório de 20 pontos na avaliação dos instrumentos disponíveis para obtenção de informações de bancos de dados de Órgãos e Entidades públicos, até 2019.

Objetivo: 0026. Ampliar a atuação extrajudicial como forma de pacificação de conflitos.

Órgão Responsável: Procuradoria Geral de Justiça

Metas 2016-2019

- Aumentar em 50% o somatório de Inquéritos Civis Públicos instaurados, até 2019;
- Aumentar o índice em 20% na relação entre o número de soluções extrajudiciais (n° TACs firmados + n° recomendações) e o número de ciências favoráveis e parcialmente favoráveis de sentenças em Ações Civis Públicas - ACPs.

Objetivo: 0027. Fortalecer e aprimorar a comunicação institucional.

Órgão Responsável: Procuradoria Geral de Justiça

Metas 2016-2019

- Aumentar para 30 o número das ações de integradas executadas, com ênfase nas campanhas internas e projetos;
- Ampliar para 85 o somatório de citações das atividades do MPSE na imprensa escrita;
- Aumentar para 185 o índice de comunicação institucional com ênfase no número de notícias produzidas e veiculadas, inserções nas redes sociais e de campanhas publicitárias;
- Aumentar para 21 o índice de efetividade dos canais de comunicação interna.

Objetivo: 0028. Intensificar parcerias e trabalho em rede de cooperação com setores públicos, privado, sociedade civil organizada e comunidade geral.

Órgão Responsável: Procuradoria Geral de Justiça

Metas 2016-2019

- Ampliar para 34 o número total de parcerias e trabalhos em rede de cooperação com setores públicos, privados e sociedade civil, até 2019.

Objetivo: 0029. Facilitar e intensificar o diálogo do cidadão com o Ministério Público.

Órgão Responsável: Procuradoria Geral de Justiça

Metas 2016-2019

- Ampliar para 6.500 o número de cidadãos atendidos pessoalmente no Ministério Público, até 2019;
- Aumentar para 3 a média aritmética das notas atribuídas aos instrumentos de diálogo do cidadão com o MP.

Objetivo: 0030. Aprimorar e intensificar o intercâmbio de informações entre as Unidades.

Órgão Responsável: Procuradoria Geral de Justiça

Metas 2016-2019

- Atingir a nota máxima, 10, atribuída aos instrumentos disponíveis para intercâmbio de Informações, até 2019.

Objetivo: 0031. Capacitar, valorizar e motivar todos que atuam na Instituição.

Órgão Responsável: Procuradoria Geral de Justiça

Metas 2016-2019

- Aumentar em 40% o número de pessoas que aderiram aos projetos e programas de desenvolvimento de Pessoas, até 2019;
- Manter em 100% o total de capacitações realizadas;
- Alcançar o índice de 80% de satisfação na pesquisa de clima organizacional, até 2019.

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 10 de Janeiro de 2016 às 20:59:37

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

Objetivo: 0032. Modernizar e adequar infraestrutura física e tecnológica.

Órgão Responsável: Procuradoria Geral de Justiça

Metas 2016-2019

- Atingir o índice de 100% da infraestrutura tecnológica implantada, até 2019;
- Alcançar o somatório 215, até 2019, das notas obtidas pelas sedes e subsedes quanto aos critérios de acessibilidade, segurança contra sinistros, mobiliário e programa de ergonomia adequado.

Objetivo: 0033. Fortalecer a atividade de assessoramento técnico às Promotorias.

Órgão Responsável: Procuradoria Geral de Justiça

Metas 2016-2019

- Atingir o percentual de 50% de demandas de assessoramento técnico atendidas;
- Atingir o índice de 50% de satisfação de atendimento de assessoramento técnico.

Objetivo: 0034. Adequar o quadro de pessoas às necessidades da Instituição.

Órgão Responsável: Procuradoria Geral de Justiça

Metas 2016-2019

- Manter anualmente, em 100% a taxa de Ocupação do Quadro de Servidores.

Objetivo: 0035. Aprimorar cultura orientada para servir ao público.

Órgão Responsável: Procuradoria Geral de Justiça

Metas 2016-2019

- Alcançar o nível 300 do Índice de relacionamento institucional com o cidadão, até 2019.

Objetivo: 0036. Intensificar o desenvolvimento de conhecimento, habilidades e atitudes.

Órgão Responsável: Procuradoria Geral de Justiça

Metas 2016-2019

- Manter anualmente, em 100% o número de pessoas capacitadas e/ou treinadas.

Objetivo: 0037. Captar recursos adicionais e alternativos para a execução da estratégia

Órgão Responsável: Procuradoria Geral de Justiça

Metas 2016-2019

- Aumentar para 1,25% o montante de recursos orçamentários adicionais e alternativos captados junto a diversas fontes.
- Executar (empenhar) 100% dos recursos orçamentários adicionais e alternativos recebidos.
- Atingir o montante de R$ 2.000.000,00 provenientes de equipamentos e serviços recebidos através de transferência de outros órgãos e/ou instituições, sendo R$ 1.700.000,00 para o ano 2017 referente a equipamentos e R$ 300.000,00 para 2018 referentes a serviços.

Objetivo: 0038. Assegurar recursos orçamentários, otimizar sua alocação e aperfeiçoar o gerenciamento.

Órgão Responsável: Procuradoria Geral de Justiça

Metas 2016-2019

- Aumentar para 4,5% o montante de recursos orçamentários destinados a Ações Estratégicas.
- Executar (empenhar) 100% dos recursos orçamentários destinados as Ações Estratégicas.

Objetivo: 0039. Ampliar a oferta de assistência jurídica, priorizando as regiões com maiores índices de exclusão social.

Órgão Responsável: Defensoria Pública do Estado de Sergipe

Metas 2016-2019

- Ampliar a rede de Postos de Atendimento, com prioridade às regiões com maiores índices de exclusão social (baixa renda);
- Contar com Defensor Público em todas as unidades jurisdicionais, até 2019;
- Formar corpo administrativo próprio, até 2019;
- Implantar sistema de senhas nas Centrais de Atendimento da DPE nos fóruns do estado;
- Aprovar a Lei de estruturação da Defensoria Pública do Estado de Sergipe.

PROGRAMA: 0006. Saúde

Indicadores (Denominação e Fonte)	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Taxa de Mortalidade Infantil Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM). Sistema de Informação de Nascidos Vivos (Sinasc).	1/1000	2014	15,86
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária Fonte: Sistema de Informação Ambulatorial (SIA/SUS) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).	Razão	2014	0,37
Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos e população da mesma faixa etária Fonte: Sistema de Informação Ambulatorial (SIA/SUS). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).	Razão	2014	0,27
Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil investigados (MIF) Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM): modulo de investigação.	Percentual	2014	93,56
Proporção de óbitos maternos investigados Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM): modulo de investigação	Percentual	2014	100,00
Proporção de óbitos infantis e fetais investigados Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM): modulo de investigação	Percentual	2014	89,43
Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan).	Nº Absoluto	2014	379
Número absoluto de óbitos por dengue Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan).	Nº Absoluto	2014	4,00
Proporção de vacinas do calendário básico de vacinação da criança com coberturas vacinais alcançadas Fonte: Sistema de Informações do Programa Nacional de Imunizações (Siapi ou SI-PNI). Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (Sinasc).	Percentual	2014	58,66
Cobertura populacional estimada pelas equipes de atenção básica. Fonte: Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES). Departamento de Atenção Básica (DAB)	Percentual	2014	100,00
Proporção de internações por condições sensíveis à atenção básica (icsab) Fonte: Sistema de Internação Hospitalar (SIH/SUS)	Percentual	2014	22,96
Cobertura populacional estimada pelas equipes básicas de saúde bucal Fonte: Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) de equipes da Saúde Bucal, de profissionais, especialidade, carga horaria. Departamento de Atenção Básica (DAB)	Percentual	2014	70,13
Razão de procedimentos ambulatoriais de média complexidade e população residente Fonte: Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS	1/100	2014	0,61
(SIA/SUS) Sistema de Informação Hospitalar (SIH) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)			
Razão de internações clínico-cirúrgicas de média complexidade e população residente Fonte: Sistema de Informação Hospitalar (SIH) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	1/100	2014	2,20
Razão de procedimentos ambulatoriais de alta complexidade e população residente Fonte: Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) Sistema de Informação Hospitalar (SIH) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	1/100	2014	1,65
Razão de internações clínico-cirúrgicas de alta complexidade na população residente Fonte: Sistema de Informação Hospitalar (SIH) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	1/1000	2014	1,22

Valor Global do Programa	Valor 2016 (R$)	Valor 2017-2019 (R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**866.088.877**	**2.718.179.963**
Despesas Correntes	787.637.329	2.481.057.586
Despesas de Capital	78.451.548	247.122.376
Valores Globais	**3.594.268.840**	

Objetivo: 0040. Garantir atendimento de qualidade em toda rede estadual de saúde, especialmente na atenção hospitalar e especializada. (Compromisso de Governo).

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Saúde

Metas 2016-2019:

- Estruturar os Centros de Especialidades do SUS em Estância, Propriá, Itabaiana, Lagarto, em Aracaju (Cj. Augusto Franco) e N. Senhora do Socorro;
- Fortalecer a Central de Regulação do Estado;
- Dotar a Central de Regulação do Estado com estrutura funcional adequada;
- Dotar o Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher-CAISM com estrutura funcional adequada;
- Melhorar a gestão clínica das linhas do cuidado por meio da estruturação e implementação dos níveis de atenção;
- Realizar Capacitações para fortalecimento da gestão das redes de atenção à saúde;
- Apoiar a execução das ações de vigilância, prevenção e controle das doenças transmissíveis e dos seus fatores de risco, e a gestão de sistemas de informação de vigilância em saúde em âmbito municipal que possibilitam análises de situação de saúde;
- Qualificar 100% dos gestores das Vigilâncias Epidemiológicas municipais;

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 10 de Janeiro de 2016 às 20:59:37

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

- Apoiar os municípios para a implantação dos equipamentos específicos de atenção à usuários com Transtorno Mental e que fazem uso disfuncional de álcool, crack e outras drogas.

Territorialização das Metas

Território	Meta Total
Alto Sertão Sergipano	• Qualificar Gestores de 07 municípios; • Incentivar os municípios a implantar ações de cuidado às pessoas com sofrimento mental, transtorno mental e usuárias de álcool, crack e outras drogas.
Médio Sertão Sergipano	• Qualificar Gestores de 06 municípios
Agreste Sergipano	• Estruturação de 01 Centro de Especialidades em Itabaiana; • Incentivar os municípios a implantar ações de cuidado às pessoas com sofrimento mental, transtorno mental e usuárias de álcool, crack e outras drogas • Qualificar Gestores de 14 municípios
Baixo São Francisco	• Estruturação de 01 Centro de Especialidades em Propriá; • Incentivar os municípios a implantar ações de cuidado às pessoas com sofrimento mental, transtorno mental e usuárias de álcool, crack e outras drogas.
Leste Sergipano	• Qualificar Gestores de 09 municípios
Grande Aracaju	• Estruturação de 01 Centro de Especialidades do SUS em Aracaju e 01 em N. Srª. do Socorro; • Fortalecimento da Central de Regulação; • Qualificar Gestores de 09 municípios; • Capacitação de multiplicadores na linha de cuidado materno infantil e de 0 - 3 anos; • Curso de Mestrado em Gestão Pública, com foco em Redes; • Capacitação de multiplicadores na linha de cuidado de diabete e hipertensão; • Estruturação do CAISM; • Equipar e mobiliar o CAISM; • Estimular os municípios à implantação de serviços de saúde mental; • Incentivar os municípios a implantar ações de cuidado às pessoas com sofrimento mental, transtorno mental e usuárias de álcool, crack e outras drogas
Centro-Sul Sergipano	• Estruturação de 01 Centro de Especialidades em Lagarto; • Qualificar Gestores de 05 municípios; • Incentivar os municípios a implantar ações de cuidado às pessoas com sofrimento mental, transtorno mental e usuárias de álcool, crack e outras drogas.
Sul Sergipano	• Estruturação de 01 Centro de Especialidades em Estância; • Qualificar Gestores de 11 municípios; • Incentivar os municípios a implantar ações de cuidado às pessoas com sofrimento mental, transtorno mental e usuárias de álcool, crack e outras drogas

Objetivo: 0041. Implantação e Execução do Programa de Fortalecimento das Redes de Inclusão Social e Atenção à Saúde (PROREDES).

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Saúde

Metas 2016-2019:

- Dotar o Estado de Sergipe de espaço físico próprio para operacionalizar a política de educação em saúde do SUS em Sergipe;
- Dotar o Estado de Sergipe de um Laboratório de Saúde Pública com Estrutura Física adequada e Parque Tecnológico moderno que permita a acreditação da Unidade;
- Implantar estrutura organizacional na SES-SE visando integração de dados para análise de situação em saúde - Núcleo Estratégico em Saúde
- Reformar e adequar a SES;
- Desenvolvimento do sistema de informação integrada da SES/SE;
- Monitorar, avaliar e auditar a execução das ações;
- Desenvolvimento de estudos estratégicos da SES;
- Transporte sanitário para atender toda a rede de Atenção à Saúde.

Territorialização das Metas

Território	Meta Total
Alto Sertão Sergipano	• Capacitar todos os municípios da região em oferta de serviços de saúde; • Realizar pesquisa domiciliar sobre pessoa com deficiência em todos os municípios da região; • Transporte sanitário para atender toda a região
Médio Sertão Sergipano	• Capacitar todos os municípios da região em oferta de serviços de saúde; • Realizar pesquisa domiciliar sobre pessoa com deficiência em todos os municípios da região; • Transporte sanitário para atender toda a região
Agreste Sergipano	• Capacitar todos os municípios da região em oferta de serviços de saúde; • Realizar pesquisa domiciliar sobre pessoa com deficiência em todos os municípios da região; • Transporte sanitário para atender toda a região
Baixo São Francisco	• Capacitar todos os municípios da região em oferta de serviços de saúde; • Realizar pesquisa domiciliar sobre pessoa com deficiência em todos os municípios da região; • Transporte sanitário para atender toda a região
Leste Sergipano	• Capacitar todos os municípios da região em oferta de serviços de saúde; • Realizar pesquisa domiciliar sobre pessoa com deficiência em todos os municípios da região; • Transporte sanitário para atender toda a região
Grande Aracaju	• Construir 01 Centro de Educação em Saúde do SUS; • Equipar e Mobiliar o Centro de Educação em Saúde do SUS; • Reformar a parte administrativa onde funciona atualmente a Escola do SUS; • Capacitar facilitadores para Política de Educação Permanente em Saúde • Capacitar todos os municípios da região em oferta de serviços de saúde; • Construir o Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN; • Equipar e mobiliar o Laboratório Central de Saúde – LACEN; • Implantar o Núcleo Estratégico da SES/SE; • Capacitar profissionais em Analise de Situação de Saúde, em Geoprocessamento, em Economia da Saúde e em Monitoramento e Avaliação das Redes de Atenção à Saúde – RAS; • Reformar os espaços físicos da Secretaria de estado da Saúde - SES; • Adquirir mobiliário para a SES; • Aquisição/customização ou desenvolvimento de sistema de informação integrada para SES/SE; • Infraestrutura de conectividade das unidades atuais da SES; • Aquisição de hardware para as unidades atuais da SES; • Realizar estudos estratégicos; • Realizar pesquisa domiciliar sobre pessoas com deficiência; • Transporte sanitário para atender toda a região
Centro-Sul Sergipano	• Capacitar todos os municípios da região em oferta de serviços de saúde; • Realizar pesquisa domiciliar sobre pessoa com deficiência em todos os municípios da região; • Transporte sanitário para atender toda a região.
Sul Sergipano	• Capacitar todos os municípios da região em oferta de serviços de saúde; • Realizar pesquisa domiciliar sobre pessoa com deficiência em todos os municípios da região; • Transporte sanitário para atender toda a região

Objetivo: 0042. Otimizar os serviços de referência oncológica na média e alta complexidade.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Saúde

Metas 2016-2019:

- Implantar o Hospital Especializado em Câncer "Governador Marcelo Deda" (Compromisso de Governo);
- Implantar processos de gestão da qualidade no Hospital Especializado em Câncer "Governador Marcelo Deda"

Territorialização das Metas

Território	Meta Total
Grande Aracaju	• Construir o Hospital Especializado em Câncer "Governador Marcelo Deda"; • Equipar o Hospital Especializado em Câncer "Governador Marcelo Deda"; • Publicizar os fluxos regulatórios; • Capacitar multiplicadores na linha de cuidado de mama e útero; cavidade bucal e próstata.

Objetivo: 0043. Ampliar o acesso qualificado ao atendimento às Pessoas com Deficiência no SUS.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Saúde

Metas 2016-2019:

- Concluir o Centro Especializado em Reabilitação - CER IV até 2016 (Compromisso de Governo);
- Equipar e mobiliar o CER IV;
- Realização de curso para aprimoramento de multiplicadores da linha de cuidado da pessoa com deficiência;
- Implementar os serviços nos três níveis de Atenção com elaboração de fluxos, protocolos e ações de saúde voltadas à Pessoa com Deficiência;
- Promover a manutenção e adaptação de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção – OPMs.

Territorialização das Metas

Território	Meta Total
Grande Aracaju	• Concluir a obra de construção do Centro de Especialidades em Reabilitação tipo IV – CER IV; • Equipar e mobiliar o CER IV; • Capacitar multiplicadores na linha de cuidado da pessoa com deficiência; • Firmar parcerias com estabelecimento de saúde habilitado com Serviço de Reabilitação Física.

Objetivo: 0044. Avançar na política de assistência farmacêutica, qualificando e garantido o acesso a medicamentos, principalmente os oncológicos e especializados.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Saúde

Metas 2016-2019:

- Garantir à população o acesso a medicamentos padronizados pelo Sistema Único de Saúde;

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 10 de Janeiro de 2016 às 20:59:37

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

- Promover o uso racional de medicamentos;
- Elaborar a programação de medicamentos a serem adquiridos em quantidade suficiente para suprir a demanda da população, em consonância com a disponibilidade de recursos.

Objetivo: 0045. Fortalecimento da participação da comunidade e do controle social na gestão do SUS.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Saúde

Metas 2016-2019:

- Consolidar os instrumentos de controle social na gestão do SUS;
- Capacitar gestores e conselheiros na perspectiva de compreensão da importância dos instrumentos de controle social.

Territorialização das Metas

Território	Meta Total
Grande Aracaju	• Realizar Seminários para os conselheiros; • Realizar 02 capacitações para gestores municipais.

PROGRAMA: 0007. Educação

Indicadores (Denominação e Fonte)	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Índice de analfabetismo na população de 15 anos ou mais, no Estado de Sergipe. **Fonte:** IBGE- PNAD	Percentual	2013	16,9
Índice de analfabetismo funcional na população de 15 anos ou mais, no Estado de Sergipe. **Fonte:** IBGE- PNAD	Percentual	2013	27
Taxa líquida de matrícula - Jovens de 15 a 17 anos matriculados no Ensino Médio. **Fonte**: IBGE- PNAD	Percentual	2013	48,1
Matrícula Educação Especial rede estadual. **Fonte:** INEP/Censo escolar	Unidade	2014	1.988
Matricula Ensino Fundamental com Educação em Tempo Integral. **Fonte:** INEP/Censo escolar	Unidade	2014	6.389
Matrícula Ensino Médio com Educação em Tempo Integral. **Fonte:** IBGE/PNAD	Unidade	2014	2.183
Taxa de abandono no Ensino Médio. **Fonte:** MEC/INEP	Percentual	2014	16,6
Taxa de reprovação do Ensino Médio. **Fonte:** MEC/INEP	Percentual	2014	17,1
Taxa de distorção idade-série Ensino Médio. **Fonte:** MEC/INEP	Percentual	2014	50,3
Taxa de distorção idade-série Ensino Fundamental. **Fonte:** MEC/INEP	Percentual	2014	41,9
Taxa de reprovação do Ensino Fundamental. **Fonte:** MEC/INEP	Percentual	2014	23,4
Taxa abandono Ensino Fundamental. **Fonte:** MEC/INEP	Percentual	2014	6,6
IDEB Ensino Fundamental Series Iniciais. **Fonte:** MEC/INEP	Percentual	2013	4,1
IDEB Ensino Fundamental – Séries Finais. **Fonte:** MEC/INEP	Percentual	2013	2,7
IDEB Ensino Médio. **Fonte:** MEC/INEP	Percentual	2013	2,8
Matrícula da Educ. Profissional integrada ao ensino médio. **Fonte:** MEC/INEP	Nº de alunos	2014	158
Matrícula da Educação Profissional na forma concomitante. **Fonte:** MEC/INEP	Nº de alunos	2014	130
Matrícula da Educação Profissional na forma subsequente. **Fonte:** MEC/INEP	Nº de alunos	2014	578
Número de estabelecimentos que ofertam Educação Profissional. **Fonte:** MEC/INEP	Nº de escolas	2014	5
Matrículas de Proeja. **Fonte:** MEC/INEP	Nº de alunos	2014	43

Valor Global do Programa	Valor 2016 (R$)	Valor 2017-2019 (R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**156.801.950**	**493.926.143**
Despesas Correntes	116.851.950	368.083.643
Despesas de Capital	39.950.000	125.842.500
Valores Globais	**650.728.093**	

Objetivo: 0046. Reduzir os índices de analfabetismo no estado de Sergipe (Compromisso de Governo).

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Educação

Metas 2016-2019:

- Alfabetizar 65.000 jovens com mais de 15 anos, adultos e idosos, ao final de 04 anos (2015-2018);
- Alfabetizar 46.500 alunos de até 08 anos de idade ao final de 04 anos (2015-2018);
- Alfabetizar 1.682 presos, até 2019;
- Aumentar para 2.400 o número de presos que estudam no sistema prisional;
- Profissionalizar 600 presos no sistema prisional, até 2019;
- Reduzir a taxa de analfabetismo Funcional, até 2019;
- Ampliar a oferta de Alfabetização de Jovens e Adultos, prioritariamente na Zona Rural até 2019.

Objetivo: 0047. Atender prioritariamente ao Ensino Médio, através do sistema de ensino estadual e ao Ensino Fundamental, através do regime de colaboração com os municípios.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Educação

Metas 2016-2019:

- (VETADO)
- Elevar, a taxa líquida de matrícula no ensino médio para 85%, até 2019;
- Ampliar a oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de ensino médio no campo, até 2019;
- Atender 100% das escolas de Ensino Fundamental, através do regime de colaboração com os municípios até 2019;
- Atender 100% da população de 6 a 14 anos no Ensino Fundamental de 9 anos, em parceria com os municípios até 2019.

Objetivo: 0048. Melhorar a qualidade do ensino básico na Rede Estadual de Ensino (Compromisso de Governo).

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Educação

Metas 2016-2019:

- Alcançar 5,7 pontos do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – Anos iniciais do Ensino Fundamental até 2019;
- Alcançar 5,2 pontos do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – Anos Finais do Ensino Fundamental até 2019;
- Alcançar 5,0 pontos do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – Ensino Médio até 2019;
- (VETADO)
- (VETADO)
- Ampliar a oferta de Educação em tempo Integral, através da implantação do Programa Mais Educação, em 30 unidades Escolares de Ensino Fundamental da Rede Pública Estadual, até 2018;
- Garantir o acesso à educação básica de 100% da população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, que demanda a rede estadual até 2019;
- Ofertar atendimento educacional especializado para 100% da população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação que demanda a rede estadual, até 2019.

Objetivo: 0049. Ofertar infraestrutura necessária ao bom funcionamento das escolas, garantindo sustentabilidade e acessibilidade física e social atendendo as demandas necessárias para o desenvolvimento do ensino de qualidade.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Educação

Metas 2016-2019:

- Garantir o acesso ao transporte escolar a 100% dos alunos que dele necessita, na rede pública estadual até 2019.
- Garantir acesso à Rede Mundial de Computadores (Internet), em todas as escolas até 2019;
- Reformar e ampliar 47 escolas estaduais de ensino fundamental e de ensino médio até 2018;
- Construção de 04 centros profissionalizantes, até 2018;
- (VETADO)
- Reestruturar, gradativamente, 100% das cozinhas e refeitórios, das escolas da rede pública estadual, até 2019;
- Garantir, gradativamente, a estruturação de 150 bibliotecas escolares da rede pública estadual de ensino até 2018;
- Ofertar alimentação escolar para 100% das unidades escolares da rede Estadual no período de 2016-2019;
- Garantir o acesso ao transporte escolar a 100% dos alunos que dele necessita, na rede pública estadual até 2019.

Objetivo: 0050. Prezar pela qualidade da gestão pública, representada pela potencialização da formação dos quadros técnicos e docentes da Secretaria de Estado de Educação, sobretudo da melhoria da Gestão Escolar.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Educação

Metas 2016-2019:

- Inscrever nos cursos de formação continuada, no mínimo, 68,65% dos docentes que ainda não aderiram ao programa, até 2018;
- Garantir a formação continuada de 60% dos professores e dos demais trabalhadores de educação até 2018;
- Ampliar em 20% a oferta, em parceria com as IES, cursos de pós-graduação *stricto e lato sensu*, nas diferentes áreas do magistério, voltados para a prática educacional, até 2018;
- Ampliar em 20%, o acesso de professores da rede estadual aos cursos de pós graduação *strictu sensu*, mediante parceria com as IES e Governo Federal até 2018;
- Capacitar 4.360 servidores da rede estadual de ensino no programa PROFUNCIONÁRIO, até 2018.

Objetivo: 0051. Ampliar a oferta de Formação Profissional e Tecnológica de nível médio, e Cursos de Formação Profissional Inicial e Continuada, considerando as especificidades espaciais do Estado de Sergipe e as necessidades das populações nos diferentes territórios.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Educação

Metas 2016-2019:

- Desenvolver ações de formação continuada de gestores, professores e técnicos, beneficiando 100% das unidades escolares com oferta educação profissional, até 2018;
- Implantar novos Cursos Técnicos, na forma Integrada ao Ensino Médio, em 14 (catorze) Unidades de Educação Profissional, de acordo com o catálogo nacional de cursos até 2018;
- Formar 2.000 jovens no curso profissionalizante integrado ao ensino médio, até 2019;
- Ampliar em 30% a oferta de Cursos Técnicos, nas 18 Unidades de Educação Profissional na forma Concomitante e Formação Inicial e Continuada- FIC, por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego- PRONATEC, até 2018;
- Ampliar em 30% a oferta de Cursos Técnicos nas 16 Unidades de Educação Profissional na forma subsequente, até 2018;
- Ampliar a oferta de educação profissional à distância, em 24 escolas pólo, atendendo 1.615 alunos da população do campo, indígena e quilombola, até 2018;
- Implantar política de oferta de estágio profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, para atendimento às 18 Unidades com Educação Profissional, até 2016;
- Ampliar, com apoio da União, a oferta de educação profissional técnica integrada ao nível médio na rede pública estadual de ensino, alcançando 5% das matrículas do ensino médio até 2018;
- Ampliar em 20% a oferta de PROEJA na rede estadual, até 2018.

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 10 de Janeiro de 2016 às 20:59:37

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

PROGRAMA: 0009. Cultura

Indicadores (Denominação e Fonte)	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Número de visitantes aos museus. **Fonte**: Secult	Unidade	2014	4.563
Número de ações de produções culturais. **Fonte**: Secult	Unidade	2014	300
Número de bens materiais tombados. **Fonte:** Subpac	Unidade	2014	00
Número de bens imateriais tombados. **Fonte:** Subpac	Unidade	2014	01
Número de visitações públicas. **Fonte:** MPOC	Unidade	2015	800/mês

Valor global do Programa	Valor 2016 (R$)	Valor 2017-2019 (R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**4.671.000**	**14.713.650**
Despesas Correntes	2.721.000	8.571.150
Despesas de Capital	1.950.000	6.142.500
Valores Globais	**19.384.650**	

Objetivo: 0052. Promover o acesso, a formação e a qualificação profissional de agentes culturais, gestores, professores e estudantes.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Cultura

Metas 2016-2019:

- Realizar 12 oficinas de capacitação de agentes culturais nos oito territórios sergipanos;
- Realizar 03 Festivais por ano: Teatro Sergipano, Música e Circo;
- Realizar 01 Simpósio do Encontro Cultural de Laranjeiras;
- Realizar 02 Encontros: de Contadores de Histórias de Sergipe e do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas;
- Realizar 23 edições de eventos e projetos culturais;
- Realizar 01 Semana Sergipana de Dança por ano;
- Realizar 03 oficinas sobre Cultura Afro e 01 edição do projeto "Consciência Negra";
- Realizar 10 edições do Projeto "Escola e Cultura";
- Realizar 02 edições do curso de formação de profissionais para a mediação de leitura;
- Realizar 01 edição de capacitação de gestores das bibliotecas;
- Realizar 10 edições de cursos básicos e avançados do Sistema de Braille e libras;
- Realizar 01 edição de curso de relações humana e interpessoal.

Territorialização das Metas:

Território	Meta Total
Alto Sertão Sergipano	01
Médio Sertão Sergipano	01
Agreste Sergipano	01
Baixo São Francisco	01
Leste Sergipano	01
Grande Aracaju	23
Centro-Sul Sergipano	01
Sul Sergipano	01

Objetivo: 0053. Valorizar, preservar, restaurar e difundir o patrimônio cultural sergipano, reconhecendo-o como vetor de desenvolvimento econômico, inclusão social e a integração cultural.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Cultura

Metas 2016-2019:

- Recuperar, acondicionar e digitalizar 100% dos documentos do Arquivo Público do Estado de Sergipe, no período de quatro anos.
- Realizar o inventário dos acervos dos Museus vinculados à Secretaria de Estado da Cultura, além de criar o catálogo digital para maior controle e proteção do acervo, no período de quatro anos;
- Requalificar o acervo dos Museus: Afro-Brasileiro de Sergipe, Arte Sacra de Laranjeiras e Casa de Cultura João Ribeiro, no período de quatro anos;
- Restaurar todo o acervo de Horácio Hora pertencente ao Museu Histórico de Sergipe, no período de quatro anos;
- Reestruturar as reservas técnicas do Museu Histórico de Sergipe, Museu Afro-Brasileiro de Sergipe, Museu de Arte Sacra de Laranjeiras e Casa de Cultura João Ribeiro, no período de quatro anos.

Territorialização das Metas:

Território	Meta Total
Grande Aracaju	05

Objetivo: 0054. Valorizar a diversidade cultural, promover ações e eventos culturais com democratização, descentralização e valorização da cultura local e garantir acesso dos cidadãos aos bens, direitos e serviços culturais.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Cultura

Metas 2016-2019:

- Realizar 24 exposições artísticas, sendo 12 na Galeria de Arte J. Inácio e 12 no corredor cultural "Irmão";
- Realizar a produção de 01 livro de registro dos artistas sergipanos e suas obras;
- Realizar 12 apresentações do Projeto Orquestra Jovem;
- Realizar 25 concertos da Orquestra Sinfônica de Sergipe nos teatros e espaços culturais sergipanos;
- Realizar 110 edições de projetos culturais;
- Realizar 01 edição do lançamento das produções audiovisuais sergipanas;
- Realizar 04 exposições temáticas no Museu Afro-brasileiro de Sergipe;
- Realizar 01 edição do Sarau de poesia "João Sapateiro";
- Realizar 04 exposições temáticas;
- Realizar 11 exposições temáticas e 01 evento cultural no Museu de Arte Sacra de Laranjeiras;
- Realizar 02 exposições temáticas, 05 eventos culturais e 02 edições de projetos culturais, no Museu Histórico de Sergipe;
- Realizar 01 edição da "Semana da Criança no Museu".

Territorialização das Metas:

Território	Meta Total
Grande Aracaju	39

Objetivo: 0055. Dinamizar as expressões artísticas e culturais através do apoio a sua criação, produção e difusão, através da promoção e fomento as diversas áreas culturais em articulação com setores da economia e turismo.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Cultura

Metas 2016-2019:

- Contemplar 30 produções de teatro, dança e circo de R$ 150.000,00 por ano;
- Contemplar 05 projetos de produções audiovisuais, no valor total de R$ 150.000,00;
- Contemplar 36 projetos de intercâmbio cultural, no valor total de R$ 120.000,00 por ano;
- Contemplar 05 projetos de produções fonográficas, no valor total de R$ 150.000,00;
- Contemplar 30 projetos de Pontos de Cultura.

Territorialização das Metas:

Território	Meta Total
Alto Sertão Sergipano	05
Médio Sertão Sergipano	05
Agreste Sergipano	05
Baixo São Francisco	05
Leste Sergipano	05
Grande Aracaju	05
Centro-Sul Sergipano	05
Sul Sergipano	05

Objetivo: 0056. Modernizar e democratizar a gestão cultural de Sergipe, implantado um Sistema Estadual de cultura, promovendo a participação dos diversos segmentos culturais e reestruturação das unidades culturais e valorização dos servidores.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Cultura

Metas 2016-2019:

- Realizar a implantação de um Sistema Estadual de Museus e a institucionalização do Fórum de Museus;
- Modernizar duas bibliotecas públicas, uma em Santo Amaro outra em Arauá;
- Reformar o espaço cultural Gonzagão em Aracaju;
- Realizar oito seminários com oficinas, sendo um em cada território sergipano, para implementação do Sistema Estadual de Cultura;
- Reformar e modernizar o Centro de Criatividade;
- Reformar e modernizar o Teatro Tobias Barreto;
- Reformar e modernizar o Centro Cultural Lourival Batista.

Territorialização das Metas:

Território	Meta Total
Grande Aracaju	• Reformar e Modernizar 04 Unidades Culturais • Modernizar 01 biblioteca pública
Sul Sergipano	• Modernizar 01 biblioteca pública

Objetivo: 0057. Preservar e promover o Palácio-Museu Olímpio Campos.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Casa Civil

Metas 2016-2019:

- Manter o Palácio Museu Olímpio Campos (PMOC) preservado e elevá-lo ao nível de excelência em museus.

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 10 de Janeiro de 2016 às 20:59:37

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

Objetivo: 0058. Promover a conservação e divulgação do Patrimônio Cultural de Sergipe

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Casa Civil

Metas 2016-2019:

- Alcançar 100% de tombamento dos bens materiais que apresentem valor cultural;
- Realizar cadastro dos bens imateriais que representem valor para a sergipanidade.

PROGRAMA: 0010. Segurança Pública e Administração Penitenciária

Indicadores (Denominação e Fonte)	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Taxa Anual de Homicídios. **Fonte:** CEACrim/CIOSP	1/100.000 habitantes	2014	45,1
Taxa Anual de Latrocínios. **Fonte:** Anuário Brasileiro de Segurança Pública	1/100.000 habitantes	2013	1,7
Taxa de Mortes no Trânsito em Sergipe. **Fonte:** SIM/SVS/MS (Mapa da violência)	1/100.000 habitantes	2013	43,3
Taxa de Mortes no trânsito em Sergipe, com usos de motocicleta. **Fonte:** SIM/SVS/MS (Mapa da violência)	1/100.000 habitantes	2011	53,3
Ocorrência de Fugas do Sistema Prisional Sergipano. **Fonte**: SAP/DESIPE	Unidade	2014	100
Ocorrência de agressões graves e mortes entre os internos do Sistema Prisional Sergipano. **Fonte**: SAP/DESIPE	Unidade	2014	15
Número de vagas criadas. **Fonte**: SAP/DESIPE	Unidade	2014	0
Número de audiências por videoconferência. **Fonte**: SAP/DESIPE	Unidade	2014	0
Número de presos monitorados por tornozeleira eletrônica. **Fonte**: SAP/DESIPE	Unidade	2014	0
Proporção de agente por preso. **Fonte**: SAP/DESIPE	Percentual	2014	1/74
Percentual de presos alfabetizados. **Fonte**: SAP/DESIPE	Percentual	2014	0
Número de presos capacitados. **Fonte**: SAP/DESIPE	Unidade	2014	89
Número de presos que trabalham. **Fonte**: SAP/DESIPE	Unidade	2014	96
Índice de reincidência no Sistema Prisional Sergipano. **Fonte**: SAP/DESIPE	Percentual	2014	70%
Percentual de atendimentos com resolução no PROCON. **Fonte**: PROCON/SE	Percentual	2014	67%

Valor Global do Programa	Valor 2016 (R$)	Valor 2017-2019 (R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**74.729.758**	**235.398.738**
Despesas Correntes	30.333.300	95.549.895
Despesas de Capital	44.396.458	139.848.843
Valores Globais	**310.128.496**	

Objetivo: 0059**.** Aprimorar a Gestão Administrativa e Institucional, promovendo a melhoria das normas de organização e funcionamento das instituições da segurança pública.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Segurança Pública

Metas 2016-2019:

- Aprimorar as normas de organização interna e funcionamento das instituições de segurança pública;
- Implantar programa de aquisição de equipamentos e manutenção das instituições da SSP;
- Elaborar e implementar programa de controle e de manutenção de frota própria, locada e doada das instituições da SSP;
- Elaborar e implementar projeto de mapeamento e melhoria de processos das instituições e órgãos da SSP;
- Elaborar e implementar programa de construção, ampliação e reforma das unidades da SSP;
- Elaborar a Lei Orgânica da Polícia Civil;
- Elaborar e aprovar um conjunto de leis da Policia Militar, buscando o aperfeiçoamento da instituição;
- Elaborar e aprovar leis para a Coordenadoria Geral de Perícias e seus institutos, visando aperfeiçoamento da instituição, reorganização institucional e política de pessoal;
- Elaborar e aprovar leis para a melhoria do Corpo de Bombeiros Militar;
- Elaborar e aprovar leis para adequar os órgãos internos da SSP às novas demandas;
- Estabelecer procedimentos operacionais padrão para orientar o exercício das funções da PCSE, PMSE, CBM e Perícia Técnica;
- Fortalecer o setor de manutenção, obras e engenharia da SSP;
- Criar o setor de recursos humanos da SSP.

Objetivo: 0060. Ampliar e fortalecer os Mecanismos de Transparência e Participação Social na Segurança Pública.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Segurança Pública

Metas 2016-2019:

- Criar mecanismo na web para divulgação dos dados estatísticos relativos à Segurança Pública;
- Divulgar o Disque Denúncia, por meio dos canais de divulgação existentes nas organizações policiais ou de campanhas;
- Criar a ouvidoria da segurança pública;
- Modernizar o sistema de controle da atividade policial, proporcionando maior visibilidade aos procedimentos na PM/SE e PC/SE;
- Realizar o mapeamento dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública existentes no estado;
- Incentivar a formação de novos conselhos municipais e comunitários de Segurança Pública;
- Realizar 10 reuniões regionais dos Conselhos Comunitários de segurança com apoio da FECONSEG;
- Realizar 08 fóruns de Segurança Pública como etapas prévias da Conferencia Nacional de Segurança Pública;
- Realizar a II Conferência Estadual de Segurança Pública de Sergipe;
- Criar o Conselho Estadual de Segurança Pública.

Territorialização das Metas:

Território	Meta Total
Alto Sertão Sergipano	1 reunião regional e 1 Fórum realizado
Médio Sertão Sergipano	1 reunião regional e 1 Fórum realizado
Agreste Sergipano	1 reunião regional e 1 Fórum realizado
Baixo São Francisco	1 reunião regional e 1 Fórum realizado
Leste Sergipano	1 reunião regional e 1 Fórum realizado
Grande Aracaju	3 reuniões regionais e 1 Fórum realizado
Centro-Sul Sergipano	1 reunião regional e 1 Fórum realizado
Sul Sergipano	1 reunião regional e 1 Fórum realizado

Objetivo: 0061. Fortalecer a imagem das instituições da Segurança Pública.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Segurança Pública

Metas 2016-2019:

- Implementar um plano de comunicação da Segurança Pública fortalecendo canais de comunicação com a imprensa;
- Aparelhar e fortalecer a Assessoria de Comunicação das Instituições da SSP;
- Elaborar e implementar programa de marketing institucional para as instituições da SSP;
- Criar um fluxo de divulgação das informações para a imprensa;
- Realizar um Seminário sobre o papel da imprensa na segurança pública.

Territorialização das Metas

Território	Meta Total
Alto Sertão Sergipano	• 01 Plano de comunicação implementado para todo o estado; • 01 Seminário realizado
Médio Sertão Sergipano	
Agreste Sergipano	
Baixo São Francisco	
Leste Sergipano	
Grande Aracaju	
Centro-Sul Sergipano	
Sul Sergipano	

Objetivo: 0062. Estabelecer parcerias estratégicas com outros órgãos de governos Federal e Estaduais, empresas públicas e privadas e a sociedade civil organizada para investimentos e desenvolvimento de ações integradas e direcionadas às demandas das Instituições da SSP.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Segurança Pública

Metas 2016-2019:

- Ampliar as parcerias, por meio de termos de cooperação, com as Prefeituras para apoio à manutenção de unidades policiais, compartilhamento de dados e atuação integrada;
- Participar de editais e chamamentos públicos federais, por meio de projetos via Siconv, para captação de recursos para investimentos de melhoria da segurança pública;
- Aderir a Acordos de Cooperação propostos pelo Governo Federal para investimentos diretos nas instituições que compõem a SSP;
- Buscar novas parcerias com entidades públicas ou privadas para investimentos em ações de repressão e prevenção desenvolvidas pela SSP;
- Promover 01 pesquisa anual sobre segurança pública em parceria com a FAPITEC;
- Firmar Termos de Cooperação e convênios com Universidades para desenvolver estudos e pesquisas em Segurança Pública.

Territorialização das Metas

Território	Meta Total
Grande Aracaju	01 Pesquisa realizada em conjunto com a FAPITEC

Objetivo: 0063. Aprimorar a política de gestão de pessoas, valorizar os operadores de Segurança pública, adequar o efetivo das instituições da SSP, promovendo sua formação e capacitação continuada, para melhoria dos serviços prestados à população.

Órgãos Responsáveis: Secretaria de Estado da Segurança Pública

Metas 2016-2019:

- Elaborar e implementar programa motivacional visando o reconhecimento de mérito e à valorização profissional dos operadores de segurança pública;
- Institucionalizar o Centro de Apoio Psicossocial da SSP;
- Implantar programa de saúde continuada para os profissionais de segurança pública;
- Modernizar o Sistema de Controle Interno da Atividade Policial;
- Elaborar o Programa Estadual de Ensino Integrado da Secretaria de Segurança Pública;
- Realizar a capacitação continuada dos operadores de segurança pública;

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 10 de Janeiro de 2016 às 20:59:37

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

- Indicar profissionais da segurança pública para participação em cursos, seminários e grupos de trabalho desenvolvidos ou executados diretamente pela Secretaria Nacional de Segurança Pública;
- Indicar profissionais para compor o efetivo da Força Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça;
- Reestruturar o Hospital da Polícia Militar para atendimento das demandas de saúde dos profissionais de segurança pública;
- Implementar plano de recomposição de efetivo das instituições de segurança pública, com a realização de concursos periódicos, para manutenção da força de trabalho das instituições da SSP;
- Dotar os profissionais de segurança de Equipamentos de Proteção Individual - EPI, para o bom desempenho de seus trabalhos.

Territorialização das Metas

Território	Meta Total
Grande Aracaju	• 01 HPM reestruturado • 01 Centro Psicossocial da SSP instituído

Objetivo: 0064. Otimizar o policiamento ostensivo (preventivo e repressivo) e qualificar a investigação criminal, ampliando a capacidade de resposta às demandas da sociedade para reduzir os índices de violência e criminalidade, especialmente os crimes violentos contra a vida, e a impunidade (Compromisso de Governo).

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Segurança Pública

Metas 2016-2019:

- Realizar ações de saturação em áreas com maiores índices de violência e criminalidade;
- Intensificar o controle e a fiscalização dos limites/divisa;
- Modernizar, otimizar e ampliar a infraestrutura física e tecnológica das Unidades da Policia Militar e da Polícia Civil para melhorar o atendimento da população;
- Operacionalizar de forma efetiva o 190 em todos municípios do Estado;
- Otimizar a Distribuição Espacial do Efetivo Policial, priorizando as áreas mais violentas do estado;
- Construir e aparelhar a nova sede do Departamento de Homicídios na Capital;
- Construir e aparelhar o Departamento de Narcóticos da Polícia Civil na Capital;
- Implementar 05 Núcleos de Investigação de Homicídios e de Drogas nas Delegacias Regionais do interior do estado;
- Promover a permanente atuação integrada entre as forças de segurança, com articulação entre unidades operacionais das Polícias Civil e Militar, através do compartilhamento de informações e ações conjuntas.
- Reformar e Ampliar 05 Delegacias de Polícia.

Territorialização das Metas

Território	Meta Total
Alto Sertão Sergipano	Disque 190 implementado
Médio Sertão Sergipano	Disque 190 implementado
Agreste Sergipano	Disque 190 implementado
Baixo São Francisco	Disque 190 implementado
Leste Sergipano	Disque 190 implementado
Grande Aracaju	01 sede do Departamento de Homicídios na Capital construída 01 Departamento de Narcóticos da Polícia Civil implantado
Centro-Sul Sergipano	Disque 190 implementado
Sul Sergipano	Disque 190 implementado

Objetivo: 0065. Alcançar excelência na materialização de provas periciais criminais e na identificação civil e criminal**.**

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Segurança Pública

Metas 2016-2019:

- Implantar o Instituto de Análises e Pesquisas Forenses no espaço da SergipeTec;
- Construir, aparelhar e modernizar o Instituto de Identificação;
- Entregar a nova sede do IML devidamente equipada;
- Modernizar a Coordenadoria Geral de Perícias;
- Construir, aparelhar e modernizar o Instituto de Criminalística;
- Dotar os Institutos (IML, IAPF, e IC) e Coordenadoria Geral de Perícias de recursos humanos aptos ao desenvolvimento do trabalho técnico e especializado para realização de perícias forenses;
- Institucionalizar a adoção dos Procedimentos Operacionais Padrão elaborados pela Senasp em todas as áreas da perícia técnica;
- Criar 5 unidades regionais do Instituto de Identificação em locais estratégicos no interior do Estado;
- Descentralizar os serviços do IML (exames em vivos) e perícia de local de crime para o interior do estado;
- Implementar sistema de controle de laudos nos Institutos da COGERP.

Territorialização das Metas

Território	Meta Total
Alto Sertão Sergipano	Unidade Regional do Instituto de Identificação criada
Agreste Sergipano	Unidade Regional do Instituto de Identificação criada
Baixo São Francisco	Unidade Regional do Instituto de Identificação criada
Grande Aracaju	• Nova sede do IML entregue • Nova sede do IAPF implantada • Nova Sede do Instituto de Identificação construída • Sede do Instituto de Criminalística construída
Centro-Sul Sergipano	Unidade Regional do Instituto de Identificação criada
Sul Sergipano	Unidade Regional do Instituto de Identificação criada

Objetivo: 0066. Buscar a excelência nas ações de prevenção e eficiência nas respostas as situações de emergência do Corpo de Bombeiros**.**

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Segurança Pública

Metas 2016-2019:

- Elaborar e implementar programa de construção, ampliação e reforma das unidades do CBM;
- Implementar a descentralização operacional do Corpo de Bombeiros, aumentando o número de quartéis para uma maior cobertura do território estadual;
- Adquirir equipamentos e viaturas operacionais em número suficiente para atendimento das demandas;
- Promover a educação preventiva junto à sociedade para que os sinistros sejam eliminados ou minimizados;
- Criar um Protocolo Integrado de Comando de Incidentes;
- Aprovar o Código contra Incêndio e Pânico do CBMSE;
- Aumentar a fiscalização e emissão de Atestados de Regularidade para estabelecimentos que demandem equipamentos de segurança contra incêndio e pânico.

Objetivo: 0067. Implementar e fortalecer a gestão estratégica institucional, integrar ações e compartilhar informações entre as instituições que integram o Sistema de Segurança Pública do estado e do Governo Federal, e do Sistema de Justiça Criminal**.**

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Segurança Pública

Metas 2016-2019:

- Efetivar a compatibilização das áreas integradas de Segurança Pública, com instituição de metas, avaliação de desempenho e gestão por resultados;
- Implementar projetos de construção dos Centros Integrados de Segurança Pública nas cidades com maiores índices de criminalidade no Estado;
- Implantar, em parceria com a SENASP, o Centro de Comando e Controle Integrado em Aracaju;
- Rever o Decreto de Criação do GGIE para adequá-lo as diretrizes nacionais de funcionamento dos GGIs estaduais;
- Realizar de pelos menos 06 reuniões anuais do Gabinete de Gestão Integrada Estadual;
- Realizar 12 reuniões anuais do Gabinete de Gestão Integrada Operacional da SSP;
- Alimentar mensalmente o INFOGGI do Sinesp;
- Criar o Gabinete de Monitoramento de resultados da SSP;
- Criar o Programa de Avaliação de Desempenho das organizações policiais;
- Participar das Ações do Brasil Integrado em parceria com os estados do Nordeste e o Governo Federal;
- Induzir e fomentar a Criação de Gabinetes de Gestão Integrada Municipal, nos municípios com maiores índices de criminalidade no estado;
- Participar de 12 reuniões anuais da Câmara de Monitoramento de Inquéritos e Processos Judiciais do TJ.

Territorialização das Metas

Território	Meta Total
Alto Sertão Sergipano	Áreas Integradas criadas
Médio Sertão Sergipano	Áreas Integradas criadas
Agreste Sergipano	Áreas Integradas criadas
Baixo São Francisco	Áreas Integradas criadas
Leste Sergipano	Áreas Integradas criadas
Grande Aracaju	• Áreas Integradas criadas • 01 Centro de Comando e Controle instalado • 12 reuniões anuais do Gabinete de Gestão Integrada Operacional da SSP realizadas • Reuniões anuais do Gabinete de Gestão Integrada Estadual realizadas
Centro-Sul Sergipano	Áreas Integradas criadas
Sul Sergipano	Áreas Integradas criadas

Objetivo: 0068. Ampliar e melhorar a gestão de Tecnologia da Informação e aprimorar a produção de informações, para subsidiar a tomada de decisão para implementação de políticas públicas de segurança**.**

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Segurança Pública

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 10 de Janeiro de 2016 às 20:59:37

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

Metas 2016-2019:

- Institucionalizar o CEACRIM da SSP como espaço responsável pelas informações sobre estatísticas criminais do estado;
- Incorporar o NAPSEC à estrutura do CEACRIM da SSP;
- Elaborar o Plano Estadual de Inteligência de Segurança Pública;
- Implantar 13 Núcleos de Inteligência da Policia Civil na capital e interior do estado;
- Integrar o SISP ao Sistema de Inteligência de Segurança Pública do Nordeste;
- Implantar Sistema de Informações Estatísticas integrando dados de todas as forças policiais;
- Elaborar e implantar Plano Diretor de Informática (PDI);
- Modernizar e implantar Sistema de Rádio Comunicação Digital nos 08 territórios do estado;
- Modernizar o parque tecnológico dos sistemas de informações da Segurança Pública;
- Melhorar o sistema de vídeo monitoramento urbano na Capital;
- Implantar o Sistema Serigy (Registro de Ocorrências Online) na Policia Civil, Militar, Corpo de Bombeiros e Pericia nos oito territórios do estado;
- Estruturar o Sistema Estadual de Segurança Pública;
- Intensificar e integrar a produção de conhecimento de inteligência para as áreas estratégicas e finalísticas.

Territorialização das Metas

Território	Meta Total
Alto Sertão Sergipano	• Sistema de Rádio Comunicação implantado • 01 Núcleo de Inteligência implantado • Sistema Serigy de Registro de Ocorrências Online implantado
Médio Sertão Sergipano	• Sistema de Rádio Comunicação implantado • Sistema Serigy de Registro de Ocorrências Online implantado
Agreste Sergipano	• Sistema de Rádio Comunicação implantado • Sistema Serigy de Registro de Ocorrências Online implantado
Baixo São Francisco	• Sistema de Rádio Comunicação implantado • 01 Núcleo de Inteligência implantado • Sistema Serigy de Registro de Ocorrências Online implantado
Leste Sergipano	• Sistema de Rádio Comunicação implantado • Sistema Serigy de Registro de Ocorrências Online implantado
Grande Aracaju	• Sistema de Rádio Comunicação implantado • Sistema de Vídeo Monitoramento melhorado • 01 Ceacrim da SSP institucionalizado • 08 Núcleos de Inteligência implantados • Sistema Serigy de Registro de Ocorrências Online implantado • 01 Sistema Integrado de Estatísticas implantado
Centro-Sul Sergipano	• Sistema de Rádio Comunicação implantado • 01 Núcleo de Inteligência implantado • Sistema Serigy de Registro de Ocorrências Online implantado
Sul Sergipano	• Sistema de Rádio Comunicação implantado • 01 Núcleo de Inteligência implantado • Sistema Serigy de Registro de Ocorrências Online implantado

Objetivo: 0069. Implantar ações de prevenção à violência e criminalidade desenvolvidas pelas instituições da SSP, com a finalidade de aproximar a polícia da comunidade e reduzir os fatores de risco nas áreas mais vulneráveis**.**

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Segurança Pública

Metas 2016-2019:

- Ampliar as iniciativas de policiamento comunitário como filosofia institucional da PM;
- Aparelhar 32 bases móveis de Policiamento Comunitário;
- Criar a Coordenação Geral de Prevenção a Violência e Criminalidade da SSP;
- Criar a Coordenação de Polícia Comunitária da PMSE;
- Institucionalizar os projetos de prevenção já desenvolvidos pelas Instituições de Segurança Pública;
- Implantar 08 Núcleos do Projeto Acorde (mediação de conflitos) nas unidades da Policia Civil da capital e interior;
- Promover campanhas educativas relativas ao uso nocivo e dependência em drogas lícitas e ilícitas;
- Disseminar a prevenção ao uso de drogas por meio do Projeto PROERD;
- Intensificar a Campanha de Desarmamento Voluntário da População;
- Reduzir a circulação de armas de fogo no estado, por meio do Controle de Armas;
- Promover a Cultura de Paz nas Escolas e Comunidades, por meio de palestras e participação em eventos e desenvolvimento de projetos da Segurança Pública;
- Incentivar a participação dos Municípios na prevenção da violência em âmbito local;
- Desenvolver palestras e seminários sobre Segurança Pública e Cidadania LGBT;
- Fomentar ações para redução da violência doméstica e exploração sexual de crianças e adolescentes;
- Atender ao usuário de drogas, conforme ações do Programa "Crack, é possível vencer";
- Implantar o funcionamento da Base Móvel do Programa "Crack, é possível vencer", durante 24 horas, 07 dias da semana;
- Implantar o Projeto Golfinho e o Bombeiro Mirim do Corpo de Bombeiros.

Territorialização das Metas

Território	Meta Total
Agreste Sergipano	01 Núcleo do Acorde implantado
Grande Aracaju	• 01 Coordenação de Policia Comunitária criada • 01 Coordenação de Prevenção da SSP criada • 04 Núcleos do Acorde implantados • 01 Base do Crack funcionando 24 horas
Centro-Sul Sergipano	02 Núcleos do Acorde implantado
Sul Sergipano	01- Núcleo do Acorde implantado

Objetivo: 0070. Melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo Detran com a integração, estruturação e ampliação da rede de atendimentos, melhoria da gestão administrativa e de fiscalização e implementação de ações educativas para melhoria da segurança do trânsito do estado.

Órgão Responsável: Departamento Estadual de Trânsito

Metas 2016-2019:

- Implantar Sistema de Controle Veicular;
- Aumentar a oferta de serviços através do Portal de Atendimento;
- Capacitar os agentes de trânsito e demais servidores do Detran e equipar os agentes de trânsito com ferramentas para atuar na fiscalização;
- Intensificar a difusão na mídia de campanhas educativas relacionadas à segurança no Trânsito;
- Criar e produzir cartilhas de educação de trânsito;
- Promover cursos especializados e campanhas educativas específicas de conscientização para condutores de motocicletas;
- Realizar palestras em instituições de ensino, empresas e demais instituições;
- Integrar, estruturar e ampliar a rede de atendimento, fiscalização e educação dos órgãos afins no socorro e planejamento das ações de trânsito;
- Intensificar a fiscalização de trânsito constante, enfatizando o transporte escolar, de carga, de emergência e o coletivo;
- Promover a melhoria contínua do processo de formação para habilitação de condutores;
- Reduzir em 10% o tempo médio de atendimento nas unidades;
- Reduzir em 10% os acidentes de trânsito com vítimas fatais e não fatais no estado.

Objetivo: 0071. Modernizar e melhorar a infraestrutura das unidades prisionais de Sergipe, como forma de humanizar o tratamento ao preso e valorizar o servidor prisional, além de formular políticas de incentivo à diminuição da superlotação**.**

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Justiça e de Defesa ao Consumidor

Metas 2016-2019:

- Construir 03 Cadeias Públicas Territoriais: Propriá (198 presos provisórios), Estância (196 presos provisórios) e Areia Branca (390 presos provisórios);
- Construir acesso à Penitenciária e Cadeia Pública de Areia Branca;
- Readequar o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, na Grande Aracaju;
- Readequar 03 Presídios: Nossa Senhora da Glória, Tobias Barreto e Presídio Feminino;
- Readequar a Penitenciária Estadual de Areia Branca, para abrigar 898 presos;
- Readequar a Cadeia Pública Territorial de Nossa Senhora de Socorro;
- Readequar 02 Complexos Penitenciários: Complexo Penitenciário Manoel Carvalho Neto (COPEMCAN) e Complexo Penitenciário Advogado Dr. Jacintho Filho (COPAJAF);
- Readequar as Unidades Básicas de Saúde das unidades prisionais;
- Capacitar 500 Servidores da SEJUC (administrativo e operacional);
- Adquirir armamentos letais e não letais;
- Adquirir equipamentos de segurança para as unidades prisionais;
- Modernizar os equipamentos de informática (Tecnologia da Informação).

Territorialização das Metas

Território	Meta Total
Alto Sertão Sergipano	Readequação do PRESLEN
Agreste Sergipano	• Construção de Cadeia Pública Territorial – Areia Branca • Construção do Acesso da Penitenciária de Areia Branca • Readequação da Penitenciária Estadual de Areia Branca
Baixo São Francisco	Construção de Cadeia Pública Territorial – Propriá
Grande Aracaju	• Readequação do HCTP • Readequação do PREFEM • Readequação da Cadeia Pública de Socorro • Readequação do COPAJAF • Readequação do COPEMCAN
Centro-Sul Sergipano	Readequação do PREMABAS
Sul Sergipano	Construção de Cadeia Pública Territorial – Estância

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 10 de Janeiro de 2016 às 20:59:37

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

Objetivo: 0072. Diminuir os índices de reincidência no sistema prisional sergipano, com políticas públicas de ressocialização dos internos.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Justiça e de Defesa ao Consumidor

Metas 2016-2019:

- Alfabetizar 100% dos presos;
- Formar 408 presos no Supletivo Ensino Fundamental;
- Formar 312 presos no Supletivo Ensino Médio;
- Matricular 330 presos no Programa de Educação de Jovens e Adultos - EJA;
- Inscrever 500 presos no ENEM;
- Certificar 560 presos pelo Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA;
- Profissionalizar 600 (seiscentos) presos;
- Profissionalizar 150 (cento e cinquenta) egressos;
- Ressocializar 500 presos no Programa Pintando a Liberdade.

PROGRAMA: 0011. Proteção dos Direitos e Assistência Social

Indicadores (Denominação e Fonte)	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Índice de Desenvolvimento Humano. **Fonte:** PNUD	0-1	2000	0,68
Índice de Desenvolvimento Familiar. **Fonte:** MDS / SENARC	0-1	2010	0,56
Índice de Gestão Descentralizada Estadual. **Fonte:** MDS / SENARC	0-1	2010	0,80
Estimativa de Famílias em Situação Extrema Pobreza. **Fonte:** IBGE	Percentual	2010	15,7
Domicílios particulares permanentes com rendimento mensal de até ¼ do salário mínimo. **Fonte:** IBGE / CENSO 2010	Percentual	2010	18,6
Número de Famílias no Bolsa família/ nº de famílias Cadastradas no CadÚnico. **Fonte:**	Percentual	2010	65,5
Número de ocorrências registradas. **Fonte**: Coordenadoria de Estatística e Análise Criminal – CEACrim - SSP	Unidade	2014	4.045
Número de ocorrências registradas. **Fonte**: Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis – DAGV Aracaju	Unidade	2014	2.633
Atendimento à Mulher Vítima de Violência Doméstica. **Fonte**: Centro Regionalizado Especializado de Atendimento à Mulher Vítima de Violência Doméstica - CREAM	Unidade	2014	779
Balanço Ligue 180. **Fonte**: Ligue 180	Registro/ 100 mil mulheres	2014	63,69
Taxa de Desemprego. **Fonte**: Ipea	Percentual		9,3
Número de pessoas que procuraram, mas não encontraram ocupação profissional remunerada. **Fonte**: Ipea	Unidade		93.288
Atendimento em Medidas Protetivas. **Fonte:** Renascer	Unidade	2014	207
Taxa de reincidência em medidas protetivas. **Fonte:** Renascer	Percentual	2014	25
Atendimento em Medidas Socioeducativa. **Fonte:** Renascer	Percentual	2014	955
Taxa de reincidentes em medidas protetivas. **Fonte:** Renascer	Percentual	2014	101

Valor Global do Programa	Valor 2016 (R$)	Valor 2017-2019 (R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**66.371.802**	**209.071.176**
Despesas Correntes	45.553.230	143.492.675
Despesas de Capital	20.818.572	65.578.502
Valores Globais	**275.442.978**	

Objetivo: 0073. Reordenar a estrutura organizacional e de gestão do Órgão Estadual da Assistência Social (SEIDH) em consonância com as diretrizes da PNAS (2004) e com as melhores práticas de administração pública.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Mulher, da Inclusão e Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos

Metas 2016-2019:

- Aprovar lei de reestruturação da SEIDH para atender as diretrizes e princípios do SUAS;
- Criar a Lei Estadual do SUAS.

Objetivo: 0074. Instituir e Fortalecer Gestão do Trabalho e a Educação Permanente no SUAS.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Mulher, da Inclusão e Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos.

Metas 2016-2019:

- Implementar o Plano Estadual de Educação Permanente no Sistema Único de Assistência Social - SUAS;
- Realizar 24 Cursos de Capacitação e Formação no âmbito do Programa Nacional de Capacitação do SUAS (CAPACITASUAS), em quatro anos, para 3.500 beneficiários;
- Realizar anualmente o Seminário Estadual da Gestão do Trabalho e Educação Permanente no SUAS;
- Elaborar Diagnóstico da Gestão do Trabalho no estado;
- Realizar Concurso Público para o SUAS em conformidade com a NOB/SUAS/RH, em 2018.

Territorialização das Metas

Território	Meta Total
Alto Sertão Sergipano	Diagnóstico da Gestão do Trabalho elaborado
Médio Sertão Sergipano	Diagnóstico da Gestão do Trabalho elaborado
Agreste Sergipano	Diagnóstico da Gestão do Trabalho elaborado
Baixo São Francisco	Diagnóstico da Gestão do Trabalho elaborado
Leste Sergipano	Diagnóstico da Gestão do Trabalho elaborado
Grande Aracaju	• 24 (06 por ano) cursos de capacitação e formação realizados • 04 Seminários realizados • Concurso público realizado em 2018
Centro-Sul Sergipano	Diagnóstico da Gestão do Trabalho elaborado
Sul Sergipano	Diagnóstico da Gestão do Trabalho elaborado

Objetivo: 0075. Estruturar e implantar a Vigilância Socioassistencial.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Mulher, da Inclusão e Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos

Metas 2016-2019:

- Assegurar recursos financeiros para a estruturação da área: utilização do IGD-SUAS;
- Estruturar e equipar espaço físico;
- Contratar equipe técnica;
- Contratar serviços técnicos especializados;

Objetivo: 0076. Fortalecimento dos serviços, programas, projetos e benefícios da Proteção Social Básica (Compromisso de Governo).

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Mulher, da Inclusão e Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos

Metas 2016-2019:

- Assegurar o cofinanciamento para os 75 municípios que executam os serviços da Proteção Social Básica – PSB;
- Garantir o financiamento para construção de 20 CRAS;
- Criar a Lei Estadual dos Benefícios Eventuais;
- Realizar o Encontro Cultural do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- Assessorar os técnicos de referência dos CRAS sobre os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos– SCFV, BPC Escola e Acessuas Trabalho

Objetivo: 0077. Fortalecer os serviços, programas, projetos da Proteção Social Especial.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Mulher, da Inclusão e Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos

Metas 2016-2019:

- Assessorar tecnicamente os 75 municípios que executam os Serviços da Proteção Social Especial – PSE;
- Assegurar o cofinanciamento para os 75 municípios que executam os Serviços da Proteção Social Especial – PSE;
- Pactuar repasse de recursos aos municípios que ainda não aderiram ao cofinanciamento para Serviços da Proteção Social Especial – PSE;
- Garantir o financiamento para a construção de 20 CREAS;
- Apoiar as ações municipais de prevenção e combate do Trabalho Infantil nos 75 Municípios;
- Intensificar as Ações Estratégicas do PETI nos 14 (quatorze) municípios prioritários que apresentaram alto índice de Trabalho Infantil identificados no censo IBGE 2010;
- Acompanhar e monitorar a execução de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto nos 75 Municípios;
- Implantar 02 (dois) Abrigos Estaduais Regionais para atender os Municípios Sergipanos de Pequeno Porte I que não possuem Instituições de Acolhimento para Crianças e Adolescentes;
- Implantar 01 (uma) Unidade de Serviço de Acolhimento em República Regional Mista para Jovens de até 21 anos de idade, abrangendo todos os territórios sergipanos, exceto àqueles de Médio e Grande Porte;
- Implantar 01 (uma) Central de Acolhimento;
- Atender, em conjunto com os 75 Municípios, às ações assistenciais de caráter de emergenciais;
- Realizar 04 (quatro) eventos da PSE para os 75 Municípios;
- Garantir a manutenção da Casa de Passagem Estadual;
- Cofinanciar o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias - Centro-Dia;
- Cofinanciar o Serviço de Acolhimento Institucional em Residência Inclusiva.

Objetivo: 0078. Fortalecer a Gestão do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Mulher, da Inclusão e Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos

Metas 2016-2019:

- Capacitar 100% dos Conselhos Municipais e Estadual de Assistência Social sobre a Gestão do Cadastro Único e Programa Bolsa Família; 76 Conselhos/Ano;
- Realizar capacitação continuada para 2.674 técnicos e gestores municipais sobre Gestão do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família;
- Dar assessoramento técnico aos 75 Municípios.

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 10 de Janeiro de 2016 às 20:59:37

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

Objetivo: 0079. Fortalecer as instâncias de Controle Social do Sistema Único de Assistência Social.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Mulher, da Inclusão e Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos

Metas 2016-2019:

- Participar anualmente de eventos interestaduais e nacionais promovidos pelos órgãos de Controle Social, conforme cronograma pré-estabelecido;
- Adequar, inclusive com estrutura de acessibilidade, as instalações físicas e equipamentos para o funcionamento do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS;
- Realizar a Conferência Estadual de Assistência Social em 2017 e 2019;
- Participar das Conferências Municipais e Nacionais de Assistência Social em 2017 e 2019;
- Assessorar, acompanhar e monitorar as ações dos 75 Conselhos Municipais de Assistência Social, anualmente;
- Fortalecer a participação da sociedade civil, garantindo o protagonismo dos usuários e trabalhadores do SUAS.

Territorialização das Metas

Território	Meta Total
Alto Sertão Sergipano	• Todos os municípios do território participantes das Conferências • Conselhos Municipais de Assistência Social assessorados e monitorados
Médio Sertão Sergipano	• Todos os municípios do território participantes das Conferências • Conselhos Municipais de Assistência Social assessorados e monitorados
Agreste Sergipano	• Todos os municípios do território participantes das Conferências • Conselhos Municipais de Assistência Social assessorados e monitorados
Baixo São Francisco	• Todos os municípios do território participantes das Conferências • Conselhos Municipais de Assistência Social assessorados e monitorados
Leste Sergipano	• Todos os municípios do território participantes das Conferências • Conselhos Municipais de Assistência Social assessorados e monitorados
Grande Aracaju	• Conferências Estaduais realizadas • Todos os municípios do território participantes das Conferências • Conselhos Municipais de Assistência Social assessorados e monitorados
Centro-Sul Sergipano	• Todos os municípios do território participantes das Conferências • Conselhos Municipais de Assistência Social assessorados e monitorados
Sul Sergipano	• Todos os municípios do território participantes das Conferências • Conselhos Municipais de Assistência Social assessorados e monitorados

Objetivo: 0080. Incentivar a cultura de respeito aos direitos humanos de modo a contribuir para a construção da cidadania, o conhecimento dos direitos fundamentais, o respeito aos direitos da pessoa deficiente, do idoso, à pluralidade e à diversidade sexual, étnica, racial, cultural, de gênero e de crenças religiosas.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Mulher, da Inclusão e Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos

Metas 2016-2019:

- Implantar 08 Centros Estaduais em Direitos Humanos;
- Criar 02 bancos de dados: para coletar e disponibilizar informações demográficas, denúncias e violações de direitos humanos e das comunidades tradicionais de matriz africana;
- Realizar 20 seminários e temáticas em Direitos Humanos;
- Realizar 40 campanhas de sensibilização e divulgação das políticas em Direitos Humanos e Igualdade Racial;
- Realizar 07 conferências sobre a temática em Direitos Humanos;
- Lançar 40 editais para financiar ações na área de direitos humanos;
- Operacionalizar o Sistema de Informação para Infância e Adolescência - SIPIA;
- Elaborar 02 Planos Estaduais: de Erradicação e Prevenção do Trabalho Infantil e de Prevenção e Combate à Homofobia;
- Formar, qualificar e capacitar os gestores do FUNDECRIA e FUNDEPROI e Conselheiros Tutelares;
- Realizar campanhas publicitárias para captação de recursos para o FUNDECRIA e FUNDEPROI;
- Integrar e ampliar o subregistro civil de nascimento;
- Construir a academia para os anões de Itabaianinha;
- Promover a formação profissional da pessoa com deficiência;
- Elaborar 03 cartilhas com linguagem infantil sobre: os direitos da pessoa com deficiência, igualdade racial e estatuto do idoso;
- Criar 03 Fundos Estaduais: da Pessoa com Deficiência, da Igualdade Racial e LGBT;
- Formar, Capacitar e qualificar 240 pessoas em LIBRAS, até 2019.
- Criar e estruturar a agência de empregos para pessoa com deficiência em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE;
- Criar comitê para tratar da proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa e dos direitos da população LGBT;
- Cadastrar instituições que trabalham com a temática e toda a rede de promoção da defesa dos direitos da criança e adolescente e da pessoa idosa;
- Imprimir e distribuir 75.000 cópias do Estatuto do Idoso;
- Criar e estruturar 02 Conselhos Estaduais: da Igualdade Racial e LGBT;
- Elaborar e distribuir catálogo relacionado com a temática das religiões de matriz africana;
- Criar banco de dados das comunidades tradicionais de matriz africana;
- Promover 20 eventos em datas comemorativas às políticas em direitos humanos;
- Realizar 04 campanhas de sensibilização na rede pública estadual de educação sobre os direitos humanos;
- Criar link no site da SEIDH para divulgação das ações em DH e recebimentos de denúncias de violação de direitos.

Objetivo: 0081. Reduzir o índice de violência doméstica contra mulheres.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Mulher, da Inclusão e Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos

Metas 2016-2019:

- Construir a Casa da Mulher Brasileira, até julho/2016;
- Implantar a Casa Abrigo, até dezembro de 2016;
- Realizar conferências de políticas públicas para as mulheres, a cada 02 anos;
- Realizar 16 campanhas anuais de divulgação e conscientização da Lei Maria da Penha;
- Realizar 16 Cursos de Capacitação Continuada para os profissionais da rede de atendimento à mulher vítima de violência;
- Realizar 96 ações itinerantes da Unidade Móvel, ao ano;
- Realizar anualmente, 50 visitas técnicas, reuniões para ampliação, conscientização e fortalecimentos dos Organismos de Políticas para as Mulheres OPMs;
- Elaborar Plano Estadual de Políticas Públicas para Mulheres;
- Realizar 04 feiras das Mulheres Agricultoras e Artesãs de Sergipe por ano;
- Realizar anualmente, 13 cursos profissionalizantes para mulheres em situação de violência;
- Implantar a secretaria executiva do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDM.

Objetivo: 0082. Fortalecer a Política da Juventude em Sergipe, para proporcionar aos jovens o acesso aos programas e atividades que garantam seus direitos e auxiliem na sua emancipação, sobretudo àqueles que vivem em áreas vulnerabilizadas.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Mulher, da Inclusão e Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos

Metas 2016-2019:

- Inaugurar 30 novas Casas de Juventude, o CAJ Meio Ambiente e o CAJ Cultura e Arte;
- Lançar e implantar o Plano Estadual de Juventude;
- Implantar o Plano Juventude Viva;
- Operacionalizar as Estações Juventude Itinerante Urbana e Campo;
- Implantar o Projeto Casa da Juventude;
- Realizar 02 Fóruns de Gestores Municipais de Juventude por ano;
- Realizar Campanhas de Prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis;
- Realizar 08 Campanhas de Não Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, até 2019.

Objetivo: 0083. Potencializar o Sistema de Medida Protetiva e o Sistema Socioeducativo do Estado de Sergipe.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Mulher, da Inclusão e Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos

Metas 2016-2019:

- Implementar Projeto Político Pedagógico;
- Formatar proposta pedagógica das unidades de medidas socioeducativas;
- Implantar o SIPIA/SINASE;
- Dar suporte social e educacional às famílias;
- Garantir a continuidade das ações socioeducativas para o aumento da reinserção social e familiar, bem como a diminuição da reincidência;
- Garantir a profissionalização dos adolescentes atendidos, a fim de prepara–lós para inserção no mercado de trabalho;
- Reordenar as unidades de abrigamento;
- Fomentar a Municipalização das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto;
- Implantar a Escola do SINASE.

Objetivo: 0084. Estruturar as unidades de medidas socioeducativas, conforme os parâmetros estabelecidos pelo SINASE.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Mulher, da Inclusão e Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos

Metas 2016-2019:

- Reformar e Ampliar Unidades de Medidas Socioeducativas;
- Construir uma unidade de medida socioeducativa;

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 10 de Janeiro de 2016 às 20:59:37

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

- Realizar concurso público para contratação de profissionais técnicos e qualificados para o desenvolvimento das atividades de medidas socioeducativas, nas suas diversas áreas;
- Garantir a manutenção e o adequado funcionamento das unidades de atendimento protetivo e das unidades de atendimento socioeducativo;
- Habilitar a unidade de saúde de medidas socioeducativas, em parceria com a SMS, SES e MS;
- Realizar cursos profissionalizantes e oficinas permanentes para os adolescentes atendidos nas unidades;

Objetivo: 0085. Capacitar os adolescentes socioeducandos para garantir a aquisição de habilidades e sua preparação para o mercado de trabalho.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Mulher, da Inclusão e Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos

Metas 2016-2019:

- Capacitar os adolescentes atendidos pela Fundação Renascer do Estado de Sergipe;
- Encaminhar os adolescentes habilitados para estágio.

Objetivo: 0086. Fortalecer o Sistema Nacional de Emprego em Sergipe (SINE / NAT) para redução dos custos e do tempo de espera no processo de intermediação de mão de obra.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Mulher, da Inclusão e Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos

Metas 2016-2019:

- Realizar 04 campanhas publicitárias para conscientização dos empregadores sergipanos, até 2019;
- Criar 02 equipes de captação de vagas junto ao NAT, até 2019, para intermediação de mão de obra;
- Realizar 48 palestras e eventos motivacionais e de orientação profissional pata trabalhadores desempregados;
- Realizar 400.000 atendimentos ao Trabalhador;
- Implantar uma unidade de atendimento ao trabalhador autônomo;
- Emitir 30.000 carteiras de trabalho – CTPS, para identificação dos trabalhadores;
- Realizar 15 ações itinerantes nos municípios que não possuem posto de atendimento do NAT.

Objetivo: 0087. Fortalecer e expandir a economia solidária como alternativa de desenvolvimento local, geração de trabalho e renda, inclusão social e desenvolvimento justo e solidário.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Mulher, da Inclusão e Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos

Metas 2016-2019:

- Realizar feiras de Economia Solidária;
- Realizar visitas técnicas de Economia Solidária;
- Elaborar o Plano Estadual de Economia Solidária;
- Participar de eventos nacionais de Economia Solidária;
- Realizar conferências territoriais e estaduais de Economia Solidária;
- Participar e realizar cursos de formação em Economia Solidária.

Objetivo: 0088. Fortalecer a Cadeia Produtiva do Artesanato no estado de Sergipe.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Mulher, da Inclusão e Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos

Metas 2016-2019:

- Realizar 720 visitas técnicas aos municípios e povoados para cadastro e recadastramento dos artesãos;
- Emitir 20.000 Carteiras Nacionais do Artesão;
- Organizar, supervisionar, orientar e acompanhar os artesãos sergipanos em 24 eventos nacionais;
- Realizar 16 oficinas de artesanato.

Objetivo: 0089. Qualificar a População Urbana e Rural de Baixa Renda, para inserção no mercado de trabalho.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Mulher, da Inclusão e Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos

Metas 2016-2019:

- Qualificar 16.000 pessoas de baixa renda, média de 4.000 pessoas/ano;
- Dar apoio técnico gerencial do SEBRAE a 36 Arranjos Produtivos Locais e 14 empreendimentos produtivos sergipanos;
- Dar apoio educacional da SEED a 50 grupos de pequenos produtores em todo estado.
- Qualificar trabalhadores da cana de açúcar do Programa Estadual Mão Amiga, de 20 municípios do interior do estado, em parceria com o Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI;
- Realizar 02 edições anuais da Feira do Pequeno Produtor.
- Firmar parceria com o DETRAN para a retirada da CNH por parte dos trabalhadores da cana de açúcar do Programa Mão Amiga.

Territorialização das Metas

Território	Meta Total
Alto Sertão Sergipano	• Apoio técnico gerencial do SEBRAE a 7 APL's e 2 empreendimentos produtivos • Apoio educacional da SEED a 9 grupos de pequenos produtores
Médio Sertão Sergipano	• Apoio técnico gerencial do SEBRAE a 2 APL's e 2 empreendimentos produtivos • Apoio educacional da SEED a 4 grupos de pequenos produtores • Qualificação dos trabalhadores do Mão Amiga (N.S. das Dores)
Agreste Sergipano	• Apoio técnico gerencial do SEBRAE a 9 APL's • Apoio educacional da SEED a 9 grupos de pequenos produtores • Qualificação dos trabalhadores do Mão Amiga (Areia Branca)
Baixo São Francisco	• Apoio técnico gerencial do SEBRAE a 3 APL's e 6 empreendimentos produtivos • Apoio educacional da SEED a 9 grupos de pequenos produtores • Qualificação dos trabalhadores do Mão Amiga (Malhada dos Bois, São Francisco, Japoatã, Neópolis, Pacatuba)
Leste Sergipano	• Apoio técnico gerencial do SEBRAE a 3 APL's e 32 empreendimentos produtivos • Apoio educacional da SEED a 6 grupos de pequenos produtores • Qualificação dos trabalhadores do Mão Amiga (Capela, Japaratuba, Siri, Rosário do Catete, Santa Rosa e Divina Pastora)
Grande Aracaju	• Apoio técnico gerencial do SEBRAE a 2 APL's • Apoio educacional da SEED a 2 grupos de pequenos produtores • 02 Feiras Anuais do Pequeno Produtor • 50% das qualificações via SENAC e SENAI para zonas urbanas • Ampliar espaços de comercialização com exposição de produtos dos pequenos produtores rurais nos espaços pertencentes à SEIDH (Zé Peixe / Centro J. Inácio) em Aracaju • Qualificação dos trabalhadores do Mão Amiga (Laranjeiras, Riachuelo, Maruim, Santo Amaro, S. Cristóvão e Itaporanga)
Centro-Sul Sergipano	• Apoio técnico gerencial do SEBRAE a 2 APL's • Apoio educacional da SEED a 2 grupos de pequenos produtores
Sul Sergipano	• Apoio técnico gerencial do SEBRAE a 8 APL's e 1 empreendimentos produtivos • Apoio educacional da SEED a 9 grupos de pequenos produtores • Qualificação dos trabalhadores do Mão Amiga (Santa Luzia do Itanhy)

Objetivo: 0090. Reformular e atualizar o "Mão Amiga", para melhor atender a finalidade do projeto.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Mulher, da Inclusão e Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos

Metas 2016-2019:

- Atender anualmente a 10 mil trabalhadores;
- Revisar a legislação do Projeto Mão Amiga;
- Formular, junto com a SEED, alfabetização específica para os trabalhadores do Mão Amiga, dentro do período de entressafra.
- Qualificar os trabalhadores da cana de açúcar, em parceria com o SENAI e DETRAN.

Territorialização das Metas

Território	Meta Total
Médio Sertão Sergipano	• 261 trabalhadores atendidos • Trabalhadores alfabetizados • Trabalhadores da cana de açúcar qualificados
Agreste Sergipano	• 244 trabalhadores atendidos • Trabalhadores alfabetizados • Trabalhadores da cana de açúcar qualificados
Baixo São Francisco	• 398 trabalhadores atendidos • Trabalhadores alfabetizados • Trabalhadores da cana de açúcar qualificados
Leste Sergipano	• 1.164 trabalhadores atendidos • Trabalhadores alfabetizados • Trabalhadores da cana de açúcar qualificados

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 10 de Janeiro de 2016 às 20:59:37

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

Grande Aracaju	• 804 trabalhadores atendidos • Trabalhadores alfabetizados • Trabalhadores da cana de açúcar qualificados
Centro-Sul Sergipano	• 572 trabalhadores atendidos • Trabalhadores alfabetizados
Sul Sergipano	• 4.305 trabalhadores atendidos • Trabalhadores alfabetizados

Objetivo: 0091. Fortalecer as cadeias produtivas dos Arranjos Produtivos Locais, com prioridade àquelas que apresentam beneficiários diretos em situação de maior vulnerabilidade social e os pequenos produtores rurais, garantindo a elevação de sua renda.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Mulher, da Inclusão e Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos

Metas 2016-2019:

- Melhorar o processo produtivo e de comercialização dos Arranjos Produtivos Locais e dos Empreendimentos Produtivos de Baixa Renda, em parceria com o SEBRAE;
- Promover cursos específicos voltados aos pequenos produtores rurais para a compreensão dos instrumentais de gestão de seus negócios, em parceria com a SEED/EJA;
- Atualizar o Mapa de Arranjos Produtivos Locais do estado;
- Apoiar 60 Arranjos Produtivos Locais e Empreendimentos Produtivos de baixa renda;
- Estruturar a Cadeia Produtiva de Piscicultura;
- Firmar parceria com instituições financiadora de ações para apoiar os grupos produtivos de baixa renda.

Objetivo: 0092. Assegurar alimentação adequada à população.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Mulher, da Inclusão e Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos

Metas 2016-2019:

- Fortalecer a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de Sergipe;
- Elaborar Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Incentivar a criação do SISAN Municipal nos 08 Territórios de Sergipe;
- Implantar Restaurantes Populares, na Grande Aracaju;
- Implantar 20 feiras de agricultura familiar de produtos orgânicos em novos municípios;
- Incentivar o cultivo de produtos orgânicos;
- Incentivar e monitorar o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA;
- Implantar Programa de Educação Alimentar;
- Mapear a Insegurança Alimentar no estado.

Objetivo: 0093. Criar base legal e estruturar o Departamento Estadual de Proteção e Defesa Civil do Estado de Sergipe, para atender a nova Política Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Mulher, da Inclusão e Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos

Metas 2016-2019:

- Implantar a Política Estadual de Proteção e Defesa Civil;
- Criar o Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil;
- Alterar a Lei nº 7.416 de 03 de julho de 2012;
- Adquirir 01 Posto de Comando Avançado e 02 Viaturas Operacionais para o DEPDC.

Objetivo: 0094. Desenvolver atividades regulares preventivas, preparatórias e mitigadoras dos efeitos de desastres e garantir o atendimento emergencial de proteção e defesa civil.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Mulher, da Inclusão e Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos

Metas 2016-2019:

- Oferecer cursos aos Integrantes do Sistema de Proteção e Defesa Civil, anualmente no 2º trimestre;
- Oferecer cursos às Comunidades em Áreas de Risco, anualmente no 3º trimestre;
- Mapear áreas de risco no estado, em 2018;
- Realizar seminário, anualmente no 2º trimestre;
- Realizar simulados, em 2018 e 2019;
- Realizar anualmente operações emergenciais para atendimento integral aos afetados pela ocorrência de estiagem/seca ou de chuvas.

PROGRAMA: 0017. Gestão Pública

Indicadores (Denominação e Fonte)	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Acessos ao site do Observatório de Sergipe. **Fonte:** Google Analytics	Nº de pessoas	2014	7.300
Volume de arrecadação bruta anual de ICMS. **Fonte:** Sefaz	R$ mil	2014	2.611.588,61
Volume da Dívida Ativa Estadual. **Fonte:** Sefaz	R$ mil	2014	4.597.997,50
Número de Certificação Digital emitidos. **Fonte:** Gerência de Modernização A.R	Unidade	2014	598
Número de Obras publicadas. **Fonte:** EDISE	Unidade	2014	7
Número de Revistas Publicadas. **Fonte:** EDISE	Unidade	2014	3
Tempo Médio para instrução do benefício de aposentadoria. **Fonte:** Sergipeprevidência	Semana	2014	4
Tempo Médio para instrução do benefício de pensão por morte. **Fonte:** Sergipeprevidência	Mês	2014	2
Tempo Médio para concessão do benefício de aposentadoria. **Fonte:** Sergipeprevidência	Semana	2014	4
Tempo Médio para concessão do benefício de pensão por morte. **Fonte:** Sergipeprevidência	Semana	2014	4
Número de Servidores Capacitados. **Fonte:** Escola de Governo/Seplag	Unidade	2014	820
Índice de Qualidade na Gestão Orçamentária. **Fonte:** SPEO/Seplag	Média	2014	5,93

Valor Global do Programa	Valor 2016 (R$)	Valor 2017-2019 (R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**128.754.000**	**405.575.100**
Despesas Correntes	57.207.000	180.202.050
Despesas de Capital	71.547.000	225.373.050
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**700.000**	**2.205.000**
Valores Globais	**129.454.000**	**407.780.100**
	537.234.100	

Objetivo: 0095. Modernizar a gestão e o planejamento do Governo Estadual, por meio da adoção sistemática de instrumentos e métodos para melhoria de processos e serviços públicos.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Metas 2016-2019:

- Implantar o sistema integrado de compras, até 2019;
- Cadastrar e gerenciar por meio de sistema informatizado de gestão todo o patrimônio imóvel e móvel do Estado, em 04 anos;
- Institucionalizar o Escritório Central de Governança, até 2019;
- Implantar, até 2019, 40 Núcleos de Governança corporativa;
- Implantar a Rede Siconv (Sistema de Convênios) no estado, para capacitação de 450 usuários do sistema de transferências voluntárias da União, em 04 anos;
- Atingir média 7,0 no Índice da Qualidade da Gestão Orçamentária - IQGO, até 2019;
- Reformar a estrutura da SEPLAG;
- Implantar rede de banda larga atendendo aos 75 municípios através de fibra ótica ou rádio, até 2019;
- Implantar novo Data Center na Emgetis e plano de recuperação de desastres e continuidade de negócios, até 2019.

Objetivo: 0096. Proporcionar aos cidadãos e aos órgãos do governo acesso a um sistema atualizado de informações, estudos e pesquisas estatísticas, geográficas, cartográficas e econômicas do estado, de forma democrática e facilitada.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Metas 2016-2019:

- Catalogar e preservar o acervo cartográfico, bibliográfico e documental da Superintendência de Estudos e Pesquisas;
- Desenvolver e implantar sistema de informações geoeconômicas e estatísticas;
- Implantar sistema de informações geográficas e cartográficas do estado de Sergipe;
- Revisar e regulamentar em Lei Estadual 100% dos limites intermunicipais do estado;
- Realizar e fomentar 40 (quarenta) estudos nas áreas de Economia, Estatística e Geografia;
- Concluir o projeto base cartográfica do estado de Sergipe;
- Atualizar a base cartográfica do estado de Sergipe.

Objetivo: 0097. Modernizar a estrutura dos Centros de Atendimento ao Cidadão para a oferta de serviços públicos de excelência, criando novos canais de interação com o cidadão, que permitam a realização de maior número de serviços por meio eletrônico, reduzindo as filas e o tempo de espera para o atendimento.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Metas 2016-2019:

- Reformar e modernizar as instalações físicas de 03 (três) unidades de atendimento ao cidadão;
- Disponibilizar o portal de serviços ao cidadão na Internet.

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 10 de Janeiro de 2016 às 20:59:37

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

Objetivo: 0098. Implantar política de valorização do servidor e humanização do trabalho (Compromisso de Govrno).

Órgão Responsável: Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Metas 2016-2019:

- Implantar Programa Habitacional para o Servidor Público;
- Implantar Plano de Capacitação, duplicando o número de servidores qualificados nos últimos 4 anos;
- Beneficiar 20.000 servidores públicos em programa e benefícios voltados à melhoria da qualidade de vida;
- Elaborar o Manual de Procedimentos na área de Pessoal, até 2019;
- Realizar anualmente a Olimpíada dos Servidores Públicos;
- Criar o Prêmio Estadual de Boas Práticas de Gestão;
- Beneficiar 10.000 servidores públicos no Projeto de Saúde Integral do Servidor;
- Firmar Convênio com FAPITEC para concessão de bolsas de pesquisa para servidores públicos;
- Ampliar, até 2019, a capacitação dos quadros funcionais da Administração Pública Estadual, mediante a realização de concursos de seleção e de cursos de formação.

Objetivo: 0099. Administrar o Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Sergipe – RPPS/SE, com fulcro na sustentabilidade e inovação dos serviços previdenciários, visando promover o bem-estar social dos seus segurados e dependentes.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Metas 2016-2019:

- Modernizar o Acervo Documental (Digitalizar e Sistematizar);
- Estruturar a Ouvidoria;
- Capacitar os servidores do órgão conforme as novas estruturações administrativas;
- Promover a Educação Previdenciária;
- Modernizar a estrutura de gestão do Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Sergipe - RPPS/SE;
- Adequar os equipamentos e o sistema às novas estruturas de tecnologia da informação;
- Implantar Canais Remotos de Atendimento.

Objetivo: 0100**.** Promover reforma institucional para prestar melhores serviços jurídicos, com respostas céleres e eficazes às demandas consultivas jurídicas da administração direta e indireta do Poder Executivo, à defesa do patrimônio público imóvel e à recuperação de ativos de titularidade do Estado.

Órgão Responsável: Procuradoria Geral do Estado

Metas 2016-2019:

- Capacitar 40% dos servidores administrativos até 2019;
- Capacitar 90% dos Procuradores do Estado até 2019;
- Aumentar em 40% a capacidade de disponibilidade tecnológica da PGE;
- Redefinir 40% dos fluxos de processos e procedimentos;
- Finalizar a reforma da nova Sede da PGE/SE;
- Mapear e redefinir 40% dos fluxos de processos;
- Assumir o Gerenciamento da Dívida Ativa;
- Realizar 06 mutirões de recuperação fiscal;
- Reestruturar o Setor de Inteligência Fiscal.

Objetivo: 0101. Promover a otimização das receitas do Estado e o equilíbrio das finanças públicas, aprimorando os mecanismos gerenciais, normativos, operacionais e tecnológicos, em busca do aperfeiçoamento dos sistemas de administração tributária, financeira e contábil.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Fazenda

Metas 2016-2019:

- Incrementar em 1% a.a. a arrecadação anual de ICMS, descontada a variação do IPCA;
- Cumprir 100% das regras da LRF e das metas do PAF;
- Reduzir o serviço da dívida para 5% da RCL.

Objetivo: 0102. Ampliar a divulgação das ações do Governo do Estado nos meios alternativos de comunicação, fomentando a participação social de forma interativa, e garantir a qualidade da divulgação dos atos e ações governamentais para a sociedade sergipana.

Órgãos Responsáveis: Secretaria de Estado da Comunicação Social

Metas 2016-2019:

- Dobrar o número de fãs da página oficial do Facebook do Governo de Sergipe;
- Dobrar o número de seguidores da página oficial do Twitter do Governo de Sergipe;
- Apoiar projetos culturais e de comunicação social no estado de Sergipe;
- Realizar, com excelência, eventos socioculturais e de solenidades;
- Promover a divulgação dos atos e ações do Governo do Estado.

Objetivo: 0103. Ampliar o acesso da sociedade às informações de ordem pública através do Diário Oficial do Estado.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Governo

Metas 2016-2019:

- Disponibilizar aplicativo gratuito à população sergipana, para ampliar o acesso das publicações do Diário Oficial do Estado;
- Ampliar as vendas da Certificação Digital na qualidade de AR- Autoridade Certificadora.

Objetivo: 0104. Fomentar e proporcionar o acesso democrático da sociedade às obras literárias de escritores que registrem a história do nosso Estado.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Governo

Metas 2016-2019:

- Ampliar a produção de obras literárias com a impressão através da Editora Diário Oficial;
- Apoiar os escritores locais com a avaliação especializada do Conselho Editorial da EDISE - Editora Diário Oficial;
- Divulgar as obras publicadas pela Edise.

Objetivo: 0105. Garantir a qualidade dos serviços prestados por concessionários de serviços públicos delegados pelo Governo de Sergipe.

Órgão Responsável: Agência Reguladora de Serviços Públicos de Sergipe

Metas 2016-2019:

- Implantar a Câmara Técnica de Gás Canalizado, em 2016;
- Implantar a Câmara Técnica de Saneamento (água e esgoto), em 2017;
- Implantar a Câmara Técnica de Transporte Intermunicipal de Passageiros, em 2018;
- Implantar a Câmara Técnica de Energia, em 2019.

PROGRAMA: 0018. Infraestrutura Logística e Desenvolvimento Urbano

Indicadores (Denominação e Fonte)	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Rodovias estaduais pavimentadas. **Fonte:** Seinfra/DER	Km	2014	2.069,63
Rodovias estaduais com pavimento desgastado. **Fonte:** CNT, 2014	Percentual	2014	54,1
Número de linhas principais de transporte público coletivo intermunicipal de passageiros operando no Sistema. **Fonte:** Seinfra/Coordenadoria de Transportes	Unidade	2015	96
Número de Contratos de concessão dos serviços de transporte público intermunicipal de passageiros que atende ao art. 175 da CF, 1988. **Fonte:** Seinfra	Unidade	2015	0
Permanência da população no interior do estado. **Fonte:** IBGE	Percentual	2010	72
Déficit Habitacional. **Fonte:** MCidades/Fundação João Pinheiro/ IBGE	Unidade	2010	74.387
Percentagem da população urbana que reside em aglomerados subnormais. **Fonte:** IBGE, Censo Demográfico, 2010	Unidade	2010	3,98

Valor Global do Programa	Valor 2016 (R$)	Valor 2017-2019 (R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**331.749.875**	**1.045.012.106**
Despesas Correntes	21.804.875	68.685.356
Despesas de Capital	309.945.000	976.326.750
Valores Globais	**1.376.761.981**	

Objetivo: 0106. Apoiar o planejamento e a execução das intervenções do Departamento Estadual de Infraestrutura Rodoviária.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano

Metas 2016-2019:

- Recuperar 92,80 km de áreas degradadas;
- Elaborar estudos;
- Desapropriar e indenizar 50 km de área de servidão de rodovias;
- Construir 20 km de acessos a polos, distritos industriais e turísticos;
- Ampliar e reformar pátio de oficinas do DER (sede, em Aracaju e Distritos Rodoviários).

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 10 de Janeiro de 2016 às 20:59:37

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

Objetivo: 0107. Restaurar, recuperar, adequar e manter o pavimento da malha rodoviária estadual e das obras de arte associadas.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano

Metas 2016-2019:

- Restaurar, recuperar, adequar e manter o pavimento de 164,82 Km de rodovias estaduais;
- Construir 5 pontes de concreto para substituir pontes de madeira e pontilhões;
- Construir o Anel Viário de Tobias Barreto.

Territorialização das Metas

Território	Meta Total
Alto Sertão Sergipano	• Restaurar 40,28 km de pavimento de rodovias
Médio Sertão Sergipano	• Restaurar 41,72 km de pavimento de rodovias
Agreste Sergipano	• Construir 02 pontes • Restaurar 52,84 km de pavimento de rodovias
Grande Aracaju	• Restaurar 14,0 km de pavimento de rodovias • Manutenção e Recuperação de 01 ponte
Centro-Sul Sergipano	• Construir 03 pontes • Construir o Anel Viário de Tobias Barreto • Restaurar 107,88 km de pavimento de rodovias
Sul Sergipano	• Restaurar 8,10 km de pavimento de rodovias

Objetivo: 0108. Implantar e pavimentar rodovias estaduais.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano

Metas 2016-2019:

- Implantar e pavimentar a SE 100 Norte (27,26 km);
- Construir uma ponte sobre o Rio São Francisco;
- Implantar e pavimentar 114,51 km de rodovias e estradas vicinais.

Territorialização das Metas

Território	Meta Total
Alto Sertão	Implantar e pavimentar 88,57 km de rodovias
Médio Sertão Sergipano	Implantar e pavimentar 51,40 km de rodovias
Agreste Sergipano	Implantar e pavimentar 51,39 km de rodovias
Baixo São Francisco	• Construção de ponte sobre o Rio São Francisco • Implantar e pavimentar a SE – 100 Norte (trecho entre Guaratuba/Saramem – 27,26 km). • Implantar e pavimentar 18,25 km de rodovias
Leste Sergipano	Implantar e pavimentar 38,96 km de rodovias
Grande Aracaju	Implantar e pavimentar 32,38 km de rodovias
Sul Sergipano	Implantar e pavimentar 33,56 km de rodovias

Objetivo: 0109. Regulamentar e ordenar o transporte público coletivo intermunicipal de passageiros.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Energético Sustentável

Metas 2016-2019:

- Elaborar o Plano Diretor de Transporte Intermunicipal de Passageiros;
- Licitar a concessão dos serviços de transporte intermunicipal de passageiros;
- Firmar contratos de concessão para o transporte público coletivo intermunicipal de passageiros;

Objetivo: 0110. Executar projetos de infraestrutura e mobilidade urbana na Região Metropolitana de Aracaju.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano

Metas 2016-2019:

- Construir viaduto na Av. Tancredo Neves;
- Implantar anel viário de acesso ao Aeroporto Santa Maria;
- Implantar e pavimentar 3,55 km de via para interligação da Av. Augusto Franco com a Av. Gasoduto e seus acessos
- Implantar e pavimentar 14,20 km de Via Perimetral Oeste (BR- 235/Se-050 – Rodovia dos Náufragos;
- Ampliar o Aeroporto de Aracaju, em parceria com o Governo Federal;
- Construir o Aeródromo de Aracaju;
- Construir uma ponte na Coroa do Meio;
- Recuperar 9 km de vias do Centro Administrativo de Aracaju;
- Urbanizar e revitalizar 02 orlas: José Sarney e do Bairro Industrial
- Executar as obras complementares da ponte sobre o Rio Sergipe (Aracaju/Barra dos Coqueiros).
- Construir novo Centro de Convenções e Exposições;

Objetivo: 0111. Disponibilizar infraestrutura urbana e construir, recuperar e manter equipamentos urbanos que atendam ao funcionamento da Administração Pública.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano

Metas 2016-2019:

- Construir 01 Escola Profissionalizante;
- Construir 01 creche;
- Reformar e ampliar 04 terminais rodoviários de passageiros;
- Reformar 01 terminal hidroviário;
- Executar 38 projetos de pavimentação e drenagem e de recuperação do pavimento em vias urbanas;
- Urbanizar 15 espaços públicos;
- Revitalizar o Balneário da Bica em Lagarto.

Territorialização das Metas

Território	Meta Total
Alto Sertão	• Executar 6 projetos de pavimentação e drenagem em vias urbanas.
Médio Sertão Sergipano	• Reformar 01 terminal rodoviário (Aquidabã) • Executar 05 projetos de pavimentação e drenagem em vias urbanas • Urbanizar 01 espaço público
Agreste Sergipano	• Construir 01 creche em Pedra Mole, Pov. Tapado • Executar 6 projetos de pavimentação e drenagem em vias urbanas • Urbanizar 03 espaços públicos
Baixo São Francisco	• Urbanizar 01 espaço público
Leste Sergipano	• Executar 02 projetos de pavimentação e drenagem em vias urbanas • Urbanizar 04 espaços públicos
Grande Aracaju	• Reformar 01 terminal hidroviário (Barra dos Coqueiros) • Reformar 01 terminal rodoviário (Riachuelo) • Executar 05 projetos de pavimentação e drenagem em vias urbanas • Urbanizar 02 espaços públicos
Centro-Sul Sergipano	• Executar 5 projetos de pavimentação e drenagem em vias urbanas • Urbanizar 02 espaços públicos • Revitalizar balneário.
Sul Sergipano	• Reformar 02 terminais rodoviários (Estância e Itabaianinha) • Executar 05 projetos de pavimentação e drenagem em vias urbanas • Urbanizar 02 espaços públicos

Objetivo: 0112. Disponibilizar infraestrutura para impulsionar as cadeias produtivas no estado.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano

Metas 2016-2019:

- Reformar 06 mercados municipais;
- Construir o Entreposto de Pesca de Aracaju.

Territorialização das Metas

Território	Meta Total
Agreste Sergipano	• Reformar 03 Mercados Municipais (São Domingos, Carira e Macambira).
Baixo São Francisco	• Reformar 01 mercado municipal (Pacatuba).
Grande Aracaju	• Construir 01 entreposto de pesca.
Centro-Sul Sergipano	• Construir 01 mercado municipal (Tobias Barreto).
Sul Sergipano	• Construir 01 mercado municipal (Estância).

Objetivo: 0113. Reduzir o déficit habitacional em Sergipe (Compromisso de Governo).

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano

Metas 2016-2019:

- Construção de 20.200 casas, para famílias com renda de até 03 salários mínimos;
- Fazer a Regularização Fundiária de 28.489 unidades habitacionais.

Territorialização das Metas

Território	Meta Total
Alto Sertão Sergipano	• Construção de 1.200 Unidades Habitacionais
Médio Sertão Sergipano	• Construção de 1.200 Unidades Habitacionais
Agreste Sergipano	• Construção de 2.600 Unidades Habitacionais
Baixo São Francisco	• Construção de 1.000 Unidades Habitacionais
Leste Sergipano	• Construção de 1.000 Unidades Habitacionais
Grande Aracaju	• Construção de 10.000 Unidades Habitacionais; • Regularização Fundiária de 28.489 unidades habitacionais.
Centro-Sul Sergipano	• Construção de 800 Unidades Habitacionais
Sul Sergipano	• Construção de 1.400 Unidades Habitacionais

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 10 de Janeiro de 2016 às 20:59:37

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

PROGRAMA: 0021. Desenvolvimento Produtivo, Ciência, Tecnologia e Inovação

Indicadores (Denominação e Fonte)	Unidade de Medida	Referência	
		Período	Indicador
Participação sergipana sobre o PIB nacional. **Fonte:** IBGE/Contas Regionais	Percentual	2012	0,63
Participação do Interior sergipano no PIB do Estado. **Fonte**: IBGE/Contas Regionais	Percentual	2012	51,19
Empregos gerados. **Fonte**: MTE/RAIS	Postos de Trabalho	2011/2014	52.024
Estabelecimentos formais abertos. **Fonte:** MTE/RAIS	Unidade	2011/2013	4.026
Salário médio mensal do trabalhador formal. **Fonte:** MTE/RAIS	R$	2013	1.884,76
Participação sergipana nas exportações nordestinas. **Fonte:** MDIC/SECEX/DAEX	Percentual	2014	0,49
Empregos gerados na indústria de transformação. **Fonte:** MTE/RAIS	Postos de Trabalho	2011/2014	5.642
Valor de Transformação Industrial (VTI). **Fonte:** IBGE/PIA-Empresa	R$ mil	2012	3.545.669
Participação sergipana sobre a produção industrial nordestina. **Fonte:** IBGE/PIA-Empresa	Percentual	2012	3,82
Participação sergipana sobre a receita total de serviços do Nordeste. **Fonte:** IBGE/PAS	Percentual	2012	3,71
Dispêndio governamental em C&T sobre a receita total do Governo Estadual. **Fonte:** MCTI	Percentual	2012	0,60

Valor Global do Programa	Valor 2016 (R$)	Valor 2017-2019 (R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**43.138.090**	**135.884.984**
Despesas Correntes	11.762.089	37.050.580
Despesas de Capital	31.376.001	98.834.404
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**31.500.000**	**99.225.000**
Valores Globais	**74.638.090**	**235.109.984**
	309.748.074	

Objetivo: 0114. Assegurar o estabelecimento e a implementação de ações estratégicas, voltadas para a promoção do desenvolvimento econômico.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência e Tecnologia

Metas 2016-2019:

- Reestruturar o Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais (APL-SE) até 2016;
- Consolidar os 10 APLs prioritários da Política Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais até 2019;
- Reativar o Fórum Estadual de Micro e Pequenas Empresas (FEMPE) até 2016;
- Estabilizar em 5% a taxa de mortalidade das MPEs até 2019;
- Assegurar a participação das MPEs em 50% sobre o total de empregos formais no estado de Sergipe até 2019;
- Criar política de desenvolvimento energético para o estado de Sergipe até 2017;
- Assegurar a participação do PIB sergipano no PIB nacional em pelo menos 0,7% até 2019;
- Assegurar a participação do Interior no PIB estadual em pelo menos 55,0% até 2019;
- Iniciar as obras de ampliação e adequação do TMIB às operações com contêineres, bem como 60% de sua conclusão realizada, até 2019 (Compromisso de Governo);
- Assegurar a entrada em funcionamento do CVT de Confecções de Tobias Barreto em 2016;
- Elaborar e executar projeto de interiorização do gás natural em Sergipe até 2019 (Compromisso de Governo).

Territorialização das Metas

Território	Meta Total
Alto Sertão Sergipano	• 04 APLs consolidados (Pecuária do Leite, Ovinocaprinicultura, Apicultura e Piscicultura) • 835 MPEs
Médio Sertão Sergipano	• 01 APL consolidado (Piscicultura) • 575 MPEs
Agreste Sergipano	• 04 APLs consolidados (Mandiocultura, Cerâmica Vermelha, Ovinocaprinicultura e Apicultura) • 2.805 MPEs
Baixo São Francisco	• 04 APLs consolidados (Piscicultura, Cerâmica Vermelha, Apicultura e Fruticultura) • 845 MPEs
Leste Sergipano	• 02 APLs consolidados (Petróleo e Gás e Apicultura) • 699 MPEs
Grande Aracaju	• 04 APLs consolidados (Petróleo e Gás, Tecnologia da Informação, Apicultura e Fruticultura) • 15.826 MPEs
Centro-Sul Sergipano	• 03 APLs consolidados (Mandiocultura, Confecções e Artesanato de Bordado e Apicultura) • 2.240MPEs
Sul Sergipano	• 04 APLs consolidados (Confecções e Artesanato de Bordado, Cerâmica Vermelha, Petróleo e Gás e Ovinocaprinicultura) • 2.219 MPEs

Objetivo: 0115. Fomentar a geração de negócios e fortalecer as potencialidades do estado.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência e Tecnologia

Metas 2016-2019:

- Implantar novo distrito industrial em Lagarto até 2019 (Compromisso de Governo);
- Implantar 05 novos núcleos industriais até 2019(Compromisso de Governo);
- Melhorar a infraestrutura de 12 distritos, núcleos e áreas industriais na Região Metropolitana de Aracaju e no Interior até 2019(Compromisso de Governo);
- Implantar 04 novos centros vocacionais tecnológicos (CVTs) no Interior sergipano até 2019;
- Promover a integração entre os órgãos de registro e licenciamento de empresas através da implantação da REDESIM até 2017;
- Integrar todos os 75 municípios sergipanos à JUCESE até 2018;
- Disponibilizar meios informatizados aos órgãos de registro e licenciamento no intuito de possibilitar protocolo único de documentos até 2019;
- Atualizar a legislação vigente para desburocratização do registro mercantil até 2017.

Territorialização das Metas:

Território	Meta Total
Alto Sertão Sergipano	• 01 Núcleo Industrial implantado • 07 municípios integrados à Jucese
Médio Sertão Sergipano	• 01 Distrito, núcleo e área industrial com infraestrutura melhorada; • 06 municípios integrados à Jucese
Agreste Sergipano	• 01 Distrito, núcleo e área industrial com infraestrutura melhorada; • 14 municípios integrados à Jucese
Baixo São Francisco	• 01 Núcleo Industrial implantado • 02 Distritos, núcleos e áreas industriais com infraestrutura melhorada • 14 municípios integrados à Jucese
Leste Sergipano	• 01 Núcleo Industrial implantado • 01 Distrito, núcleo e área industrial com infraestrutura melhorada • 01 CVT implantado • 09 municípios integrados à Jucese
Grande Aracaju	• 02 Núcleos Industriais implantados • 04 Distritos, núcleos e áreas industriais com infraestrutura melhorada • 09 municípios integrados à Jucese
Centro-Sul Sergipano	• 01 Distrito Industrial implantado • 02 Distritos, núcleos e áreas industriais com infraestrutura melhorada • 01 CVT implantado • 05 municípios integrados à Jucese
Sul Sergipano	• 01 Distrito, núcleo e área industrial com infraestrutura melhorada • 11 municípios integrados à Jucese

Objetivo: 0116. Assegurar a implantação e o desenvolvimento do Parque Tecnológico.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência e Tecnologia

Metas 2016-2019:

- Inaugurar e consolidar o parque tecnológico com 118.095,148 m²;
- Gerar 561 empregos diretos até 2019;
- Captar R$ 25 milhões até 2019;
- Investir R$ 14,2 milhões no Parque Tecnológico até 2019;
- Operacionalizar o Centro de Petróleo, Gás, Energia e Mineração de Sergipe até 2019;
- Incubar 25 empresas de base tecnológica;
- Capacitar 05 mil pessoas até 2019;
- Gerir 20 projetos inovadores até 2019.

Territorialização das Metas

Território	Meta Total
Grande Aracaju	Parque Tecnológico implantado

Objetivo: 0117. Assegurar ações voltadas para a promoção do desenvolvimento do estado no que se refere à ciência, pesquisa, tecnologia e inovação (Compromisso de Governo).

Órgão Responsável: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência e Tecnologia

Metas 2016-2019:

- Conceder 284 bolsas de estudo de nível Fundamental, Médio e Técnico até 2019;
- Conceder 32 auxílios a projetos desenvolvidos na escola até 2019;

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 10 de Janeiro de 2016 às 20:59:37

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

- Conceder 1.119 bolsas de iniciação científico-tecnológica e de apoio técnico até 2019;
- Conceder 279 bolsas de Mestrado até 2019;
- Conceder 95 bolsas de Doutorado até 2019;
- Conceder 72 auxílios destinados a programas de Pós-Doutorado até 2019;
- Implantar 196 projetos de pesquisa científica e tecnológica até 2019;
- Conceder 180 auxílios em ações de políticas públicas até 2019;
- Atrair pelo menos 03 núcleos de P&D empresariais estatais para o estado até 2019;
- Criar pelo menos 04 núcleos de CT&I voltados a demandas empresariais até 2019;
- Conceder 604 Auxílios para Ações de Divulgação de Ciência e Tecnologia até 2019;
- Implantar 20 projetos de pesquisa em empresas sediadas em Sergipe até 2019;
- Aprovar 02 projetos de lei: i) do incentivo à inovação tecnológica, voltados à subvenção econômica; e ii) do financiamento a ações de C&T com recursos concedidos pelo CDI/CODISE até 2017;
- Aprovar 03 novas leis (FUNTEC, FAPITEC/SE, CONCIT) sobre o marco legal do sistema de financiamento a ações de C&T até 2017;
- Realizar concurso público para a carreira de pesquisador doutor do quadro efetivo do ITPS, até 2019;
- Implantar 01 laboratório de Química Orgânica até 2019;
- Implantar o Parque de Verificação Metrológico em convênio com o INMETRO, até 2019;
- Realizar 12 projetos de pesquisa pelo ITPS até 2019;
- Analisar 45 mil amostras pelos laboratórios do ITPS até 2019;
- Realizar 132 mil verificações de instrumentos para atender ao controle metrológico no estado de Sergipe até 2019;
- Realizar 136 mil exames em produtos pré-medidos para atender ao controle metrológico no estado de Sergipe até 2019;
- Realizar 40 mil ações de fiscalização de avaliação da conformidade em produtos regulamentados, até 2019.

Territorialização das Metas:

Território	Meta Total
Alto Sertão Sergipano	• 20 bolsas de pesquisa tipo PIBIC Júnior concedidas
Médio Sertão Sergipano	• 10 bolsas de pesquisa tipo PIBIC Júnior concedidas
Agreste Sergipano	• 40 bolsas de pesquisa tipo PIBIC Júnior concedidas • 20 projetos de pesquisa científica e tecnológica implantados • 20 auxílios para ações de divulgação de ciência e tecnologia concedidos
	• 20 bolsas de iniciação científico-tecnológica e de apoio técnico concedidas
Baixo São Francisco	• 100 bolsas de pesquisa tipo PIBIC Júnior concedidas • 12 auxílios a projetos desenvolvidos na escola concedidos
Leste Sergipano	• 20 bolsas de pesquisa tipo PIBIC Júnior concedidas
Grande Aracaju	• 114 bolsas de pesquisa tipo PIBIC Júnior concedidas • 152 projetos de pesquisa científica e tecnológica implantados • 519 auxílios para ações de divulgação de ciência e tecnologia concedidos • 1.083 bolsas de iniciação científico-tecnológica e de apoio técnico concedidas • 20 auxílios a projetos desenvolvidos na escola concedidos • 72 auxílios à programas destinados a pós-doutorado concedidos
Centro-Sul Sergipano	• 20 bolsas de pesquisa tipo PIBIC Júnior concedidas • 20 projetos de pesquisa científica e tecnológica implantados • 40 auxílios para ações de divulgação de ciência e tecnologia concedidos • 20 bolsas de iniciação científico-tecnológica e de apoio técnico concedidas
Sul Sergipano	• 10 bolsas de pesquisa tipo PIBIC Júnior concedidas • 05 auxílios para ações de divulgação de ciência e tecnologia concedidos

Objetivo: 0118. Aumentar a disponibilidade financeira para atender a política de desenvolvimento econômico, à ciência, tecnologia e inovação.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência e Tecnologia

Metas 2016-2019:

- Assegurar um incremento no volume de recursos captados, através de termos de parcerias, da ordem de 5%, até 2019, com base no período de 2007-2015;
- Formalizar junto à esfera privada no mínimo 05 parcerias estratégicas, até 2019;
- Captar a favor do Sistema SEDETEC, até 2019, decorrente das parcerias estratégicas, um volume de recursos da ordem R$ 5 milhões.

PROGRAMA: 0022. Desenvolvimento Rural, Agropecuário e Pesca

Indicadores (Denominação e Fonte)	Unidade de Medida	Referência	
		Período	Indicador
Agricultor Familiar beneficiado pela Assistência Técnica e Extensão Rural. **Fonte:** IBGE/EMDAGRO	Unidade	2014	29.530
Pesquisa Agropecuária Estadual / Demanda de pesquisa atendida. **Fonte**: EMDAGRO	Unidade	2014	3
Certificação internacional de zona livre de febre aftosa sem vacinação. **Fonte**: EMDAGRO	Unidade	2014	0
Rebanhos susceptíveis a febre aftosa vacinados. **Fonte:** EMDAGRO	Percentual	2014	94,2
Teste sorológico para brucelose em animais aptos a reprodução. **Fonte:** EMDAGRO	Percentual	2014	5
Propriedade rural inspecionada no tocante a pragas e doenças. **Fonte:** EMDAGRO	Unidade	2014	1.000
Propriedade fiscalizada quanto ao uso de agrotóxicos. **Fonte:** EMDAGRO	Unidade	2014	300
Famílias beneficiadas com Planos de Negócios. **Fonte:** Seagri	Unidade	2015	0
Famílias assentadas /Área desapropriada no estado pela política nacional de Reforma Agrária. **Fonte:** INCRA /SEAGRI	Família/ha	2015	10.281 /189.718,94
Famílias assentadas/Área adquirida no Estado. **Fonte:** Seagri	Família/ha	2014	1.245/7.679
Propriedades com Título de Terra entregues pelo Estado.	Unidade	2014	2.561
Área irrigável e Área irrigada com explorações nos Perímetros Públicos **Fonte:** Cohidro	ha irrigável/ha irrigada	2014	4.235/6.553
Terminal Pesqueiro de Aracaju construído e entregue a sociedade**. Fonte:** Seagri	Unidade	2015	0

Valor Global do Programa	Valor 2016 (R$)	Valor 2017-2019 (R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**60.654.000**	**191.060.100**
Despesas Correntes	12.759.000	40.190.850
Despesas de Capital	47.895.000	150.869.250
Valores Globais	**251.714.100**	

Objetivo: 0119. Campo Forte - Garantir atendimento aos agricultores familiares sergipanos em Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), em Pesquisa Agropecuária e Defesa Agropecuária Sanitária, Animal e Vegetal a fim de o Estado contribuir para um campo mais forte (Compromisso de Governo).

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário e da Pesca

Metas 2016-2019:

- Garantir a ATER a 45.000 agricultores familiares;
- Assistir a 4.500 criadores da bovinocultura leiteira;
- Desenvolver 5 projetos de pesquisa agropecuária;
- Inspecionar em defesa vegetal: 1.000 propriedades rurais/ano;
- Fiscalizar 300 propriedades/ano, quanto ao uso de agrotóxicos;
- Realizar teste sorológico para brucelose em animais aptos à reprodução – 5% de animais/ano;
- Assistir a 10.000 famílias do Projeto Dom Távora.

Territorialização das Metas:

Território	Meta Total
Médio Sertão Sergipano	2.000 famílias do Projeto Dom Távora assistidas
Agreste Sergipano	1.500 famílias do Projeto Dom Távora assistidas
Baixo São Francisco	4.500 famílias do Projeto Dom Távora assistidas
Centro-Sul Sergipano	2.000 famílias do Projeto Dom Távora assistidas

Objetivo: 0120. Terra Viva **-** Promover o acesso à terra do público alvo do Plano Nacional de Reforma Agrária e de outras linhas de ação de programas fundiários, bem como regularizar a ocupação das terras do estado para garantir segurança jurídica de posse do imóvel aos agricultores familiares.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário e da Pesca

Metas 2016-2019:

- Adquirir 21.000 ha Projeto Manoel Dionísio Cruz;
- Adquirir 15.500 ha Projeto Expansão;
- Adquirir 12.161 ha Programa Crédito Fundiário;
- Assentar 1.240 famílias - Projeto Manoel Dionísio Cruz;
- Assentar 800 famílias - Projeto Expansão;
- Assentar 151 famílias - Projeto Jacarecica II;
- Assentar 908 famílias – Crédito Fundiário;
- Implantar 26 assentamentos da Reforma Agrária;
- Entregar 10.500 Títulos da propriedade rural.

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 10 de Janeiro de 2016 às 20:59:37

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

Territorialização das Metas

Território	Meta Total
Alto Sertão Sergipano	• 21.000 ha do Projeto Manoel Dionísio adquiridos • 12.161 ha do Programa Crédito Fundiário adquiridos • 1.240 famílias do Projeto Manoel Dionísio assentadas • 393 famílias do Programa Crédito Fundiário assentadas • 01 assentamento da Reforma Agrária implantado
Médio Sertão Sergipano	• 6.000 ha do Projeto Expansão adquiridos • 152 ha do Programa Crédito Fundiário adquiridos • 250 famílias do Projeto Expansão assentadas • 12 famílias do Programa Crédito Fundiário assentadas • 08 assentamentos da Reforma Agrária implantados
Agreste Sergipano	• 151 famílias do Projeto Jacarecica II assentadas
Baixo São Francisco	• 627,33 ha do Programa Crédito Fundiário adquiridos • 62 famílias do Programa Crédito Fundiário assentadas
Leste Sergipano	• 400,91 ha do Programa Crédito Fundiário adquiridos • 3.250 ha do Projeto Expansão adquiridos • 33 famílias do Programa Crédito Fundiário assentadas • 150 famílias do Projeto Expansão assentadas • 04 assentamentos da Reforma Agrária implantados
Grande Aracaju	• 628,79 ha do Programa Crédito Fundiário adquiridos • 44 famílias do Programa Crédito Fundiário assentadas
Centro-Sul Sergipano	• 3.300,45 ha do Programa Crédito Fundiário adquiridos • 3.000 ha do Projeto Expansão adquiridos • 242 famílias do Programa Crédito Fundiário assentadas • 150 famílias do Projeto Expansão assentadas • 05 assentamentos da Reforma Agrária implantados
Sul Sergipano	• 1.711,62 ha do Programa Crédito Fundiário adquiridos • 3.250 ha do Projeto Expansão adquiridos
	• 122 famílias do Programa Crédito Fundiário assentadas • 250 famílias do Projeto Expansão assentadas • 08 assentamentos da Reforma Agrária implantados

Objetivo: 0121. Água no Campo - Viabilizar o abastecimento de água no meio rural, para o consumo humano e animal, assim como para exploração da pesca e da aquicultura.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural

Metas 2016-2019:

- Reformar e recuperar 04 perímetros públicos;
- Efetuar manutenção em 04 perímetros públicos;
- Instalar 147 sistemas singelos de abastecimento de água;
- Perfurar 350 poços artesianos;
- Recuperar e ampliar 3.200 barragens de terra.
- Construir Terminal Pesqueiro, até 2019.

Territorialização das Metas

Território	Meta Total
Alto Sertão Sergipano	• 01 perímetro público irrigado reformado e recuperado • 01 perímetro público irrigado mantido • 40 Sistemas Singelos de abastecimento de água instalados • 100 poços artesianos perfurados • 1.448 barragens de terra recuperadas e ampliadas
Médio Sertão Sergipano	• 20 Sistemas Singelos de abastecimento de água instalados • 70 poços artesianos perfurados • 656 barragens de terra recuperadas e ampliadas
Agreste Sergipano	• 01 perímetro público irrigado reformado e recuperado • 01 perímetro público irrigado mantido • 20 Sistemas Singelos de abastecimento de água instalados • 60 poços artesianos perfurados • 820 barragens de terra recuperadas e ampliadas
Baixo São Francisco	• 20 Sistemas Singelos de abastecimento de água instalados • 30 poços artesianos perfurados
Leste Sergipano	• 15 Sistemas Singelos de abastecimento de água instalados • 30 poços artesianos perfurados
Grande Aracaju	• 05 Sistemas Singelos de abastecimento de água instalados • 15 poços artesianos perfurados
Centro-Sul Sergipano	• 02 perímetros públicos irrigados reformados e recuperados • 02 perímetros públicos irrigados mantidos • 11 Sistemas Singelos de abastecimento de água instalados • 20 poços artesianos perfurados • 276 barragens de terra recuperadas e ampliadas
Sul Sergipano	• 16 Sistemas Singelos de abastecimento de água instalados • 25 poços artesianos perfurados

PROGRAMA: 0023. Turismo e Esporte

Indicadores (Denominação e Fonte)	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Passageiros no Aeroporto Santa Maria. **Fonte:** INFRAERO	Unidade	2010	940.389
Taxa de ocupação média anual hoteleira. **Fonte**: Setur	Percentual	2010	60,00
Empregos Formais nas atividades características do turismo. **Fonte:** Sistema Integrado de Informações s/ o Mercado de Trabalho no Setor Turismo (SIMT/IPEA)	Percentual	2010	4,00

Valor Global do Programa	Valor 2016 (R$)	Valor 2017-2019 (R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**47.078.700**	**148.297.905**
Despesas Correntes	3.479.900	10.961.685
Despesas de Capital	43.598.800	137.336.220
Valores Globais	**195.376.605**	

Objetivo: 0122. Aperfeiçoar a gestão dos equipamentos turísticos.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado do Turismo e do Esporte

Metas 2016-2019:

- Elaborar Plano de Gestão de Equipamentos Turísticos.

Objetivo: 0123. Ampliar a participação de empresários de negócios turísticos em feiras e eventos do setor.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado do Turismo e do Esporte

Metas 2016-2019:

- 40 distintos empreendimentos participando nas diferentes feiras e eventos

Territorialização das Metas

Território	Meta Total
Alto Sertão Sergipano	05
Grande Aracaju	32
Sul Sergipano	03

Objetivo: 0124. Fomentar o acesso de investidores do setor turístico aos incentivos financeiros, locacionais, fiscais e logísticos.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado do Turismo e do Esporte

Metas 2016-2019:

- 300 empreendimentos turísticos criados, ampliadas ou renovados

Territorialização das Metas

Território	Meta Total
Alto Sertão Sergipano	20 empreendimentos turísticos criados, ampliados ou renovados
Médio Sertão Sergipano	02 empreendimentos turísticos criados ou renovados
Agreste Sergipano	05 empreendimentos turísticos criados ou renovados
Baixo São Francisco	10 empreendimentos turísticos criados, ampliados ou renovados
Leste Sergipano	20 empreendimentos turísticos criados, ampliados ou renovados
Grande Aracaju	228 empreendimentos turísticos criados, ampliados ou renovados
Centro-Sul Sergipano	05 empreendimentos turísticos criados ou renovados
Sul Sergipano	10 empreendimentos turísticos criados, ampliados ou renovados

Objetivo: 0125. Realizar ações estratégicas de divulgação do produto turístico sergipano.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado do Turismo e do Esporte

Metas 2016-2019:

- Realizar 608 distintas promoções do destino Sergipe.

Territorialização das Metas

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 10 de Janeiro de 2016 às 20:59:37

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

Território	Meta Total
Alto Sertão Sergipano	70 ações realizadas
Médio Sertão Sergipano	76 ações realizadas
Agreste Sergipano	50 ações realizadas
Baixo São Francisco	162 ações realizadas
Leste Sergipano	50 ações realizadas
Grande Aracaju	100 ações realizadas
Centro-Sul Sergipano	50 ações realizadas
Sul Sergipano	50 ações realizadas

Objetivo: 0126. Ampliar a participação dos produtos de outros setores econômicos locais (gastronomia, artesanato, moda, higiene, etc.) na cadeia produtiva do turismo.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado do Turismo e do Esporte

Metas 2016-2019:

- 100% dos alojamentos cadastrados e estabelecidos de alimentação utilizando produtos sergipanos em seus serviços

Territorialização das Metas

Território	Meta Total
Alto Sertão Sergipano	03
Médio Sertão Sergipano	02
Agreste Sergipano	06
Baixo São Francisco	03
Leste Sergipano	04
Grande Aracaju	57
Centro-Sul Sergipano	03
Sul Sergipano	05

Objetivo: 0127. Atuar estrategicamente na prevenção do turismo sexual, principalmente contra a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado do Turismo e do Esporte

Metas 2016-2019:

- Realizar 26 eventos educativos para a prevenção do turismo com finalidades sexuais

Territorialização das Metas

Território	Meta Total
Alto Sertão Sergipano	03 eventos para a prevenção do turismo sexual
Médio Sertão Sergipano	03 eventos para a prevenção do turismo sexual
Agreste Sergipano	03 eventos para a prevenção do turismo sexual
Baixo São Francisco	03 eventos para a prevenção do turismo sexual
Leste Sergipano	03 eventos para a prevenção do turismo sexual
Grande Aracaju	05 eventos para a prevenção do turismo sexual
Centro-Sul Sergipano	03 eventos para a prevenção do turismo sexual
Sul Sergipano	03 eventos para a prevenção do turismo sexual

Objetivo: 0128. Promover a qualificação dos produtos e serviços turísticos.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado do Turismo e do Esporte

Metas 2016-2019:

- 200 estabelecimentos cadastrados no Cadastur participando de eventos de qualificação

Territorialização das Metas

Território	Meta Total
Alto Sertão Sergipano	25 estabelecimentos
Médio Sertão Sergipano	05 estabelecimentos
Agreste Sergipano	10 estabelecimentos
Baixo São Francisco	05 estabelecimentos
Leste Sergipano	20 estabelecimentos
Grande Aracaju	100 estabelecimentos
Centro-Sul Sergipano	15 estabelecimentos
Sul Sergipano	20 estabelecimentos

Objetivo: 0129. Ampliar a infraestrutura turística (Compromisso de Governo).

Órgão Responsável: Secretaria de Estado do Turismo e do Esporte

Metas 2016-2019:

- Realizar obras de reforma, restauração, e revitalização de patrimônios culturais de interesse turístico;
- Implantar projeto de sinalização turística e interpretativa de unidades museais;
- Construir infraestrutura de apoio ao turismo náutico;
- Reformar Centro de Convenções – CIC;
- Construir obras de infraestrutura viária;
- Criar e implantar 03 novos equipamentos turístico-culturais;
- Implementar e complementar sinalização turística.

Territorialização das Metas

Território	Meta Total
Alto Sertão Sergipano	03 obras estruturantes
Médio Sertão Sergipano	01 obra estruturante
Agreste Sergipano	01 obra estruturante
Baixo São Francisco	05 obras estruturantes
Leste Sergipano	01 obra estruturante
Grande Aracaju	10 obras estruturantes
Centro-Sul Sergipano	03 obras estruturantes
Sul Sergipano	04 obras estruturantes

Objetivo: 0130. Desenvolver novos produtos e segmentos turísticos e apoiar a realização de eventos geradores de fluxo turístico.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado do Turismo e do Esporte

Metas 2016-2019:

- Criar 10 segmentos e produtos turísticos;
- Apoiar a realização de 360 eventos turísticos.

Territorialização das Metas

Território	Meta Total
Alto Sertão Sergipano	• 01 segmento ou produto criado • 42 eventos realizados
Médio Sertão Sergipano	• 40 eventos realizados
Agreste Sergipano	• 30 eventos realizados
Baixo São Francisco	• 03segmentos ou produtos criados • 98 eventos realizados
Leste Sergipano	• 30 eventos realizados
Grande Aracaju	• 05 segmentos ou produtos criados • 60 eventos realizados
Centro-Sul Sergipano	• 30 eventos realizados
Sul Sergipano	• 01 segmento ou produto criado • 30 eventos realizados

Objetivo: 0131. Democratizar o acesso ao esporte nos 75 municípios.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado do Turismo e do Esporte

Metas 2016-2019:

- Modernizar o Centro de Exigência em Ginástica;
- Modernizar o Complexo Aquático Zé Peixe;
- Construir Ginásio Poliesportivo em Aracaju;
- Construir 03 Escolas de Esportes: Itabaiana, Lagarto e Propriá;
- Reformar e Modernizar 03 Estádios de Futebol: Propriá (João Alves), Lagarto (Paulo Barreto) e Aracaju (Batistão);
- Reformar e Modernizar o Constâncio Vieira;
- Reformar a pista de Motocross Prof. Jurinha Lobão;
- Reformar 03 ginásios de esportes;
- Construir, reformar 13 quadras de esportes;
- Construir 01 complexo esportivo.

Territorialização das Metas

Território	Meta Total
Alto Sertão	• Construir, reformar 02 quadras de esportes.
Médio Sertão Sergipano	• Construir, reformar 03 quadras de esportes.
Agreste Sergipano	• Construir 01 escola de esportes; • Reformar 02 ginásios de esportes; • Construir, reformar 02 quadras de esportes.
Baixo São Francisco	• Construir 01 escola de esportes; • Reformar estádio de futebol em Propriá; • Construir, reformar 03 quadras de esportes.
Leste Sergipano	• Reformar 01 ginásio de esportes; • Construir, reformar 02 quadras de esportes.
Grande Aracaju	• Modernizar complexo aquático; • Construir ginásio poliesportivo; • Reformar e modernizar ginásio poliesportivo; • Reformar estádio de futebol em Aracaju • Reformar pista de Motocross.
Centro-Sul Sergipano	• Construir 01 escola de esportes; • Reformar estádio de futebol em Lagarto
Sul Sergipano	• Construir 01 complexo esportivo; • Construir, reformar 01quadra de esportes.

Objetivo: 0132. Incorporar a cultura de atividade física como instrumento de qualidade de vida e fomentar a prática esportiva.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado do Turismo e do Esporte

Metas 2016-2019:

- Executar o Projeto "Sou Eficiente" de incentivo ao esporte para pessoas com deficiência;
- Realizar o Programa "Segundo Tempo";
- Formar atletas em modalidades olímpicas – Projeto "Vida Alegre";
- Realizar eventos esportivos;
- Implantar projeto "Torcedor do Futuro";
- Implantar Escolas de Esporte;
- Apoiar federações, associações e escolinhas ligadas ao esporte e lazer – Projeto "Buscando o Sonho".

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 10 de Janeiro de 2016 às 20:59:37

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

PROGRAMA: 0024. Gestão Ambiental e Saneamento Básico

Indicadores (Denominação e Fonte)	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Índice de abastecimento de água no estado. **Fonte**: Deso	Percentual	Dez/2014	79,41
Índice de cobertura de esgotamento sanitário no estado. **Fonte**: Deso	Percentual	Dez/2014	14,91
Índice de perdas na distribuição de água. **Fonte:** Deso	Percentual	Dez/2014	59,27
Pessoas capacitadas no processo de Gestão Ambiental. **Fonte:** Asplan / Semarh	Unidade	Dez/2014	4.729
Percentual da população do Estado envolvida com atividades de Educação Ambiental. **Fonte:** IBGE, Asplan / Semarh	Percentual	Dez/2014	3,7
Municípios com Sistema de Meio Ambiente organizado. **Fonte:** PERGS	Unidade	Maio/2015	04
Lixões a céu aberto. **Fonte:** PERGS	Unidade	Maio/2015	55
Municípios com Coleta Seletiva implantada. **Fonte:** PERGS / Semarh	Unidade	Maio/2015	04
Desmatamento da vegetação da caatinga em hectares/ano nos municípios do semiárido sergipano. **Fonte:** Semarh, Adema e Ibama	Hectare/ano	Dez/2014	600
Áreas protegidas como percentual da área total do Estado. **Fonte:** Semarh	Percentual	Dez/2014	6,84
Áreas de mata ciliar das sub-bacias dos rios Sergipe e Piauí. **Fonte:** Asplan / Semarh	Percentual	Dez/2014	60
Licenciamento ambiental. **Fonte:** Adema	Unidade	Dez/2014	4.716
Fiscalização ambiental. **Fonte:** Adema	Unidade	Dez/2014	2.116
Monitoramento ambiental. **Fonte:** Adema	Unidade	Dez/2014	6.103
Número de pontos de coleta de embalagens de agrotóxicos. **Fonte:** Emdagro	Unidade	Maio/2015	01
Número de outorgas de lançamento de efluentes emitidas pelo órgão gestor estadual de recursos hídricos. **Fonte:** Semarh	Unidade	Maio/2015	0
Número de instrumentos de gestão previstos na Lei n.º 3.870 plenamente implantados. **Fonte:** Adema	Unidade	Maio/2015	2
Número de famílias atendidas por poços tubulares existentes. **Fonte:** SIAB/MS	Família	Março/2015	31.152
Número de famílias atendidas por fontes não seguras de abastecimento de água. **Fonte:** SIAB/MS	Família	Março/2015	10.188
Eficiência na aplicação de água nas culturas irrigadas dos Perímetros de Jacarecica I e Poção da Ribeira. **Fonte:** Cohidro	Percentual	Maio/2015	60

Valor Global do Programa	Valor 2016 (R$)	Valor 2017-2019 (R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**144.803.188**	**456.130.042**
Despesas Correntes	24.255.170	76.403.785
Despesas de Capital	120.548.018	379.726.257
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**30.000.000**	**94.500.000**
Valores Globais	**174.803.188**	**550.630.042**
	725.433.230	

Objetivo: 0133. Ampliar a cobertura dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário (Compromisso de Governo).

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano

Metas 2016-2019:

- Executar 18 projetos de sistemas de coleta e tratamento de esgotos;
- Reduzir as perdas na distribuição da água para 48%;
- Implantar 160 sistemas de abastecimento de água;
- Ampliar e melhorar a oferta de água em 72 sedes municipais.

Territorialização das Metas

Território	Meta Total
Alto Sertão Sergipano	• 35 sistemas de abastecimento de água implantados • 07 sedes municipais com abastecimento de água melhorado • 01 sistema de esgotamento sanitário (Nossa Senhora da Glória) implantado
Médio Sertão Sergipano	• 20 sistemas de abastecimento de água implantados • 07 sedes municipais com abastecimento de água melhorado • 02 sistemas de esgotamento sanitário (Itabi e Nossa Senhora das Dores) implantados
Agreste Sergipano	• 25 sistemas de abastecimento de água implantados • 14 sedes municipais com abastecimento de água melhorado • 02 sistemas de esgotamento sanitário (Itabaiana e Areia Branca) implantados
Baixo São Francisco	• 12 sistemas de abastecimento de água implantados • 14 sedes municipais com abastecimento de água melhorado • 03 sistemas de esgotamento sanitário (Brejo Grande, Pacatuba e São Francisco) implantados
Leste Sergipano	• 10 sistemas de abastecimento de água implantados • 07 sedes municipais com abastecimento de água melhorado • 02 sistemas de esgotamento sanitário (Pirambu e Santa Rosa de Lima) implantados
Grande Aracaju	• 03 sistemas de abastecimento de água implantados • 08 sedes municipais com abastecimento de água melhorado • 06 sistemas de esgotamento sanitário (Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, Laranjeiras, Itaporanga D'Ajuda, Maruim e São Cristóvão) implantados e ampliados
Centro-Sul Sergipano	• 35 sistemas de abastecimento de água implantados • 05 sedes municipais com abastecimento de água melhorado • 02 sistemas de esgotamento sanitário (Lagarto e Simão Dias) implantados
Sul Sergipano	• 20 sistemas de abastecimento de água implantados • 10 sedes municipais com abastecimento de água melhorado

Objetivo: 0134. Erradicar os lixões a céu aberto, garantindo a destinação adequada dos resíduos sólidos em todo território sergipano (Compromisso de Governo).

Órgão Responsável: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos

Metas 2016-2019:

- Elaborar 27 projetos para construção de aterros sanitários;
- Construir 27 aterros sanitários, sendo 21 de pequeno porte (07 individuais e 14 compartilhados) e 06 de médio porte;
- Apoiar 71 municípios na implantação da coleta seletiva;
- Produzir material gráfico educativo, imprimindo 02 milhões de unidades (cartilhas, folders, gibis, etc.);
- Capacitar 15 mil pessoas para a gestão ambiental sustentável;
- Realizar 36 eventos para construção da cidadania ambiental;
- Realizar 04 programas de televisão;
- Implantar 01 biblioteca virtual e 01 sala de teleconferência;
- Elaborar Plano Estadual de Educação Ambiental;
- Implantar o Plano Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca com a elaboração e implantação dos planos municipais;
- Elaborar o Plano Intermunicipal de Gestão de Resíduos Sólidos dos municípios do Consórcio de Saneamento Básico da Grande Aracaju;
- Formular a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro;
- Elaborar 02 Planos de Gestão Integrada de Orla Marítima;
- Revisar 03 Planos de Gestão Integrada de Orla Marítima;
- Atuar para a Inclusão socioambiental e produtiva de até 1.900 catadores e coletores de recicláveis em Sergipe;
- Implantar ações de sensibilização para a A3P em órgãos da administração pública estadual e manter na SEMARH;
- Apoiar e Fortalecer 04 Consórcios Públicos de Saneamento Básico.

Territorialização das Metas

Território	Meta Total
Médio Sertão Sergipano	01 aterro compartilhado de pequeno porte construído
Agreste Sergipano	• 01 aterro individual de pequeno porte construído • 04 aterros compartilhados de pequeno porte construídos • 01 aterro de médio porte construído
Baixo São Francisco	• 01 aterro individual de pequeno porte construído • 06 aterros compartilhados de pequeno porte construídos • 02 aterros de médio porte construídos
Grande Aracaju	• 01 aterro individual de pequeno porte construído • 01 aterro compartilhado de pequeno porte construído • 01 aterro de médio porte construído • 01 sala de teleconferência implantada

Objetivo: 0135. Ampliar em 100% as Unidades de Conservação da Natureza no estado de Sergipe e dar proteção aos ecossistemas representativos dos biomas Mata Atlântica e Caatinga, garantindo a oferta de bens e serviços ambientais para a população, conciliando a proteção ambiental com o desenvolvimento sustentável.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 10 de Janeiro de 2016 às 20:59:37

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

Metas 2016-2019:

- Criar 08 Unidades de Conservação da Natureza no Estado e consolidar o sistema de gestão e manejo de 12 Unidades de Conservação;
- Elaborar o mapeamento do uso de ocupação do solo dos municípios do entorno das Unidades de Conservação;
- Elaborar projeto de monitoramento para combater o desmatamento da vegetação da caatinga em municípios do Alto Sertão Sergipano;
- Elaborar 04 Planos de Manejo para Unidades de Conservação;
- Implantar 03 Unidades de Referência com diferentes ações demonstrativas em Assentamentos/Comunidades das Áreas Susceptíveis à Desertificação (ASD);
- Produzir 02 livros vermelhos da fauna e da flora ameaçadas do estado de Sergipe;
- Elaborar anteprojeto de lei para o pagamento por serviços ambientais ecossistêmicos;
- Recuperar 10 hectares de APP em sub-bacias hidrográficas dos rios Sergipe e Piauí;
- Implantar o Cadastro Ambiental Rural em 40.000 propriedades rurais;
- Elaborar Planos de Mata Atlântica em 08 Municípios do entorno das Unidades de Conservação;
- Revisar 02 Planos de Manejo das Unidades de Conservação Mata do Junco e Grota do Angico.

Territorialização das Metas:

Território	Meta Total
Alto Sertão Sergipano	• 01 UC criada (Serra da Guia) • 02 UCs geridas (Grota do Angico e Serra da Guia) • 03 Unidades de Referência em assentamentos das ASDs implantadas
Médio Sertão Sergipano	• 01 UC criada (Mata do Cipó) • 01 UC gerida (Mata do Cipó)
Agreste Sergipano	• 01 UC criada (Serra da Miaba) • 01 UC gerida (Serra da Miaba)
Leste Sergipano	• 01 UC gerida (Mata do Junco)
Grande Aracaju	• 03 UCs criadas (Parque das Dunas, Mata do Pratinha e Estuário do rio Vaza Barris) • 04 UCs geridas (Parque das Dunas, Estuário do rio Vaza Barris, Morro do Urubu e Mata do Pratinha)
Centro-Sul Sergipano	• 01 UC criada (Serra dos Macacos) • 01 UC gerida (Serra dos Macacos)
Sul Sergipano	• 01 UC criada (Guigó) • 01 UC gerida (Guigó)
Estado de Sergipe/Macrorregião do Litoral	• 02 UCs geridas (APA Norte e APA Sul)

Objetivo: 0136. Obter a sustentabilidade ambiental do estado através do licenciamento e da fiscalização de empreendimentos e do monitoramento ambiental.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos

Metas 2016-2019:

- Emitir 7.000 licenças ambientais de empreendimentos;
- Realizar 2.500 Fiscalizações ambientais;
- Realizar 2.500 Monitoramentos ambientais;
- Realizar concurso público para provimento de cargos efetivos na Adema;
- Desenvolver pesquisas, elaborar estudos e consolidar estatísticas de meio ambiente;
- Construir sede própria da Adema;
- Modernizar e reestruturar o laboratório de análises da Adema.

Territorialização das Metas:

Território	Meta Total
Grande Aracaju	• Sede da Adema construída • Laboratório de Análise modernizado e reestruturado

Objetivo: 0137: Suprir o órgão gestor de recursos hídricos do Estado de instrumentos capazes de promover a gestão eficiente e eficaz da água nas suas bacias hidrográficas.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos

Metas 2016-2019:

- Ampliar e manter em operação a Rede Hidrométrica e de Qualidade das Águas de Sergipe, com 68 Estações Fluviométricas e 77 Pontos de monitoramento da qualidade das águas;
- Ampliar e manter em operação 45 Estações da Rede Meteorológica de Sergipe;
- Modernizar a Rede Hidrometeorológica e manter em perfeito funcionamento da Sala de Situação Hidrometeorológica de Sergipe;
- Adquirir 40 equipamentos de informática para Implantação do Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos;
- Instalar 01 Radar Meteorológico;
- Conceder 400 autorizações de direito de uso de recursos hídricos e 30 Outorgas de lançamento de efluentes no estado de Sergipe;
- Fiscalizar 600 usuários de recursos hídricos;
- Elaborar estudo de potencialidade dos Aquíferos Marituba / Cotinguiba;
- Elaborar Planos Diretores das Bacias Costeiras do Estado;
- Implantar 02 Comitês de Bacias Hidrográficas e apoiar a manutenção de 06;
- Operar 77 Estações de monitoramento qualiquantitativo dos mananciais;
- Realizar a gestão ambiental do uso do solo na Bacia do rio Sergipe.

Objetivo: 0138: Garantir a segurança hídrica e a universalização do acesso à água em todo território sergipano.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos

Metas 2016-2019:

- Implantar 33 sistemas de abastecimento de água de pequenas comunidades por meio de dessalinizadores;
- Recuperar a automação do Sistema Integrado do Agreste;
- Recuperar 04 barragens;
- Perfurar 200 e Reabilitar 200 Poços Tubulares Profundos;
- Implantar 02 sistemas de irrigação localizada nos Perímetros Irrigados Jacarecica I e Poção da Ribeira;
- Estruturar, equipar e promover o fortalecimento institucional da Semarh, Adema e dos órgãos coexecutores do Programa "Águas de Sergipe";
- Equipar a Agência Reguladora de Serviços de Sergipe (AGRESE);
- Implantar plenamente 04 instrumentos de gestão ambiental e de recursos hídricos;
- Desenvolver estudos e implementar ações de gestão de regulação de serviços, de comunicação social e educação ambiental;
- Modernizar e recuperar 02 perímetros públicos de irrigação;
- Reparar, recuperar e modernizar as barragens Jacarecica I e II, Poção da Ribeira e Poxim;
- Implantar Unidade Demonstrativa de Práticas de Conservação de Água e Solo;
- Desenvolver modelos de gestão de saneamento rural e de Pequenas Comunidades e Detalhamento de Áreas Pilotos;
- Atualizar cadastro de usos e usuários de água da BHSE;
- Implantar sistema integrado de licenciamento ambiental e de outorga do uso da água;
- Elaborar diagnóstico e projetos de intervenções para recuperação de áreas degradadas;
- Elaborar manuais de operação e segurança dos reservatórios das Barragens Jacarecica I e II, Poção da Ribeira e Poxim (Jaime Umbelino);
- Realizar cadastro socioeconômico e estudo de tarifação dos Perímetros Irrigados Jacarecica I e Poção da Ribeira;
- Georreferenciar e demarcar bacias hidráulicas com as Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal dos Perímetros Irrigados Jacarecica I e II e Poção da Ribeira;
- Implantar sistema sanitário e sumidouros em Comunidades Rurais;
- Prestar assistência técnica no controle do uso de agrotóxicos para os Perímetros de Jacarecica I e Poção da Ribeira;
- Elaborar diagnóstico ambiental com levantamento cadastral e plano de monitoramento ambiental.
- Elaborar projeto executivo de ampliação do Sistema Alto Sertão;
- Elaborar o zoneamento ecológico-econômico da BH do rio Sergipe;
- Recuperar áreas degradadas e implantar área de coleta de embalagem de agrotóxico;
- Definir critérios de outorga e modelos de simulação e sistemas de apoio à decisão;
- Promover o fortalecimento institucional das UAPAS;
- Regularizar o licenciamento ambiental e a outorga das Barragens e Perímetros Irrigados;
- Adquirir e instalar Kits de irrigação localizada e capacitar beneficiários;
- Adquirir equipamentos para o Horto de Produção de Mudas da EMDAGRO;
- Capacitar 640 Agricultores na Gestão de Recursos Naturais, através da COHIDRO e EMDAGRO.



Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 10 de Janeiro de 2016 às 20:59:37

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado

0026 - Gestão e Manutenção da Assembleia Legislativa

Valor Global do Programa	Valor 2016 (R$)	Valor 2017-2019 (R$)	Total 2016-2019 (R$)
Corrente	131.231.830	413.380.265	544.612.095
Capital	4.020.000	12.663.000	16.683.000
Total	**135.251.830**	**426.043.265**	**561.295.095**

0027 - Gestão e Manutenção do Tribunal de Contas

Valor Global do Programa	Valor 2016 (R$)	Valor 2017-2019 (R$)	Total 2016-2019 (R$)
Corrente	119.893.000	377.662.950	497.555.950
Capital	755.495	2.379.809	3.135.304
Total	**120.648.495**	**380.042.759**	**500.691.254**

0028 - Gestão e Manutenção do Tribunal de Justiça

Valor Global do Programa	Valor 2016 (R$)	Valor 2017-2019 (R$)	Total 2016-2019 (R$)
Corrente	145.489.948	458.293.336	603.783.284
Capital	500.000	1.575.000	2.075.000
Total	**145.989.948**	**459.868.336**	**605.858.284**

0029 - Gestão e Manutenção da Secretaria de Governo

Valor Global do Programa	Valor 2016 (R$)	Valor 2017-2019 (R$)	Total 2016-2019 (R$)
Corrente	3.050.000	9.607.500	12.657.500
Capital	20.000	63.000	83.000
Total	**3.070.000**	**9.670.500**	**12.740.500**

0030 - Gestão e Manutenção da Procuradoria Geral do Estado

Valor Global do Programa	Valor 2016 (R$)	Valor 2017-2019 (R$)	Total 2016-2019 (R$)
Corrente	30.476.000	95.999.400	126.475.400
Capital	20.000	63.000	83.000
Total	**30.496.000**	**96.062.400**	**126.558.400**

0031 - Gestão e Manutenção do Ministério Público

Valor Global do Programa	Valor 2016 (R$)	Valor 2017-2019 (R$)	Total 2016-2019 (R$)
Corrente	151.341.000	476.724.150	628.065.150
Capital	1.055.000	3.323.250	4.378.250
Total	**152.396.000**	**480.047.400**	**632.443.400**

0032 - Gestão e Manutenção da Vice Governadoria

Valor Global do Programa	Valor 2016 (R$)	Valor 2017-2019 (R$)	Total 2016-2019 (R$)
Corrente	2.236.000	7.043.400	9.279.400
Capital	20.000	63.000	83.000
Total	**2.256.000**	**7.106.400**	**9.362.400**

0033 - Gestão e Manutenção da Casa Civil

Valor Global do Programa	Valor 2016 (R$)	Valor 2017-2019 (R$)	Total 2016-2019 (R$)
Corrente	31.260.000	98.469.000	129.729.000
Capital	40.000	126.000	166.000
Total	**31.300.000**	**98.595.000**	**129.895.000**

0035 - Gestão e Manutenção do Planejamento e Orçamento

Valor Global do Programa	Valor 2016 (R$)	Valor 2017-2019 (R$)	Total 2016-2019 (R$)
Corrente	1.783.947.477	5.619.434.553	7.403.382.030
Capital	18.123.000	57.087.450	75.210.450
Total	**1.802.070.477**	**5.676.522.003**	**7.478.592.480**

0036 - Gestão e Manutenção da Secretaria da Fazenda

Valor Global do Programa	Valor 2016 (R$)	Valor 2017-2019 (R$)	Total 2016-2019 (R$)
Corrente	249.500.000	785.925.000	1.035.425.000
Capital	-	-	-
Total	**249.500.000**	**785.925.000**	**1.035.425.000**

0037 - Gestão e Manutenção da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário e da Pesca

Valor Global do Programa	Valor 2016 (R$)	Valor 2017-2019 (R$)	Total 2016-2019 (R$)
Corrente	126.526.000	398.556.900	525.082.900
Capital	1.220.000	3.843.000	5.063.000
Total	**127.746.000**	**402.399.900**	**530.145.900**

0038 - Gestão e Manutenção da Educação

Valor Global do Programa	Valor 2016 (R$)	Valor 2017-2019 (R$)	Total 2016-2019 (R$)
Corrente	891.900.000	2.809.485.000	3.701.385.000
Capital	4.350.000	13.702.500	18.052.500
Total	**896.250.000**	**2.823.187.500**	**3.719.437.500**

0039 - Gestão e Manutenção do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia

Valor Global do Programa	Valor 2016 (R$)	Valor 2017-2019 (R$)	Total 2016-2019 (R$)
Corrente	43.735.000	137.765.250	181.500.250
Capital	1.807.000	5.692.050	7.499.050
Total	**45.542.000**	**71.728.650**	**94.499.650**

0040 - Gestão e Manutenção da Saúde

Valor Global do Programa	Valor 2016 (R$)	Valor 2017-2019 (R$)	Total 2016-2019 (R$)
Corrente	121.595.000	383.024.250	504.619.250
Capital	952.000	2.998.800	3.950.800
Total	**122.547.000**	**386.023.050**	**508.570.050**

0041 - Gestão e Manutenção da Justiça e da Defesa do Consumidor

Valor Global do Programa	Valor 2016 (R$)	Valor 2017-2019 (R$)	Total 2016-2019 (R$)
Corrente	83.170.000	261.985.500	345.155.500
Capital	190.000	598.500	788.500
Total	**83.360.000**	**262.584.000**	**345.944.000**

0042 - Gestão e Manutenção da Segurança Pública

Valor Global do Programa	Valor 2016 (R$)	Valor 2017-2019 (R$)	Total 2016-2019 (R$)
Corrente	903.081.300	2.844.706.095	3.747.787.395
Capital	5.065.600	15.956.640	21.022.240
Total	**908.146.900**	**2.860.662.735**	**3.768.809.635**

0043 - Gestão e Manutenção da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social

Valor Global do Programa	Valor 2016 (R$)	Valor 2017-2019 (R$)	Total 2016-2019 (R$)
Corrente	41.504.198	130.738.224	172.242.422
Capital	826.000	2.601.900	3.427.900
Total	**42.330.198**	**133.340.124**	**175.670.322**

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 10 de Janeiro de 2016 às 20:59:37

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

0044 - Gestão e Manutenção da Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano

Valor Global do Programa	Valor 2016 (R$)	Valor 2017-2019 (R$)	Total 2016-2019 (R$)
Corrente	68.381.400	215.401.410	283.782.810
Capital	410.000	1.291.500	1.701.500
Total	**68.791.400**	**216.692.910**	**285.484.310**

0045 - Gestão e Manutenção da Cultura

Valor Global do Programa	Valor 2016 (R$)	Valor 2017-2019 (R$)	Total 2016-2019 (R$)
Corrente	17.295.000	54.479.250	71.774.250
Capital	547.000	1.723.050	2.270.050
Total	**17.842.000**	**56.202.300**	**74.044.300**

0046 - Gestão e Manutenção da Defensoria Pública

Valor Global do Programa	Valor 2016 (R$)	Valor 2017-2019 (R$)	Total 2016-2019 (R$)
Corrente	44.881.228	141.375.868	186.257.096
Capital	361.232	1.137.881	1.499.113
Total	**45.242.460**	**142.513.749**	**187.756.209**

0047 - Gestão e Manutenção da Comunicação Social

Valor Global do Programa	Valor 2016 (R$)	Valor 2017-2019 (R$)	Total 2016-2019 (R$)
Corrente	3.970.000	12.505.500	16.475.500
Capital	20.000	63.000	83.000
Total	**3.990.000**	**12.568.500**	**16.558.500**

0050 - Gestão e Manutenção do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos

Valor Global do Programa	Valor 2016 (R$)	Valor 2017-2019 (R$)	Total 2016-2019 (R$)
Corrente	15.920.000	50.148.000	66.068.000
Capital	300.000	945.000	1.245.000
Total	**16.220.000**	**51.093.000**	**67.313.000**

0051 - Gestão e Manutenção do Turismo e do Esporte

Valor Global do Programa	Valor 2016 (R$)	Valor 2017-2019 (R$)	Total 2016-2019 (R$)
Corrente	9.313.700	29.338.155	38.651.855
Capital	8.085.100	25.468.065	33.553.165
Total	**17.395.800**	**54.806.220**	**72.205.020**

0053 - Gestão e Manutenção da Controladoria Geral

Valor Global do Programa	Valor 2016 (R$)	Valor 2017-2019 (R$)	Total 2016-2019 (R$)
Corrente	3.394.000	10.691.100	14.085.100
Capital	20.000	63.000	83.000
Total	**3.414.000**	**10.754.100**	**14.168.100**

Valor Total dos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado

Valor Global do Programa	Valor 2016 (R$)	Valor 2017-2019 (R$)	Total 2016-2019 (R$)
Corrente	**5.023.092.081**	**15.822.740.055**	**20.845.832.136**
Capital	**48.707.427**	**153.428.395**	**202.135.822**
Total	**5.071.799.508**	**15.976.168.450**	**21.147.967.758**

GOVERNO DE SERGIPE
MENSAGEM Nº 02/2016

EMENTA: DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL PARA O PERÍODO DE 2016-2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VETO PARCIAL DO GOVERNADOR DO ESTADO AO PROJETO DE LEI Nº 83/2015, aprovado em Redação Final, em 15 de dezembro de 2015, pela Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, encaminhado ao Poder Executivo Estadual através do Ofício nº 869/2015, Ref. DILEG/COPLEG nº 1374/2015, de 16 de dezembro de 2015, e recebido pela Secretaria de Estado de Governo em 17 de dezembro de 2015.

Aracaju, 08 de janeiro de 2016.

JACKSON BARRETO DE LIMA
GOVERNADOR DO ESTADO

Em Anexo: Razões do Veto Parcial

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe:

Por dever político-institucional, comunico a esse Augusto Parlamento, por intermédio de Vossa Excelência, que, nos termos do art. 64, § 1º, da **Constituição do Estado de Sergipe**, decidi **VETAR PARCIALMENTE POR SER CONTRÁRIO AO INTERESSE PÚBLICO O PROJETO DE LEI Nº 83/2015** que *"dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2016-2019, e dá outras providências"*, pelas razões que, respeitosamente, peço vênia para passar a expor:

RAZÕES DO VETO PARCIAL:

Ouvida a Secretaria de Estado da Educação – SEED, manifestou-se pelo Veto aos seguintes dispositivos, os quais foram objeto de Emendas Modificativas de origem parlamentar:

Primeira Meta do Objetivo: 0047. (...)

- *"Atender 100% da população de 15 a 17 anos, que demandam da rede estadual o Ensino Médio, até 2016."*

Justificativa para o Veto:

A universalização do Ensino Médio é uma meta estabelecida no Plano Nacional de Educação: "universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento)". É uma meta definida nacionalmente, mas que deve considerar as diferentes realidades de cada ente da federação.

Em Sergipe, a população na faixa etária de 15 a 17 anos é de 122.000 (cento e vinte e dois mil) jovens, conforme dados 2013 da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE. Desses, 86,5% (105.042) frequentavam a escola, independentemente do nível de ensino em que estavam matriculados. Os demais, cerca de dezessete mil jovens, encontravam-se fora de sala de aula.

Agrava-se ainda o fato de em Sergipe existir um grande número de jovens com elevada defasagem idade-série, cursando o Ensino Fundamental quando já deveriam estar no Ensino Médio. Segundo dados do Censo Escolar 2013, algo em torno de doze mil jovens foram matriculados no Ensino Fundamental naquele ano letivo, já tendo 15 anos completos.

Portanto, a inserção educacional de todos os jovens na faixa etária de 15 a 17 anos requer um esforço conjunto entre Estado e Municípios, incluindo-se nessa parceria o redimensionamento das redes, a redução drástica das taxas de reprovação e abandono escolar, e por fim a criação de novas vagas no Ensino Médio, sem necessariamente ampliar a rede física estadual. Concretamente, não há capacidade física e logística e nem uma organização entre redes públicas que possam dar conta de absorver os jovens que estão fora da escola, cuja entrada se daria, muito provavelmente, no Ensino Fundamental.

Assim, utilizar a meta nacional, registrada no Plano Nacional de Educação para o ano de 2016, sem a análise das especificidades locais, é concorrer para o estabelecimento de uma meta inatingível para o momento.

Quarta Meta do Objetivo: 0048. (...)

- *"Implementar Sistema de Avaliação da Educação Básica de Sergipe, garantindo que cada unidade de ensino público de forma autônoma sob a coordenação do conselho escolar realize sua avaliação interna de modo a orientar o redimensionamento das políticas públicas, tendo como parâmetro o que está na Meta 7 do plano de Educação Estadual de Sergipe. (Lei 8.025 de 2015)."*

Justificativa para o Veto:

Não obstante a importância das unidades de ensino realizarem sua auto-avaliação, nos termos definidos pelo Plano Estadual de Educação (Meta 7.2), enfocando aspectos ligados a processos e a resultados, é essencial que a Rede Estadual de Ensino possua um sistema de avaliação externa que possa demonstrar, efetivamente, se todos os esforços estatais estão atingindo o objeti-

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 10 de Janeiro de 2016 às 20:59:37

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

vo final da educação pública: garantir a aprendizagem do aluno.

Os primeiros estados a criarem sistemas próprios foram Ceará e Minas Gerais, em 1992, ambos configurando-se na atualidade como referência em desempenho na educação pública. O objetivo desses Estados, à época, foi o de utilizarem os Sistemas próprios de avaliação para conhecer e intervir nas suas redes buscando sempre a melhoria da qualidade da educação oferecida à população. Sem uma avaliação formulada tecnicamente, baseada em parâmetros pedagógicos nacionalmente definidos, não há como ter subsídios para a formulação de políticas públicas consistentes na área educacional.

O Governo do Ceará criou o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (**Spaece**), que se mantém até hoje. Em Minas Gerais, foi criado o Programa de Avaliação do Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais, que posteriormente se tornou o sistema atual: o Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (**Simave**). Posteriormente outros estados criaram seus sistemas próprios de avaliação: **1996/ SARESP – SP, 2000/Saepe- PE, 2001/Saveal-AL e o Saego -GO, 2003/Saeme-MS, 2005/Saers-RS, 2008/Sadeam-AM, Saerj-RJ e o Siade-DF**, **2009/Seape-AC,** que em sua maioria objetivam avaliar o desempenho dos alunos referentes a aspectos dos conteúdos curriculares, o levantamento de dados e informações que possibilitassem políticas de intervenção para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, oferecer subsídios para os professores conduzirem com maior efetividade o processo de ensino e permitir que as Secretarias de Educação como um todo direcionassem suas ações.

A utilização única e exclusiva de avaliação interna do ensino, feita pela própria comunidade escolar (pais, alunos, professores e servidores), conforme a propositura apresentada através de emenda parlamentar ao texto original do Projeto de Lei em epígrafe, impossibilita uma análise da aprendizagem que possa servir de parâmetro para toda a rede estadual e redes municipais, uma vez que as formas de avaliação passarão a ser as mais diversas possíveis. A ausência de unicidade nos critérios a serem adotados, principalmente quanto ao uso primordial de parâmetros curriculares nacionais, inviabilizará também a comparação do nível de ensino sergipano em relação aos demais estados do país, sendo inútil, inclusive, para tal fim, como referência para os alunos que serão avaliados a cada dois anos pelo IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do Governo Federal.

Quinta Meta do Objetivo: 0048. (...)

- *"Estimular 100% das unidades escolares da Rede Estadual que se destacarem em razão dos seus resultados de aprendizagem, tendo como parâmetro o que está na Meta 7.2, 7.35 e 7.36 do plano de Educação Estadual de Sergipe (Lei 8.025 de 2015)."*

Justificativa para o Veto:

O Governo do Estado de Sergipe propõe a criação de um prêmio para valorizar as escolas públicas com os melhores resultados de aprendizagem na Educação Básica, objetivando não só reconhecer e valorizar o mérito, isto é, o trabalho realizado pelas escolas que atingiram as metas estatais, mas também – e principalmente – induzir relações de cooperação por meio da transferência de conhecimentos e experiências, entre escolas com melhores e piores resultados, para que as primeiras sejam beneficiadas com o Prêmio e as segundas possam receber apoio financeiro para desenvolver projetos educativos e receber apoio técnico por parte das escolas bem sucedidas.

Trata-se de uma experiência que traz como grande desafio aliar estratégias meritocráticas com estratégias de cooperação e colaboração no âmbito escolar, rompendo com a visão amplamente disseminada de que as políticas baseadas na meritocracia propiciam o individualismo, a concorrência e a fragmentação da comunidade escolar. São exatamente essas relações de cooperação, o foco principal do referido Prêmio.

O Prêmio será destinado às escolas públicas estaduais e municipais que tenham obtido os melhores resultados de alfabetização no 2º ano, no 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e no 2º ano do Ensino Médio, cujos subsídios para essa análise provirão das avaliações externas a serem implementadas pelo Governo do Estado. Serão premiados, inclusive, alunos, professores e demais integrantes da comunidade escolar.

Em 2015, o Colégio Estadual Professora Maria Das Graças Menezes Moura, localizado no município de Itabi, foi o ganhador do "Prêmio Gestão Escolar", premiação nacional realizada desde 1998 pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), com o objetivo de estimular a melhoria da gestão das escolas públicas. O Prêmio busca reconhecer boas práticas, incentivar o aprimoramento dos processos de gestão e promover ações que possibilitem a troca de experiências entre gestores, multiplicando boas estratégias. Essa conquista sergipana enfatiza a importância da valorização do trabalho de cada integrante da escola. É o reconhecimento público do esforço realizado para a melhoria da qualidade do ensino.

Desse modo, tendo em vista que emenda modificativa alterou substancialmente a proposta original de premiação das escolas públicas, impõe-se o veto ao dispositivo em questão.

Quinta Meta do Objetivo: 0049. (...)

- *"Construção e, ou, reestruturação de 100% das quadras poliesportivas, das escolas da rede pública estadual, até 2019."*

Justificativa para o Veto:

A necessidade de existência de quadras poliesportivas nas unidades de ensino é indiscutível. Esse espaço físico é fundamental para o desenvolvimento integral das crianças e dos jovens, possibilitando o desenvolvimento das potencialidades e das habilidades, sejam elas motoras, cognitivas e afetivas. Devido à sua importância, o projeto padrão de escola proposto pela Secretaria de Estado da Educação já contempla esse equipamento educacional.

Entretanto, os recursos disponíveis para a realização de obras no âmbito da educação estadual envolvem reparos, reformas e ampliações, construções, adequações de cozinhas e a construção e/ou adequação, em separado, de quadras escolares. Na rede estadual, segundo dados do censo escolar 2014, 147 escolas possuem quadras e outras 207 ainda não dispõem desse espaço. Em média, seriam necessários cerca de R$ 140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais) para priorizar somente a construção de quadras, em detrimento das reformas necessárias nas áreas administrativas e pedagógicas das unidades escolares. Esse montante inviabiliza o foco específico na construção de quadras. A implantação de quadras deve ser gradativa, ao passo que as unidades de ensino são beneficiadas com a adequação dos seus demais espaços físicos.

Com efeito, à vista destas suasórias razões, sinto-me, enquanto agente político obediente aos ditames da Constituição Estadual que jurei defender, no dever institucional de fazer uso do **VETO PARCIAL** ao referido Projeto de Lei, o qual submeto, na forma constitucional, à elevada apreciação dessa Augusta Casa Legislativa, confiante em que poderei contar com a imprescindível aquiescência de Vossa Excelência e de seus Ilustres Pares, no sentido de que tal medida político-jurídica seja mantida.

Ao ensejo, renovo meus cumprimentos a esse Sodalício, reiterando-lhe a disposição deste Governo para o trato imparcial e justo de assuntos de manifesto interesse institucional, político e social.

Saudações Democráticas!

Aracaju, 08 de janeiro de 2016.

JACKSON BARRETO DE LIMA
GOVERNADOR DO ESTADO



Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 10 de Janeiro de 2016 às 20:59:37

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br